

Porto Velho-RO, 12 de junho de 2025.

**Róger Martins Cardoso**

Pregoeiro - SUPEL-COEDU

Protocolo 0060727286

**AVISO DE LICITAÇÃO  
COM ADENDO MODIFICADOR****PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90101/2025/SUPEL/RO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0059.000422/2023-12**

**OBJETO: Contratação de Empresa especializada nos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças e insumos**, bem como limpeza, desobstrução dos sistemas de esgotos (tubulação, caixa de inspeção e caixa de gordura) da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, visando atender as necessidades do Hospital Regional de Extrema - HRE, de forma contínua, por um período de 5 (cinco) anos, conforme Art. 106 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria nº 105 de 27 de maio de 2025, publicada no DOE de 27 de maio de 2025, **informa que ALTEROU OS ITENS PARA GRUPO ÚNICO**, em razão do pedido de esclarecimento interposto no PE 90101/2025/SUPEL/RO.

Em atenção ao Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e ainda, ao § 1º, do Art. 55, da Lei 14.133/21, considerando que as modificações **AFETAM** a formulação das propostas de preços, informamos que o prazo de abertura do certame fica **reagendado para o dia 27 de Junho de 2025, às 10h (horário de Brasília - DF)**, no site: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, e permanecendo os demais termos do edital inalterados. Publique-se.

Porto Velho/RO, 12 de Junho de 2025.

**Janaina Muniz Lobato**

Pregoeira da 4ª Comissão de Saúde - COSAU4 - SUPEL/RO

Protocolo 0061119521

Portaria nº 129 de 12 de junho de 2025

Altera a Portaria n.º 48, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão de Saúde e revoga a Portaria nº 69 de 09 de maio de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria 63/2025 que institui as Comissões da Saúde, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas voltadas à área da Saúde, abrangidos todos os processos que versarem sobre tal matéria;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-UPSILON), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, denominada 1ª Comissão de Saúde (SUPEL-COSAU1) e designar os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Letícia Carpina Farias Casara, matrícula n.º \*\*\*\*\*797.

II - Equipe de Apoio:

a) Bianca Matias de Souza, matrícula n.º \*\*\*\*\*873; e

b) Lindainês Bárbara Pereira de Araújo Mendes, matrícula n.º \*\*\*\*\*240.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alínea *a*), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 69 de 09 de maio de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**Márcia Rocha de Oliveira Francelino**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061175030

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Contratação de Obras, nomeada pela **Portaria nº. 58 de 23 de abril de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, modo de disputa **FECHADO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

**CONCORRÊNCIA Nº.:** 90201/2025/SUPEL/RO

**AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.:** 0009.011137/2024-95/DER/RO

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Componentes Ambientais sobre o Rio Riachuelo na RO-472, Km 19,8, trecho: BR-364/Divisa Mato Grosso, no município de Ji-Paraná.

**PROJETO/ATIVIDADE:** 2106.1515 – **FONTE:** 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51.

**VALOR ESTIMADO: R\$ 562.510,28** (quinhentos e sessenta e dois mil quinhentos e dez reais e vinte e oito centavos).

**RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS:** até o dia 12 de agosto de 2025, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 12 de agosto de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**UASG:** 925373

**CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP:** SIM

**RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) e no site do COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). Outras informações através do e-mail: [coobr@supel.ro.gov.br](mailto:coobr@supel.ro.gov.br), bem como presencialmente na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

*Publique-se.*

Porto Velho, 12 de junho de 2025.

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente da COOBR/SUPEL

Protocolo 0061189748

### AVISO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90069/2024/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 0032.000013/2024-97

**OBJETO:** Conclusão da reforma e modernização do Estádio João Saldanha, no município de Guajará-Mirim - RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, por meio de sua Presidente e Membros da Comissão de Obras, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025**, vem



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Saúde 1ª - SUPEL-COSAU1

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90550/2024/LEI Nº 14.133/2021

PARA O LOTE ÚNICO, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** sem a reserva de cota no total de **até 25% às empresas ME/EPP**

RESUMO DOS DADOS

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 03/07/2025, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 30/06/2025
---	---

<b>OBJETO:</b> Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.		
<b>FUNDAMENTO:</b> Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0036.024208/2023-10</b>		
<b>UASG:</b> 925373 <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO :</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>		
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 69.588.994,44 (sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos)	
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	
Facultativa	Ata de Registro de Preços	
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>		
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <a href="#">item 17.1 do Termo de Referência</a> . <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <a href="#">item 17.3 do Termo de Referência</a> . <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <a href="#">item 17.2 do Termo de Referência</a> . <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <a href="#">item 17.6 do Termo de Referência</a> .		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
não	não	não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>REGISTRO DE PREÇO</b>
Menor Valor Global	Aberto	sim
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
TELEFONE: (69) 3212-9243		<a href="mailto:cosau1@supel.ro.gov.br">cosau1@supel.ro.gov.br</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema <a href="http://compras.gov.br">compras.gov.br</a> , para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. <b>(EX.: 90001/2024)</b>		

SUMÁRIO

1.
- DO PREÂMBULO;
2.
- DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3.
- DO OBJETO;
4.
- DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5.
- DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6.
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8.
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9.
- DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10.
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11.
- A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12.
- DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13.
- DO RECURSO;
14.
- DA HOMOLOGAÇÃO;



15.

DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21.

DOS ANEXOS;

1.

DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria nº 129/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 12 de Junho de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90550/2024/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Federal nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Secretaria de Estado da Saúde - SESAU**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2.

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

2.1. **Secretaria de Estado da Saúde - SESAU**

3.

DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a contratação para futura e eventual contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 10 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 18 a 18.2 e 21 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 18.3 a 18.4.5 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 9.1 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 18.6 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 24 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 20.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 20.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 19.5. e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.

DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Não serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega, conforme [item 15.6\\_ e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#).

5.

DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. **SERÁ/NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme [item 15.5 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#).

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4 , a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

6.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [cosau1@supel.ro.gov.br](mailto:cosau1@supel.ro.gov.br);

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).





11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no [item 16 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), sob pena de não aceitação da proposta.

11.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o [item 15 do Anexo I - termo de Referência](#).

11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

**12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no [item 17.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência](#).

**12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no [item 17.6 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência](#).

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.17. DAS DECLARAÇÕES:**

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#)

12.17. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

12.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.
13.

**DO RECURSO**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.

**DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.

**DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.

**DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal **e sanções** previstas no **item 25 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**.

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, **Unidade Gestora SESAU RO**, conforme estabelecido no [item 12 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#)

18.

**DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente, **50% do quantitativo registrado**, conforme disciplinado no [item 31.10.2 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), sob pena de não aceitação da proposta.

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de 10% do valor previsto para cada item, conforme disciplinado no [item 31.10.17 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), sob pena de não aceitação da proposta.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19.

**CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=63304352&infra\_sistema=100000100&infra\_unidade\_atual=110008688&infra\_hash=04d3c2018727bbc7732b92eafe0071fe2ca5862bd1c09b01d0775955866e5e1c

5/6



19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

20. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.
- 20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.
- 20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
- 20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.
- 20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. **DOS ANEXOS**

**18.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I** - Termo de Referência (0060945904);
- ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar (0053781418);
- ANEXO III** - Matriz de Risco (0053734711);
- ANEXO IV** - Modelo de Minuta de Contrato (0060945904);
- ANEXO V** - SAMS (0054904239);
- ANEXO VI** – Quadro Estimativo de Preços (0055685542);
- ANEXO VII** - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (0056035857)
- ANEXO VIII**- Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (0053587475)
- ANEXO IX** - Mapa de Risco 167 (0053732914)
- ANEXO X** - Adendo Matriz de Risco (0053734711)

Porto Velho-RO, data e hora do sistema.

Bianca Matias de Souza  
Pregoeira Substituta da 1ª Comissão de Saúde- SUPEL/RO  
Portaria nº 129 de 12 de jun de 2025  
Matrícula n.º \*\*\*\*\*873

Elaborado por:  
Demily Costa da Silva  
Membro da 1ª Comissão de Saúde

Revisado por:  
LINDAINÊS BÁRBARA P. DE A. MENDES  
Membro da 1ª Comissão de Saúde  
Portaria nº 129 de 12 de junho de 2025  
Matrícula Nº \*\*\*\*\*240



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Matias de Souza, Pregoeiro(a) Substituto(a)**, em 16/06/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061192577** e o código CRC **BD02A529**.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
Gerência de Compras - SESAU-GECOMP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO.

1.2. **Requisitante:** SESAU-CTI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento ao disposto no art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133, de 2021. O fundamento legal adotado para a presente contratação é Pregão Eletrônico - Registro de Preço, conforme artigo 28, inciso I da **Lei Federal nº 14.133/2021**, adotado para a presente contratação conformidade com regulamento das contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia aplicado no **Decreto Estadual nº 28.874/2024**.

2.2. Dos Princípios a serem observados: conforme art. 5º da Lei 14.133/2021, eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2.3. Modalidade de Licitação: **Pregão, na forma eletrônica**, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Critério de Julgamento: **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. Modo de Disputa: **ABERTO**, conforme art. 56, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. Objeto

3.1.1. Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.

3.2. Descrição Detalhada do Objeto

GRUPO ÚNICO	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
01	01	27260	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO A	Serviço	01
	02	27260	(ID-137167) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO B	Serviço	01
	03	27260	(ID-137168) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO C	Serviço	01

3.2.1. OBS.: A descrição completa dos objetos está presente no item **8** deste Termo de Referência.

3.3. Da Memória de Cálculo

3.3.1. A justificativa quanto a estimativa solicitada foi realizada pela Coordenadoria solicitante através do Documento de Oficialização de Demanda nº 26/2024/CAIS-GERREG (0052773655), conforme exposto abaixo:

3.3.2. A solução de hardware deverá ser composta de um servidor principal e tantos outros quantos forem necessários para implantar a solução e garantir todos os itens de funcionalidades e desempenho a seguir:

PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
P	DESCRIÇÃO	- Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.- Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos nimimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória cache no minimo 18MB.-Tipo : Rack-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo hot-swap, sendo que, na ocorrência de falha de	O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados	O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GBConectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2Armazenamento: no

PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
		uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .- Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2 -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).	em produção quanto por agendamento. (conforme item 4.1.2.3)	mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.Acesso à Internet. -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	1
PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
M	DESCRIÇÃO	-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.- Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos nimimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória cache no minimo 18MB.-Tipo : Rack-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo hot-swap, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .- Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2 -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).	O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento. (conforme item 4.1.2.3)	O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GBConectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.Acesso à Internet. -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	1
PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
G	DESCRIÇÃO	-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.- Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos nimimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória cache no minimo 18MB.-Tipo : Rack-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo hot-swap, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .- Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2 -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).	O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento. (conforme item 4.1.2.3)	O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GBConectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.Acesso à Internet. -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	1
PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
GG	DESCRIÇÃO	-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.- Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos nimimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória cache no minimo 18MB.-Tipo : Rack-Memória RAM: no mínimo DDR4 64 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo hot-swap, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .- Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2 -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack,	O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento. (conforme item 4.1.2.3)	O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GBConectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.Acesso à Internet. -Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack,



PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
		transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).		transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	2

3.4. Da Classificação do Objeto

3.4.1. O objeto pleiteado nos autos não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou requerem inovação tecnológica para a sua execução, tratando-se assim de bem comum, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho característicos ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os materiais ofertados pelos participantes com base no menor preço.

3.4.2. A classificação como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório.

3.4.3. O objeto do presente termo de referência é a **contratação de pessoa jurídica especializada**, pelo menor preço global, para a prestação de serviços de fornecimento, implantação e gestão de soluções tecnológicas, visando à formação de uma Ata de Registro de Preços para a modernização dos serviços de atenção à saúde pública. Esse serviço deverá atender às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde.

3.4.4. O contratado deverá prover soluções tecnológicas que contribuam para a melhoria da eficiência e qualidade dos serviços de saúde pública, promovendo a informatização, integração e segurança dos dados em todas as etapas dos serviços de saúde.

3.4.5. Os serviços a serem contratados incluem o fornecimento de hardware e software, instalação, configuração, personalização, manutenção, suporte técnico e atualização das soluções tecnológicas, garantindo a continuidade e confiabilidade das operações, em conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis ao setor de saúde pública.

3.4.6. Fornecimento de sistemas de gestão hospitalar e ambulatorial para controle de atendimento, prontuário eletrônico, agendamento de consultas, gestão de filas e prontuários digitais, de modo a agilizar e otimizar o fluxo de atendimento e acesso dos pacientes aos serviços de saúde.

3.4.7. Soluções que permitam a integração e interoperabilidade entre as diversas unidades de saúde e sistemas da Secretaria de Estado de Saúde, garantindo a uniformidade e consistência dos dados e permitindo o compartilhamento seguro de informações entre as unidades.

3.4.8. O fornecimento de ferramentas e protocolos de segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras normas pertinentes, a fim de garantir a proteção e a privacidade dos dados sensíveis dos pacientes e a integridade dos sistemas de saúde.

3.4.9. Prestação de serviços de capacitação e treinamento aos profissionais de saúde e aos gestores envolvidos no uso das novas tecnologias implantadas, assegurando a adequada utilização das ferramentas e a otimização dos recursos tecnológicos disponibilizados.

3.4.10. A contratada deverá garantir o funcionamento ininterrupto dos sistemas implantados, bem como o atendimento de chamados e suporte técnico durante toda a vigência do contrato, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos de modernização dos serviços de atenção à saúde pública.

3.4.11. Corroborando com esse entendimento, transcrevemos o relatoado pelo Professor Marçal Justen Filho em seu livro Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico:

"Ou seja, há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto.  
(...)

3.4.12. Entende-se que a contratação enquadra-se em aquisição de bens comuns, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado e conforme expressa no Parecer nº 20/CONSU/CMA/PRF3/PGF/AGU nº 432/2014:

*"Bens e serviços comuns são produtos cuja a escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: caneta, lápis, borrachas, papéis, mesa, cadeiras, veículos, aparelho de ar refrigerado, etc e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de parede, etc. O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto".*

3.4.13. Para concluir, numa tentativa de definição, poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

3.4.14. Diante do exposto, e considerando que a Lei nº 14.133/21 define em seu Art. 6º Inciso XIII - "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", define-se que o objeto da presente contratação é comum.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

4.1. DA NECESSIDADE DA COORDENADORIA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SESAU - CITI:

4.1.1. A justificativa da necessidade foi elaborada pela Coordenadoria de engenharia e arquitetura em saúde, através do Documento de Oficialização de Demanda nº 26/2024/CAIS-GERREG (0052773655), conforme exposto abaixo:

4.1.1.1. A contratação em tela se faz necessária em razão de atender a Modernização da Gestão da Saúde que tem por atribuição essencial estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde, visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, assim como seu acesso aos serviços e ações em saúde, por meio do auxílio à prevenção, promoção, assistência e gestão da saúde, garantindo ao Gestor Estadual o controle da prestação e regulação dos serviços realizados pelos prestadores contratados e de sua Rede Própria de Atenção, além de ser uma importante ferramenta de gestão. Os investimentos em Tecnologia da Informação devem estar alinhados com a agenda estratégica da Secretaria de Estado da Saúde.

4.1.1.2. A Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde (CREG) é composta por 5 (cinco) centrais:

4.1.1.2.1. **A Central de Regulação de Leitos (CEREL):** é responsável por estruturar e dar apoio matricial aos Núcleos Interno de Regulação (NIR) existentes dentro das unidades hospitalares; e gerenciar os serviços por especialidade e unidade hospitalar, bem como os contratualizados na rede. Tendo núcleos específicos, dentro dos limites de suas competências, para gerir os leitos de: UTI ( Núcleo de Regulação de Leitos de UTI Adulta) responsável por mapear os leitos de UTI com suas especialidades e especificidades das macrorregiões de saúde 1 e 2; e de Internação ( Núcleo de Regulação de Leitos de Internação) responsável por fazer a regulação inter-hospitalar para transferência de paciente, adultos e pediátricos, com necessidade de mudança de especialidade entre leitos de enfermaria ou que necessite de procedimentos especializados de complexidade maior do que está em sua unidade de origem e o procedimento é em nível de enfermaria. Outro núcleo relevante é o de Cirurgias Eletivas (Núcleo de Regulação de Cirurgias Eletivas), que são procedimentos planejados e não emergenciais, realizados para tratar condições médicas que não representam risco imediato à vida do paciente. Dessa maneira, a atribuição do CEREL é fazer a regulação, autorização de internação e acompanhamento dos pacientes, adultos e pediátricos, que passaram por consulta ambulatorial e que necessitaram de abordagem cirúrgica de modo eletivo.

4.1.1.2.2. **A Central de Regulação de Urgências (CRUE):** tem como objetivo principal dar respostas às necessidades dos municípios sedes quanto aos casos de usuários que superaram a complexidade da saúde local, e precisam ingressar em esferas de atendimento de maior complexidade, com a finalidade de proporcionar uma maior resolutividade dos casos, e garantir a qualidade, dignidade, humanidade e otimização de recursos públicos. Sendo composta pelo: Núcleo de Regulação em Pediatria e Neonatologia da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por regular as crianças e recém-nascidos em situação de urgência e emergência. Núcleo de Regulação em Clínica Médica, Cirúrgica e Trauma da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por atender e regular as solicitações advindas dos médicos que necessitem referenciar os pacientes para outra unidade que consiga atender as necessidades, de urgência e emergência, dos pacientes. Núcleo de Regulação em Ginecologia e Obstetrícia da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por regular as urgências e emergências ginecológicas e obstétricas, conforme os critérios de urgência e emergência.

4.1.1.2.3. **A Central de Regulação de Consultas e Exames (CERAE):** responsável por regular o acesso a todos os procedimentos ambulatoriais, incluindo as consultas e exames ofertados aos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado de Rondônia, através do SISREG - Sistema Nacional de Regulação, que consiste num sistema on-line, criado para o gerenciamento de todo Complexo Regulatório, da rede básica à internação hospitalar, visando à humanização dos serviços, maior controle do fluxo e otimização na utilização dos recursos. A estrutura da CERAE é composta por: a) Médico – Regulador: responsável pela avaliação crítica e técnica dos laudos de solicitação, promover o agendamento das consultas, baseado na classificação de risco de acordo com os protocolos de regulação pactuados; b) Operador: responsável técnico pelo monitoramento das vagas ofertadas e configuradas de Retorno; avaliação e contato com pacientes para saber se ainda há necessidade de permanecer aguardando atendimento para determinada especialidade, orientando-os quanto ao trâmite dentro do Sistema Regulatório; e cancelamento de consultas e procedimentos a pedido dos interessados. c) Atendente de Regulação/Videofonista: desempenha um papel de apoio e suporte em processos de regulação, é sua atribuição as funções de atendimento aos usuários do SUS dos 52 municípios do Estado de Rondônia, ou seja, para informações sobre o processo regulatório bem como prestar informações sobre data e hora de suas consultas e/ou exames; d) Enfermeira: responsável por orientar os operadores dos 52 municípios do Estado, acerca das demandas de Regulação de Consultas e Exames; Gestão das Agendas dos Ambulatórios de Especialidades e Exames; Organização do processo de trabalho dos técnicos e agente administrativos do setor ( Atendente de Regulação /Videofonista) e Auxiliar em atividades de auditoria ou Jurídicas, em situação de documentos oriundos de órgãos de controle, referentes à regulação ou à conduta dos profissionais que compõem a CERAE. e) Administradores do Sistema Nacional de Regulação (SISREG): responsável pela configuração das escalas das Unidades Executantes Estaduais para virtualização no Sistema Nacional de Regulação (SISREG).

4.1.1.2.4. **A Central de Apoio Aéreo (CAA):** criada, recentemente, através da Portaria nº 1526 de 10 de maio de 2021 (Anexo 1), com o propósito de apoiar o transporte inter-hospitalar para o acesso dos usuários do SUS, em situações de urgência /emergência, para os serviços de alta complexidade da rede estadual. O Aeromédico é uma modalidade de TRANSPORTE, realizada por equipe multiprofissional, utilizada, principalmente, para pacientes em estado crítico e, em muitas ocasiões, representa a única opção para que o indivíduo receba assistência em um serviço especializado para as suas afecções. Só ocorre esse deslocamento nos casos em que a via terrestre seja impossível ou apresentar riscos maiores em virtude de lapso de tempo, deve sempre observar uma distância mínima de 400 quilômetros da origem para o destino e o paciente deve estar estável, seu objetivo primordial não é ser socorrista e sim transporte de paciente estável. Quanto ao fluxo de trabalho para que ocorra o transporte aéreo: há uma solicitação da origem (que somente pode ocorrer após concluída a regulação com o destino do paciente), feita através de um link e verificada se está de acordo com as normas descritas no Protocolo de Regulação de Transporte Aeromédico pelo médico regulador. Ressaltase que toda solicitação deve ser respondida em até 02 horas após seu recebimento, ou seja, o médico regulador do aéreo deve estar consultando se há novas solicitações num prazo menor que 02 horas durante todo o seu plantão.

4.1.1.2.5. **A Central de Regulação de Alta Complexidade (CERAC):** responsável pelo recebimento de laudos com solicitação de procedimentos de alta complexidade, bem como a tramitação administrativa necessária de processos acerca da alta complexidade. Inserção dos lautos na plataforma CNrac, transcrição de resultados de exames, encaminhamento de retorno ao TFD, acompanhamento de emissão de passagens e orientações aos pacientes sobre agendamentos e trâmites do hospital consultor.



- 4.1.1.2.6. A contratação pleiteada se faz necessária em razão de atender a Modernização da Gestão da Saúde que tem por atribuição essencial estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde, visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, assim como seu acesso aos serviços e ações em saúde, por meio do auxílio à prevenção, promoção, assistência e gestão da saúde, garantindo ao Gestor Estadual o controle da prestação e regulação dos serviços realizados pelos prestadores contratados e de sua Rede Própria de Atenção, além de ser uma importante ferramenta de gestão.
- 4.1.1.2.7. Esta Secretaria Estadual de Saúde visa implantar um modelo de gestão na Saúde visando garantir a todos seus cidadãos o acesso universal e igualitário, com inovação e através de melhores práticas de mercado.
- 4.1.1.2.8. O projeto de Informatização da Saúde, visa a qualidade no fornecimento de serviços de atualizações e/ou análise de possíveis melhorias, associados à contratação de um sistema unificado visando informatizar todas as unidades de saúde da região, com abrangência de 12 meses.
- 4.1.1.2.9. A Secretaria de Estado da Saúde – SESAU entende que este sistema deve possuir um modelo de contratação mais elaborado, com níveis de serviço definidos e novas funcionalidades necessárias, tendo o cuidado em preservar os seus requisitos funcionais já consolidados e aprovados pelos diversos usuários do sistema.
- 4.1.1.2.10. Segundo o Ministério da Saúde (2006), a regulação assistencial é o conjunto de relações, saberes, tecnologias e ações que intermedeiam a demanda das pessoas usuárias por serviços de saúde e o acesso a eles segundo diferentes perfis de demanda e de oferta, e a regulação do acesso é o estabelecimento de meios e ações para a garantia do direito constitucional do acesso universal, integral e equânime, independente de pactuação prévia estabelecida na programação de ações e serviços de saúde e da disponibilidade de recursos financeiros.
- 4.1.1.2.11. A Regulação Assistencial é uma das macrofunções a serem desempenhadas pelo gestor estadual, sendo direcionada à promoção dos princípios da equidade e da integralidade do cuidado, através do controle do fluxo da demanda por assistência à saúde em todas as Unidades prestadoras de serviços, como também pelo redimensionamento da oferta, diminuição ou expansão, de acordo com as necessidades da população. Portanto, além de contribuir na otimização dos recursos de saúde existentes, a regulação do acesso busca a qualidade da ação por meio da resolubilidade, a resposta adequada aos problemas clínicos e a satisfação do usuário.
- 4.1.1.2.12. A regulação assistencial é prerrogativa do gestor e a regulação do acesso é delegada pelo gestor ao regulador. Ao regular o acesso, com base nos protocolos clínicos, linhas de cuidado e fluxos assistenciais definidos previamente, a regulação estará exercendo também a função de orientar os processos de programação da assistência, assim como o planejamento e a implementação das ações necessárias para melhorar o acesso (Conass, 2011).
- 4.1.1.2.13. A regulação das referências intermunicipais é responsabilidade do gestor estadual, expressa na coordenação do processo de construção da programação pactuada e integrada da atenção em saúde, do processo de regionalização e do desenho das redes (Brasil, 2006).
- 4.1.1.2.14. O gestor estadual tem como responsabilidades na regulação assistencial:

I - Apoiar a identificação dos usuários do SUS no âmbito estadual, com vistas à vinculação de clientela e à sistematização da oferta dos serviços;

II - Manter atualizado o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde, bem como coordenar e cooperar com os municípios nessa atividade;

III - Elaborar e pactuar protocolos clínicos e de regulação de acesso, no âmbito estadual em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, apoiando os municípios na implementação dos mesmos;

IV - Controlar a referência a ser realizada em outros estados, de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde, procedendo à solicitação e/ou à autorização prévia, quando couber;

V - Operar a central de regulação estadual, para as referências interestaduais pactuadas, em articulação com as centrais de regulação municipais;

VI - Coordenar e apoiar a implementação da regulação da atenção às urgências, de acordo com a regionalização e conforme normas vigentes e pactuações estabelecidas;

VII - Estimular e apoiar a implantação dos complexos reguladores municipais;

VIII - Participar da cogestão dos complexos reguladores municipais, no que se refere às referências intermunicipais;

IX - Operar os complexos reguladores no que se refere à referência intermunicipal, conforme pactuação;

X - Monitorar a implementação e a operacionalização das centrais de regulação. (Conass, 2011).

4.2. Dentre os instrumentos de regulação do acesso assistencial preconizados estão os protocolos clínicos e os operacionais. Os protocolos clínicos, são entendidos como a padronização do uso de recursos terapêuticos e propedêuticos estratégicos, seja pelo alto custo, disponibilidade inferior à demanda ou pela importância para a qualidade da assistência. Os protocolos operacionais pretendem ordenar o fluxo de pacientes entre os níveis de complexidade, definindo os limites resolutivos de cada um deles, possibilitando a pactuação entre gestores.

4.3. Posto isto, justifica-se a contratação aqui pleiteada.

5. **ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

5.1. As soluções tecnológicas devem estar em conformidade com as regulamentações nacionais de saúde, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as diretrizes do Ministério da Saúde, para assegurar a privacidade e a segurança dos dados dos pacientes.

5.2. As ferramentas implementadas devem ser compatíveis com os sistemas já utilizados pela SESAU, permitindo uma integração facilitada e eficiente, de modo a consolidar informações de pacientes de diversas unidades em uma única plataforma.

5.3. Soluções com capacidade de coleta, armazenamento, e análise de dados em tempo real, para suportar a tomada de decisões na gestão de saúde pública, fornecendo relatórios detalhados sobre indicadores de saúde e eficiência dos serviços.

5.4. A tecnologia adotada deve ser robusta e escalável para atender ao aumento da demanda em diferentes unidades, garantindo uma alta disponibilidade, especialmente para serviços essenciais de saúde.

5.5. A empresa contratada deverá proporcionar treinamento contínuo para os usuários, incluindo a equipe técnica da SESAU, e oferecer suporte técnico com monitoramento constante e canais de atendimento 24/7 para resolver problemas rapidamente.

5.6. As interfaces e ferramentas implementadas devem ser intuitivas e acessíveis, garantindo que todos os profissionais de saúde possam utilizá-las eficazmente, independentemente do nível de familiaridade com tecnologia.

5.7. A solução deve possuir medidas de segurança rigorosas, com autenticação de múltiplos fatores e protocolos de criptografia, além de estratégias de backup automáticas para garantir a integridade e a recuperação de dados em caso de falhas.

6. **DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO**

6.1. A divisão da solução em partes poderia comprometer a integração entre os sistemas, dificultando o funcionamento unificado e seguro das ferramentas de atendimento e gestão em saúde. A solução deve ser implantada de forma coesa para garantir que todas as unidades de saúde compartilhem o mesmo ambiente tecnológico, promovendo interoperabilidade e consistência de dados.

6.2. Fragmentar o serviço entre diferentes fornecedores representaria um risco à segurança da informação, dado que a troca de dados entre sistemas independentes aumentaria a vulnerabilidade a falhas e possíveis violações de dados, comprometendo a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com as normas de segurança exigidas na área de saúde.

6.3. A contratação de uma solução integrada permite uma gestão mais simplificada e eficiente, evitando sobrecarga para a equipe técnica da SESAU e reduzindo a complexidade gerada pela coordenação de vários contratos simultâneos. Isso favorece o monitoramento e a avaliação da prestação do serviço, com ganhos na resolução de problemas e no cumprimento de metas.

6.4. A solução unificada garante um único processo de implantação, evitando o custo e o tempo adicional que seria necessário para adequar e integrar múltiplos sistemas. A instalação e o treinamento concentrados em uma única ferramenta, ao invés de várias, também contribuem para a eficiência financeira e temporal.

6.5. Contar com um único fornecedor responsabilizado pela solução completa facilita o acesso a suporte técnico e a resoluções rápidas em caso de falhas ou dúvidas operacionais, visto que a continuidade e o monitoramento dos serviços estarão centralizados e sob controle de uma mesma empresa.

6.6. A contratação de uma solução integrada e indivisível, portanto, representa a melhor abordagem para atender às necessidades de modernização e qualidade na gestão de saúde pública, assegurando a continuidade e a segurança dos serviços prestados.

6.7. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

6.8. No entanto, a contratação de um único fornecedor pode gerar economia de escala, resultando em uma negociação mais favorável de preços, uma vez que a empresa estará fornecendo um pacote completo de serviços e soluções. A não fragmentação da solução garante que todas as unidades de saúde receberão os mesmos padrões de qualidade e funcionalidades tecnológicas, promovendo uniformidade no atendimento e nas operações.

6.9. Com uma empresa responsável por toda a solução tecnológica, a resolução de problemas será mais rápida e eficiente, já que não haverá necessidade de determinar qual fornecedor é responsável por uma falha. O fornecedor único terá plena visão do sistema, facilitando a identificação e correção de problemas.

6.10. A contratação de forma global para a modernização dos serviços de atenção à saúde pública é justificada pela integração completa dos sistemas, simplificação da gestão, responsabilização clara, e eficiência operacional e financeira.

6.11. Portanto, na presente demanda, orienta-se a promover a contratação de forma **GLOBAL**, permitindo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração.

7. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

7.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativas, tendo em vista que o objeto da licitação não é de grande porte, complexo tecnicamente e tampouco, operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa.

7.2. A ausência de consórcio e cooperativas não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

7.3. A vedação à participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativas justifica-se pela natureza do objeto da licitação, que envolve o "Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, incluindo o fornecimento, implantação e gestão". Este tipo de serviço, embora especializado, não apresenta um porte ou complexidade que demandem a união de várias empresas para sua execução.

7.4. O objeto da licitação não é de grande vulto nem apresenta dificuldades técnicas ou operacionais que impossibilitem a execução por uma única empresa com a capacidade necessária. A exigência de consórcio ou cooperativa normalmente é aplicável em licitações que envolvem projetos de maior porte ou maior complexidade, em que os recursos, a experiência ou a especialização de várias empresas sejam indispensáveis para atender aos requisitos do edital.

7.5. No caso específico de serviços de soluções e tecnologia, o mercado oferece uma variedade de empresas com a capacidade de fornecer e implementar tais soluções de forma independente, sem a necessidade de parceria com outras empresas. Assim, a participação exclusivamente de empresas individuais não comprometerá a competitividade do certame, garantindo que somente aquelas com a qualificação necessária possam participar, sem a inclusão de uma estrutura que poderia resultar em distorções no processo competitivo.

7.6. Portanto, a restrição à participação de consórcios e cooperativas visa assegurar que as empresas participantes tenham a capacidade técnica, operacional e financeira necessárias para atender integralmente ao objeto licitado, sem que isso implique em limitações indevidas à concorrência ou no aumento da complexidade administrativa do processo licitatório.

8. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. Em análise, no levantamento de mercado, verificou-se que a solução mais adequada será a de Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, fornecimento, e gestão de soluções de tecnologia para modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e cinco) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.

8.2. A modernização tecnológica reduz a necessidade de processos manuais e o uso de papel, além de diminuir custos operacionais com retrabalhos e falhas no sistema. A implementação de soluções tecnológicas robustas garante maior segurança na proteção de dados sensíveis, como informações dos pacientes, com sistemas de criptografia e controle de acesso.

8.3. O uso de tecnologias modernas possibilita uma resposta mais rápida às necessidades dos pacientes, com melhor organização dos dados de saúde e maior eficiência na prestação dos serviços de atenção. A gestão centralizada e o uso de tecnologias de comunicação em rede podem interligar as unidades de saúde do estado de Rondônia, promovendo uma troca ágil de informações e um acompanhamento mais preciso das necessidades de cada unidade.

8.4. Assim, a modernização dos serviços permite que a Secretaria do Estado da Saúde (SESAU) esteja em conformidade com as exigências legais e regulamentações em saúde pública, além de facilitar o cumprimento de padrões de qualidade e segurança.

8.5. Independente do modelo a ser seguido, é importante que a decisão da Administração Pública seja pautada sob a ótica da eficácia, zelando pelos princípios que a regem. Assim, é necessário que a contratação atenda efetivamente à necessidade coletiva, ou seja, com a otimização de recursos, e à manutenção de um serviço adequado e de qualidade

8.6. **Do Detalhamento da Solução**

8.6.1. A solução visa a gestão setorial pela Secretaria de Estado da Saúde, assim como permitirá que os gestores das unidades de saúde, tenham a visibilidade de painéis de indicadores para análise de desempenho assistencial e administrativo de toda a rede de saúde, uma rede totalmente informatizada, provendo as informações centralizadas, distribuídas e em maior ou menor detalhamento, todos através de painéis com atualização em tempo real.

8.6.2. A Contratada deverá ainda considerar a migração dos principais dados cadastrais de cada uma das soluções dos sistemas de gestão já instalados (legados) para as novas soluções, com a proposição de que o conhecimento e padronização já adotada da rede seja mantida, aperfeiçoada na revisão destes dados, com menor tempo possível de implantação. Os dados do Prontuário Eletrônico do Paciente já existentes deverão ser migrados para documentos no formato PDF, possibilitando a visualização de todo histórico clínico, a qualquer tempo, de forma centralizada em uma única plataforma.

8.6.3. A Contratada deverá prover toda infraestrutura necessária para que as soluções objeto seja operacional, tais como: banco de dados, computadores, monitores, totens, painéis de chamada, impressoras, nobreaks, tablets, servidores, infraestrutura de rede lógica, links de dados para conexão com datacenter dentre outros acessórios.

8.6.4. A Secretaria de Estado da Saúde, estratificou e classificou as unidades de saúde em diferentes PORTES e ITENS conforme tabela abaixo, de acordo com fluxos operacionais, complexidade e tamanho das unidades. Desta forma, considerou-se como unidades de Porte P as Policlínicas e Hospitais de até 49 leitos; unidade de Porte M, os hospitais entre 50 e 150 leitos; unidade de Porte G, os hospitais entre 151 e 300 leitos; e unidade de Porte GG, os hospitais acima de 300 leitos. As unidades de saúde, a serem consideradas neste projeto, encontram-se a seguir:

Item	Unidade de Saúde	QNT Leitos	Porte	Item
1	Hospital Regional de Cacoal - HRC	173	G	1
2	Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal - HEURO	171	G	
3	Hospital de Base Dr Ary Pinheiro - HBAP	532	GG	
4	Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde - CREG ( CERAЕ, CEREL, CAA, CERAC, CRUE)	0	-	
5	Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON	111	M	2
6	Hospital e Pronto Socorro João Paulo/II - HEPSJP/II	135	M	
7	Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO	113	M	
8	Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD	121	M	
9	Policlínica Oswaldo Cruz - POC	0	P	3
10	Policlínica Cacoal	0	P	
11	Assistência Média Intensiva - AMI	40	P	
12	Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO	0	P	
13	Laboratório Central - LACEN	0	P	
14	Laboratório - LEPAC	0	P	
15	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	0	P	
16	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	0	P	
17	Centro de Hemodiálise de Ariquemes - CDA	0	P	
18	Farmácia Central	0	P	
19	Hospital Regional de Buritis - HRB	32	P	
20	Hospital Regional de Extrema - HRE	26	P	
21	Hospital Regional de São Francisco do Guaporé - HRSFG	33	P	
22	Laboratório de Fronteira - LAFRON	0	P	
23	Serviço de Atendimento Domiciliar - SAMD	0	P	
24	Tratamento Fora Domicílio - TFD	0	P	
TOTAL DE LEITOS		1487		

8.7. **HARDWARE**

8.7.1. A Contratada deverá realizar a Infraestrutura, ou seja, toda a rede lógica, seguindo as especificações mínimas CAT6, bem como, instalação de racks setoriais com ligação via fibra optica multimodo, contendo caixa de bloqueio, par de cordão optico de backup, switch , patch painel, nobreak.

8.8. **SERVIDOR BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO (UNIFICADO)**

- I - Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.
- II - Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos nimimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória chache no minimo 18MB.
- III - Tipo : Rack.
- IV - Memória RAM: no mínimo DDR4 64 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior.

	V -	Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo hot-swap, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.
	VI -	Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar. - Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2.
	VII -	Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais),entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
8.9.	<b>BANCO DE DADOS</b>	
8.9.1.	O Sistema gerenciador de banco de dados deverá ser compatível com a solução que a contratada disponibilizar.	
8.9.2.	O SGBD deve ser capaz de atender às necessidades específicas do projeto, fornecendo recursos avançados de consulta, suporte para transações e controle de acesso, garantindo a integridade e a consistência dos dados.	
8.9.3.	A versão mínima do SGBD a ser utilizada deve ser a mais recente disponível no momento da implementação do projeto, sendo de extrema importância garantir que a versão escolhida seja estável e receba suporte ativo da comunidade ou fornecedor, para evitar vulnerabilidades de segurança e obter melhorias funcionais.	
8.9.4.	O SGBD escolhido deve ser compatível com o sistema operacional que será adotado pela contratada e utilizados na infraestrutura do projeto, isto é, deverá funcionar de forma estável e otimizada no S.O selecionado, além disso, é importante garantir que o sistema operacional esteja atualizado com as últimas correções de segurança para evitar vulnerabilidades conhecidas.	
8.9.5.	Caso o SGBD escolhido pela empresa necessite de licenciamento a contratada deverá pagar todas as custas e taxas referente ao licenciamento. Inclusive possíveis upgrades e expansão.	
8.10.	<b>COMPUTADORES</b>	
8.10.1.	<b>PROCESSADOR PRINCIPAL</b>	
	I -	Deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, tecnologia de fabricação de 14nm, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;
	II -	Frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;
	III -	Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;
8.10.2.	<b>MEMÓRIA</b>	
	I -	Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;
	II -	Com 16GB (dezesseis gigabytes) em um módulo (1x16GB);
8.10.3.	<b>ARMAZENAMENTO</b>	
	I -	Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;
	II -	Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;
8.10.4.	<b>INTERFACES</b>	
	I -	Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;
8.10.5.	<b>Controladora de rede integrada</b>	
	I -	Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;
	II -	Conector RJ-45 fêmea;
	III -	Leds indicadores de atividade de rede;
8.10.6.	<b>CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA</b>	
	I -	Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;
	II -	Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;
8.10.7.	<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b>	
	I -	Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;
	II -	Compatível com a tecnologia DirectX 12;
	III -	Possuir pelo menos 2 (duas) conexões de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;
8.10.8.	<b>GABINETE</b>	
	I -	Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);
	II -	Gabinete projetado com design especifico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;
	III -	Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm3);
8.10.9.	<b>SOFTWARE</b>	
	I -	Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado.
8.10.10.	<b>ENERGIA</b>	
	I -	Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;
	II -	Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;
8.10.11.	<b>MONITOR - INCLUSO</b>	
	I -	Tamanho no mínimo 21,5" LED (16:9), resolução mínima FullHD (1920x1080p) 60Hz;
	II -	monitor deverá conter tratamento antireflexo, conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI e, 01 (uma) entrada DisplayPort. Regulagem de inclinação e altura.
8.10.12.	<b>NOBREAK - INCLUSO</b>	
	I -	Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA;
	II -	Tensão nominal de saída: 115V;
	III -	Eficiência em carga total: 90.0%;
	IV -	Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz;
	V -	Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada;
	VI -	Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136;



- VII - Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V;
- VIII - Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz;
- IX - Modo de seleção: Automatico;
- X - Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136;
- XI - Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna;
- XII - Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula;
- XIII - Tempo de recarga típico 12 hora(s);
- XIV - Comunicação e Gerenciamento: Painel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada;
- XV - Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria;
- XVI - Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

8.10.13. TOTEM (Computador Touch)

- I - Monitor Touch Screen no minimo 23 polegadas capacitivo, Multitoque resolução mínima de 1920x1080 pixels. Deverão ser novos, sem uso e em perfeito funcionamento;
- II - Deverão ser de cor preta, tons de cinza ou a mistura dessas cores;
- III - Deverão ser fornecidos todos os cabos e componentes requeridos para o perfeito funcionamento dos monitores de vídeo;
- IV - O número de série de cada monitor de vídeo deverá ser único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete;
- V - Os cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR 14136:2002;
- VI - Deverão possuir encaixe tipo Universal Slot Security/Kensington Security Slot (USS);
- VII - Deverão possuir tela em flat-panel em LED (16:9) de no minimo 23" (vinte e três), ou superior, na diagonal de área visível com resolução Widescreen; Deverão possuir tempo de resposta de no máximo 14ms (quatorze milissegundos); Deverão possuir taxa de brilho de no mínimo 250cd1m2 (duzentas e cinquenta); Deverá suportar no mínimo 16 Milhões de cores;
- VIII - Deverão possuir contraste mínimo de 5.000.000:1;
- IX - A resolução nativa deverá ser de no mínimo 1.600 (hum mil e seiscentos) pontos na horizontal e 900 (novecentos) pontos na vertical ou superior;
- X - Os controles para regulagem das configurações de exibição, tais como cor, brilho, contraste, gama, posição da imagem, reset de fábrica, auto - ajuste, dentre outras, deverão estar acessíveis através de botões de função ou sensores posicionados fisicamente no monitor;
- XI - Deverá possuir ângulo de visão de no mínimo 90° na horizontal e 65° na vertical;
- XII - Deverá possuir base que permita realizar ajustes de altura e inclinação;
- XIII - A tela do monitor de vídeo deverá possuir revestimento Anti -Glare;
- XIV - Deve possuir no minimo duas entradas de sinal, sendo uma no padrão HDMI a outra podendo ser VGA ou DisplayPort.

8.11. COMPUTADOR - INCLUSO

8.11.1. PROCESSADOR PRINCIPAL

- I - Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) núcleos físicos com 8 (oito) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;
- II - Frequência de clock base de, no mínimo, 3.40 Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.50Ghz;
- III - Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;

8.11.2. MEMÓRIA

- I - Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;
- II - Com 4GB (quatro gigabytes) em um módulo (1x4GB);

8.11.3. ARMAZENAMENTO

- I - Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;
- II - Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;

8.11.4. INTERFACES

- I - Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;

8.11.5. CONTROLADORA DE REDE INTEGRADA

- I - Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;
- II - Conector RJ-45 fêmea;
- III - Leds indicadores de atividade de rede;

8.11.6. CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA

- I - Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;
- II - Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;

8.11.7. CONTROLADORA DE VÍDEO

- I - Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;
- II - Compatível com a tecnologia DirectX 12;
- III - Possuir pelo menos 1 (uma) conexão de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;

8.11.8. GABINETE

- I - Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);
- II - Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;
- III - Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm3);

8.11.9. SOFTWARE

- I - Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado.

8.11.10.	<b>ENERGIA</b> <div><div>I - Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;</div><div>II - Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;</div></div>
8.11.11.	<b>NOBREAK - INCLUSO</b> <div><div>I - Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA;</div><div>II - Tensão nominal de saída: 115V;</div><div>III - Eficiência em carga total: 90.0%;</div><div>IV - Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz;</div><div>V - Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada;</div><div>VI - Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136;</div><div>VII - Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz, Modo de seleção: Automatico,,Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de recarga típico 12 hora(s), Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada, Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria, Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.</div></div>
8.11.12.	<b>PAINÉIS DE CHAMADA</b> <div><div>I - TELEVISOR – LED de no mínimo 55” (polegadas), Deverá possuir tecnologia de alta definição 4K, Deverá possuir WI-FI Integrado, Deverá possuir conversor digital integrado, Deverá possuir entrada de rede Ethernet de no mínimo 10/100, No mínimo 2 entradas HDMI e 2 entradas USB, Deverá possuir voltagem de 110 ~ 240v automático (bivolt), Deverá fornecer equipamentos em conformidade com a norma NBR14136:2002 e Lei no 11.337, de 26 de julho de 2006, Deverá possuir caixas de som embutidas estéreo, Deverá possuir controle remoto.</div></div>
8.11.13.	<b>COMPUTADOR - INCLUSO</b>
8.11.13.1.	<b>PROCESSADOR PRINCIPAL</b> <div><div>I - Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) núcleos físicos com 8 (oito) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;</div><div>II - Frequência de clock base de, no mínimo, 3.40 Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.50Ghz;</div><div>III - Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</div></div>
8.11.13.2.	<b>MEMÓRIA</b> <div><div>I - Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;</div><div>II - Com 4GB (quatro gigabytes) em um módulo (1x4GB);</div></div>
8.11.13.3.	<b>ARMAZENAMENTO</b> <div><div>I - Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;</div><div>II - Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</div></div>
8.11.13.4.	<b>INTERFACES</b> <div><div>I - Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;</div></div>
8.11.13.5.	<b>CONTROLADORA DE REDE INTEGRADA</b> <div><div>I - Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;</div><div>II - Conector RJ-45 fêmea;</div><div>III - Leds indicadores de atividade de rede;</div></div>
8.11.13.6.	<b>CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA</b> <div><div>I - Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;</div><div>II - Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;</div></div>
8.11.13.7.	<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b> <div><div>I - Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;</div><div>II - Compatível com a tecnologia DirectX 12;</div><div>III - Possuir pelo menos 1 (uma) conexão de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;</div></div>
8.11.13.8.	<b>GABINETE</b> <div><div>I - Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);</div><div>II - Gabinete projetado com design especifico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;</div><div>III - Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm3);</div></div>
8.11.13.9.	<b>SOFTWARE</b> <div><div>I - Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado.</div></div>
8.11.13.10.	<b>ENERGIA</b> <div><div>I - Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;</div><div>II - Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;</div></div>
8.11.13.11.	<b>NOBREAK - INCLUSO</b> <div><div>I - Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA;</div><div>II - Tensão nominal de saída: 115V;</div><div>III - Eficiência em carga total: 90.0%;</div><div>IV - Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz;</div><div>V - Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada;</div><div>VI - Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136;</div><div>VII - Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V;</div></div>

	<div><div>VIII -</div><div>Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz;</div></div>
	<div><div>IX -</div><div>Modo de seleção: Automatico;</div></div>
	<div><div>X -</div><div>Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136;</div></div>
	<div><div>XI -</div><div>Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna;</div></div>
	<div><div>XII -</div><div>Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula;</div></div>
	<div><div>XIII -</div><div>Tempo de recarga típico 12 hora(s);</div></div>
	<div><div>XIV -</div><div>Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada;</div></div>
	<div><div>XV -</div><div>Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria;</div></div>
	<div><div>XVI -</div><div>Características Gerais: Proteção contra sobrecarga;</div></div>
	<div><div>XVII -</div><div>Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático;</div></div>
	<div><div>XVIII -</div><div>Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.</div></div>
8.11.13.12.	<b>PAINÉIS DE CHAMADA</b>
8.11.14.	TELEVISOR – LED de no mínimo 55” (polegadas), Deverá possuir tecnologia de alta definição 4K, Deverá possuir WI-FI Integrado, Deverá possuir conversor digital integrado, Deverá possuir entrada de rede Ethernet de no mínimo 10/100, No mínimo 2 entradas HDMI e 2 entradas USB, Deverá possuir voltagem de 110 ~ 240v automático (bivolt), Deverá fornecer equipamentos em conformidade com a norma NBR14136:2002 e Lei no 11.337, de 26 de julho de 2006, Deverá possuir caixas de som embutidas estéreo, Deverá possuir controle remoto.
8.11.15.	<b>COMPUTADOR - INCLUSO</b>
8.11.15.1.	<b>PROCESSADOR PRINCIPAL</b> <div><div>I -</div><div>Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) núcleos físicos com 8 (oito) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;</div></div> <div><div>II -</div><div>Frequência de clock base de, no mínimo, 3.40 Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.50Ghz;</div></div> <div><div>III -</div><div>Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</div></div>
8.11.15.2.	<b>MEMÓRIA</b> <div><div>I -</div><div>Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;</div></div> <div><div>II -</div><div>Com 4GB (quatro gigabytes) em um módulo (1x4GB);</div></div>
8.11.15.3.	<b>ARMAZENAMENTO</b> <div><div>I -</div><div>Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC; Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</div></div>
8.11.15.4.	<b>INTERFACES</b> <div><div>I -</div><div>Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;</div></div>
8.11.15.5.	<b>CONTROLADORA DE REDE INTEGRADA</b> <div><div>I -</div><div>Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;</div></div> <div><div>II -</div><div>Conector RJ-45 fêmea;</div></div> <div><div>III -</div><div>Leds indicadores de atividade de rede;</div></div>
8.11.15.6.	<b>CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA</b> <div><div>I -</div><div>Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;</div></div> <div><div>II -</div><div>Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;</div></div>
8.11.15.7.	<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b> <div><div>I -</div><div>Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;</div></div> <div><div>II -</div><div>Compatível com a tecnologia DirectX 12;</div></div> <div><div>III -</div><div>Possuir pelo menos 1 (uma) conexão de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;</div></div>
8.11.15.8.	<b>GABINETE</b> <div><div>I -</div><div>Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);</div></div> <div><div>II -</div><div>Gabinete projetado com design especifico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;</div></div> <div><div>III -</div><div>Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm3);</div></div>
8.11.15.9.	<b>SOFTWARE</b> <div><div>I -</div><div>Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado.</div></div>
8.11.15.10.	<b>ENERGIA</b> <div><div>I -</div><div>Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;</div></div> <div><div>II -</div><div>Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;</div></div>
8.11.15.11.	<b>NOBREAK - INCLUSO</b> <div><div>I -</div><div>Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA;</div></div> <div><div>II -</div><div>Tensão nominal de saída: 115V;</div></div> <div><div>III -</div><div>Eficiência em carga total: 90.0%;</div></div> <div><div>IV -</div><div>Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz;</div></div> <div><div>V -</div><div>Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada;</div></div> <div><div>VI -</div><div>Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136;</div></div> <div><div>VII -</div><div>Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V;</div></div> <div><div>VIII -</div><div>Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz;</div></div>



- IX - Modo de seleção: Automatico;
- X - Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna;
- XI - Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula;
- XII - Tempo de recarga típico 12 hora(s);
- XIII - Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada;
- XIV - Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria;
- XV - Características Gerais: Proteção contra sobrecarga;
- XVI - Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

8.11.15.12. IMPRESSORA LASER

8.11.15.12.1. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA - A4:

- I - Deverá possuir tecnologia de impressão/Cópia /Digitalização laser monocromática;
- II - Interface USB 2.0, 1 USB Rost; Wireless;
- III - Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45;
- IV - Compatível com Windows Server 2012 2012R2, Server 2008 2008R2, 2003 Windows 7/8/10, XP, Vista e Linux;
- V - PDLs e Emulação: JPEG, TIFF, OPENxps, XPS, PPF, PDF Direct Printing PS3, PRESCRIBE, PCL6;
- VI - Deve vir acompanhada dos driver de instalação, em português; Resolução de impressão 1200 x 1200 dpi;
- VII - Velocidade de impressão mínima de 30PPM;
- VIII - Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 6 segundos;
- IX - Processador mínimo de 750; Memória RAM: instalada de 512mb;
- X - Ciclo de trabalho mensal mínimo de 15.000 páginas por mês;
- XI - Processador de documentos frente e verso passagem;
- XII - Capacidade de no mínimo entrada de papel: bandeja para 250 folhas;
- XIII - Capacidade de saída no mínimo: 150 folhas;
- XIV - Bandeja multiuso para no mínimo 100 folhas Tipos de papel que devem ser suportados: papel A4, carta, ofício, etiquetas, transparências, envelopes e Bond;
- XV - Capacidade para digitalização de forma automática para no mínimo 50 páginas ADF;
- XVI - ADF e mesa de digitalização deve suportar até tamanho ofício Capacidade de retenção de impressão e armazenamento de trabalhos;
- XVII - Recursos: digitalização contínua aumento e diminuição do zoom;
- XVIII - Alimentação: Tensão de alimentação de 127 Vac;
- XIX - Impressão em frente e verso integrado;
- XX - Rede e protocolos suportados: TCP/IP IPVA4 e 6, WDS Print/Scan, DHCP, DNS, LDAP, SNMP, HTTP, SMTP;
- XXI - Conter níveis selecionáveis de tonalidade da impressão;
- XXII - Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star;
- XXIII - Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras;
- XXIV - Manuais de instalação e operação; Cabo USB;
- XXV - Transformador compatível em potência com o modelo de impressora ofertado, que deverá ser informado na proposta.

8.11.15.12.2. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA - A4:

- I - Deverá possuir tecnologia de impressão/Cópia /Digitalização laser policromática;
- II - Deve permitir a substituição de toner e cilindro separadamente;
- III - Frente e verso;
- IV - Deverá possuir tecnologia de Impressora multifuncional digitalização: Laser Color;
- V - Rede Ethernet: Gigabit Ethernet (10/100/1000), Wirelles Integral, Porta USB 2.0;
- VI - Linguagens da Impressora: Emulação PCL 5e, Emulação PCL 6;
- VII - Resolução de impressão: 1.200 x 1.200 dpi;
- VIII - Velocidade de Impressão mono/color de no mínimo 27 ppm;
- IX - Impressão em frente e verso Duplex Integrado;
- X - Processador de no mínimo de 8000 Mhz;
- XI - Memória de no mínimo 512MB com possibilidade de expansão;
- XII - Ciclo mínimo de Trabalho mensal: 15.000 Páginas;
- XIII - Bandeja de entrada de no mínimo 250 páginas;
- XIV - Capacidade de Saída de Papel de no mínimo até 150 páginas;
- XV - Bandeja mpt 50 folhas Resolução da Digitalização 300x600dpi, 300pdi, 600dpi;
- XVI - Formatos de arquivos digitalizados Enviar como: TIFF, PDF, JPEG, Destinos da digitalização e-mail, Unidade USB ou pasta de rede;
- XVII - ADF Alimentador automático de documentos de 50 folhas;
- XVIII - Gramatura de papel padrão 50-155 g/m² e mpt 60-200 g/m²;
- XIX - Tipos de Mídias Suportados: Etiquetas, Envelopes, Tamanho papel suportado: A4 até ofício, A5;
- XX - Rede e protocolos: TCP/IP, IPv4 e 6, FTP, LPR,IPP, WSD Print Scan, DHCP, DNS, HTTP,SMTP, POP3, PDF;

- XXI - Sistemas operacionais suportados: Windows XP/VISTA/7/8/8.1/10/ SERVER 2003 2008 20012 E LINUX;
- XXII - Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Certificações: Energy Star;
- XXIII - Outros: CD Instalação; Cabo de alimentação; Cabo USB; Tensão / Voltagem: monovolt 127Vac;
- XXIV - Transformador compatível em potência com o modelo de impressora ofertado, que deverá ser informado na proposta.

8.11.15.12.3. IMPRESSORA TÉRMICA

- I - Resolução mínima de 203dpi, no mínimo uma Interface USB e uma placa de rede(ethernet);
- II - tecnologia térmica para impressão de código de barra e texto;
- III - largura máxima de impressão 104 mm;
- IV - velocidade de impressão no mínimo 4 ips;
- V - suportar no mínimo os seguintes códigos de barra: Código 39;
- VI - Código 128; Código 93; Codabar, UPC-A ; UPC-E; EAN 13; EAN 8; EAN 13 e QR Code;
- VII - Possibilidade de impressão por transferência térmica e térmica direta, memória Flash de 512KB ou superior;
- VIII - Memória SRAM 256 KB ou superior;
- IX - Botões: Liga/Desliga e Avanço de papel;
- X - Bobina (mídia) de formulário contínuo e etiquetas com papel térmico;
- XI - A impressora térmica de código de barra e texto deverá suportar a instalação de bobina (ribbon) comprimento de 244 polegadas (74 metros) ou superior;
- XII - O equipamento deverá ser compatível com os seguintes sistemas operacionais: plataformas: Windows® e Linux®;
- XIII - Tensão de alimentação da impressora 110/220 VOLTS (BIVOLT);

8.11.15.12.4. REDE LÓGICA

- I - A Contratada deverá realizar a Infraestrutura, ou seja, toda a rede lógica, com cabo utp padrão CAT6 ou superior, bem como, instalação de racks setoriais com ligação via fibra optica multimodo, contendo caixa de bloqueio, par de cordão optico de backup, switch 24P Giga+4P GBRIC gerenciável ou switch 48P Giga+4P GBRIC gerenciável dependendo da quantidade de equipamentos conectados conforme o tamanho da solução P, M, G e GG, patch painel 24 portas gigalan.
- II - Deverá fornecer os cabos de rede e mão de obra especializada para instalação e interligação de todos os servidores de banco de dados, servidores aplicação, interligação dos racks ligação e todos os equipamentos que estão englobados na solução conforme tamanho da unidade.

8.11.15.13. SWITCH DE ACESSO 48 OU 24 PORTAS BASE T DE ACORDO COM A NECESSIDADE.

a) A) ESPECIFICAÇÕES:

- I - Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI;
- II - Deve ser fornecido com **48 (quarenta e oito) portas 10/ 100/1000Base-T** para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve suportar Auto-MDIX e negociação automática de speed e duplex;
- III - Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 1GbE e 10GbE. Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas 1000Base-T e não serão aceitas interfaces do tipo combo;
- IV - Deve possuir 52 (cinquenta e duas) portas ethernet ativas simultaneamente, não incluindo interfaces de empilhamento caso suportado pelo equipamento;
- V - Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP);
- VI - Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ45 ou USB;
- VII - Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 75 (setenta e cinco) Mpps;
- VIII - Deve possuir tabela para, no mínimo, 16.000 (dezesseis mil) endereços MAC;
- IX - O equipamento deve permitir sua configuração automática com base em outro equipamento da rede, sem intervenção humana, permitindo a sua rápida substituição.
- X - Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuração em outro equipamento da rede, utilizando-se para isso parâmetros fornecidos pelo DHCP;
- XI - Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz;
- XII - Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (port mirroring);
- XIII - Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes;
- XIV - Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais, permitindo a criação de no mínimo 250 VLANs;
- XV - Deve implementar roteamento IP (Layer 3) com pelo menos 4 interfaces roteáveis, permitindo a criação de pequenos backbones;
- XVI - Deve implementar o protocolo RIP em IPv4 e IPv6;
- XVII - Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes;
- XVIII - Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de multicast; Deve implementar MLD v1 e v2;
- XIX - Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree).
- XX - Deve implementar pelo menos 32 instâncias de Spanning Tree;
- XXI - Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 4 (quatro) filas de prioridade por porta;
- XXII - Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário;
- XXIII - Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo ToS e dia e hora;
- XXIV - Deve implementar criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes a senha;
- XXV - Deve possuir o protocolo “Network Time Protocol” (NTP), autenticado, para a sincronização do relógio com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na troca de mensagens com os servidores de tempo;
- XXVI - Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente;
- XXVII - Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3;
- XXVIII - Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch. Deve permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS e TACACS;
- XXIX - Deve implementar o mecanismo mudança de autorização dinâmica para 802.1x, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization);
- XXX - Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento;
- XXXI - Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches marca Cisco já existentes neste órgão;

- XXXII - Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
- XXXIII - Gabinete padrão para montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento;
- XXXIV - GARANTIA Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis;
- XXXV - Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, Atendendo ao princípio do art. 40, V, 'a', da lei 14.133 01 de abril de 2021.

B) ESPECIFICAÇÕES:

- XXXVI - Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI;
- XXXVII - **Deve ser fornecido com 24 (vinte e quatro) portas 10/ 100/1000Base-T** para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ45.
- XXXVIII - Deve suportar Auto-MDIX e negociação automática de speed e duplex;
- XXXIX - Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 1GbE e 10GbE. Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas 1000Base-T e não serão aceitas interfaces do tipo combo;
- XL - Deve possuir 28 (vinte e oito) portas ethernet ativas simultaneamente, não incluindo interfaces de empilhamento caso suportado pelo equipamento;
- XLI - Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP);
- XLII - Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ-45 ou USB;
- XLIII - Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 40 (quarenta) Mpps;
- XLIV - Deve possuir tabela para, no mínimo, 16.000 (dezesseis mil) endereços MAC;
- XLV - O equipamento deve permitir sua configuração automática com base em outro equipamento da rede, sem intervenção humana, permitindo a sua rápida substituição.
- XLVI - Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuração em outro equipamento da rede, utilizando-se para isso parâmetros fornecidos pelo DHCP;
- XLVII - Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz;
- XLVIII - Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (port mirroring);
- XLIX - Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes;
- L - Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais, permitindo a criação de no mínimo 250 VLANs;
- LI - Deve implementar roteamento IP (Layer 3) com pelo menos 4 interfaces roteáveis, permitindo a criação de pequenos backbones;
- LII - Deve implementar o protocolo RIP em IPv4 e IPv6; Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes;
- LIII - Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de multicast; Deve implementar MLD v1 e v2;
- LIV - Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree).
- LV - Deve implementar pelo menos 32 instâncias de Spanning Tree;
- LVI - Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 4 (quatro) filas de prioridade por porta;
- LVII - Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário;
- LVIII - Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo ToS e dia e hora;
- LIX - Deve implementar criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes a senha;
- LX - Deve possuir o protocolo “Network Time Protocol” (NTP), autenticado, para a sincronização do relógio com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na troca de mensagens com os servidores de tempo;
- LXI - Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente;
- LXII - Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3;
- LXIII - Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch.
- LXIV - Deve permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS e TACACS;
- LXV - Deve implementar o mecanismo mudança de autorização dinâmica para 802.1x, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization);
- LXVI - Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento;
- LXVII - Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches marca Cisco já existentes neste órgão;
- LXVIII - Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização;
- LXIX - Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática.
- LXX - Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
- LXXI - Gabinete padrão para montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento;
- LXXII - GARANTIA Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis;
- LXXIII - Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, de que trata o Atendendo ao princípio do art. 40, V, 'a', da lei 14.133 01 de abril de 2021.

8.11.15.14. **NOBREAK - INCLUSO**

- I - Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA, Tensão nominal de saída: 115V;
- II - Eficiência em carga total: 90.0%, Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz;
- III - Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada, Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136;
- IV - Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz;
- V - Modo de seleção: Automatico,Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de recarga típico 12 hora(s);
- VI - Comunicação e Gerenciamento: Painel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada;
- VII - Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria;
- VIII - Características Gerais: Proteção contra sobrecarga;
- IX - Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático;
- X - Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

8.11.16. **LINK DE INTERNET**



- I - Link de Internet com velocidade de no mínimo 50MBs de download e upload do tipo dedicada, ou superior quando disponível por qualquer operadora, em cada uma das unidades.
- II - A empresa contratada deverá fornecer os equipamentos necessários para a ligação com a internet como roteadores, modem optico, passagem da fibra até o rack.
- III - Os roteadores, de propriedade do FORNECEDOR REGISTRADO, deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pelo mesmo e deverá ser garantido o desempenho e os níveis de serviços;
- IV - Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA**;
- V - Topologia do tipo fibra óptica. Deverão ser fornecidos acessos IP permanentes que possibilitem a interligação (IPv4 e IPv6) das unidades da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, Internet.
- VI - Caso seja identificado, durante a execução dos serviços, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a **CLIENTE**;
- VII - Possuir no mínimo 01 (uma) Wan Gigabit (SFP ou RJ45), e no minimo mais 02 interfaces Lan Gigabit para interconexão com ambiente de rede local de instalação;
- VIII - Disponibilizar serviço de DNS da CONTRATADA, capaz de resolver direta e reversa endereços IPv4 e IPv6 de internet.
- IX - Não será permitido o uso de tecnologias DSL, 3G e 4G.
- X - Todos os equipamentos e links devem suportar tanto IPv4 quanto IPv6.
- XI - Deverão suportar o respectivo tráfego da banda completamente ocupada sem degradação do desempenho, atendendo aos níveis de serviço pretendidos. Para isso deverão apresentar configuração de memória, de CPU e capacidade de vazão compatíveis (de forma qualitativa e quantitativa) com as características e componentes desta especificação.
- XII - Deverão possuir fonte de alimentação com chaveamento automático de tensão de entrada 110/220 VAC a 60 Hz.
- XIII - Os serviços de acesso à Internet deverão possuir obrigatoriamente garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da velocidade de banda estipulada neste instrumento, para download e upload;
- XIV - A latência deverá ser de no máximo de 150ms;
- XV - Taxa de erros máxima admitida de 10-6;
- XVI - Licença para prover Serviço de Comunicação Multimídia (SMC) emitido pela ANATEL, devidamente publicada no Diário Oficial da União, em conformidade com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73 de 25 de novembro de 1998; do anexo à Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e demais normas aplicáveis;

8.11.17. TABLETS

- I - Processador de 8 núcleos 2.2ghz ou superior. Memória RAM de 6 GB ou superior.
- II - Armazenamento interno de 64 GB ou superior (não pode contar com Cartão SD).
- III - Tela FullHD ou superior de 10”.
- IV - Porta USB-C para carregamento, Carregador e cabo USB-C incluso.
- V - WIFI 802.11 ac/b/g/n com frequência de 2.4 e 5GHz e bluetooth 5.1 ou superior.
- VI - Bateria interna com autonomia no mínimo 8 horas Câmera Frontal no minimo 5.0 MP e no minimo Traseira 8.0 MP.

8.12. MIGRAÇÃO 0038764939

8.12.1. Migração Legado: Prontuário Eletrônico do Paciente

- I - O serviço de migração deverá permitir a importação de tabelas exportadas no formato .xlsx do sistema legado, contendo parâmetros pré- definidos para utilização nas funcionalidades da solução. Deverá envolver análise prévia dos dados, possibilitando a revisão, sanitização e aprimoramento pela Instituição, dos dados a serem migrados;
- II - A migração deverá contemplar as seguintes cargas:
- III - Alergias, Bactérias, Centro de custo, Convênio e Categoria, Cuidados, Diluições, Equipamentos, Estado de saúde, Fornecedor, Grupo de compra, Grupo de estocagem, Grupo de fornecedores, Grupos de acesso, Hemoderivados, Laboratórios (Farmacêuticos), Marcas de Produtos, Material CME, Material de coleta de exames, Motivo de atraso e suspensão de cirurgia, Motivo de bloqueio de sala cirúrgica, Motivo de compra de produtos, Motivos cancelamento e exclusão de atendimento, Motivos devoluções e trocas de produtos, OPME, Paciente, Plano de contas contábil/diário, Prestadores de serviços, Procedimento invasivo, Produto, Profissional, Quarto e Leito, Sala ambulatorio, Sala de cirurgia, Sala e Leito de recuperação, Serviços, Subgrupo de estocagem, Terceiros, Termos de laudo, Tipos e motivos de atendimento, Tipos de anestesia, Unidade Hospitalar, Usuário.

8.13. SERVIÇOS PROFISSIONAIS

8.13.1. Instalação e Parametrização

- I - Garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega da infraestrutura necessária para a instalação e configuração dos ambientes;
- II - Incluir todas as atividades de instalação e configuração dos softwares e configuração de servidores;
- III - Capacitar a equipe de TI local para instalação da aplicação nas estações de trabalho.

8.14. Treinamentos Iniciais e Continuados

- I - A Contratada deverá realizar os treinamentos iniciais, visando instruir os usuários multiplicadores designados pela Instituição e os usuários de Tecnologia da Informação (TI) a utilizarem as soluções. Deverão ser realizados com agenda de conteúdos pré-definida, em local com infraestrutura adequada e diferenciados por categoria e nível.
- II - Sendo:
- III - → Treinamento intermediário de nível clínico total utilização da solução a equipe clínica;
- IV - → Treinamento básico de nível técnico aos profissionais das equipes administrativas, assistenciais, multidisciplinares e médicos de diferentes setores e especialidades para utilização e manuseio do sistema;
- V - Os treinamentos deverão ser distribuídos em 04 (quatro) turmas diárias (dias úteis) com duração de 02 (duas) horas e realizados em turmas contendo até 6 profissionais. O escopo do treinamento deverá abranger a área de atuação dos profissionais participantes, capacitando a realização na prática de todo fluxo clínico ou administrativo na solução.
- VI - Ao término de cada treinamento os profissionais deverão realizar o fluxo de atividades correspondentes a sua rotina diária para avaliação da absorção do conteúdo aprendido e deverão atingir nota igual ou superior a 07 (sete) pontos, o profissional que não atingir a nota mínima deverá realizar novo treinamento ou ser substituído por outro multiplicador/usuário chave, este a ser definido pela Instituição;
- VII - Após os treinamentos iniciais, a equipe de suporte alocada nas unidades de saúde ficará responsável por garantir o treinamento continuado, e tantos quantos forem necessários, para a garantia da aderência da solução, capacitação da equipe de multiplicadores/usuários chaves.

8.15. Operação Assistida

- I - Durante a etapa de operação assistida deverá ser disponibilizada equipe técnica e assistencial que fiquem presencialmente na instituição de saúde para prestarem todo apoio e acompanhamento aos multiplicadores e usuários chaves do sistema, esclarecendo dúvidas e atuando na resolução de incidentes que ocorram durante esta fase;
- II - A duração de cada etapa de operação assistida será proporcional ao porte e complexidade da unidade de saúde, e deverá ser apresentada no cronograma de implantação de cada unidade.

8.16. Gestão de Projetos

- I - A Contratada deverá realizar a gestão de projeto deverá garantir que o projeto incluirá todo o trabalho necessário para finalização conforme previsto;
- II - Elaborar o plano de implantação dos sistemas contendo atividades, equipes de trabalho, responsabilidades das partes, treinamentos necessários e cronogramas, a serem aprovados previamente;
- III - Realizar reuniões de alinhamentos entre as partes envolvidas mantendo todos os decisores informados sobre o status do projeto.
- IV - Em caso de impeditivos, atrasos ou indisponibilidade de alguma das partes no cumprimento das responsabilidades acordadas, deverá ser realizada uma notificação por escrito solicitando providências concretas e a imediata regularização para cumprimento do cronograma acordado.

8.17. Gestão de Backups

- I - A Contratada deverá ser implementada uma gestão de backups de banco de dados e aplicações, de forma rotineira e diária, com as seguintes características:
- II - → Dispositivo de armazenamento externo de arquivos, o qual possibilita a consulta On Line dos arquivos de backup gerados através de ferramenta de gerenciamento, o servidor de armazenamento deve possuir conexões segura com chave privada de forma a garantir o mais alto nível de segurança, o equipamento deve possuir discos rápido para leitura e gravação e melhor velocidade no acesso e gravação das informações deverá possuir discos em tecnologia SSD ou superior.
- III - → O dispositivo deve permitir que sua capacidade seja aumentada gradativamente conforme as necessidades da instituição, indefinidamente, e a qualquer tempo.
- IV - → Os arquivos devem ser armazenados com histórico de 30 dias, e com intervalos de 24h em cada execução. Devem ser armazenados em equipamento em CLOUD, após armazenamento a ferramenta de gerenciamento deverá realizar o envio de e-mail após cada execução contendo informações do backup tais como: tempo decorrido, tamanho do arquivo, e status de execução.
- V - → A solução de armazenamento deverá vir acompanhada do seu respectivo software de gerenciamento e todos os acessórios necessários para conexão com os switches e servidores.

8.18. Políticas de Backup

8.18.1. A Contratada deverá implementar uma política de backups de banco de dados e aplicações, de forma rotineira e diária, nas seguintes características:

Descrição	Servidor Banco de Dados	Servidor de Aplicação
Frequência	Diário	Diário
Periodicidade	1x considerar discos SAS	1x considerar discos SAS
Horário de Execução	00:00	22:00
Tempo de Retenção	7 dias	7 dias
Modelo	Full	Incremental e um Full mensal
Backup Histórico	Recomendado 30 dias	Recomendado 30 dias

\*Fonte: 0038742646\*

8.19. DAS CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS DAS SOLUÇÕES

8.19.1. Fluxo Clínico:

8.19.2. A Contratada deverá dispor da solução de Prontuário Eletrônico do Paciente, abrangendo os fluxos clínicos inerentes aos processos dos estabelecimentos de saúde abrangidos no escopo deste projeto, contemplando minimamente as rotinas de:

- I - Acolhimento de pacientes;
- II - Classificação de Risco com possibilidade de personalização do protocolo de classificação, atendendo às especificidades de cada estabelecimento;
- III - Aferição e Registro de Sinais Vitais e Dados Antropométricos com composição automática de gráficos clínicos;
- IV - Atendimento médico com possibilidade de modelagem de fichas de atendimento eletrônicas para cada especialidade médica, a nível de campos, que por sua vez devem ser estruturados, possibilitando extração de dados para composição de indicadores em BI.
- V - Prescrição eletrônica interdisciplinar integrada às áreas de realização de exames e estoques, com alertas quanto a: Duplicidade de medicamentos, alergias e interações medicamentosas, duplicidade de exames, antibióticos de controle CCIH, medicamentos não padronizados e medicamentos de controle especial e/ou uso restrito;
- VI - Aprazamento de enfermagem;
- VII - Checagem de enfermagem beira-leito com validações de segurança quanto a administração de medicamentos, validando minimamente: Medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e paciente certo;
- VIII - Solicitação de materiais e medicamentos;
- IX - Devolução de materiais e medicamentos;
- X - Registro com envio de alertas pelo corpo clínico com definição de tema e prioridade;
- XI - Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE) com capacidade para atender as especificações da taxonomia NANDA, NOC e NIC. O SAE ainda deve sugerir intervenções de modo automático a partir de diagnósticos de enfermagem;
- XII - Evoluções e Anotações;
- XIII - Interconsulta e pareceres;
- XIV - Protocolos, escalas e avaliações clínicas como: TEV Clínico, TEV Cirúrgico, MEWS, SEPSE, AVC, GLASGOW, MORSE, FRAMINGHAM, BRADEN, MADDOX, APACHE etc. Ainda, o S-RES deverá possibilitar a modelagem de protocolos clínicos conforme necessidade de cada estabelecimento de saúde;
- XV - Protocolo de Nutrição;
- XVI - Avaliações Psico-sociais;
- XVII - Planejamento Terapêutico interdisciplinar com análise de desfecho e obrigatoriedade de registros diários (garantia de continuidade);
- XVIII - Odontograma;
- XIX - Registro Adverso;
- XX - Controle de Procedimentos Invasivos;
- XXI - Alta Médica;
- XXII - Receituário comum e de controle especial;
- XXIII - Atestados, Termos e Declarações;
- XXIV - Descrição Cirúrgica;
- XXV - Registros e avaliações de CCIH integradas a prescrição médica;
- XXVI - Notificações de Agravo;
- XXVII - O S-RES deve possibilitar que todos os registros em prontuário sejam assinados digitalmente por meio de certificados digitais ICP-Brasil (A1 e/ou A3) e de Cadeia Privada (Assinatura Avançada);

8.20. DO SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR

8.20.1. Agendamento

- I - O sistema deve possibilitar a geração de grades de horários para realização dos agendamentos por profissional, equipe, prestador de serviço, especialidades ou Salas Ambulatoriais.
- II - O sistema deve possibilitar o bloqueio de determinados horários da grade da agenda dos recursos.
- III - O sistema deve possibilitar efetuar encaixes entre horários já agendados.
- IV - O sistema deve possibilitar a exclusão de registros de agendamentos.
- V - O sistema deve possibilitar a transferência de registros de agendamentos dentro do mesmo dia ou em dias subsequentes.
- VI - O sistema deve possibilitar a pesquisa e visualização de todo o histórico de atendimentos do paciente agendado.
- VII - O sistema deve possibilitar a impressão de lembretes e preparos necessários para o seu atendimento no dia da consulta ou do exame.

VIII - O sistema deve possibilitar de forma dinâmica a localização das melhores agendas de cada recurso e os primeiros horários da agenda destes recursos. Após a informação do período pretendido e do turno o sistema deve sugerir automaticamente e permitir agendar o paciente informado na seleção inicial. O sistema deve exibir no mínimo as 10 melhores agendas encontradas e os 10 primeiros horários de cada dia do período informado.

IX - O sistema deve contar com a possibilidade de configuração dos feriados em âmbito nacional e local, e com isso, se for de desejo do cliente, não disponibilizar as respectivas datas para agendamento.

8.20.2. Ambulatório

I - O sistema deve possibilitar informar vários documentos de identificação do paciente, tais como: Cartão SUS, CPF, RG e Certidão Nascimento, assim como, possibilitar configuração para que alguns desses documentos sejam preenchidos em caráter obrigatório, no momento de cadastrar um paciente.

II - O sistema deve possibilitar a geração de um número de arquivamento, este número pode ser unificado para os atendimentos ambulatoriais e internados ou dissociado para cada situação.

III - O sistema deve possibilitar a geração dos números das contas do faturamento.

IV - O sistema deve possibilitar a geração de informações estratégicas no cadastro do paciente que podem ser consultadas no momento de registrar o atendimento ambulatorial do paciente.

V - O sistema deve possibilitar a geração dos números dos boletins de atendimento, onde para cada atendimento o sistema deverá gerar um novo número para o paciente. A geração destes números deve possuir um controle anual.

VI - O sistema deve possibilitar efetuar o controle de tratamentos continuados. Ao informar que o atendimento ambulatorial do paciente deverá ser caracterizado como tratamento, o boletim deverá obrigar a informação do procedimento objeto do tratamento do paciente.

VII - O sistema deve possibilitar a exibição de alerta ao usuário no momento do registro do boletim de atendimento, sinalizando que o paciente está em processo de tratamento, todavia, deve permitir dar continuidade com os registros do atendimento já que, o comparecimento do paciente poderá ser oriundo de quadro clínico diferente do tratamento iniciado.

VIII - O sistema deve possibilitar a identificação de todos os atendimentos anteriores do paciente no Hospital. O sistema deve exibir em uma consulta todo o histórico dos atendimentos ambulatoriais ou internados do paciente.

IX - O sistema deve possibilitar a identificação dos agendamentos registrados para a data atual e imediato registro do boletim para os pacientes cadastrados, integrando os dados do agendamento com o registro do atendimento.

X - O sistema deve possibilitar efetuar o atendimento a pacientes sem preenchimento de informações cadastrais. Após a identificação e atendimento o sistema deverá permitir o relacionamento do cadastro definitivo ao atendimento prestado, agilizando dessa forma o ingresso do paciente em determinadas situações.

XI - O sistema deve possibilitar a identificação de informações estratégicas para os atendimentos ambulatoriais do SUS. Estas informações serão percebidas no módulo de faturamento SUS como item lançado.

XII - O sistema deve possibilitar a identificação das reconsultas dos pacientes e se o atendimento é eletivo ou emergência.

XIII - O sistema deve possibilitar o gerenciamento das guias necessárias ao atendimento conforme exigência do convênio, questionando o usuário ao final do registro do atendimento, se o mesmo deseja realizar o referido processo.

XIV - O sistema deve possibilitar a geração de informação no campo da guia para identificar se esta ficou em situação pendente para geração de relatório de guias pendentes.

XV - O sistema deve possibilitar a emissão de guias TISS vinculadas ao atendimento.

XVI - O sistema deve possibilitar o registro da data de alta dos pacientes após atendimento a nível ambulatorial.

XVII - O sistema deve possibilitar a identificação do destino do paciente no ato da alta.

XVIII - O sistema deve possibilitar o registro de internação do paciente mediante a informação do destino da alta para internação.

XIX - O sistema deve possibilitar o registro de óbito do paciente inativando o cadastro do paciente para registro de novos eventos no sistema.

XX - O sistema deve possibilitar a informação do diagnóstico do atendimento ao paciente ao registrar a alta, com base no CID-10. Este diagnóstico deve ser definido pelo profissional médico.

XXI - O sistema deve possibilitar a chamada do paciente com dispositivo de áudio através de diversos pontos do sistema.

XXII - O sistema deve possibilitar o registro do acolhimento do paciente, identificando se o mesmo deve passar por uma classificação de risco. O sistema deve permitir classificar o paciente utilizando diferentes protocolos.

XXIII - O sistema deve possibilitar ao usuário registrar o grau da dor de um paciente através da Régua de Dor.

XXIV - O sistema deve possibilitar ao usuário a avaliação da qualidade do cadastro do paciente através de gráficos de similaridades. A pesquisa fonética e a identificação de Homônimos devem compor essa funcionalidade, e dessa forma possibilitando a unificação de informações quando necessário, evitando duplicidades de cadastros.

XXV - O sistema deve possibilitar ao usuário uma base única de cadastros e que essa esteja disponível para ambientes físicos diferentes.

XXVI - O sistema deve disponibilizar diversos relatórios, tais como: Paciente do PS sem registro de atendimento, Pacientes por faixa etária, Pacientes por local de Origem, Atendimentos pendentes de registro de alta, quantitativo de atendimentos por paciente, Atendimentos de pacientes de outros municípios, tempo de atendimento por classificação de risco, entre outros.

XXVII - O sistema deve possibilitar a geração de arquivo CIHA para envio ao órgão de saúde competente. Dentro desse contexto, também devem ser disponibilizados relatórios de inconsistências e de produção, assim como, a possibilidade de vincular procedimentos de atendimento com seu respectivo código SUS.

XXVIII - O sistema deve possibilitar anexar arquivos junto ao cadastro do paciente, os quais poderão ser consultados em quando necessário.

XXIX - O sistema deve possibilitar o registro dos pacientes após pesquisa de registros anteriores já cadastrados como forma de evitar duplicidade de cadastro. Deverá haver a possibilidade de pesquisa informando: código, nome, número de arquivo, número da ficha de internação ou por número do boletim de atendimento ambulatorial.

XXX - O sistema deve viabilizar duas possibilidades de cadastro de paciente, sendo um simplificado e outro complexo, tendo em vista que para alguns atendimentos são exigidos mais ou menos informações do paciente.

XXXI - O sistema deve permitir a coleta de assinatura eletrônica do paciente através de equipamento para esta finalidade.

8.20.3. Urgência Hospitalar

I - O sistema deve controlar as rotinas de uma recepção de emergência hospitalar, permitindo a admissão dos pacientes, lançamento do seu consumo de materiais e medicamentos.

II - O sistema deve disponibilizar informações diversas acerca da localização e situação dos pacientes atendidos ou em atendimento na urgência, ou em qualquer outra parte do hospital.

III - O sistema deve, durante a admissão, emitir automaticamente etiquetas e/ou pulseiras para a identificação do paciente.

IV - O sistema deve, quando o paciente retorna ao hospital, recuperar suas informações pelo sistema, agilizando o processo de admissão.

V - O sistema deve apresentar Protocolo eletrônico para fluxo de documentos;

VI - O sistema deve apresentar agenda de endereços e telefones de contatos dos médicos e equipes médicas que trabalham com o hospital;

VII - O sistema deve localizar rapidamente as informações relacionadas aos pacientes em atendimento ou egressos do hospital;

VIII - O sistema deve apresentar relatórios gerenciais sobre produção e distribuição horária de atendimento;

IX - O sistema deve ter controle sobre o estoque do setor, permitindo pedidos manuais ou automáticos de reposição dos estoques.

X - O sistema deve possibilitar informar vários documentos de identificação do paciente, tais como: Cartão SUS, CPF, RG e Certidão Nascimento, assim como, possibilitar configuração para que alguns desses documentos sejam preenchidos em caráter obrigatório, no momento de cadastrar um paciente.

XI - O sistema deve possibilitar a geração de informações estratégicas no cadastro do paciente que podem ser consultadas no momento de registrar o atendimento ambulatorial do paciente.

XII - O sistema deve possibilitar a geração dos números dos boletins de atendimento, onde para cada atendimento o sistema deverá gerar um novo número para o paciente. A geração destes números deve possuir um controle anual.

XIII - O sistema deve possibilitar a exibição de alerta ao usuário no momento do registro do boletim de atendimento, sinalizando que o paciente está em processo de tratamento, todavia, deve permitir dar continuidade com o registro do atendimento já que, o comparecimento do paciente poderá ser oriundo de quadro clínico diferente do tratamento iniciado.

XIV - O sistema deve possibilitar a identificação de todos os atendimentos anteriores do paciente no Hospital. O sistema deve exibir em uma consulta todo o histórico dos atendimentos ambulatoriais ou internados do paciente.

XV - O sistema deve possibilitar a identificação dos agendamentos registrados para a data atual e imediato registro do boletim para os pacientes cadastrados, integrando os dados do agendamento com o registro do atendimento.

- XVI - O sistema deve possibilitar efetuar o atendimento a pacientes sem preenchimento de informações cadastrais. Após a identificação e atendimento o sistema deverá permitir o relacionamento do cadastro definitivo ao atendimento prestado, agilizando dessa forma o ingresso do paciente em determinadas situações.
- XVII - O sistema deve possibilitar a identificação do destino do paciente no ato da alta.
- XVIII - O sistema deve possibilitar o registro de internação do paciente mediante a informação do destino da alta para internação.
- XIX - O sistema deve possibilitar o registro de óbito do paciente inativando o cadastro do paciente para registro de novos eventos no sistema.
- XX - O sistema deve possibilitar a informação do diagnóstico do atendimento ao paciente ao registrar a alta, com base no CID-10. Este diagnóstico deve ser definido pelo profissional médico.
- XXI - O sistema deve possibilitar a chamada do paciente com dispositivo de áudio através de diversos pontos do sistema.
- XXII - O sistema deve possibilitar o registro do acolhimento do paciente, identificando se o mesmo deve passar por uma classificação de risco. O sistema deve permitir classificar o paciente utilizando diferentes protocolos.
- XXIII - O sistema deve possibilitar ao usuário registrar o grau da dor de um paciente através da Régua de Dor.
- XXIV - O sistema deve possibilitar ao usuário a avaliação da qualidade do cadastro do paciente através de gráficos de similaridades. A pesquisa fonética e a identificação de Homônimos devem compor essa funcionalidade, e dessa forma possibilitando a unificação de informações quando necessário, evitando duplicidades de cadastros.
- XXV - O sistema deve possibilitar ao usuário uma base única de cadastros e que essa esteja disponível para ambientes físicos diferentes.
- XXVI - O sistema deve disponibilizar diversos relatórios, tais como: Paciente do PS sem registro de atendimento, Pacientes por faixa etária, Pacientes por local de Origem, Atendimentos pendentes de registro de alta, quantitativo de atendimentos por paciente, Atendimentos de pacientes de outros municípios, tempo de atendimento por classificação de risco, entre outros.
- XXVII - O sistema deve possibilitar anexar arquivos junto ao cadastro do paciente, os quais poderão ser consultados em quando necessário.
- XXVIII - O sistema deve possibilitar o registro dos pacientes após pesquisa de registros anteriores já cadastrados como forma de evitar duplicidade de cadastro. Deverá haver a possibilidade de pesquisa informando: código, nome, número de arquivo, número da ficha de internação ou por número do boletim de atendimento ambulatorial.
- XXIX - O sistema também deve contar duas possibilidades de cadastro de paciente, sendo um simplificado e outro complexo, tendo em vista que para alguns atendimentos são exigidos mais ou menos informações do paciente. Exemplo: Atendimento para Coleta de exames.
- XXX - O sistema deve possibilitar realizar lançamentos de procedimentos, solicitações de materiais e medicamentos e solicitações de exames para pacientes em atendimento de internação ou ambulatorial.
- XXXI - Essa funcionalidade deve ter a finalidade de facilitar para o profissional o atendimento do paciente, deve permitir acessar os processos de atendimento que podem ser realizados para o paciente. O profissional ao entrar no Sistema conforme configuração deverá abrir automaticamente a lista de pacientes, constando todos os seus pacientes.
- XXXII - O sistema deve possibilitar realizar prescrição eletrônica, totalmente integrada com informação em tempo real para suprimentos, compras, faturamento e SADT. Permitindo configurar as abas de acordo com cada Unidade Hospitalar
- XXXIII - O sistema deve possibilitar e controlar os procedimentos relacionados ao controle de todos os sinais vitais realizados no paciente, com exibição sob forma de gráfico. Possibilitar registro de sinais vitais atendendo a rotina pré-definida por clínica/bloco de internação (hora/hora, pressão arterial, pulso, frequência respiratória, temperatura, escala de dor, lucidez), com possibilidade de inserir observações; possibilitando a emissão de alertas de sinais vitais e resultados de exames críticos que o paciente apresente resultados fora do valor de referência, com a possibilidade de inclusão de parâmetros de inteligência artificial.
- XXXIV - O sistema deve possibilitar a visualização dos resultados de laudos processados, bem como as imagens dos exames processados na edição dos laudos.
- XXXV - O sistema deve possibilitar o registro e a impressão da evolução do paciente, permitindo acompanhar e visualizar as evoluções anteriores, podendo ser configurado a exigência de preenchimento.
- XXXVI - O sistema deve possibilitar registrar a data hora de coleta do material, e a indicação de necessidade de recoleta, possibilitando a verificação de informações do exame específico e a impressão da etiqueta de identificação do material.
- XXXVII - O sistema deve calcular o score de MEWS (Modified Early Warning Scoring), cuja função é identificar precocemente sinais de deterioração clínica do paciente, baseado num sistema de atribuição de pontos (scores) aos parâmetros fisiológicos e sinais vitais, com envio de avisos aos smartphones do Time de Resposta Rápida da instituição (TRR).
- XXXVIII - O sistema deve possuir o processo de Interconsulta, permitindo a um profissional chamar outro em busca de informações e ajuda; o sistema deve permitir alterar a tela por parte da equipe para adaptações ao fluxo interno da instituição; deve poder associar a um nível de prioridade de alerta; notificação/alerta no painel do PEP; as solicitações devem ser exibidas como alertas num painel de alertas, classificadas pelo tema associado e ranqueadas pelo nível de prioridade.
- XXXIX - O sistema deve permitir o monitoramento de tromboembolismo venoso, definir o modelo de protocolo de prevenção da instituição, emitindo alertas definidos no protocolo da instituição.
- XL - O sistema deve possibilitar a emissão de diversos como emissão de atestado, declaração de internação, receituário, acompanhamento de atendimento do paciente, mapa diário de nutrição por paciente, impressão de etiquetas, solicitações de antibióticos dentre outros controles da internação do paciente.
- XLI - O sistema deve exibir em letra maiúscula, para evitar trocas, letras do nome do medicamento prescrito que podem ser confundidas com medicamento de grafia semelhante de acordo com cadastro geral de medicamentos.
- XLII - A prescrição do sistema deve ser multiprofissional, permitindo a todos profissionais da unidade seu uso.
- XLIII - O sistema deve possuir painel de monitoramento online de pacientes da Unidade, com uma régua de tempo atualizando os horários de aprazamento com os dados da prescrição, destacando pacientes com algum risco, além de indicar alergias etc.
- XLIV - O fornecedor do sistema deve apresentar atestado de capacidade técnica emitido por uma instituição operando com o sistema sem papel.
- XLV - O sistema deve possibilitar a construção personalizada de layouts de modelos de documentos eletrônicos, com associação e edição de campos, regras de itens, variáveis etc.
- XLVI - O sistema deve possibilitar o cadastro de processos/fluxos, conjunto de operações/eventos via sistema que serão responsáveis pelo disparo de ações personalizáveis com base em gatilhos/condições pré-definidas.
- XLVII - O sistema deve possuir integração com monitores multiparamétricos.
- XLVIII - Deverá permitir consultar PDF do PEP Legado, somente para visualização, sem possibilidade de impressão, cópia ou distribuição

8.20.4. Diagnóstico, Laudo e Agendamento

- I - O sistema deve possibilitar a digitação de laudos com uso de variáveis précadastradas, facilitando e agilizando o processo de digitação do laudo. Possibilitar criar pré-laudos para seleção no momento que for realizar a digitação do laudo, agilizando assim, o uso de textos pré-formatados para determinados resultados a serem incluídos no laudo. Disponibilizar as etapas de digitação, liberação parcial ou definitiva, emissão e retirada de laudos, nessa última etapa, também é possível registrar identificação de quem efetuou a retirada.
- II - O sistema deve possibilitar cadastrar possíveis documentos utilizados pelo prestador de serviço tanto para emissão interna como externa.
- III - O sistema deve possibilitar criar modelos de recibos configuráveis.
- IV - O sistema deve possibilitar registrar e imprimir o questionário de pré-requisitos necessários para realização do exame selecionado.
- V - O sistema deve permitir o registro de atendimento para paciente, quando esse destinado apenas para realização de exames, uma vez que os exames necessitam da identificação do paciente e seu respectivo atendimento.
- VI - O sistema deve permitir a chamada do paciente através do uso de painéis que orientam o paciente quanto ao seu atendimento.
- VII - O sistema deve permitir entregar os laudos de exames dos pacientes via Web.
- VIII - O sistema deve possibilitar a geração de grades de horários para realização dos agendamentos por Profissional, Prestador de Serviço, ou Salas Ambulatoriais.
- IX - O sistema deve possibilitar o bloqueio de determinados horários da grade da agenda dos recursos.
- X - O sistema deve possibilitar efetuar encaixes entre horários já agendados.
- XI - O sistema deve possibilitar a exclusão de registros de agendamentos.
- XII - O sistema deve possibilitar a transferência de registros de agendamentos dentro do mesmo dia ou em dias subsequentes.
- XIII - O sistema deve possibilitar a pesquisa e visualização de todo o histórico de atendimentos do paciente agendado.
- XIV - O sistema deve possibilitar a impressão de lembretes e preparos necessários para o seu atendimento no dia do exame.



- XV - O sistema deve possibilitar de forma dinâmica a localização das melhores agendas de cada recurso e os primeiros horários da agenda destes recursos. Após a informação do período pretendido e do turno o sistema deve sugerir automaticamente e permitir agendar o paciente informado na seleção inicial. O sistema deve exibir no mínimo as 10 melhores agendas encontradas e os 10 primeiros horários de cada dia do período informado.
- XVI - O sistema deve contar com a possibilidade de configuração dos feriados em âmbito nacional e local, e com isso, se for de desejo do cliente, não disponibilizar as respectivas datas para agendamento.
- XVII - O sistema deve reconhecer os números de identificação interna do laboratório para cada amostra, a identificação das amostras é única e sequencial.
- XVIII - O sistema deve reconhecer o número das amostras com o número GAL, garantindo rastreabilidade e entrega de resultados;
- XIX - O sistema deve programar os instrumentos de automação e permitir o gerenciamento da produção da área técnica do laboratório, a fim de produzir os resultados referentes aos pedidos que foram cadastrados no Sistema de Banco de Sangue;
- XX - O sistema deve traduzir, processar e realizar cálculos, além de formatar os resultados, a fim de enviá-los ao Sistema de Banco de Sangue para que sejam liberados;
- XXI - O sistema deve ser capaz de ler os dados disponibilizados pelo equipamento analítico;
- XXII - O sistema deve suportar fluxo de comunicação bidirecional em todos os equipamentos capacitados, com suporte total a identificação positiva de amostras por códigos de barras e modo de consulta personalizada (query mode), com checagem de resultados prévios, detectando inconsistências.
- XXIII - O sistema deve ter capacidade de comunicação física de equipamento de automação laboratorial diretamente a uma estação de trabalho (computador não servidor), com conversão TCP/IPserial no próprio software, dispensando o uso de port servers;
- XXIV - O sistema deve ter suporte a equipamentos com interface serial e a equipamentos com interface de rede;
- XXV - O sistema deverá fazer exibição sintética e analítica dos dados de amostra, paciente e atributos;
- XXVI - O sistema de fazer exibição dos resultados dos exames em formato de planilha (visualização em lote);
- XXVII - O sistema deve possibilitar a tomada de ações sobre as amostras e seus exames, tais como liberação de resultados, acionamento de repetições, programação de equipamentos, etc.;
- XXVIII - O sistema deve dispor de mecanismo de exportação de dados de configuração, de movimento e de rastreabilidade;
- XXIX - O sistema deve armazenar um registro temporal contínuo (trace) detalhado da comunicação com os equipamentos de automação, viabilizando a solução de intercorrências de comunicação e diagnóstico de situações anômalas. Esse Trace deve ser exportável em formato de texto;
- XXX - O sistema deve armazenar os dados de rastreabilidade de amostras e dos eventos por elas sofridos durante o fluxo de produção;
- XXXI - O sistema deverá arquivar, por tempo indeterminado, dados do Interfaceamento de forma a garantir acesso aos dados brutos dos equipamentos, permitindo rastrear informações exigidas pela legislação como: lote e validade de reagentes e controles utilizados para cada teste, assim como o equipamento utilizado na execução de cada exame, rastreabilidade de dados e acessos do Operador.
- XXXII - O sistema deve atender as a Resolução RDC 11 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre os requisitos dos laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, especificamente a Subseção I que trata dos equipamentos com processamento de dados e as recomendações da Anvisa para validação de sistemas computacionais, as Boas Práticas de Laboratório.

8.20.5.

Posto de Enfermagem

- I - O sistema deve possibilitar realizar lançamentos de procedimentos, solicitações de materiais e medicamentos e solicitações de exames para pacientes em atendimento de internação ou ambulatorial.
- II - O sistema deve possibilitar registrar, controlar os procedimentos invasivos realizados no paciente. Ao cadastrar um procedimento e informar o número de horas para troca do procedimento, o Sistema deve controlar os horários previstos com controles por relatórios das datas/horas previstas com as datas/horas realizadas.
- III - Essa funcionalidade deve ter a finalidade de facilitar para o profissional o atendimento do paciente, deve permitir acessar os processos de atendimento que podem ser realizados para o paciente. O profissional ao entrar no Sistema conforme configuração deverá abrir automaticamente a lista de pacientes, constando todos os seus pacientes.
- IV - O sistema deve possibilitar e controlar os procedimentos relacionados ao controle de todos os sinais vitais realizados no paciente, com exibição sob forma de gráfico. Possibilitar registro de sinais vitais atendendo a rotina pré-definida por clínica/bloco de internação (hora/hora, pressão arterial, pulso, frequência respiratória, temperatura, escala de dor, lucidez), com possibilidade de inserir observações; possibilitando a emissão de alertas de sinais vitais e resultados de exames críticos que o paciente apresente resultados fora do valor de referência, com a possibilidade de inclusão de parâmetros de inteligência artificial.
- V - O sistema deve permitir a exigência de realização de Plano Terapêutico associado a evolução do Paciente; deve permitir ser registrados a Hipótese Diagnóstica e Investigação Clínica; incluir no Plano os demais profissionais que foram habilitados através da configuração do conselho (equipe interdisciplinar); o Plano Terapêutico de cada equipe deve ser incorporado na impressão da evolução; a equipe interdisciplinar ao realizar uma evolução para um paciente que tenha um Plano terapêutico registrado pelo médico deve avisar ao profissional para abrir o Plano.
- VI - O sistema deve possibilitar a consulta dos pacientes internados (validando filtros) com a última dieta prescrita. Havendo mais de uma dieta prescrita na mesma prescrição, a consulta exibe todas as dietas. A consulta disponibiliza as seguintes informações: Nº Atendimento, Código do Paciente, Nome do Paciente, Idade, Convênio, Unidade/Quarto/Leito, Nº Prescrição, Data da prescrição, Itens de DIETA e Nome do Médico que prescreveu.
- VII - O sistema deve possibilitar o registro e a impressão da evolução do paciente, permitindo acompanhar e visualizar as evoluções anteriores, podendo ser configurado a exigência de preenchimento do mesmo.
- VIII - O sistema deve possibilitar registrar a data hora de coleta do material, e a indicação de necessidade de recoleta, possibilitando a verificação de informações do exame específico e a impressão da etiqueta de identificação do material.
- IX - O sistema deve possuir um processo de alertas pré-cadastrados, compreendendo a importância da comunicação sistêmica entre áreas assistenciais, a fim de alertar quaisquer características clínicas que necessitem de atenção em diferentes níveis.
- X - O sistema deve possibilitar que a Enfermagem possa aprazar/alterar horários individuais de medicações com limitações pré-definidas de espaço de tempo entre horário definido x novo horário.
- XI - O sistema deve possibilitar realizar a checagem de medicamentos de forma que seja verificado se o medicamento está correto e prescrito no horário certo.
- XII - O Sistema deve permitir registrar as higienizações e liberação dos leitos, após o registro da alta ou de transferência do paciente. Será a partir dessa funcionalidade que o leito terá ou não a liberação para internar outro paciente.
- XIII - O sistema deve possibilitar a operacionalização do Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), especificando o(s) diagnóstico(s) de enfermagem e os demais elementos que o compõem e fundamentam, onde a sequência de especificações se dá conforme configuração de fluxo prédefinida no menu correspondente. Atendendo a legislação vigente regida pela resolução do COFEN 358/2009. Etapa 1: A SAE deve permitir a inclusão de instrumentos padronizados de coleta de dados (histórico de enfermagem) para cada unidade de internação. Etapa 2: Identificação e diagnóstico de enfermagem a partir do instrumento de coleta de dados preenchido anteriormente. Etapa 3: Separação dos diagnósticos identificados dentro de cada domínio selecionado para escolher as respectivas intervenções de enfermagem (prescrição de enfermagem) e relacionar os dois. Etapa 4: Espaço para elaboração de protocolos clínicos assistenciais de enfermagem.
- XIV - O sistema deve calcular o Escore de MEWS (Modified Early Warning Scoring), cuja função é identificar precocemente sinais de deterioração clínica do paciente, baseado num sistema de atribuição de pontos (escores) aos parâmetros fisiológicos e sinais vitais.
- XV - O sistema deve permitir o monitoramento de tromboembolismo venoso, definir o modelo de protocolo de prevenção da instituição, emitindo alertas definidos no protocolo da instituição.
- XVI - A prescrição do sistema deve ser multiprofissional, permitindo a todos profissionais da unidade seu uso.

8.20.6.

Bloco Cirúrgico

- I - O sistema deve permitir agendar cirurgias para paciente sem registro prévio, informando apenas o nome do mesmo.
- II - O sistema deve atualizar automaticamente as informações de kits cirúrgicos previamente cadastrados e compostos de produtos, procedimentos, instrumentais, hemoderivados e equipamentos.
- III - O sistema deve validar no agendamento os equipamentos, instrumentais e produtos (Material especial) quanto ao tempo de esterilização e compra.
- IV - O sistema deve controlar a quantidade de equipamentos e instrumentais, validar no agendamento.
- V - O sistema deve validar no agendamento as salas de cirurgias e os tempos de cirurgia, gerenciar o uso de sala cirúrgica.
- VI - O sistema deve permitir reservar horário de sala cirúrgica, por sala, por profissional ou equipe.
- VII - O sistema deve no agendamento sugerir horários e salas livres por profissional ou equipe conforme vínculos pré-determinados.
- VIII - O sistema deve possibilitar registrar cirurgias sem agendamento.
- IX - O sistema deve atualizar de forma automática as informações registradas no agendamento cirúrgico.
- X - O sistema deve permitir lançamento de medicamentos com código de barras.
- XI - O sistema deve atualizar o estoque ao confirmar o Registro de Cirurgia.

- XII - O sistema deve permitir emissão de folha de sala a partir do registro de Cirurgia.
- XIII - O sistema deve permitir rastreabilidade dos medicamentos, controle de lote e validade.
- XIV - O sistema deve ter lançamento automático na conta do paciente (Convênios).
- XV - O sistema deve possibilitar registrar gastos após o registro da cirurgia ter sido efetivado.
- XVI - O sistema deve permitir registrar gastos de cirurgias suspensas e atualizar no faturamento.
- XVII - O sistema deve possibilitar visualizar e imprimir o mapa cirúrgico.
- XVIII - O sistema deve permitir transferir cirurgias com atualização das informações no agendamento cirúrgico.
- XIX - O sistema deve possibilitar emitir o extrato de cirurgia.
- XX - O sistema deve consultar lançamentos de materiais e medicamentos por cirurgia.
- XXI - O sistema deve permitir comunicar ao centro de material esterilizado a necessidade de produtos para cada cirurgia de conformidade com o mapa cirúrgico; O centro de material esterilizado deve possibilitar o atendimento das solicitações realizadas pelo agendamento cirúrgico.
- XXII - O sistema deve possibilitar registrar os contatos realizados com profissionais e pacientes, registrar comunicados por período e cirurgia.
- XXIII - O sistema deve permitir realizar troca de leitos entre paciente com atualização de todos os registros.
- XXIV - O sistema deve permitir realizar consulta de leitos de recuperação.
- XXV - O sistema deve permitir higienizar e liberar leito após troca ou alta de pacientes.
- XXVI - O sistema deve possuir agendamento cirúrgico, com reserva de sala, bloqueio de equipamentos, solicitação de Kit cirúrgico, alocação de equipe e demais funcionalidades.
- XXVII - O sistema deve possuir um painel para uso nas salas de procedimento e que deve narrar em voz o checklist de informações com foco no protocolo de cirurgia segura. Quando o paciente entra na sala de cirurgia, é lida a pulseira e o sistema começa a ler os dados da cirurgia para garantir a lateralidade, procedimento, alergias, etc.

8.20.7. **Estoque, Farmácia e Compras**

- I - O sistema deve permitir registrar no cadastro do fornecedor, além de informações pertinentes ao cliente deve ser possível consultar ocorrências relativas ao recebimento de notas e produtos, qualificar o fornecedor e anexar documentos em formato PDF.
- II - O sistema deve permitir armazenar no GED os contratos de todos os fornecedores.
- III - O sistema deve permitir vincular o fornecedor a determinado Grupo de Compra possibilitando restringir os produtos a serem adquiridos de determinado fornecedor.
- IV - O sistema deve possibilitar escolher qual usuário comprador comprará determinado Grupo de produtos ou determinados produtos.
- V - O sistema deve permitir definir no processo qual marca de determinado produto deve ser comprado.
- VI - O sistema deve possibilitar efetuar o processo de cotação utilizando a Solicitação de Compra ou gerar a cotação por ponto de reposição de estoque e por cópia de cotação existente. Permitir a consulta de informações dos produtos que estão sendo cotados como consumo médio dia, quantidade em estoque, quantidade a ser comprada. Permitir selecionar produtos e fornecedores para envio da cotação.
- VII - O sistema deve possibilitar solicitar a compra de produtos, sinalizando compras urgentes. Esta funcionalidade também deve estar disponível no módulo Suprimentos e Portal.
- VIII - O sistema deve enviar a cotação ao fornecedor, via e-mail, em formato Excel com as informações de quantidade desejada, marca.
- IX - O sistema deve ao fazer o upload dos arquivos recebidos do fornecedor, as informações de quantidade, valor, prazo de entrega, condição de pagamento, frete, devem ser elencadas no mapa de cotação, possibilitando ao usuário a avaliação de cenários de compra para a tomada de decisão e geração das ordens de compra.
- X - O sistema deve permitir compilar as informações da compra efetuada. A critério do cliente pode passar por processo de aprovação ou não, antes do envio para o fornecedor por e-mail em formato PDF. A ordem de compra deve poder ser impressa.
- XI - O sistema deve possuir o processo de compras centralizadas permitindo gerir as ordens de compra das unidades e efetuar compra global para todas as unidades.
- XII - O sistema deve permitir o cadastro de contratos de fornecimento de produtos com condições pré-estabelecidas como preço, prazo de entrega e pagamento, válidas por determinado período. Quando determinado produto possuir mais de um contrato deve ser possível comparar para a decisão de compra. A Ordem de compra deverá ser gerada nas condições determinadas no contrato escolhido.
- XIII - O sistema deve disponibilizar a listagem para consulta de cadastros e relatórios para consulta de informações dos processos do módulo.
- XIV - O sistema deve possuir processo para permissões de diversas alçadas de permissões de compras.
- XV - O sistema deve permitir o cadastro e movimentação de diversos estoques, grupos de estocagem e subgrupos de estocagem que serão vinculados ao produto.
- XVI - O sistema deve permitir no cadastro do produto, atribuir características ao produto como: uso restrito, controlado, alto risco, antibiótico, controle de CCIH, fracionado, se controla ou não lote e validade, diferenciando dos demais produtos para a correta movimentação.
- XVII - O sistema deve possibilitar vincular o usuário a um ou mais estoques e a um ou mais centros de custo.
- XVIII - O sistema deve permitir o cadastro de interações medicamentosas que serão apresentadas na prescrição e quando for atendida a requisição de medicamento para o paciente.
- XIX - O sistema deve possibilitar a transferência de produtos entre estoques com base no consumo dos produtos ou com base no ponto de reposição informado no produto. Permitir ao usuário solicitar transferência de produto ao estoque de forma manual.
- XX - O sistema deve permitir o recebimento de nota fiscal e vínculo com a Ordem de Compra em aberto para recebimento.
- XXI - O sistema deve possibilitar o recebimento de doações de produtos estocáveis, bem como a doação para terceiros.
- XXII - O sistema deve permitir a operação e o controle de empréstimos e o retorno de produtos estocáveis emprestados a terceiros.
- XXIII - O sistema deve permitir a partir da prescrição gerar requisições de medicamentos e materiais para serem dispensados na farmácia, ou de outros estoques, aos pacientes. O atendimento das requisições deve poder ser feito de forma parcial. Deve ser possível alterar determinado produto por similar e em caso de interação medicamentosa deve ser apresentada mensagem. Nesta tela também deve ser possível a dispensação de produtos do estoque para o centro de custo e registrar saídas por perda. Deve ser possível emitir o recibo para separação dos produtos e para a entrega. Deve estar disponível nesta tela a impressão de etiqueta do paciente com informações como nome, idade, unidade, quarto e leito. Deve estar disponível o recibo da medicação com informações da prescrição dos medicamentos atendidos impressas em papel térmico. O sistema deve permitir solicitações via requisição para centros de custo no Portal, como facilitador. E, atendimento de requisições direto na tela, sem solicitação prévia. O sistema deve possibilitar a consulta e a impressão da prescrição que gerou a requisição.
- XXIV - O sistema deve via parametrização, que as requisições sejam geradas, a partir da prescrição, por períodos, de 6x6, 12x12, de acordo com a parametrização feita pelo usuário.
- XXV - O sistema deve permitir a devolução de produtos dispensados e não utilizados ao estoque. A solicitação de devolução deve poder ser feita nos módulos Centro Cirúrgico e Prontuários. E, atendida no módulo Suprimentos, quando o produto for de fato recebido no estoque. Também é possível efetuar a devolução direto no módulo Suprimentos.
- XXVI - O sistema deve possibilitar cadastro, montagem e movimentação de kits de produção e/ou virtuais.
- XXVII - O sistema deve emitir o livro de registro de controlados.
- XXVIII - O sistema deve possibilitar a consulta de ordens de compra por período, fornecedor ou por produto. A partir da ordem de compra deve ser apresentada a cotação e a solicitação de compra, permitindo rastrear o processo.
- XXIX - O sistema deve disponibilizar listagem para consulta de cadastros e relatórios para consulta de informações dos processos do módulo. E deve ter relatórios de produtos com controle de lote e validade, os relatórios de consumo, relatório de posição de estoque, Movimento de antimicrobianos, Mapa de Movimentação do Produto e Livro de Registro Específico para Controlados.
- XXX - O sistema deve ter processo para fracionamento e unitarização de medicamentos, considerando tempo de estabilidade após aberta a embalagem original.
- XXXI - O sistema deve possibilitar a criação e impressão de etiquetas para os produtos, com e sem controle de lote e validade, etiquetas para o paciente na dispensação de medicação e a utilização da etiqueta do fabricante para produtos sem controle de lote e validade. As etiquetas devem poder ser impressas em todas as telas de entradas de produto e em tela específica no módulo.

- XXXII - O sistema deve possuir um processo em que o mês é encerrado e são disponibilizados relatórios com o resumo das principais movimentações ocorridas. Deve ser apurado o valor monetário de cada Grupo de Estocagem. Também devem ser disponibilizados relatórios de consumo e posição de estoque dos produtos.
- XXXIII - O sistema deve possibilitar inventariar produtos por estoque, grupo de estocagem ou somente um produto. Devem estar disponíveis relatórios para auxiliar no inventário e relatórios pós inventário para consulta.
- XXXIV - O sistema deve permitir o vínculo de códigos de barras, do fabricante, EAN13 para produtos sem controle de lote e validade e Datamatrix para produtos com controle de lote e validade, desde que a etiqueta do fabricante esteja de acordo com as instruções da RDC 157 da ANVISA.
- XXXV - O sistema deve ter funcionalidade para montagem dos Kits cirúrgicos necessários para as cirurgias agendadas.
- XXXVI - O sistema deve ter processos que suportem o conceito de Ciclo Fechado de Medicamentos: Lote e validade do medicamento, prescrição, aprazamento, triagem farmacêutica, unitarização, administração, checagem beira leito, leitura de pulseira e verificação dos 5 certos.
- XXXVII - O sistema deve permitir integração com impressoras unitarizadoras do mercado.
- XXXVIII - O sistema deve possuir integração com Dispensário Eletrônico, visando integração com unitarizadoras e outros equipamentos periféricos.
- XXXIX - O sistema deve possuir processo para gerar classificação do fornecedor a fim de ser considerado em futuros processos de aquisição.
- XL - O sistema deve possuir integração com dispensário eletrônico de medicamentos e materiais hospitalares oriundos de prescrições e solicitações.

8.20.8. Faturamento

- I - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- II - O sistema deve possibilitar a utilização de duas tabelas de procedimentos distintas. A tabela de procedimentos do SUS é uma segunda tabela de procedimentos controlada pelos usuários com valores negociados com o gestor.
- III - O sistema deve possibilitar o controle de procedimentos com vigência de datas sobre os novos valores dos procedimentos atualizados.
- IV - O sistema deve possibilitar a criação de uma tabela de procedimentos por parte do usuário. A partir desta nova tabela o sistema deve entender os códigos dos procedimentos ambulatoriais do SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada (Tabela para DE-PARA).
- V - O sistema deve possibilitar a geração e captura das informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- VI - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- VII - O sistema deve possibilitar lançar os procedimentos do Tipo Consolidados, agrupados conforme faixa etária, grupo e tipo de atendimento para facilitar lançamentos coletivos, e para os procedimentos Tipo Individualizado, desde que todos os campos obrigatórios sejam informados.
- VIII - O sistema deve possibilitar identificar os pacientes atendidos e seus procedimentos não lançados no sistema. Por meio de uma tela e de um relatório complementar deverá ser possível identificar os procedimentos e pacientes não lançados do dia.
- IX - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Ao identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar alterar os dados para solução dos problemas.
- X - O sistema deve possibilitar montar automaticamente o Boletim de Produção Ambulatorial, resultado de toda a produção dos procedimentos lançados ou gerados nos demais módulos ou setores hospitalares tanto de forma analítica ou sintética.
- XI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo oficial de entrega contendo todos os dados relativos à produção do Hospital dentro do Layout oficial e contendo as regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor se deseje o importe para sua base de dados para efetuar verificações das informações apresentadas, ou que envie o arquivo direto para sua Coordenadoria ou Secretaria (Estadual/Estadual).
- XII - O sistema deve possibilitar criar os laudos dos atendimentos das especialidades APAC determinadas pelo Ministério da Saúde para integrarem o APAC.
- XIII - O sistema deve possibilitar informar a quantidade de atendimentos dos pacientes como rotina de cobrança de serviços e atendimentos, além das informações do profissional, CBO e procedimentos secundários conforme vínculos de compatibilidades do SUS.
- XIV - O sistema deve possibilitar um controle dos lotes de APAC distribuídos aos Hospitais e uma rotina para atribuição dos números aos laudos emitidos com controle de validade das numerações.
- XV - O sistema deve possibilitar classificar as APACs que estiverem em situação de críticas resolvidas para geração dos arquivos.
- XVI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo magnético para entrega das cobranças mensais dos pacientes ao DATASUS. O arquivo magnético deve possuir layout específico determinado pelo DATASUS e possibilitar que o gestor o importe para executar a rotina de validação das informações apresentadas.
- XVII - O sistema deve possibilitar que a rotina de geração dos arquivos seja executada para inclusão de novos laudos em situação classificada.
- XVIII - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- XIX - O sistema deve possibilitar controlar tabelas de valores dos procedimentos com vigência de datas para novos valores dos procedimentos atualizados conforme cronograma de entrada em vigor definido pelo DATASUS.
- XX - O sistema deve possibilitar criar uma tabela de procedimentos dos usuários. A partir desta nova tabela o sistema deverá entender os códigos dos procedimentos SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada.
- XXI - O sistema deve possibilitar gerar informações e valores das equipes de profissionais que as integram. A geração dos relatórios deverá efetuar um rateio automático dos valores de cada integrante destas equipes. No lançamento dos atos profissionais ou procedimentos o sistema deve permitir informar o CGC da equipe segundo vinculação desta com a equipe.
- XXII - O sistema deve possibilitar gerar e capturar as informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- XXIII - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- XXIV - O sistema deve possibilitar criar novas AIHs no Faturamento com motivos de altas administrativas, mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência ou mudança de procedimento.
- XXV - O sistema deve possibilitar criar AIH-5 no Faturamento com motivos de Permanência por Longa Permanência mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência com um Número de AIH único em todas as contas, que contemple todas as regras definidas pelo SUS para estes casos.
- XXVI - O sistema deve possibilitar efetuar imposição/troca de procedimentos para permitir que seja modificado o procedimento solicitado e realizado informado na AIH.
- XXVII - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Após identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar a informação para solução do problema.
- XXVIII - O sistema deve acompanhar todo conjunto de normas, regras e críticas conforme portarias que regulamentam suas validações.
- XXIX - O sistema deve possuir uma assertividade de 100% nos relatórios de igual teor e forma do sistema SISAIHQ1 do DATASUS.
- XXX - O sistema deve possibilitar classificar as AIHs que se encontrarem em situação ideal para serem geradas para o arquivo DCIH.
- XXXI - O sistema deve possibilitar a geração do arquivo oficial de entrega contendo todas as AIHs da apresentação. A geração do arquivo DCIH deverá ocorrer conforme Layout oficial das regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor o importe para sua base de dados para efetuar verificações das informações apresentadas.
- XXXII - O sistema deve possibilitar transferir AIHs que não foram faturadas em competências anteriores.
- XXXIII - O sistema deve possibilitar reiniciar todo o processo de geração de DCIHs para incluir mais procedimentos ou exames nas AIHs que os compõem.
- XXXIV - O sistema deve possibilitar acompanhar todas as AIHs após a geração dos arquivos até o pagamento ou glosa definitiva.

8.20.9. Controle de Infecção Hospitalar

- I - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- II - O sistema deve possibilitar a utilização de duas tabelas de procedimentos distintas. A tabela de procedimentos do SUS é uma segunda tabela de procedimentos controlada pelos usuários com valores negociados com o gestor.
- III - O sistema deve possibilitar o controle de procedimentos com vigência de datas sobre os novos valores dos procedimentos atualizados.
- IV - O sistema deve possibilitar a criação de uma tabela de procedimentos por parte do usuário. A partir desta nova tabela o sistema deve entender os códigos dos procedimentos ambulatoriais do SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada (Tabela para DE-PARA).
- V - O sistema deve possibilitar a geração e captura das informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- VI - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- VII - O sistema deve possibilitar lançar os procedimentos do Tipo Consolidados, agrupados conforme faixa etária, grupo e tipo de atendimento para facilitar lançamentos coletivos, e para os procedimentos Tipo Individualizado, desde que todos os campos obrigatórios sejam informados.

- VIII - O sistema deve possibilitar identificar os pacientes atendidos e seus procedimentos não lançados no sistema. Por meio de uma tela e de um relatório complementar deverá ser possível identificar os procedimentos e pacientes não lançados do dia.
- IX - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Ao identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar alterar os dados para solução dos problemas.
- X - O sistema deve possibilitar montar automaticamente o Boletim de Produção Ambulatorial, resultado de toda a produção dos procedimentos lançados ou gerados nos demais módulos ou setores hospitalares tanto de forma analítica ou sintética.
- XI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo oficial de entrega contendo todos os dados relativos à produção do Hospital dentro do Layout oficial e contendo as regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor se deseje o importe para sua base de dados para efetuar verificações das informações apresentadas, ou que envie o arquivo direto para sua Coordenadoria ou Secretaria (Estadual/Estadual).
- XII - O sistema deve possibilitar criar os laudos dos atendimentos das especialidades APAC determinadas pelo Ministério da Saúde para integrarem o APAC.
- XIII - O sistema deve possibilitar informar a quantidade de atendimentos dos pacientes como rotina de cobrança de serviços e atendimentos, além das informações do profissional, CBO e procedimentos secundários conforme vínculos de compatibilidades do SUS.
- XIV - O sistema deve possibilitar um controle dos lotes de APAC distribuídos aos Hospitais e uma rotina para atribuição dos números aos laudos emitidos com controle de validade das numerações.
- XV - O sistema deve possibilitar classificar as APACs que estiverem em situação de críticas resolvidas para geração dos arquivos.
- XVI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo magnético para entrega das cobranças mensais dos pacientes ao DATASUS. O arquivo magnético deve possuir layout específico determinado pelo DATASUS e possibilitar que o gestor o importe para executar a rotina de validação das informações apresentadas.
- XVII - O sistema deve possibilitar que a rotina de geração dos arquivos seja executada para inclusão de novos laudos em situação classificada.
- XVIII - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- XIX - O sistema deve possibilitar controlar tabelas de valores dos procedimentos com vigência de datas para novos valores dos procedimentos atualizados conforme cronograma de entrada em vigor definido pelo DATASUS.
- XX - O sistema deve possibilitar criar uma tabela de procedimentos dos usuários. A partir desta nova tabela o sistema deverá entender os códigos dos procedimentos SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada.
- XXI - O sistema deve possibilitar gerar informações e valores das equipes de profissionais que as integram. A geração dos relatórios deverá efetuar um rateio automático dos valores de cada integrante destas equipes. No lançamento dos atos profissionais ou procedimentos o sistema deve permitir informar o CGC da equipe segundo vinculação desta com a equipe.
- XXII - O sistema deve possibilitar gerar e capturar as informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- XXIII - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- XXIV - O sistema deve possibilitar criar novas AIHs no Faturamento com motivos de altas administrativas, mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência ou mudança de procedimento.
- XXV - O sistema deve possibilitar criar AIH-5 no Faturamento com motivos de Permanência por Longa Permanência mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência com um Número de AIH único em todas as contas, que contemple todas as regras definidas pelo SUS para estes casos.
- XXVI - O sistema deve possibilitar efetuar imposição/troca de procedimentos para permitir que seja modificado o procedimento solicitado e realizado informado na AIH.
- XXVII - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Após identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar a informação para solução do problema.
- XXVIII - O sistema deve acompanhar todo conjunto de normas, regras e críticas conforme portarias que regulamentam suas validações.
- XXIX - O sistema deve possuir uma assertividade de 100% nos relatórios de igual teor e forma do sistema SISAIH01 do DATASUS.
- XXX - O sistema deve possibilitar classificar as AIHs que se encontrarem em situação ideal para serem geradas para o arquivo DCIH.
- XXXI - O sistema deve possibilitar a geração do arquivo oficial de entrega contendo todas as AIHs da apresentação. A geração do arquivo DCIH deverá ocorrer conforme Layout oficial das regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor o importe para sua base de dados para efetuar verificações das informações apresentadas.
- XXXII - O sistema deve possibilitar transferir AIHs que não foram faturadas em competências anteriores.
- XXXIII - O sistema deve possibilitar reiniciar todo o processo de geração de DCIHs para incluir mais procedimentos ou exames nas AIHs que os compõem.
- XXXIV - O sistema deve possibilitar acompanhar todas as AIHs após a geração dos arquivos até o pagamento ou glosa definitiva.

8.20.10.

Relatórios

- I - Permite a criação, modificação, visualização e impressão de relatórios. Os relatórios são administrados através de uma interface intuitiva, similar ao Windows Explorer, onde eles podem ser criados, modificados, visualizados e impressos. Todas essas funções estão sujeitas a um sistema de segurança que restringe quais usuários podem criar e alterar relatórios e quais relatórios podem ser visualizados e impressos por cada usuário. Os modelos de relatório ficam no banco de dados.
- II - O sistema deve possibilitar emissão de diversos relatórios tais como: Atendimento de re internação, Internações por período, Internações por faixa etária, Internações oriundas de atendimento ambulatorial, altas por tipo de saída (alta/óbito/transferência), Controle de permanências por paciente ou médico, Guias passivas de vencimentos, Relatório de perfil epidemiológico, Censo diário, Censo por unidade. hospital ou complexo, entre outros. O sistema deve possuir uma assertividade de 100% nos relatórios de igual teor e forma do sistema SISAIH01 do DATASUS.
- III - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Após identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar a informação para solução do problema.
- IV - O sistema deve possibilitar a emissão de relatórios por Data base informada: - Fornecedores, - Clientes, - Cartões a Receber, - Cheques Pendentes a Receber.
- V - O sistema deve possibilitar diversos relatórios (Movimentação de Caixa, bancos, cheques a pagar e cheques a receber, contas a pagar (Por data de vencimento, lançamento, emissão e contabilização), por vencimento diário.
- VI - O sistema deve possuir processo para criar metas mensais por atendimento ambulatorial, especialidade, internação ou procedimento e o acompanhamento das mesmas via relatório e dashboards.
- VII - O sistema deve ter auditoria e relatórios de tempo entre Login e Logout dos usuários. Possibilitar inventariar produtos por estoque, grupo de estocagem ou somente um produto. Devem estar disponíveis relatórios para auxiliar no inventário e relatórios pós inventário para consulta.
- VIII - O sistema deverá ter relatórios e gráficos com variáveis pré-definidas, como pirâmides etárias, contagens de consultas por profissionais, patologias dos pacientes etc.
- IX - O sistema deverá permitir a geração de informações gerenciais e estatísticas, através do acesso a diversas informações relativas ao atendimento e à produção das unidades de internação.
- X - O sistema deverá permitir a geração de informações gerenciais e estatísticas, através do acesso a diversas informações relativas ao atendimento e à produção das unidades de internação.
- XI - O sistema deve permitir controlar a produção da organização fornecendo os principais indicadores em determinados períodos, os índices de ocupação de cada unidade em relação à ocupação da organização e sua própria ocupação. d) O sistema deverá informar também os índices de atendimento de cada profissional de saúde num período escolhido, criando assim, uma importante ferramenta para a negociação baseada de dados reais de produção. Deverá ainda possibilitar o Pay For Performance através de dados extraídos do prontuário que mostram a performance do profissional de saúde.
- XII - Deverá ser possível acessar informações de todas as estatísticas e indicadores, fornecendo taxas de ocupação, número de pacientes/dia, leitos/dia, média de permanência, taxas de mortalidade, rotatividade dos leitos, número de internações e saídas, morbidade, procedência, por unidades, equipes.

8.20.11.

Controle de Acessos de Visitante

- I - Módulo que permite o controle de visitas hospitalares.
- II - O sistema deve ter controle de acesso a visitantes, monitorando tempo de permanência, visitantes impedidos de ingressar e número simultâneo de visitantes; com emissão de etiqueta para identificação do visitante
- III - O sistema deve possibilitar efetuar um controle das visitas dos pacientes internados, efetuando um controle mais efetivo em áreas restritas.

8.20.12.

Laboratório

- I - São cadastrados previamente todos os exames realizados pelo laboratório, os resultados permitidos, faixas de normalidade, laudos padronizados, métodos, preços dos exames...
- II - Na recepção dos pacientes, são emitidos os formulários e etiquetas necessários à identificação do material coletado.
- III - O módulo controla as datas de entrega dos resultados, a coleta, a triagem e emite os mapas de trabalho. Gerencia a digitação, emissão e entrega dos resultados dos exames aos pacientes. Provê o lançamento automático dos exames no consumo dos pacientes internados, disponibilizando os mesmos para o faturamento.
- IV - Disponibilização imediata dos resultados dos exames para o Prontuário Eletrônico
- V - Controle de chamada de pacientes;



- VI - Controle sobre as faixas de normalidade por sexo e idade dos pacientes, com seleção automática dos valores na impressão dos laudos;
- VII - Controle sobre a situação dos exames desde o atendimento até a entrega dos resultados;
- VIII - Consulta e emissão nos laudos dos resultados dos exames anteriores do paciente;
- IX - Orientação aos pacientes acerca da preparação para exames;
- X - O sistema deve possibilitar a digitação de laudos com uso de variáveis pré cadastradas, facilitando e agilizando o processo de digitação do laudo. Possibilitar criar pré-laudos para seleção no momento que for realizar a digitação do laudo, agilizando assim, o uso de textos pré-formatados para determinados resultados a serem incluídos no laudo. Disponibilizar as etapas de digitação, liberação parcial ou definitiva, emissão e retirada de laudos, nessa última etapa, também é possível registrar identificação de quem efetuou a retirada.
- XI - O sistema deve possibilitar cadastrar valores de referência dos resultados dos exames analisados pelo prestador de serviço.
- XII - O sistema deve possibilitar cadastrar possíveis documentos utilizados pelo prestador de serviço tanto para emissão interna como externa.
- XIII - O sistema deve possibilitar criar modelos de recibos configuráveis.
- XIV - O sistema deve possibilitar o cadastro de materiais para fins de análise pelo prestador de serviços, assim como, o tipo de material a coletar para cada exame.
- XV - O sistema deve possibilitar o cadastro das bactérias possíveis de análise pelo prestador de serviços.
- XVI - O sistema deve possibilitar o cadastro dos possíveis antibióticos aplicados nas bactérias analisadas pelo prestador de serviços.
- XVII - O sistema deve possibilitar registrar o resultado dos antibiogramas realizados de acordo com o resultado dos exames que permitam a utilização desta rotina.
- XVIII - O sistema deve possibilitar registrar o envio e recebimento de amostras.
- XIX - O sistema deve possibilitar visualizar o histórico de amostras.
- XX - O sistema deve possibilitar registrar e imprimir o questionário de pré-requisitos necessários para realização do exame selecionado.
- XXI - O sistema deve permitir o registro de atendimento para paciente, quando esse destinado apenas para realização de exames, uma vez que os exames necessitam da identificação do paciente e seu respectivo atendimento.
- XXII - O sistema deve permitir a chamada do paciente através do uso de painéis que orientam o paciente quanto ao seu atendimento.
- XXIII - O sistema deve permitir a identificação do registro da coleta/recebimento dos materiais, facilitando e orientando o coletador no atendimento ao paciente. Também deve estar contemplado dentro desse contexto, o processo de recoleta.
- XXIV - O sistema deve permitir entregar os laudos de exames dos pacientes via Web.
- XXV - O sistema deve possibilitar a geração de grades de horários para realização dos agendamentos por Prestador de Serviço.
- XXVI - O sistema deve possibilitar o bloqueio de determinados horários da grade da agenda dos recursos.
- XXVII - O sistema deve possibilitar efetuar encaixes entre horários já agendados.
- XXVIII - O sistema deve possibilitar a exclusão de registros de agendamentos.
- XXIX - O sistema deve possibilitar a transferência de registros de agendamentos dentro do mesmo dia ou em dias subsequentes.
- XXX - O sistema deve possibilitar a pesquisa e visualização de todo o histórico de atendimentos do paciente agendado.
- XXXI - O sistema deve possibilitar a impressão de lembretes e preparos necessários para o seu atendimento no dia da consulta ou do exame.
- XXXII - O sistema deve possibilitar de forma dinâmica a localização das melhores agendas de cada recurso e os primeiros horários da agenda destes recursos. Após a informação do período pretendido e do turno o sistema deve sugerir automaticamente e permitir agendar o paciente informado na seleção inicial. O sistema deve exibir no mínimo as 10 melhores agendas encontradas e os 10 primeiros horários de cada dia do período informado.
- XXXIII - O sistema deve contar com a possibilidade de configuração dos feriados em âmbito nacional e local, e com isso, se for de desejo do cliente, não disponibilizar as respectivas datas para agendamento.

8.20.13. **Prontuário Eletrônico do Paciente**

- I - O sistema deve possibilitar realizar lançamentos de procedimentos, solicitações de materiais e medicamentos e solicitações de exames para pacientes em atendimento de internação ou ambulatorial.
- II - O sistema deve possibilitar registrar, controlar os procedimentos invasivos realizados no paciente. Ao cadastrar um procedimento e informar o número de horas para troca do procedimento, o sistema deve controlar os horários previstos com controles por relatórios das datas/horas previstas com as datas/horas realizadas.
- III - O sistema deve ter a finalidade de facilitar para o profissional o atendimento do paciente, deve permitir acessar os processos de atendimento que podem ser realizados para o paciente. O profissional ao entrar no Sistema conforme configuração deverá abrir automaticamente a lista de pacientes, constando todos os seus pacientes.
- IV - O sistema deve possibilitar realizar prescrição eletrônica, totalmente integrada com informação em tempo real para suprimentos, compras, faturamento e SADT. Permitindo configurar as abas de acordo com cada Unidade Hospitalar.
- V - O sistema deve possibilitar e controlar os procedimentos relacionados ao controle de todos os sinais vitais realizados no paciente, com exibição sob forma de gráfico. Possibilitar registro de sinais vitais atendendo a rotina pré-definida por clínica/bloco de internação (hora/hora, pressão arterial, pulso, frequência respiratória, temperatura, escala de dor, lucidez), com possibilidade de inserir observações; possibilitando a emissão de alertas de sinais vitais e resultados de exames críticos que o paciente apresente resultados fora do valor de referência, com a possibilidade de inclusão de parâmetros de inteligência artificial.
- VI - O sistema deve permitir a exigência de realização de Plano Terapêutico associado a evolução do Paciente; deve permitir ser registrados a Hipótese Diagnóstica e Investigação Clínica; incluir no Plano os demais profissionais que foram habilitados através da configuração do conselho (equipe interdisciplinar); o Plano Terapêutico de cada equipe deve ser incorporado na impressão da evolução; a equipe interdisciplinar ao realizar uma evolução para um paciente que tenha um Plano terapêutico registrado pelo médico deve avisar ao profissional para abrir o Plano.
- VII - O sistema deve possibilitar a visualização de toda a movimentação do paciente enquanto em atendimento ou internado. Essa tela é de vital importância pois deve permitir a visualização de várias informações de atendimento na mesma tela. Deve ser possível clicar sobre a informação do atendimento para acompanhamento. Tais atendimentos deverão ser prescrição médica; plano terapêutico; evolução; laudo; cirurgia dentre outros.
- VIII - O sistema deve possibilitar a visualização dos resultados de laudos processados, bem como as imagens dos exames processados na edição dos laudos.
- IX - O sistema deve possibilitar a consulta dos pacientes internados (validando filtros) com a última dieta prescrita. Havendo mais de uma dieta prescrita na mesma prescrição, a consulta exibe todas as dietas. A consulta disponibiliza as seguintes informações: Nº Atendimento, Código do Paciente, Nome do Paciente, Idade, Convênio, Unidade/Quarto/Leito, Nº Prescrição, Data da prescrição, Itens de DIETA e Nome do Médico que prescreveu.
- X - O sistema deve possibilitar o registro e a impressão da evolução do paciente, permitindo acompanhar e visualizar as evoluções anteriores, podendo ser configurado a exigência de preenchimento do mesmo.
- XI - O sistema deve possibilitar registrar a data hora de coleta do material, e a indicação de necessidade de recoleta, possibilitando a verificação de informações do exame específico e a impressão da etiqueta de identificação do material.
- XII - O sistema deve possibilitar realizar o acompanhamento de todos os atendimentos, seja por motivo de internação ou procedimentos que necessitam autorização prévia para realização no momento do atendimento ao paciente.
- XIII - O sistema deve possuir um processo de alertas pré-cadastrados, compreendendo a importância da comunicação sistêmica entre áreas assistenciais, a fim de alertar quaisquer características clínicas que necessitem de atenção em diferentes níveis.
- XIV - O sistema deve disponibilizar o registro do nascimento do recém-nascido. Permitir armazenar o registro para o livro de registro de nascimentos.
- XV - O sistema deve possibilitar que a Enfermagem possa apazar/alterar horários individuais de medicações com limitações pré-definidas de espaço de tempo entre horário definido x novo horário.
- XVI - O sistema deve possibilitar realizar a checagem de medicamentos de forma que seja verificado se o medicamento está correto e prescrito no horário certo.
- XVII - O sistema deve possibilitar registrar as reservas de leitos, podendo a mesmo ser solicitada pessoalmente ou por telefone. A reserva de leitos deve poder ser feita para pacientes que já possuem cadastro no sistema ou não.
- XVIII - O sistema deve possibilitar registrar a transferência de leito de um paciente que está internado no hospital para o controle efetivo dos leitos do hospital, bem como as informações estatísticas e o acompanhamento do faturamento da conta. Essa troca de leitos deve ser feita de um paciente para um leito vago, ou entre pacientes.
- XIX - O sistema deve permitir a exclusão da última transferência de leito do paciente, a qual só é permitida se o leito estiver em condição de livre.
- XX - O Sistema deve permitir registrar as higienizações e liberação dos leitos, após o registro da alta ou de transferência do paciente. Será a partir dessa funcionalidade que o leito terá ou não a liberação para internar outro paciente.

- XXI - O Sistema deve permitir registrar todas as trocas de profissional feitas para o paciente durante sua internação.
- XXII - O Sistema deve permitir realizar a solicitação de justificativa para o uso de medicamento não-padronizado ou de antimicrobiano de uso restrito ao CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar). Esse processo deve ocorrer durante a prescrição médica no módulo Prontuário Internação. O Sistema também deve disponibilizar nesse processo a listagem de todas as solicitações não autorizadas ou cujo produto original foi substituído.
- XXIII - O Sistema deve permitir a identificação do paciente e anamnese para preenchimento da ficha clínica. Nessa funcionalidade devem ser visualizados as informações do paciente registradas na entrada do paciente, tais como número do atendimento, código e o nome do paciente, informações referentes ao endereço do paciente, o nome e a especialidade do profissional que irá realizar o primeiro atendimento ao paciente, identificação da sala onde é atendido o paciente e o convênio e categoria do plano de saúde do paciente. Nessa funcionalidade também deve ser permitido registrar os resultados do atendimento conforme ficha clínica selecionada.
- XXIV - O sistema deve possibilitar a operacionalização do Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), especificando o(s) diagnóstico(s) de enfermagem e os demais elementos que o compõem e fundamentam, onde a sequência de especificações se dá conforme configuração de fluxo pré definida no menu correspondente. Atendendo a legislação vigente regida pela resolução do COFEN 358/2009. Etapa 1: A SAE deve permitir a inclusão de instrumentos padronizados de coleta de dados (histórico de enfermagem) para cada unidade de internação. Etapa 2: Identificação e diagnóstico de enfermagem a partir do instrumento de coleta de dados preenchido anteriormente. Etapa 3: Separação dos diagnósticos identificados dentro de cada domínio selecionado para escolher as respectivas intervenções de enfermagem (prescrição de enfermagem) e relacionar os dois. Etapa 4: Espaço para elaboração de protocolos clínicos assistenciais de enfermagem. dietas. A consulta disponibiliza as seguintes informações: Nº Atendimento, Código do Paciente, Nome do Paciente, Idade, Convênio, Unidade/Quarto/Leito, Nº Prescrição, Data da prescrição, Itens de DIETA e Nome do Médico que prescreveu.
- XXV - O sistema deve possibilitar o registro e a impressão da evolução do paciente, permitindo acompanhar e visualizar as evoluções anteriores, podendo ser configurado a exigência de preenchimento do mesmo.
- XXVI - O sistema deve possibilitar registrar a data hora de coleta do material, e a indicação de necessidade de recoleta, possibilitando a verificação de informações do exame específico e a impressão da etiqueta de identificação do material.
- XXVII - O sistema deve possibilitar realizar o acompanhamento de todos os atendimentos, seja por motivo de internação ou procedimentos que necessitam autorização prévia para realização no momento do atendimento ao paciente.
- XXVIII - O sistema deve possuir um processo de alertas pré-cadastrados, compreendendo a importância da comunicação sistêmica entre áreas assistenciais, a fim de alertar quaisquer características clínicas que necessitem de atenção em diferentes níveis.
- XXIX - O sistema deve disponibilizar o registro do nascimento do recém-nascido. Permitir armazenar o registro para o livro de registro de nascimentos.
- XXX - O sistema deve possibilitar que a Enfermagem possa aprazar/alterar horários individuais de medicações com limitações pré-definidas de espaço de tempo entre horário definido x novo horário.
- XXXI - O sistema deve possibilitar realizar a checagem de medicamentos de forma que seja verificado se o medicamento está correto e prescrito no horário certo.
- XXXII - O sistema deve possibilitar registrar as reservas de leitos, podendo a mesmo ser solicitada pessoalmente ou por telefone. A reserva de leitos deve poder ser feita para pacientes que já possuem cadastro no sistema ou não.
- XXXIII - O sistema deve possibilitar registrar a transferência de leito de um paciente que está internado no hospital para o controle efetivo dos leitos do hospital, bem como as informações estatísticas e o acompanhamento do faturamento da conta. Essa troca de leitos deve ser feita de um paciente para um leito vago, ou entre pacientes.
- XXXIV - O sistema deve permitir a exclusão da última transferência de leito do paciente, a qual só é permitida se o leito estiver em condição de livre.
- XXXV - O Sistema deve permitir registrar as higienizações e liberação dos leitos, após o registro da alta ou de transferência do paciente. Será a partir dessa funcionalidade que o leito terá ou não a liberação para internar outro paciente.
- XXXVI - O Sistema deve permitir registrar todas as trocas de profissional feitas para o paciente durante sua internação.
- XXXVII - O Sistema deve permitir realizar a solicitação de justificativa para o uso de medicamento não-padronizado ou de antimicrobiano de uso restrito ao CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar). Esse processo deve ocorrer durante a prescrição médica no módulo Prontuário Internação. O Sistema também deve disponibilizar nesse processo a listagem de todas as solicitações não autorizadas ou cujo produto original foi substituído.
- XXXVIII - O Sistema deve permitir a identificação do paciente e anamnese para preenchimento da ficha clínica. Nessa funcionalidade devem ser visualizados as informações do paciente registradas na entrada do paciente, tais como número do atendimento, código e o nome do paciente, informações referentes ao endereço do paciente, o nome e a especialidade do profissional que irá realizar o primeiro atendimento ao paciente, identificação da sala onde é atendido o paciente e o convênio e categoria do plano de saúde do paciente. Nessa funcionalidade também deve ser permitido registrar os resultados do atendimento conforme ficha clínica selecionada.
- XXXIX - O sistema deve possibilitar a operacionalização do Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), especificando o(s) diagnóstico(s) de enfermagem e os demais elementos que o compõem e fundamentam, onde a sequência de especificações se dá conforme configuração de fluxo pré definida no menu correspondente. Atendendo a legislação vigente regida pela resolução do COFEN 358/2009. Etapa 1: A SAE deve permitir a inclusão de instrumentos padronizados de coleta de dados (histórico de enfermagem) para cada unidade de internação. Etapa 2: Identificação e diagnóstico de enfermagem a partir do instrumento de coleta de dados preenchido anteriormente. Etapa 3: Separação dos diagnósticos identificados dentro de cada domínio selecionado para escolher as respectivas intervenções de enfermagem (prescrição de enfermagem) e relacionar os dois. Etapa 4: Espaço para elaboração de protocolos clínicos assistenciais de enfermagem.
- XL - O sistema deve calcular o Escore de MEWS (Modified Early Warning Scoring), cuja função é identificar precocemente sinais de deterioração clínica do paciente, baseado num sistema de atribuição de pontos (escores) aos parâmetros fisiológicos e sinais vitais, com envio de avisos aos smartphones do Time de Resposta Rápida da instituição (TRR);
- XLI - O sistema deve possuir o processo de Interconsulta, permitindo a um profissional chamar outro em busca de informações e ajuda; o sistema deve permitir alterar a tela por parte da equipe para adaptações ao fluxo interno da instituição; deve poder associar a um nível de prioridade de alerta; notificação/alerta no painel do PEP; as solicitações devem ser exibidas como alertas num painel de alertas, classificadas pelo tema associado e ranqueadas pelo nível de prioridade.
- XLII - O sistema deve permitir o monitoramento de tromboembolismo venoso, definir o modelo de protocolo de prevenção da instituição, emitindo alertas definidos no protocolo da instituição.
- XLIII - O sistema deve possuir controle de número de dias recomendados para cada antibiótico administrado com visualização na prescrição médica.
- XLIV - O sistema deve possibilitar a emissão de diversos documentos como emissão de atestado, declaração de internação, receituário, acompanhamento de atendimento do paciente, mapa diário de nutrição por paciente, impressão de etiquetas, solicitações de antibióticos dentre outros controles da internação do paciente.
- XLV - O sistema deve ter obtido junto à SBIS/CFM o NGS2 - Nível Geral de Segurança 2 como garantia mínima é mandatória para garantia da estrutura dos registros clínicos e segurança dos dados assistenciais.
- XLVI - O sistema deve ter integração com os Laboratórios Laboratório Central - LACEN, Laboratório - LEPAC e Laboratório de Fronteira - LAFRON via Webservice para solicitação de cultura e obtenção do laudo de exames de forma que no momento da prescrição de um exame que necessita ser enviado a um destes laboratórios, o sistema abre o atendimento automaticamente e posteriormente busca o laudo.
- XLVII - O sistema deve ter processo de pesquisa de satisfação.
- XLVIII - O sistema deve ter controles configuráveis para justificar prescrição de exames mais de uma vez dentro de um intervalo de tempo determinado.
- XLIX - O sistema deve estar de acordo com todas as normas, legislações e prazos relativas a LGPD.
- L - A prescrição do sistema deve ser multiprofissional, permitindo a todos profissionais da unidade seu uso.
- LI - A prescrição deve permitir a prescrição do RN, hemoderivados entre outros.
- LII - O sistema deve permitir eliminação legal do papel através de assinatura por certificação digital avançada conforme legislação LGPD, SBIS e CFM.
- LIII - O sistema deve fazer todas as notificações de agravo para o sistema público (SMS e/ou SES), indicando os diagnósticos de notificação compulsória e as perguntas padronizadas para cada tipo de notificação com base na lista CID 10 (Classificação Internacional de Doenças).
- LIV - O sistema deve dispor de solução para geração de alertas nas recepções parametrizável conforme a necessidade dos pacientes (ex. pacientes com bactérias multirresistentes).

8.21. SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS

- I - O sistema deve possibilitar o gerenciamento dos Custos da Instituição classificados por natureza, tipo de custo (diretos ou indiretos) e variação quantitativa (fixos ou variáveis) e com rateio de centro de custos.
- II - O sistema deve possibilitar a importação mensal dos custos suprimentos e NF de serviços.
- III - O sistema deve possibilitar a apropriação das receitas e o rateio para o centro de custos.
- IV - O sistema deve possibilitar a apropriação dos custos da instituição. Os custos devem poder ser rateados por centro de custos, por M² ou por número de funcionários.
- V - O sistema deve realizar o fechamento da movimentação mensal de custos.
- VI - O sistema deve disponibilizar relatórios referentes a: lançamentos de custos mensais, valores de receitas, demonstrativos de Custos de Procedimentos, demonstrativo de custos de diárias.

8.22. GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- I - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- II - O sistema deve possibilitar a utilização de duas tabelas de procedimentos distintas. A tabela de procedimentos do SUS é uma segunda tabela de procedimentos controlada pelos usuários com valores negociados com o gestor.

- III - O sistema deve possibilitar o controle de procedimentos com vigência de datas sobre os novos valores dos procedimentos atualizados.
- IV - O sistema deve possibilitar a criação de uma tabela de procedimentos por parte do usuário. A partir desta nova tabela o sistema deve entender os códigos dos procedimentos ambulatoriais do SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada (Tabela para DE-PARA).
- V - O sistema deve possibilitar a geração e captura das informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- VI - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- VII - O sistema deve possibilitar lançar os procedimentos do Tipo Consolidados, agrupados conforme faixa etária, grupo e tipo de atendimento para facilitar lançamentos coletivos, e para os procedimentos Tipo Individualizado, desde que todos os campos obrigatórios sejam informados.
- VIII - O sistema deve possibilitar identificar os pacientes atendidos e seus procedimentos não lançados no sistema. Por meio de uma tela e de um relatório complementar deverá ser possível identificar os procedimentos e pacientes não lançados do dia.
- IX - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Ao identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar alterar os dados para solução dos problemas.
- X - O sistema deve possibilitar montar automaticamente o Boletim de Produção Ambulatorial, resultado de toda a produção dos procedimentos lançados ou gerados nos demais módulos ou setores hospitalares tanto de forma analítica ou sintética.
- XI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo oficial de entrega contendo todos os dados relativos à produção do Hospital dentro do Layout oficial e contendo as regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor se deseje o importe para sua base de dados para efetuar verificações das informações apresentadas, ou que envie o arquivo direto para sua Coordenadoria ou Secretaria (Estadual/Estadual).
- XII - O sistema deve possibilitar criar os laudos dos atendimentos das especialidades APAC determinadas pelo Ministério da Saúde para integrarem o APAC.
- XIII - O sistema deve possibilitar informar a quantidade de atendimentos dos pacientes como rotina de cobrança de serviços e atendimentos, além das informações do profissional, CBO e procedimentos secundários conforme vínculos de compatibilidades do SUS.
- XIV - O sistema deve possibilitar um controle dos lotes de APAC distribuídos aos Hospitais e uma rotina para atribuição dos números aos laudos emitidos com controle de validade das numerações.
- XV - O sistema deve possibilitar classificar as APACs que estiverem em situação de críticas resolvidas para geração dos arquivos.
- XVI - O sistema deve possibilitar gerar o arquivo magnético para entrega das cobranças mensais dos pacientes ao DATASUS. O arquivo magnético deve possuir layout específico determinado pelo DATASUS e possibilitar que o gestor o importe para executar a rotina de validação das informações apresentadas.
- XVII - O sistema deve possibilitar que a rotina de geração dos arquivos seja executada para inclusão de novos laudos em situação classificada.
- XVIII - O sistema deve possibilitar acompanhar e controlar as quantidades orçadas, aprovadas pelo gestor para realização mensal e ainda as quantidades apresentadas na produção mensal.
- XIX - O sistema deve possibilitar controlar tabelas de valores dos procedimentos com vigência de datas para novos valores dos procedimentos atualizados conforme cronograma de entrada em vigor definido pelo DATASUS.
- XX - O sistema deve possibilitar criar uma tabela de procedimentos dos usuários. A partir desta nova tabela o sistema deverá entender os códigos dos procedimentos SUS ou os códigos desta nova tabela de codificação de procedimentos criada.
- XXI - O sistema deve possibilitar gerar informações e valores das equipes de profissionais que as integram. A geração dos relatórios deverá efetuar um rateio automático dos valores de cada integrante destas equipes. No lançamento dos atos profissionais ou procedimentos o sistema deve permitir informar o CGC da equipe segundo vinculação desta com a equipe.
- XXII - O sistema deve possibilitar gerar e capturar as informações e procedimentos lançados em outras unidades hospitalares. Mediante rotina de conferência o usuário deverá confirmar os lançamentos provenientes destes outros setores.
- XXIII - O sistema deve possibilitar efetuar os lançamentos dos procedimentos realizados nos pacientes e consistir a validação destes com todas as regras conforme regras do SUS gerando em tela um relatório de irregularidades de cada lançamento.
- XXIV - O sistema deve possibilitar criar novas AIHs no Faturamento com motivos de altas administrativas, mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência ou mudança de procedimento.
- XXV - O sistema deve possibilitar criar AIH-5 no Faturamento com motivos de Permanência por Longa Permanência mantendo apenas um atendimento na Recepção, para os casos de internações de longa permanência com um Número de AIH único em todas as contas, que contemple todas as regras definidas pelo SUS para estes casos.
- XXVI - O sistema deve possibilitar efetuar imposição/troca de procedimentos para permitir que seja modificado o procedimento solicitado e realizado informado na AIH.
- XXVII - O sistema deve possibilitar gerar um relatório de informações incompatíveis com as regras do SUS. Após identificar as inconsistências, o sistema deve possibilitar a informação para solução do problema.
- XXVIII - O sistema deve acompanhar todo conjunto de normas, regras e críticas conforme portarias que regulamentam suas validações.
- XXIX - O sistema deve possuir uma assertividade de 100% nos relatórios de igual teor e forma do sistema SISAIH01 do DATASUS.
- XXX - O sistema deve possibilitar classificar as AIHs que se encontrarem em situação ideal para serem geradas para o arquivo DCIH.
- XXXI - O sistema deve possibilitar a geração do arquivo oficial de entrega contendo todas as AIHs da apresentação. A geração do arquivo DCIH deverá ocorrer conforme Layout oficial das regras do SUS. O arquivo gerado deverá possibilitar que o gestor o importe para sua base de dados para efetuar Tverificações das informações apresentadas.
- XXXII - O sistema deve possibilitar transferir AIHs que não foram faturadas em competências anteriores.
- XXXIII - O sistema deve possibilitar reiniciar todo o processo de geração de DCIHs para incluir mais procedimentos ou exames nas AIHs que os compõem. O sistema deve possibilitar acompanhar todas as AIHs após a geração dos arquivos até o pagamento ou glosa definitiva.

8.23. **CONTROLADORIA**

- I - O sistema deve possibilitar a integração da Movimentação com sistemas Contábeis.
- II - O sistema deve possibilitar lançamento de Títulos de contas a Pagar, parcelamento dos títulos, baixa (pagamento). Integração com o módulo de Suprimentos para entradas de notas, devolução, empréstimos e doações.
- III - O sistema deve possibilitar o lançamento de pagamentos antecipados aos Fornecedores (Adiantamento), a compensação do valor com títulos do Contas a Pagar, devolução do valor pago antecipadamente e relatório para controle dos adiantamentos (Com saldo a abater e saldo abatido).
- IV - O sistema deve possibilitar o lançamento de títulos pelo Contas a Receber, Parcelamento e Recebimento dos Títulos.
- V - O sistema deve possibilitar o registro, controle e acompanhamento dos lançamentos nos caixas. Podendo separar por caixas auxiliares (recepções) e Central (Financeiro).
- VI - O sistema deve possibilitar a inclusão do saldo inicial das contas, realizar a conciliação bancária, importar arquivos dos bancos, inclusão dos ajustes (tarifas bancárias, lançamento de despesas), e relatório para conciliação dos extratos.
- VII - O sistema deve possibilitar o registro dos responsáveis pelo pagamento, geração do arquivo DMED conforme layout definido pela RFB e relatório para conferência.
- VIII - O sistema deve possibilitar a emissão de relatórios por Data base informada: - Fornecedores, - Clientes, - Cartões a Receber, - Cheques Pendentes a Receber.
- IX - O sistema deve possibilitar diversos relatórios (Movimentação de Caixa, bancos, cheques a pagar e cheques a receber, contas a pagar (Por data de vencimento, lançamento, emissão e contabilização), por vencimento diário.
- X - O sistema deve relacionar valores referentes a entradas e saídas (orçados, previstos e realizados) conforme movimentação registrada no Hospital. A composição dos valores deve poder ser visualizada por dia, semana e mês.
- XI - Integração nativa com Emissão de NFSe (Integrado com aproximadamente 2000 municípios).

8.24. **PLATAFORMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA**

- I - A empresa vencedora deverá possuir plataforma EAD com objetivo de flexibilizar treinamentos e capacitação contínua nas soluções constantes neste objeto.
- II - A plataforma deverá possibilitar incluir os fluxos dos treinamentos, e avaliações para seus colaboradores.
- III - Deverá auxiliar em dúvidas rápidas relacionadas ao seu fluxo de trabalho (FAQ 's).
- IV - Deverá disponibilizar trilhas de aprendizagem, possibilitando visualizar partes específicas do fluxo de trabalho ou ele em completo, ao final a avaliação por trilha possibilitando ao usuário emitir um certificado caso atingir média definida.
- V - Deverá suportar conteúdo para cada trilha de aprendizagem.
- VI - Deverá ter relatórios de forma resumida ou completa.
- VII - Deverá ter relatório individual por usuário ou por trilha.
- VIII - Deverá ter estatísticas de exercícios realizados.
- IX - Deverá ter estatísticas de tempo total de trilhas assistidas pelos usuários.

X - Deverá possuir material didático e de apoio.

8.25. SOLUÇÃO DE GESTÃO UNIFICADA DE INDICADORES

- I - A ferramenta de suporte à tomada de decisões deverá conter os principais indicadores para prover uma análise de todos os aspectos de um ambiente administrativo hospitalar, como: o Análise das áreas de Atendimento, Consumo, Procedimentos, Cirurgias, Faturamento, Prontuário Eletrônico, Taxa de Ocupação de Leitos, Análise de Registros de Eventos Adversos. o Indicadores financeiros com o comparativo das receitas x despesas.
- II - Os dashboards deverão utilizar as melhores práticas de visualização para prover o uso intuitivo e simples, trazendo agilidade e empoderando a gestão.
- III - Deverá apresentar no mínimo os seguintes painéis de indicadores para as soluções de Gestão Hospitalar e Prontuário Eletrônico do Paciente:
- a) - Comparativo Histórico mensal dos indicadores de ocupação por unidade de internação - Taxa de Ocupação, Taxa de mortalidade, média de permanência setorial, média de permanência hospitalar, paciente-dia, entradas, saídas e altas; o Análise quantitativa de agendamentos, realizações e suspensão de procedimentos com taxa de suspensão e motivos;
- b) - Análise estratégica de problemas (Eventos adversos, intercorrências, Pendências clínicas, Respostas de demandas resolvidas ou pendentes)
- c) - Comparativo mensal de cirurgias realizadas com média de duração por sala, relacionados aos profissionais, especialidade e convênio.
- d) - Exibe quantitativo de exames realizados relacionados a convênios, profissional solicitante, profissional laudista e valores produzidos;
- e) - Comparativo quantitativo e financeiro de contas por situação (aberta, faturada, paga)
- f) - Análise de consumo por grupo de estocagem x centro de custos (quantitativo e financeiro) com exibição de linha de tendência baseada no histórico;
- g) - Análise diária e mensal quantitativa de registros de evolução por tipo e profissional;
- h) - Exibe comparativo de partos realizados com percentual de nascidos vivos e relação de prematuridade;
- i) relacionado também a registros de infecção na lista de problemas e indicador de asfixia do RN.
- j) - Cirurgias realizadas relacionada ao custo dos itens consumidos no gasto de sala, convênio, profissional e especialidade.
- k) - Comparativo de Solicitação de Compras, Ordem de Compra, Entregas, Pagamentos com objetivo de visualizar atrasos no fluxo.
- l) - Comparativo de consumo gerado pelo paciente com o valor cobrado em sua conta.
- m) - Comparativo entre Receitas e Despesas numa visão mensal com meta de resultado.
- n) - Comparativo entre admissão e alta sob médias do período, mensal e diário; com razão entre admissão e alta.
- o) - Comparativo de permanência com meta kanban por motivo de alta. o Tempo médio para o fluxo de alta higienização e liberação de leito por unidade hospitalar;
- p) - Exibe os leitos do hospital sinalizando seu status de ocupação, higienização e ainda previsão de alta do leito ocupado e alerta de isolamento;
- q) o Indicadores de tempo de atendimento das solicitações e transferências em cada estoque e por funcionário.
- r) - Exibe pacientes que estão sem prescrição vigente e o tempo de atraso e o percentual de prescrito x sem prescrição.
- s) - Comparativo de média de tempo no fluxo de solicitação, atendimento e laudo;
- t) - Análise de pendências de créditos e débitos junto aos fornecedores para facilitar cobranças e planejamentos de quitação.
- u) - Comparativo mensal de metas estabelecidas. Por exemplo: Total de internação por especialidade ou clínica, consultas eletivas, exames por grupo; baseado em tabela de metas.
- v) - Exibe resultado acumulado de pesquisa de satisfação padrão executada em documento eletrônico específico;
- w) - Análise quantitativa mensal e diária de registros eletrônicos salvos pelos profissionais (documentos eletrônicos, evoluções, relatórios de cirurgia, prescrição);
- x) - Comparativo histórico mensal dos indicadores de ocupação por tipo de clínica de internação - taxa de ocupação, taxa de mortalidade, média de permanência setorial, média de permanência hospitalar, paciente-dia, entradas, saídas e altas;
- y) - Comparativo histórico mensal dos indicadores de ocupação por especialidade médica
- z) - taxa de ocupação, taxa de mortalidade, média de permanência setorial, média de permanência hospitalar, paciente-dia, entradas, saídas e altas;
- aa)- Permite a análise do perfil epidemiológico relacionado à faixa etária, especialidade médica e município de domicílio do paciente.
- IV - Deverá desenvolver a criação de até 50 indicadores ou relatórios gerenciáveis para a solução de Gestão de Regulação Ambulatorial, Internações, Eletivos, Urgência e Emergência.

8.26. ASSINATURA DIGITAL

- I - O sistema deve ter solução de emissão e gerenciamento de certificados digitais de cadeia privada em total conformidade com Lei nº 14.063/2020 e com a MP 2.200- 2/2001, sem limitação de emissões de certificados e com geração de arquivos nos formatos XAdES, CAdES e PAdES. A solução deve ser totalmente integrada aos processos de registros eletrônicos.
- II - O sistema deve ter solução de assinatura capaz de assinar registros eletrônicos com certificados digitais dos tipos de assinatura QUALIFICADA, AVANÇADA e SIMPLES, em total conformidade com Lei nº 14.063/2020 e com a MP 2.200-2/2001, tanto com certificados A1 quanto A3.

8.27. EMISSÃO DE RECEITUÁRIO DIGITAL

- I - O sistema deverá permitir a personalização da receita com o logo da instituição.
- II - O sistema deverá permitir a emissão de prescrição eletrônica de medicamentos com certificação digital.
- III - O sistema deverá permitir a emissão digital de receitas médicas, via SMS e e-mail, para o paciente.
- IV - O sistema deverá permitir disponibilizar o histórico de receitas anteriores para o médico.
- V - O sistema deverá permitir a inclusão de mais de uma receita por atendimento.

8.28. SISTEMA DE GESTÃO DE ANESTESIA

- I - O sistema deverá permitir o acompanhamento pré e trans-operatório dos pacientes que são submetidos a quaisquer intervenções cirúrgicas onde seja necessária a presença do médico anestesiologista.
- II - O sistema deverá permitir a duplicação de ficha pré-anestésica (pacientes que necessitam de múltiplos procedimentos), com possibilidade de edição dos dados necessários, para economizar tempo.
- III - O sistema deverá permitir a possibilidade de integração com o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP).
- IV - O sistema deverá permitir o cadastro do paciente digital e intuitivo .
- V - O sistema deverá permitir a consulta dos procedimentos cirúrgicos pelo código ou nome, nas tabelas CBHPM ou TUSS.
- VI - O sistema deverá permitir visualizar alerta para via aérea difícil; risco hospitalar (alergia, risco de queda, risco de evasão, recebendo hemocomponentes, membro afetado e isolamento) com respectivas cores definidas segundo normatização internacional; índice de massa corporal (IMC); contato de um responsável; número do CPF; complicações.
- VII - O sistema deverá permitir o planejamento anestésico e orientações ao paciente no préoperatório.
- VIII - O sistema deverá permitir a classificação da gravidade do paciente pelos critérios definidos pela ASA (American Society of Anesthesiologists).
- IX - O sistema deverá permitir a inclusão da data e hora do procedimento a ser realizado.
- X - O sistema deverá permitir a inclusão do nome de um ou mais cirurgiões que tiveram participação no ato cirúrgico.



- XI - O sistema deverá permitir incluir técnicas anestésicas pré-definidas, com preenchimento intuitivo.
- XII - O sistema deverá permitir a seleção de vias aéreas pré-definidas, com preenchimento intuitivo.
- XIII - O sistema deverá permitir a seleção de acessos venosos e arteriais pré-definidos, com preenchimento intuitivo.
- XIV - O sistema deverá permitir inserir campo obstétrico pré-definido, com preenchimento intuitivo.
- XV - O sistema deverá permitir inserir campo de perdas de volume, balanço hidroeletrolítico e sanguíneo com preenchimento intuitivo.
- XVI - O sistema deverá permitir inserir a duração de eventos de clampeamento, reperfusão, tempo de isquemia com preenchimento intuitivo.
- XVII - O sistema deverá permitir inserir equipamentos e materiais utilizados pré-definidos, com preenchimento intuitivo e de fácil controle por parte da auditoria do centro cirúrgico.
- XVIII - O sistema deverá permitir a avaliação inicial e final dos pacientes com saturação, drogas de uso contínuo, via aérea, nível de consciência e revisão de equipamentos.
- XIX - O sistema deverá permitir incluir a descrição de materiais abertos e não utilizados, essa informação é necessária para controle da auditoria.
- XX - O sistema deverá permitir a busca de drogas pré-definidas, com preenchimento intuitivo.
- XXI - O sistema deverá permitir a busca de fluidos pré-definidos, com preenchimento intuitivo.
- XXII - O sistema deverá apresentar os totais das medicações utilizadas ao final, essa informação é necessária para controle da auditoria.
- XXIII - O sistema deverá apresentar os totais dos fluidos utilizados ao final do documento, essa informação é necessária para controle da auditoria.
- XXIV - O sistema deverá permitir incluir os itens de proteção ocular, coxins e piramidais, garrotes e sondas em destaque, com preenchimento intuitivo.
- XXV - O sistema deverá permitir incluir a linha do tempo com registro dos sinais vitais a cada 5 minutos e demais itens a cada 15 minutos, conforme obriga a legislação, com preenchimento de forma intuitiva.
- XXVI - O sistema deverá permitir a criação de modelos de formulário anestésico (drogas, fluidos, monitores) de acordo com cada procedimento, os modelos devem ser passíveis de compartilhamento entre os usuários.
- XXVII - O sistema deverá permitir a geração de PDF com a ficha anestésica ao final do procedimento, o documento poderá ser impresso ou compartilhado por e-mail.
- XXVIII - O sistema deverá permitir a mobilidade dentro do bloco cirúrgico ou sala de avaliação pré-anestésica.
- XXIX - O sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- XXX - O sistema deverá permitir desenvolvida para uso nos sistemas Android e IOS.
- XXXI - O sistema deverá permitir o uso offline ou conectado à rede wi-fi

8.29. SISTEMA DE VISUALIZAÇÃO INTEGRADA DE REGISTROS ELETRÔNICOS DE SAÚDE

- I - O sistema deverá permitir a consulta unificada de todos os atendimentos do paciente, independente da unidade onde ocorreu o atendimento.
- II - O sistema deverá permitir a consulta detalhada do histórico do paciente, como: laudo de exame, prescrição de internação, prescrição ambulatorial, evolução e resumo de alta.
- III - O sistema deverá permitir o seu acesso por browser de internet e APP do paciente.
- IV - A solução deverá permitir integração de outras bases de dados da rede de saúde, não contemplados no escopo de projeto, seguindo padrão de integração via API Restful, na qual deverá considerar o envio do conjunto mínimo de dados: o origem do evento a ser incluído, sendo: prescrição, exame, evolução, registro de alta; o data da ocorrência do evento; o Identificação do paciente do respectivo evento; o Identifica o sexo do paciente; o Identifica o CNS do paciente; o Identificador de paciente estrangeiro; o Identificador do paciente; o Identifica a data de nascimento do paciente; o Identifica a data que o evento foi integrado no sistema de visualização; o Identificador do atendimento na unidade de saúde; o URL do diretório do arquivo .PDF o qual contém o conteúdo do evento ocorrido com o paciente.

8.30. PLATAFORMA DE GESTÃO E REGULAÇÃO ASSISTENCIAL SERVIÇOS

8.30.1. Sistema de Regulação Estadual em Saúde

- I - O Sistema de Gestão de Regulação Estadual deverá permitir organizar todos os processos relacionados à regulação assistencial da Secretaria Estadual de Saúde. O sistema deverá utilizar uma base de dados única e módulos únicos e integrados, sem redundância de dados, possibilitando a visão íntegra das informações armazenadas.
- II - O sistema deverá permitir manter os Estabelecimentos de Saúde, Usuários do SUS, Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, Consultas e Exames Especializados, Controle de Leitos, Procedimentos Hospitalares, Controle de Urgência e Emergência, Procedimentos de Alto Custo, Programação Pactuada e Integrada e, por fim, um módulo para geração de relatórios.
- III - O sistema deverá permitir a modernização dos processos de atendimento da população e controle dos processos relacionados à regulação assistencial de todos os estabelecimentos e municípios do Estado.
- IV - O Módulo de Regulação deverá ser uma solução que gerenciará as solicitações para procedimentos de média e alta complexidades, executados em estabelecimento ambulatoriais e hospitalares.
- V - A Regulação do Acesso deverá ter como propósito relacionar a demanda do cidadão, transformada em uma solicitação à oferta das redes de atenção secundária e terciária. Nesse módulo serão necessárias funções para transações e gestão da oferta ambulatorial e hospitalar e funções que relacionam a solicitação à oferta, tais como: situação clínica do usuário do SUS, prioridades para o acesso, ofertas hospitalares e ambulatoriais, demanda não atendida/fila de espera, dentre outras.
- VI - A solução deverá permitir a criação da solicitação com dados qualificadores da demanda e o gerenciamento da sua tramitação. O processo de agendamento deverá permitir a execução direta do usuário do sistema, sendo apoiado por funcionalidades de pesquisa e visualização da oferta da assistência.
- VII - O Controle e Avaliação deverá ser uma função da Regulação em Saúde e visará verificar a produção faturada e a autorização dada à solicitação correspondente. Esse processo deverá abranger as ações de processamento e de ordenamento das despesas e valores a pagar ao estabelecimento pelo SUS.
- VIII - O Módulo Regulação deverá contemplar funcionalidades para realizar transações de autorização do acesso e verificação da execução, avaliando o que foi acessado pelo cidadão/usuário e ofertado pela rede. Ou seja, deverá permitir automatizar rotinas executadas no processo de controle e avaliação.

8.31. Itens Comuns

- I - O sistema deverá permitir tramitar os processos de regulação de acesso ambulatorial e hospitalar a partir de solicitações específicas (de atendimento ambulatorial e internação hospitalar, respectivamente), cujo ciclo de vida contenha desde o momento inicial da solicitação até a efetivação do Atendimento.
- II - O sistema deverá permitir manter e visualizar o histórico de cada solicitação, que deve ser atualizado a cada ação realizada sobre a mesma.
- III - O sistema deverá permitir identificar cada solicitação pelo usuário do SUS associado a ela, através do Cartão Nacional de Saúde (CNS).
- IV - O sistema deverá permitir manter e gerir pendências sobre as solicitações.
- V - O sistema deverá permitir o encaminhamento entre centrais de regulação respeitando as regras definidas pela PPI.
- VI - O sistema deverá permitir parametrizar o acesso às funcionalidades de tramitação das solicitações através de perfis de acesso, de modo que seja possível configurar qual usuário do sistema poderá realizar cada ação sobre a Solicitação.
- VII - O sistema deverá permitir manter protocolos clínicos específicos para cada procedimento, contendo informações que devem ser preenchidas pelo usuário do sistema quando da criação de uma solicitação para um determinado procedimento
- VIII - O sistema deverá permitir manter centrais de regulação e a relação entre elas, através de parametrização de características tais como: tipos de solicitações, procedimentos, unidades solicitantes, unidades executantes etc.
- IX - O sistema deverá permitir manter e visualizar o histórico de atendimento do usuário do SUS.
- X - O sistema deverá permitir visualizar, através de um dashboard, a situação atual das solicitações do sistema, com possibilidade de exibição de quaisquer níveis de alerta parametrizados.
- XI - O sistema deverá permitir alterar dados de um conjunto de solicitações em uma única Operação.

8.32. CADASTRO BÁSICO

8.32.1. Estabelecimentos de Saúde

- I - O sistema deverá permitir a importação dos dados oficiais do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde para sua base de dados.
- II - O sistema deverá permitir a importação sob demanda e competência disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.

- III - O sistema deverá permitir a vinculação dos profissionais de saúde aos estabelecimentos.
- IV - O sistema deverá permitir a consulta dessas informações por todos os usuários da Secretaria Estadual de Saúde.

8.32.2. **Usuários de Saúde**

- I - O sistema deverá permitir o cadastro provisório ou o cadastro definitivo de um usuário conforme padrão do Ministério da Saúde, bem como a manutenção dos dados cadastrados. Deverá permitir a alteração da situação cadastral provisória de um usuário para a situação definitiva, e vice-versa. O usuário cadastrado provisoriamente deve ter atendimento limitado a algumas funcionalidades do sistema.
- II - O sistema deverá permitir a pesquisa de um usuário por meio da informação do número de seu documento de identificação.
- III - O sistema deverá permitir a pesquisa de um usuário por meio de código de identificação gerado pelo próprio sistema, bem como permitir pesquisas avançadas por meio do nome do usuário, data de nascimento e nome da mãe.
- IV - No cadastro de um usuário, o sistema deverá permitir a busca automática do logradouro, para posterior informação do complemento
- V - O sistema deverá permitir a unificação de cadastros duplicados, bem como permitir o retorno para a situação anterior em casos de cadastros unificados indevidamente.
- VI - O sistema deverá permitir também o cadastro de um usuário sem identificação. Esse processo é adotado nos casos em que o usuário chegar desacordado no estabelecimento de saúde, sem documentos ou sem condições de confirmar sua identidade. Permitindo a complementação dos dados de um usuário cadastrado sem identificação, ou apensar os dados a um usuário já cadastrado.
- VII - Em relação aos óbitos, o sistema deverá permitir o registro da data em que o usuário entrou em óbito, bem como o CID que o acometeu, e permitindo ainda a reativação deste cadastro, quando necessário.

8.33. **PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS**

- I - O sistema deverá permitir a importação da base de dados do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS contendo informações principais e auxiliares.
- II - O sistema deverá permitir a importação sob demanda e competência disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.

8.34. **REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS**

- I - O sistema deverá permitir gerar escalas dos médicos e/ou especialidade que prestam serviço no Estabelecimento de Saúde, sendo possível definir: Nome da escala, profissional que realizará o atendimento, o grupo de agendamento, o item de agendamento, o tipo de atendimento (1ª vez, acompanhamento e retorno) e o tempo determinado para cada consulta, os dias e horários de atendimento profissional por estabelecimento de saúde bem como o período de abertura da agenda.
- II - O sistema deverá permitir os agendamentos de consultas para unidade de saúde específica ou para todas as unidades de saúde como central de agendamentos.
- III - O sistema deverá permitir bloquear a agenda de profissionais ou especialidades por dias e horários, caso seja necessário;
- IV - O sistema deverá permitir o bloqueio dos horários de atendimento de exames, não permitindo os agendamentos por período e estabelecimento de saúde.
- V - O sistema deverá permitir o cancelamento ou transferência para outro dia disponível dos agendamentos já realizados para o período de interrupção.
- VI - O sistema deverá permitir o bloqueio de período de agendamentos de exames por unidade de saúde, exame específico ou todos os exames atendidos no estabelecimento de saúde.
- VII - O sistema deverá permitir o controle das listas de espera de consultas e exames por prioridade.
- VIII - O sistema deverá permitir a transferência de agendamentos de consultas e exames por unidade de saúde, profissional ou exames, de uma data ou horário para outro definido. Considerar os períodos de bloqueios de agendas de profissionais e exames.
- IX - O sistema deverá permitir gerar escalas de atendimento extra para cada profissional.
- X - O sistema deverá permitir aplicar tabelas de feriados múltiplas por Estabelecimento de Saúde e por profissional.
- XI - O sistema deverá permitir a realização de encaixe por profissional, através de agenda extra.
- XII - O sistema deverá permitir acessar rapidamente o primeiro dia livre para agendamento de uma determinada especialidade.
- XIII - O sistema deverá permitir realizar o atendimento do cidadão.
- XIV - O sistema deverá permitir de forma ágil em uma mesma tela, a visualização das agendas de cada profissional indicando os dias que o mesmo trabalha, os horários disponíveis, bem como os dias que ele não trabalha ou tem seus horários preenchidos.
- XV - O sistema deverá possibilitar definir o tempo de consulta separadamente para consultas de primeira vez, retorno e extra.
- XVI - O sistema deverá permitir agendar as consultas e procedimentos para cada profissional, ou especialidade. O sistema mostrará os horários disponíveis mais próximos para consulta e qual profissional tem esta vaga.
- XVII - O sistema deverá permitir guardar todo o histórico de consultas agendadas para cada cidadão, permitindo a consulta deste histórico no momento do agendamento, controlando as consultas agendadas, canceladas, realizadas e não realizadas.
- XVIII - O sistema deverá permitir controlar as consultas realizadas, não realizadas, canceladas e ativas de cada profissional em um determinado período (através de relatório).
- XIX - O sistema deverá permitir indicar automaticamente o status de consulta não realizada quando um paciente não comparece a mesma, ficando a falta descrita no histórico do paciente.
- XX - O sistema deverá permitir emitir as listagens dos mapas de consultas (agendas diárias) de cada profissional, por dia.
- XXI - O sistema deverá disponibilizar a emissão de lembrete de consulta contendo os dados do Estabelecimento de Saúde, do paciente e da consulta (data, hora e médico) diretamente para o celular do usuário.
- XXII - O sistema deverá disponibilizar no agendamento a possibilidade do registro de informações como: profissional, procedimento agendado (SIGTAP), a data do agendamento, hora da consulta, cidadão, telefone de contato, preparos e campo para registro de outras observações.
- XXIII - O sistema deverá permitir emitir relatório de pacientes agendados que não compareceram, tendo como opções: período, especialidade, municípios. O sistema deverá possibilitar atribuir cotas de agendamento para cada especialidade ou procedimento por unidade de saúde.
- XXIV - O sistema deverá permitir registrar o CID10 na solicitação da consulta ou exame.
- XXV - O sistema deverá permitir emitir relatório de conclusão do atendimento do cidadão.
- XXVI - O sistema deverá permitir cadastrar previamente a tabela de procedimentos ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).
- XXVII - O sistema deverá permitir ao usuário consultar a tabela de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) reconhecidos pelo Ministério da Saúde.
- XXVIII - O sistema deverá permitir ao usuário consultar a tabela da Classificação Internacional de Doenças reconhecidas pelo Ministério da Saúde.
- XXIX - O sistema deverá permitir ao usuário efetuar a consulta das modalidades, ou seja, os tipos de atendimento nos quais o procedimento pode ser realizado.
- XXX - O sistema deverá permitir a reprogramação de agenda de profissionais para outros profissionais ou para outras datas.
- XXXI - O sistema deverá permitir o cadastro de cotas físicas e financeiras.
- XXXII - O sistema deverá permitir o retorno da cota para utilização em novo agendamento, de acordo com o motivo do cancelamento de atendimento de consultas e/ou exames.
- XXXIII - O sistema deverá disponibilizar o controle dos agendamentos de consultas determinando intervalo de idade ou sexo para atendimentos de pacientes por especialidade dos profissionais.
- XXXIV - O sistema deverá permitir o cancelamento de agendamentos identificando motivo.
- XXXV - O sistema deverá disponibilizar o controle da lista de espera de usuários por especialidade, profissional e exames identificando o Município de origem, o profissional solicitante e a prioridade.
- XXXVI - O sistema deverá permitir a autorização de consultas e exames para prestadores externos informando o prestador dos serviços, profissional e especialidade ou exame, a data e o horário.
- XXXVII - O sistema deverá permitir no momento da autorização/agendamento a existência de cotas disponíveis.
- XXXVIII - O sistema deverá permitir a troca de cidadão do agendamento garantido o retorno para a fila de espera.
- XXXIX - O sistema deverá permitir o registro de atendimento externo para as solicitações agendada fora da rede.
- XL - O sistema deverá permitir o registro de solicitação de cota para as consultas e exames.

- XLI - O sistema deverá permitir a reimpressão das guias de solicitação, marcação e atendimento realizado.
- XLII - O sistema deverá permitir vincular o estabelecimento de saúde a especialidade e exames.
- XLIII - O sistema deverá permitir o cadastro de cota financeira para as unidades de saúde.
- XLIV - O sistema deverá permitir vincular o profissional a especialidade e/ou exames para regulação.
- XLV - O sistema deverá permitir a visualização de protocolo (orientação) de encaminhamento no momento do cadastro da solicitação para a especialidade e/ou exames.
- XLVI - O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas de consultas e exames entre as unidades de saúde.
- XLVII - O sistema deverá permitir replicar a cota de consultas e exames para outras competências.
- XLVIII - O sistema deverá permitir registrar as ligações realizadas ao cidadão, mantendo histórico com data, usuário responsável e descrição da comunicação.
- XLIX - O sistema deverá permitir o registro do retorno e encaminhamento para consultas e exames.
- L - O sistema deverá permitir o registro do encaminhamento para cirurgias eletivas.
- LI - O sistema deverá permitir verificar no momento do agendamento a existência de cotas financeiras disponíveis para a unidade de saúde.
- LII - O sistema deverá permitir parametrizar a utilização de cotas para as agendas de retorno.
- LIII - O sistema deverá permitir a inativação da solicitação na fila de espera.
- LIV - O sistema deverá permitir o registro das demandas judiciais nas solicitações de consultas e exames informado o número de identificação, data e informações complementares.
- LV - O sistema deverá permitir determinar a quantidade de procedimentos a serem solicitados por solicitação nos casos de grupos de procedimentos.
- LVI - O sistema deverá permitir a solicitação de esclarecimento entre profissional regulador e unidade executante.
- LVII - O sistema deverá permitir a inserção dos anexos da solicitação de consultas e exames especializados.

8.35. REGULAÇÃO DE LEITOS

- I - O sistema deverá permitir o cadastro de leito temporário.
- II - O sistema deverá permitir no registro de solicitação de leito: classificação de risco, data de solicitação, solicitante, paciente, CID da solicitação, profissional responsável, tipo de leito, estabelecimento executante, observações.
- III - O sistema deverá possibilitar o controle do histórico dos contatos realizados para busca de vaga: registrar quem fez o contato, data e hora, estabelecimento contatado, motivo da recusa.
- IV - O sistema deverá disponibilizar tela de controle de fluxo de solicitações de leitos, podendo filtrar por tipo de leito, especialidade, solicitante, paciente, etc.
- V - O sistema deverá disponibilizar uma tela de pesquisa de leito, podendo apresentar todos os leitos disponíveis ou filtrar os leitos por: prestador, sexo, tipo de leito, apresentando apenas os leitos vagos (disponíveis).
- VI - O sistema deverá permitir que seja realizada a regulação de solicitações de leitos, permitindo ao regulador liberar ou negar solicitações conforme avaliação técnica.
- VII - Possibilita o registro dos sinais vitais no momento da solicitação, conforme préconfiguração dos campos.
- VIII - O sistema deverá possibilitar identificar solicitações por demanda judicial, assim como registro dos dados da documentação oficial.
- IX - O sistema deverá permitir a opção da escolha de um leito alternativo para a pesquisa de vaga.
- X - O sistema deverá possibilitar a emissão o espelho da solicitação com todo o histórico.
- XI - O sistema deverá permitir ao estabelecimento executor visualizar os pacientes internados apresentando a data de internação e o leito ocupado.
- XII - O sistema deverá permitir a criação de hierarquia de centrais e o encaminhamento de uma solicitação para central com abrangência superior.
- XIII - O sistema deverá permitir o acompanhamento da central de todos os pacientes assistidos até a sua internação e alta.
- XIV - O sistema deverá permitir a solicitação e autorização para realização de cirurgia eletiva.
- XV - O sistema deverá permitir a visualização e controle de pacientes aguardando disponibilidade de leito.
- XVI - O sistema deverá permitir ao estabelecimento executante realizar a auto internação de pacientes.
- XVII - O sistema deverá disponibilizar a exibição do quadro geral de leitos mostrando leitos livres, liberados e ocupados por estabelecimento, tipo de leito, especialidade, sexo e faixa etária.
- XVIII - O sistema deverá permitir efetuar o registro de laudo de solicitação de internação: número da reserva do leito, número do laudo, data do laudo, situação, data da solicitação, estabelecimento, paciente, número do prontuário, localidade do paciente, sinais e sintomas, provas diagnósticas, condições clínicas, CID, tipo de leito, médico solicitante e procedimentos solicitados.
- XIX - O sistema deverá permitir o registro de autorização dos laudos de solicitação de internação.
- XX - O sistema deverá possibilitar efetuar a impressão de AIHs, permitindo filtrar por período, prestador, paciente.
- XXI - O sistema deverá disponibilizar a funcionalidade de cadastro de faixa de AIH.
- XXII - O sistema deverá possibilitar realizar automaticamente a numeração das AIHs das internações após autorizadas.
- XXIII - O sistema deverá permitir a visualização dos atendimentos anteriores do paciente no módulo regulador de leitos e seus detalhes.
- XXIV - O sistema deverá permitir a referênciação de solicitação para o estabelecimento executante afim de comunicar a necessidade de internação de paciente sem reserva de vaga.
- XXV - O sistema deverá possibilitar efetuar o controle do histórico do laudo da internação.
- XXVI - O sistema deverá permitir o cadastro de solicitações psiquiátricas informando o histórico psiquiátrico, responsável, telefone e o tipo da internação psiquiátrica.
- XXVII - O sistema deverá permitir ao solicitante sugerir o tipo de leito, especialidade e estabelecimento para internação.
- XXVIII - O sistema deverá permitir solicitante realizar auto-internação de paciente.
- XXIX - O sistema deverá permitir a associação do autorizador a município ou microrregião que ele possui permissão para autorizar.
- XXX - O sistema deverá permitir ao coordenador da central acompanhar os atendimentos realizados não interferindo nas atividades realizadas pelo profissional.
- XXXI - O sistema deverá permitir o estabelecimento de limites de geração de AIH de acordo com PPI e Programações cadastradas.
- XXXII - O sistema deverá permitir a criação de solicitações de pacientes não identificados.
- XXXIII - O sistema deverá permitir o cadastro de leitos contratados.
- XXXIV - O sistema deverá permitir inserir anexos à solicitação de leitos.
- XXXV - O sistema deverá permitir registrar as comunicações realizadas referente a solicitação de leitos.
- XXXVI - O sistema deverá permitir a renovação de laudos de psiquiatria de internação em leitos de longa permanência.
- XXXVII - O sistema deverá permitir a baixa automática da AIH.



	XXXVIII - O sistema deverá permitir a solicitação de esclarecimento entre central de regulação e unidade solicitante.
8.36.	<b>AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)</b> <div><div>I - O sistema deverá permitir o cadastramento de laudos de AIH. Para atendimento de pacientes em caráter de urgência/emergência, os laudos deverão ser cadastrados após os internamentos, entretanto, para atendimentos em caráter eletivo, os internamentos dos pacientes somente deverão ocorrer após o processo de autorização dos laudos de AIH.</div><div>II - O sistema deverá permitir a solicitação de internamento hospitalar para procedimentos de campanha conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, e permitir a solicitação de uma nova AIH através de uma solicitação existente, para continuidade de tratamento/internamento.</div><div>III - O sistema deverá permitir a pesquisa dos procedimentos hospitalares, aplicando regras pertinentes aos usuários (tais como sexo e idade em meses), ao diagnóstico (CID10) e procedimentos secundários.</div><div>IV - O sistema deverá permitir o cadastro de faixas numéricas de AIH geradas para cada laudo validado.</div><div>V - O sistema deverá permitir a visualização dos laudos que estão aguardando autorização. Somente usuários vinculados ao grupo de autorizadores deverão ter acesso a essas informações.</div><div>VI - O sistema deverá permitir a solicitação de laudo de AIH para procedimentos referentes à doação de órgãos – doadores vivos. A identificação desse laudo deverá ser realizada através de procedimento da Tabela Unificada de Procedimentos e seu fluxo será diferenciado dos demais por necessitar da intervenção da Central de Transplantes.</div><div>VII - O sistema deverá permitir a pesquisa e a impressão do laudo de AIH com todas as informações cadastradas pelos prestadores.</div></div>
8.37.	<b>REGULAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA</b> <div><div>I - O sistema deverá permitir o registro das informações essenciais para o início do controle de atendimento ambulatorial de urgência, tais como: usuário, diagnóstico, procedimento e informações clínicas.</div><div>II - O sistema deverá permitir a localização da ficha ambulatorial de urgência, bem como sua situação atual no processo através do código da ficha ou da pesquisa pelo usuário.</div><div>III - O sistema deverá permitir a geração do código de identificação de atendimento ambulatorial de urgência, o qual deverá agilizar e regular a porta de entrada no âmbito hospitalar. O código de identificação de atendimento será individualizado para cada usuário.</div><div>IV - O sistema deverá exigir do usuário a seleção de um dos procedimentos cadastrados, cuja informação é obrigatória para a ficha ambulatorial de urgência. As regras serão aplicadas de acordo com o perfil do atendimento.</div><div>V - O sistema deverá permitir a pesquisa do diagnóstico com base no CID-10, com o objetivo de padronizar, facilitar e agilizar a localização dos diagnósticos.</div></div>
8.38.	<b>AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE ALTO CUSTO (APAC)</b> <div><div>I - O sistema deverá conter cadastro de laudos de procedimentos contendo minimamente: estabelecimento solicitante, data da solicitação, tipo da APAC, situação do laudo, estabelecimento executante, paciente, cartão nacional, CID 10 primário e secundário, médico solicitante, observações, procedimentos solicitados, quantidade e tipo dos procedimentos.</div><div>II - O sistema deverá permitir o registro de autorização dos laudos de solicitação de procedimentos.</div><div>III - O sistema deverá possibilitar a emissão dos laudos de APAC com os campos preenchidos conforme cadastro da solicitação.</div><div>IV - O sistema deverá disponibilizar o controle de estabelecimento solicitantes e executantes.</div><div>V - O sistema deverá possibilitar o registro todas as comunicações com o cidadão.</div><div>VI - O sistema deverá possibilitar o cadastro do sequencial de APAC.</div><div>VII - O sistema deverá possibilitar a baixa automática do sequencial APAC após autorização.</div><div>VIII - O sistema deverá possibilitar autorizar as APAC realizadas antes de gerar faturamento.</div><div>IX - O sistema deverá permitir inserir anexos a solicitação.</div><div>X - O sistema deverá permitir a baixa automática da numeração de APAC.</div><div>XI - O sistema deverá permitir o cadastro do sequencial de APAC.</div></div>
8.39.	<b>CONTROLE E AVALIAÇÃO - PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA (PPI)</b> <div><div>I - O sistema deverá permitir o cadastro da PPI de acordo com as pactuações.</div><div>II - O sistema deverá atualizar a PPI de acordo com as necessidades dos municípios.</div><div>III - O sistema deverá permitir o cadastramento do teto financeiro do município.</div><div>IV - O sistema deverá permitir a atualização, por prestador, das programações feitas pelo gestor.</div><div>V - O sistema deverá replicar a programação ambulatorial e hospitalar para outras competências.</div></div>
8.40.	<b>PLATAFORMA DE GESTÃO DE COMPRAS E SUPPLY CHAIN</b> <div><div>I - O sistema deverá permitir o envio dos produtos cadastrados na unidade para a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>II - O sistema deverá permitir o envio dos fornecedores cadastrados na unidade para a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>III - O sistema deverá permitir o envio diário da quantidade em estoque de cada produto para a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>IV - O sistema deverá permitir o envio de solicitações de compra para a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>V - O sistema deverá permitir o recebimento das ordens de compra oriundas da plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>VI - O sistema deverá permitir o envio das movimentações de saída agrupadas por dia, a fim de viabilizar a análise de sazonalidade e aumentar a acurácia da previsão estatística pela plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain.</div><div>VII - O sistema deverá permitir o envio das notas fiscais de compras para a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain, a fim de viabilizar a avaliação do lead time e acuracidade dos fornecedores.</div><div>VIII - O sistema deverá permitir a comunicação com a plataforma de Gestão de Compras e Supply Chain via webservice.</div></div>
8.41.	<b>CENTRAL DE MATERIAIS ESTERILIZADOS (CME)</b> <div><div>I - O sistema deverá permitir o cadastramento, edição e exclusão/inativação de Itens.</div><div>II - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Materiais.</div><div>III - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Caixas cirúrgicas.</div><div>IV - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Materiais por cirurgia.</div><div>V - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Motivos de manutenção.</div><div>VI - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Tipos de embalagem.</div><div>VII - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Tipos de equipamento.</div><div>VIII - O sistema deverá permitir cadastramento, edição e exclusão/inativação de Equipamentos.</div><div>IX - O sistema deverá permitir o registro e controle de expurgos.</div><div>X - O sistema deverá permitir o registro e controle de liberação de materiais para preparo.</div><div>XI - O sistema deverá permitir o registro e controle de Preparos.</div></div>

- XII - O sistema deverá permitir o registro e controle de liberação de materiais para esterilização.
- XIII - O sistema deverá permitir o registro e controle de Esterilização.
- XIV - O sistema deverá permitir o registro e controle de materiais em manutenção.
- XV - O sistema deverá permitir o registro e controle de recebimento de materiais de unidades externas.
- XVI - O sistema deverá permitir a consulta de Materiais.
- XVII - O sistema deverá permitir a consulta de registros de Expurgos.
- XVIII - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Esterilização de caixas.
- XIX - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Itens em manutenção (engenharia e CME).
- XX - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Itens fora da CME.
- XXI - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Itens na CME.
- XXII - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Pendências (itens extraviados).
- XXIII - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de materiais processados para unidades externas.
- XXIV - O sistema deverá permitir a emissão de relatório de Inventário.

8.42.

SISTEMA DE GESTÃO DE IMAGENS - PACS

- I - O sistema deve possuir uma central de laudos com ferramentas ágeis de elaboração dos documentos.
- II - O sistema deve possibilitar a disponibilização de resultados de exames a pacientes e médicos solicitantes.
- III - O sistema deve possibilitar a digitalização de documentos para subsidiar a confecção dos laudos.
- IV - O sistema deve realizar a eliminação do fluxo de digitação de laudos.
- V - O sistema deve possibilitar a impressão de resultados de exames on demand.
- VI - O sistema deve possuir o controle de performance do serviço de diagnóstico por imagem.
- VII - O sistema deve possuir relatórios gerenciais de indicadores para gestão e apoio à tomada de decisão.
- VIII - O sistema deve possuir um portal de laudos de exames.
- IX - O sistema deve possuir módulo de Ditado Digital na elaboração de laudos para usuários concorrentes que permita: Ditado digital de laudos, armazenados em arquivos eletrônicos de áudio; Criação de máscaras pré-definidas para laudos padrões em todos os tipos de exames; Criação de macros para a inserção de textos pré-definidos; Solicitação de revisão de laudo por outro radiologista; Assinatura eletrônica, autenticada através de login e senha de usuário, que seja automaticamente impressa no laudo após sua aprovação final; Permita total rastreabilidade de assinaturas e armazenamento de laudos preliminares; Impressão dos laudos; Solução em plataforma totalmente Web, sem que seja necessária a instalação de qualquer plug-in;
- X - O sistema de possuir módulo de Reconhecimento de Voz na elaboração de laudos para usuários dedicados: Transcrição automática do laudo através do sistema de reconhecimento de voz, sem a necessidade de transcrição futura; Criação de máscaras pré-definidas para laudos padrões em todos os tipos de exames; Criação de macros para a inserção de textos pré-definidos; Solicitação de revisão de laudo por outro radiologista; Assinatura eletrônica, autenticada através de login e senha de usuário, que seja automaticamente impressa no laudo após sua aprovação final;
- XI - Permita total rastreabilidade de assinaturas e armazenamento de laudos preliminares; Impressão dos laudos; Permitir que faça a transcrição de forma imediata a velocidade de ditado e ainda seja capaz de incorporar novas palavras e expressões, não identificadas, continuamente, a sua biblioteca/dicionário; Solução em plataforma totalmente Web, sem que seja necessária a instalação de qualquer plug-in;
- XII - O sistema deve possuir módulo de Transcrição na elaboração de laudos para usuários concorrentes que permita: Ao usuário digitar laudos a partir de um sistema de reprodução de arquivos de áudio armazenados eletronicamente; Criação de máscaras pré-definidas para laudos padrões em todos os tipos de exames; Criação de macros para a inserção de textos pré-definidos; Solicitação de revisão de laudo por outro radiologista; Assinatura eletrônica, autenticada através de login e senha de usuário, que seja automaticamente impressa no laudo após sua aprovação final; Permita total rastreabilidade de assinaturas e armazenamento de laudos preliminares; Impressão dos laudos; Solução em plataforma totalmente Web, sem que seja necessária a instalação de qualquer plug-in; Parte integrante desta solução: conjunto de fone de ouvido e pedaleira para auxílio de usuário na transcrição e elaboração de laudos;
- XIII - O sistema deve possuir dashboards de indicadores para gerenciamento e controle do serviço de diagnósticos.
- XIV - O sistema deve ter capacidade de gerenciamento de no mínimo 30.000 novos exames/ano;
- XV - O sistema deve gerenciar a base de dados para todas as informações de pacientes; informações de exames, assim como mapear e registrar toda e qualquer alteração relativa aos mesmos; informações de perfis de usuários;
- XVI - O sistema deve permitir a criação de protocolos de visualização configurados, no mínimo, por usuário, grupos de usuários, modalidades e partes do corpo;
- XVII - O sistema deve possibilidade de programar uma política de segurança de acesso, baseada em perfis e senhas individuais com privilégios de acesso, para proteger dados confidenciais de pacientes, que serão gerenciadas e atualizadas pelo administrador do Sistema;
- XVIII - A solução deverá ser world class e ter conformidade com os padrões internacionais de mercado: DICOM 3.0, HL7 e IHE. Prover a comunicação das imagens em padrão DICOM do servidor de núcleo com as modalidades; Prover funcionalidade de servidor de interfaces para processar as mensagens HL7;
- XIX - O sistema deve prover a funcionalidade de DICOM Modality Worklist Server para as modalidades que tenham o serviço DICOM Modality Worklist User habilitado;
- XX - O sistema deve prover as integrações nativas em HL7 para sincronização de dados demográficos e admissões de pacientes (ADT), solicitação eletrônica de exames (ORM) e exportação de laudos (ORU) com outros sistemas de informação de mesmo protocolo;
- XXI - A solução deverá ter registro na ANVISA;
- XXII - Todas as interfaces de usuários deverão ser totalmente em português;
- XXIII - A solução deve Gerenciar o armazenamento das imagens para acesso imediato (On Line) em dispositivos de armazenamento interno (no próprio do servidor) ou externos (DAS, NAS ou SAN), com tecnologia de segurança RAID 5;
- XXIV - O sistema deve prover acesso simultâneo de imagens DICOM, com ou sem compressão, para ilimitados usuários clínicos locais ou remotos, através de licenças concorrentes e autenticação de usuários, em plataforma Web, acessível através de qualquer software de navegador para internet;
- XXV - O sistema deve suportar o uso de, ao menos, 2 (dois) monitores de alta-resolução (de no mínimo 2MPixels até 5 MPixels), em escalas de cinza, para uso diagnóstico e reconstrução volumétrica, para ambiente PACS, em estações de trabalho diagnósticas e o uso de 1 (um) monitor clínico, colorido e/ou em escalas de cinza, para ambiente RIS, instalado em conjunto com os monitores de alta resolução, em estações de trabalho diagnósticas;
- XXVI - O sistema deve delimitar o tempo máximo para disponibilização da primeira imagem de exame nas estações de trabalho: Estudos On Line ≤ 2 segundos;
- XXVII - O sistema deve permitir que os exames de emergência/urgência, sejam assinalados e destacados nas listas de trabalho dos tecnólogos e radiologistas para priorização na realização dos exames e diagnóstico nas estações de trabalho;
- XXVIII - O sistema deve ser capaz de armazenar e distribuir imagens no formato DICOM 3.0, com diferentes níveis de visualizações e compactação de imagens (Full, LossLess & Lossy), via rede em TCP/IP (Internet, Intranet);
- XXIX - O sistema deve ter solução de distribuição de imagens em plataforma totalmente Web, sem necessidade de instalação de qualquer plug-in e acessível através de qualquer sistema operacional e navegador de internet (“web-browsers”);
- XXX - O sistema deve ter solução de distribuição de imagens acessível em dispositivos móveis (tablets), sem a necessidade de instalação de qualquer software. Devera possuir ferramentas básicas para manipulação de imagens, tais como zoom, brilho/contraste, rotações, negativos, cine, pan, comparação com outros estudos do mesmo paciente.
- XXXI - Deverá ser capaz de permitir a visualização dos laudos de forma integrada; Prover ilimitados acessos concorrentes para distribuição de imagens em plataforma web.
- XXXII - O sistema deve ser responsável por gerar um único código de acesso para cada instância de solicitação de exame;
- XXXIII - O sistema deve permitir a criação de anexos de áudio que funcionem como fonte adicional de informações nos laudos e estudos;
- XXXIV - O sistema deve permitir a impressão de um laudo (em andamento ou validado), enviálo por fax, por WhatsApp ou por e-mail.
- XXXV - O sistema deve armazenar todas as versões dos laudos criados e modificados, permitindo que seja possível auditar as alterações executadas, por autor e data. Adicionalmente, deverá bloquear a edição do laudo após um status definido, evitando que haja alterações no conteúdo de um laudo finalizado.
- XXXVI - O sistema deve permitir a visualização do histórico do paciente de forma simplificada, com acesso rápido aos dados, tanto dos laudos como aos formulários e questionários de exames anteriores em uma única interface.

- 8.43.

DESCRIÇÃO DOS PADRÕES DE INTEGRAÇÃO

I - O Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (S-RES) deverá integrar todas as informações transmitentes nos processos de cada estabelecimento de saúde, otimizando e qualificando os fluxos de informações entre áreas, setores e/ou unidades, assim como a nível macro gerencial, apresentar as informações de prontuário eletrônico de modo cronológico, gerando uma visão de „Linha Temporal de Registros de cada cidadão/paciente atendido, em qualquer um dos estabelecimentos de saúde abrangidos no escopo deste projeto. A estrutura de comunicação de dados deverá atender a todos os preceitos da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 8.43.1.

Integrações

I - Para as soluções consideradas no escopo deste projeto, a conectividade deverá ser nativa. Fazem-se necessárias interfaces de integração com o Sistema PACS, Interfaceamento com equipamentos de laboratório, Sistema de Gestão de Compras e Sistema de Regulação de Atendimentos Ambulatoriais e Hospitalares. Estas deverão atender às mínimas necessidades relacionadas: Interface para envio das informações de admissão e dados demográficos dos pacientes do HIS para os Sistemas RIS/PACS e LIS ;

II - Interface para recebimento no HIS quanto a informação dos exames realizados para controle de faturamento;

III - Interface para envio ao HIS dos laudos finalizados; Interface para envio ao Sistema de Gestão de Compras dos itens a serem gerenciados na plataforma de Central de Compras;

IV - Interface para recebimento das Ordens de Compra da Plataforma de Central de Compras para o HIS; Interface para recebimento dos cadastros dos pacientes agendados no Sistema de Regulação; Interface para recebimento no HIS dos agendamentos de consultas e exames oriundos do Sistema de Regulação. É de responsabilidade do fornecedor prover a definição dos fluxos de trabalho junto à instituição.
- 8.43.2.

Integração Padrão RIS/PACS

I - Deverá considerar a integração através da mensagem HL7 para as seguintes interfaces:

II - ADT - Integração que envia do Sistema de Gestão Hospitalar e Prontuário Eletrônico do Paciente das unidades hospitalares a informação demográfica, registros e admissões de pacientes a solução PACS;

III - ORM - Integração que envia do Sistema de Gestão Hospitalar e Prontuário Eletrônico do Paciente das unidades hospitalares a solicitação de exame radiológico a ser realizado para a solução PACS;

IV - Integração para visualização de Imagens de Exames através de consulta dos resultados no Prontuário Eletrônico do Paciente – url que permita a abertura de visualizador de imagens da solução PACS para visualização de imagens através de parâmetros de registro do paciente e número do exame.

V - ORU – Integração para recebimento de laudos de exames radiológicos do PACS para armazenamento e visualização no Prontuário Eletrônico do Paciente.
- 8.43.3.

Interfaceamento Equipamentos Laboratoriais

I - Deverá considerar a integração através da comunicação via webservice com o software interfaceado com o equipamento, considerando o envio das seguintes informações:

II - Hospital e Prestador - Neste caso será enviado os dados do hospital através de um método via API e prestador onde será realizado o respectivo exame. Paciente - Envio de dados do paciente, será através de um método via API, que irá realizar o respectivo exame, como: nome do paciente, nome da mãe, sexo, data de nascimento, peso, altura, alergias.

III - Exame - Envio de dados referente ao exame que será realizado, através de método via API, como: data da solicitação, código e descrição do procedimento, descrição material a coletar.

IV - Exame por período - Viabilizar a busca de solicitações de exame por período determinado (data de início e data de fim), através de método via API.

V - Coleta de Exames - Permitir registrar o início e o término da coleta dos exames, através de método via API.

VI - Recebimento de Laudo - Permitir o recebimento do resultado de laudos a nível de variável e laudo consolidado em .pdf., através de método via API.

VII - Retificação de Laudo - Permitir a retificação de laudos através de método via API.
- 8.43.4.

Links de Comunicação

I - O fornecedor deverá prover a cada unidade 2 links de Internet com SLA de 4 horas, o principal dedicado e deve permitir que sua capacidade seja aumentada gradativamente conforme as necessidades da instituição, indefinidamente, e a qualquer tempo, e o secundário que será utilizado como redundância deve possuir características idênticas, esses links devem ser adquiridos, preferencialmente, em provedores distintos garantindo um nível de redundância e segurança maior

II - Deverá prover os links com IP Fixo (quando disponível na região), e firewall local para realizar a redundância automática dos links em caso de queda do link principal, assim como controlar o tráfego de rede dos redirecionamentos de porta de serviço restringindo o acesso a somente os IP's das unidades que estarão interligadas e da gestora do software de gestão, garantindo assim uma maior segurança nos acessos às informações contidas no banco de dados.
- 8.44.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO
- 8.44.1.

O planejamento da implantação deverá ser composto, no mínimo, pelas seguintes fases:
- 8.44.1.1.

PREPARAÇÃO INICIAL:

I - Instalação e preparação da infraestrutura;

II - Configuração dos ambientes e instalação dos serviços;

III - Migração Legado.
- 8.44.2.

Cadastros

I - Treinamento de cadastros, vínculos e parametrização para usuário chaves das áreas para inserção de dados de acordo com os processos da Instituição
- 8.44.3.

Treinamentos

I - Treinamento operacional para usuários multiplicadores para manuseio das soluções.
- 8.44.4.

Simulação e Avaliação

I - Simulação de processo, objetivando a execução do fluxo operacional e avaliação do conhecimento dos usuários finais quanto a utilização do sistema.
- 8.44.5.

Entrada em Produção

I - Operação assistida do fluxo operacional.
9.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 9.1.

Execução dos Serviços
- 9.1.1.

A CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais nomeará Fiscais de Contrato, sendo indicado pelo representante da área requisitante o servidor que possui conhecimento técnico do objeto da contratação e designado pelo Secretário de Estado da Saúde - SESAU, mediante a Portaria, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas e respectivo ateste das faturas/notas fiscais, juntamente com a comissão de recebimento em conformidade com o [Art. 117º da Lei Federal n.º 14.133 de 1º Abril de 2021](#) e acórdão nº. 4/2006 - TCU e Anexo III - Guia de Fiscalização dos Contratos, deste Termo de Referência.
- 9.1.2.

A prestação dos serviços deverá estar dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os produtos, peças, acessórios, componentes eletrônicos, materiais, utensílios e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação vigente e em quantidades necessárias à boa execução dos serviços.
- 9.1.3.

A CONTRATANTE fiscalizará a execução do serviço contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.
- 9.1.4.

A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 9.1.5.

A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato;
- 9.1.6.

A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
- 9.1.7.

A CONTRATADA se obriga a permitir que auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento, inclusive auditoria a ser realizada na usina de incineração.
- 9.1.8.

A CONTRATANTE realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

9.1.9. A avaliação será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o presente Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

9.1.10. A Contratada deverá possuir estoque mínimo de peças para realizar o serviço da manutenção corretiva quando houver a necessidade de troca das mesmas.

9.1.11. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da contratante;

9.2. **LOCAL DE ENTREGA:**

9.2.1. O objeto deverá ser entregue na Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio – CAP/SESAU, no endereço: Rua Aparício de Moraes nº 4378, Industrial, Porto Velho/RO. Funcionamento de segunda a sexta-feira das 7h30min às 13h30min.

9.3. **PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.3.1. O prazo para início dos serviços será de até 30 (trinta) dias contados a partir da última assinatura do contrato.

9.4. **PRAZO DA ENTREGA**

9.4.1. A entrega deverá ocorrer conforme solicitação da Unidade de Saúde com definição da quantidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato de fornecimento.

9.5. Os equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes em contrato, não sendo permitido à Comissão recebê-los fora das especificações pré-definidas.

9.5.1. Todo o material deverá ser entregue em embalagens individuais, em perfeito estado de conservação, lacrada e adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

9.5.2. Os procedimentos de recebimento provisório e definitivo do objeto diretamente na unidade requisitante deve ser orientado e acompanhado pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio-CAP/SESAU/RO, de forma a atender os padrões regulares de recebimento e demais encaminhamentos para incorporação do bem ao patrimônio público da Secretaria.

9.5.3. O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não serão aceitos equipamentos e materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou condicionamento e ainda, os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

9.6. **DO LOCAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS BENS**

9.6.1. Os equipamentos serão destinados as unidades que compõem a Secretária de Estado da Saúde, sua distribuição será realizada pela Coordenadora de Tecnologia da Informação conforme necessidade da unidade requisitante.

9.6.2. **Local de Utilização:**

I - Coordenadoria de Tecnologia da Informação - **SESAU-CTI**: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas Palácio Rio Madeira - Edifício Rio Machado 1º Andar , Porto Velho, RO CEP 76801470.

10. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO PRODUTO**

10.1. O(s) Equipamento(s) que estão discriminados neste Termo de Referência serão disponibilizadas em REGIME DE COMODATO (Empréstimo Gratuito), devendo a COMODANTE fornecer todos os insumos necessários a prestação dos serviços sem interrupção do atendimento por falta destes. Se comprometendo a realizar treinamento técnico e do uso do equipamento nos plantões de 24 horas em cada unidade de saúde.

10.2. O CONTRATANTE aqui COMODATÁRIO como administrador dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA, não poderá em nenhuma hipótese colocar à venda, dar em comodato, doar e substituir peças dos bens confiados à sua guarda.

10.3. O COMODATÁRIO obriga-se a conservar os equipamentos para funcionar perfeitamente durante a vigência do contrato. O(s) equipamento(s) emprestados não poderão ser utilizados em desconforme com o presente instrumento ou a natureza dos mesmos.

10.4. O COMODATÁRIO deverá devolver o(s) Equipamento(s) emprestados em regime de comodato assim que exigidos pela COMODANTE em situações de RESCISÃO CONTRATUAL e em perfeito estado de uso e conservação.

10.5. A COMODANTE deverá garantir ao COMODATÁRIO, durante todo o período de vigência do contrato, a troca do(s) Equipamento(s) que apresentarem defeitos não resolvidos pelos técnicos, sempre que solicitado pelo COMODATÁRIO, sem custo adicional para o COMODATÁRIO.

10.6. A COMODANTE poderá colocar sob a guarda da Secretaria de Estado da Saúde (Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP), Equipamento(s) adicionais para substituição imediata aos equipamentos defeituosos, sem ônus adicionais ao COMODATÁRIO.

10.7. Garantir ao COMODATÁRIO, durante todo o período de vigência do contrato, o uso e gozo dos bens emprestados.

10.8. Na hipótese de má utilização, desaparecimento, destruição, roubo, furto ou extravio do(s) Equipamento(s), mesmo que em posse de terceiros, o COMODATÁRIO deverá comunicar a ocorrência imediatamente à COMODANTE, por fac-símile, e-mail ou outros, e encaminhar, no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação, o boletim de ocorrência, nos casos de furto ou roubo.

10.9. A COMODANTE **deverá apresentar Declaração Formal no ato da entrega**, se responsabilizando pelo(s) Equipamento(s) necessárias para a plena execução dos serviços a serem realizados.

11. **VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO**

11.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada pela SUPEL-CPEAP - Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preço pertencente a essa Superintendência Estadual de Licitações, através do Relatório de Pesquisa de Preço (0059636775) aprovado pelo Relatório (0060889113), o qual obteve-se os valores abaixo:

11.2. Valor estimativo mensal: **R\$ 5.799.082,87 (cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos).**

11.3. Valor estimado anual: **R\$ 69.588.994,44 (sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos).**

12. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)**

12.1. Em observância ao disposto no art. 30, II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o qual estabelece que uma das etapas da fase preparatória consiste na declaração de que o objeto a ser licitado consta do Plano de Contratações Anual - PCA e que, em caso de ausência, deverá ser elaborada justificativa, esclarece-se que o PCA da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU para o exercício de 2024 publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 154 em 19 de agosto de 2024 (0051910837), salientamos que o PCA foi embasado na Programação Anual de Saúde de 2024 - PAS que já se encontra aprovada, especificamente para a presente aquisição encontra-se contemplados na PAS 2024 (0053575742), conforme exposto abaixo:

- I - Diretriz: 2 - Fortalecimento dos serviços de saúde nos três níveis de atenção
- II - Objetivo: 2.2 - Fortalecer a regulação, controle, avaliação e auditoria.
- III - Meta: 2.2.1 - Implantar 100% o Sistema de Regulação Estadual com módulo de transparência.
- IV - Ação Anual: 2.2.1.3 - Proporcionar software específico para as regulações realizadas para os 52 municípios.
- V - Programa: 1015.
- VI - Ação LOA: 2064.

12.2. Apesar disso, em atenção ao art. 18, caput c/c art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/21, verifica-se que inexistente óbice para o prosseguimento processual, uma vez que a fase preparatória deverá ser compatível com o PCA sempre que este for elaborado, o que não é o caso dos presentes autos, inexistindo, portanto, afronta aos ditames da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24.

12.3. Nos presentes autos há a Informação de Dotação Orçamentária, solicitada pelo Despacho (0058484256), e indicada através da Informação nº1164/2025/SESAU-NPPS (0058486420), emitido pelo Núcleo de Planejamento e Programação e Saúde, informação essa que informa que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro constante naquela informação, a qual replicamos abaixo:

DESCRIÇÃO DA DESPESA			
<b>OBJETO PROCESSUAL:</b> Contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.			
<b>Resposta ao:</b>		Despacho 0038764540.	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.126.1015.2064 - PROMOVER A GESTÃO DE T.I	SESAU	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.



PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
		2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos do exercício anterior - Saúde	3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

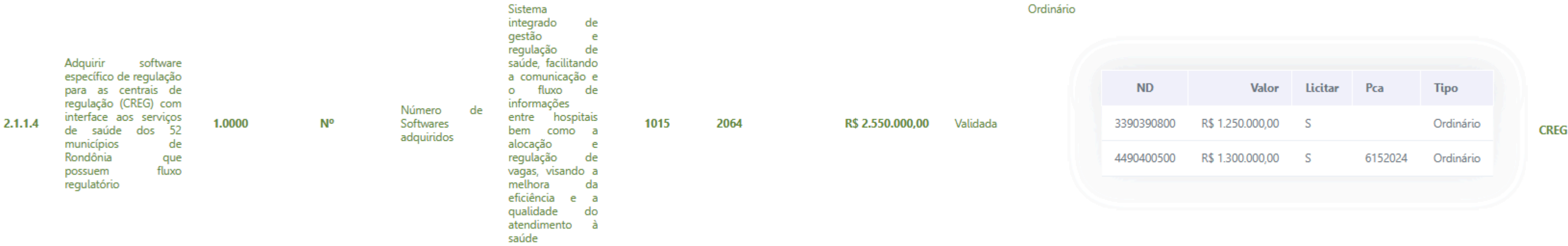
12.4. Ressalta-se ainda que a aludida informação é exclusivamente para indicação da programação, cabendo a anuência de execução da despesa ao ordenador, desde que tenha, no momento dessa execução, recursos orçamentários e financeiros suficientes para o atendimento.

12.5. **Plano Anual de Contratação (PAC)**

12.5.1. Declaro, para os devidos fins, que a presente contratação, cujo objeto é a Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano, encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2025.

12.5.2. Esclarece-se que o Plano de Contratação Anual (PCA) da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) para o exercício de 2025 foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o link:(<https://pncp.gov.br/app/pca/00733062000102/2025/1>), este PCA está fundamentado na Programação Anual de Saúde (PAS) de 2025, já aprovada, e a referida contratação encontra-se inserida na PAS 2025, sob a meta indicada abaixo e extraída do Sistema de Controle e Planejamento em Saúde.

12.5.3. A presente contratação está conforme o disposto no artigo 12, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações e estabelece as diretrizes para a sua elaboração e execução.



13. **TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE**

13.1. Em razão do potencial comprometimento na execução do objeto licitatório devido à indivisibilidade do item, a cota de 25% prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não será aplicada nesta contratação.

13.2. Igualmente, o critério de exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não será implementado, visto que o valor da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00, conforme disposto no Art. 48, Inciso I, da mencionada lei.

13.3. Sendo assim, não se aplicará o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas referidas no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual (MEI), conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015. Dado que a licitação não se enquadra nos critérios do Art. 47 da Lei nº 123/2006, por não incluir itens divisíveis ou participação exclusiva de ME/EPP, aplica-se o disposto no Art. 49, Inciso III, da referida legislação.

14. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, modo de disputa ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL

14.2. Essa escolha é fundamentada na necessidade de garantir uma solução integrada e de alta qualidade que atenda de forma eficaz às exigências de segurança e operacionais da SESAU. Esta abordagem assegura que todos os aspectos críticos da contratação sejam considerados de maneira abrangente, promovendo a escolha da solução mais adequada e eficiente.

14.3. **DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA**

14.3.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para fornecer o item adquirido de forma adequada.

14.3.2. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas. As Empresas especializadas geralmente possuem maior capacidade técnica e logística para prestar os serviços com padrões adequados de qualidade. A participação de pessoas jurídicas permite maior segurança na prestação dos serviços, algo que pode ser mais difícil de garantir no caso de pessoas físicas.

14.3.3. Assim, a vedação da participação de pessoas físicas em processos de contratação visa garantir segurança jurídica, confiabilidade no fornecimento, controle fiscal, e a capacidade técnica e financeira para cumprir as exigências contratuais. Essas exigências são mais facilmente atendidas por empresas, garantindo que o interesse público seja resguardado e que a administração pública possa operar de forma eficiente e econômica.

15. **DA PROPOSTA**

15.1. As propostas serão processadas e julgadas pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

15.2. As propostas apresentadas ao pregão deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.

15.3. A proposta deverá constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas/custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

15.4. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços-SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos.

15.5. Relativamente a oferta de preços, conforme dispõe o art. 82, inciso III, não serão admitidos preços diferentes, uma vez que para as pesquisas de preços, não incluiu-se preços do comércio LOCAL/DE MUNICÍPIOS DISTINTOS, como forma de obter uma estimativa que contemple os custos necessários, em razão dos aspectos relacionados a localização geográfica.

15.6. As propostas apresentadas no presente certame deverão condizer à totalidade dos quantitativos respectivos dos iten(s) de interesse das licitantes, não sendo admitido quantidade mínima de unidade de bens a ser cotada, e, não sendo admitido a possibilidade dos licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital, conforme elencado no Art. 82, incisos II e IV, da Lei 14.133/2021.

15.7. PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

16. **DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

16.1. Para o objeto deste TR, a aceitação das propostas não está condicionada a apresentação de amostras, considerando a relevância do produto e o dispêndio financeiro necessário, sendo que a avaliação do produto será verificada por ocasião da entrega, estando tais produtos sujeitos a recusa de recebimento definitivo, caso não corresponda às condições e especificações mínimas definidas nos autos.

17. **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

17.1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto Federal nº 11.802, de 28 de Novembro de 2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de Outubro de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, poderão ser apresentadas certidões positivas com efeito negativo.

17.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.3. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado para o ITEM(NS) no qual estiver participando.
- b.1) o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;
- b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns).

17.3.1. OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

17.4. **DECLARAÇÕES**

- a) A empresa deverá apresentar declaração de que não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal.
- b) Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- c) Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
- d) Declaração da futura contratada de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

17.4.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.4.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

17.4.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

17.4.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

17.4.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

17.4.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

17.4.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.4.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

17.4.9. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.4.10. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.4.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.4.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

17.5. **OUTRAS DECLARAÇÕES**

17.5.1. Art. 63, Lei 14.133/21. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.6. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

17.6.1. A PROPONENTE deverá comprovar sua experiência na execução de serviços com características compatíveis às especificadas no item 8.20 do Termo de Referência, através de Atestado de Aptidão Técnica, para comprovar a sua efetiva execução, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a regular prestação de serviços similares ao objeto, em condições compatíveis de quantidades e prazos, atendendo necessariamente os requisitos aqui estipulados.

a.) Para fins de base, a verificação dos atestados de capacidade técnica será restrita às parcelas de maior relevância do objeto, sendo esta a implantação de sistema de gestão hospitalar, com as características apresentadas no item 8.20 do termo de referência, tendo atendido no mínimo 30% dos quantitativos de unidades hospitalares descritas no quadro do item 8.6.4, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

17.6.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados, com objeto desta licitação, mediante a comprovação que evidenciem a execução dos serviços/entrega dos bens, comprovando a prestação dos serviços;

17.6.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, devendo estar devidamente assinados, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão que contratou os serviços;

17.6.4. A falta de comprovação da capacidade técnica nos termos exigidos no edital implicará na desclassificação do licitante.

17.7. **Vistoria Técnica**

17.7.1. A Vistoria Técnica será **facultativa**, devendo ser realizada pelos interessados para melhor subsidiar suas informações quando da elaboração de suas planilhas de custos, poderem qualquer dia útil nos locais da prestação dos serviços, até o último dia útil que anteceder ao dia marcado para a abertura do Processo Licitatório (primeiro dia útil anterior ao da abertura da licitação);

17.7.2. O interessado (a) deverá comparecer na Direção da Unidade Hospitalar, horários: **das 7:30h às 13:30h**, para o devido agendamento de Visita.

17.7.3. As empresas participantes da licitação deverão apresentar **Declaração Expressa de que conhece e/ou vistoriou o local onde serão realizados os serviços e acata todas as condições previstas no Edital e Anexos**, principalmente quanto as instalações físicas, não sendo aceito qualquer questionamento futuro referente a dificuldades técnicas na realização dos serviços.

18.
- 18.1.

Conforme disposto no art. 95, inciso II, da Lei 14.133/2021, em caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, o instrumento de contrato poderá ser substituído por instrumento hábil, neste caso a nota de empenho de despesas.
- 18.2.

Portanto, para os objetos deste certame que apresentem garantia estendida, será celebrado contrato.
- 18.3.

**CONVOCAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**
- 18.3.1.

**Da assinatura do contrato:**
- 18.3.1.1.

Oficialmente convocada pela Administração com vistas à celebração do Termo Contratual é dado à empresa vencedora do certame o prazo de até **5 (cinco) dias** úteis para assinatura do contrato.
- 18.3.2.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 18.3.3.

O Licitante Vencedor do Certame fica obrigado a realizar Cadastro de Usuários Externos do seu Representante Legal, no Sistema de Processos do Governo do Estado de Rondônia – S.E.I. (<https://www.sei.ro.gov.br>), para assinatura eletrônica dos documentos contratuais (Atas de Registro de Preços/Contratos).
- 18.4.

**DA REPACTUAÇÃO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO**
- 18.4.1.

Considerando as necessidades de garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública deve ser atendido e preceituado nos parâmetros dos Art. 150 ao Art. 168 do Decreto nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 18.4.2.

Para os fins previstos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro fica estabelecido como data-base a apresentação da proposta ou previsões restritas, nos casos de repactuação e orçamento de obras, ainda deve ser observado o prazo para apresentação do pedido, expedido no Art. 151 do Decreto nº 28.874/2024.
- 18.4.3.

No que tange aos índices de reajuste a serem aplicados para fins do restabelecimento econômico-financeiro, adotar-se-á o que for mais vantajoso para a Administração, devendo ser observado a existência de índice próprio para o objeto contratual, conforme Art. 156 do Decreto nº 28.874/2024.
- 18.4.4.

No caso concreto aplicar-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, para fins de reajuste e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.
- 18.4.5.

**DO REAJUSTE**
- 18.4.5.1.

Conforme previsão no arts. 154 ao 156 do Decreto nº 28.874/24.
- 18.4.5.2.

É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano.
- 18.4.5.3.

Ao final de 1 (um) ano iniciais de vigência do contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 18.4.5.4.

O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- 18.4.5.5.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.
- 18.4.6.

**Da Repactuação**
- 18.4.6.1.

Conforme previsão nos art. 157 ao 162 o Decreto nº 28.874/24.
- 18.4.6.2.

Haja vista a presente contratação não tratar-se de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), não se aplica as condições para atendimento dos referidos artigos do Decreto nº 28.874/24, para fins de Repactuação do Contrato.
- 18.4.7.

**Revisão**
- 18.4.7.1.

Conforme previsão no arts. 163 ao 164 do Decreto nº 28.874/24.
- 18.4.7.2.

A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 18.4.7.3.

O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- 18.4.7.4.

requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- 18.4.7.5.

planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
- 18.4.7.6.

planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
- 18.4.7.7.

documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- 18.4.7.8.

ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato;
- 18.4.7.9.

pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.
- 18.4.7.10.

Parágrafo único. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.
- 18.4.7.11.

O prazo para resposta ao pedido de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.
- 18.4.8.

**Da inexecução e da rescisão do contrato:**
- 18.4.8.1.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 18.4.8.2.

Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.
- 18.4.8.3.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e II da Lei 14.133/2021.
- 18.4.8.4.

Constituem motivo para rescisão de contrato:  
  
I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.  
  
II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.  
  
III - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.  
  
IV - O atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento.  
  
V - A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- 18.5.

**Vigência Contratual**
- 18.5.1.

O contrato terá um prazo de vigência de **1 (um)** ano a partir da data da última assinatura contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período, até o limite de 10 (Dez) anos, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, de acordo com a necessidade e justificativa da Contratante, e acordo entre as partes.
- 18.6.

**DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**
- 18.6.1.

A entrega deverá ocorrer conforme solicitação via requisição da Secretaria de Saúde até o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho.
- 18.6.2.

A empresa concorrente homologada deverá acusar o recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho para fornecimento em 48h (quarenta e oito horas), iniciar e comunicar à Administração as providências para cumprimento dos prazos subsequentes.
- 18.6.3.

No caso de não confirmação de recebimento da requisição do objeto pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia no prazo de 05 (cinco) dias, a requisição será dada como recebida.
- 18.6.4.

A entrega ocorrerá em parcela única, sem parcelamento da entrega.
- 18.6.5.

O recebimento do objeto será realizada por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços designada pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, da unidade requisitante e/ou da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio-CAP/SESAU/RO, ou ainda por comissão especificamente designada, à critério da Administração, conforme Art. 140, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

"Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

II - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

§ 5º Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

§ 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias."

18.6.6. A Contratante promoverá através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela através dos procedimentos de recebimento, que ocorrerão da seguinte forma:

18.6.7. **Provisoriamente** por servidor ou comissão designada pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio-CAP/SESAU/RO, de forma sumária imediatamente depois de efetuada a entrega através de recibo aposto na nota fiscal. O recebimento provisório deve ser concluído dentro do prazo de até 05 (cinco) dias, devendo o CAP/SESAU/RO neste interim tomar as devidas providências para que ocorra o recebimento definitivo juntamente à unidade requisitante, a fim de se proceder a verificação da conformidade dos produtos com as especificações de forma integrada.

18.6.8. **Definitivamente** por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços designada da unidade requisitante, ou por comissão especificamente designada, depois de concluída a vistoria, encerrado o prazo de observação que não poderá exceder 10 (dez) dias, e, mediante termo detalhado que comprove adequação do objeto ao requerido e aprovado pela Administração, o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação.

18.6.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual;

18.6.10. Em fomento à assertividade na análise técnica do objeto a comissão de recebimento poderá dispor de avaliação complementar de setor especializado ou comissão especialmente designada, caso necessário, por sua conveniência e oportunidade.

18.6.11. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

18.6.12. A Contratante poderá rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações técnicas do objeto ou com as obrigações assumidas.

18.6.13. Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de mínimo 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação;

18.6.14. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

18.6.15. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório as especificações contidas no Termo de Referência;

18.6.16. O objeto deverá ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os equipamentos fora das especificações pré-definidas.

18.6.17. O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não serão aceitos itens que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem ou recondicionamento. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

18.6.18. A Contratada fica sujeito às sanções administrativas previstas, quando for o caso.

19. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

19.1. A Contratação em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

- a) Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022 - Ministério da Economia;
- b) Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;
- c) Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- d) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

19.2. Ademais, no que couber deverá ser observado o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (0053587475).

19.3. A empresa contratada deve garantir que todas as soluções estejam em conformidade com as normativas vigentes de saúde pública e proteção de dados, incluindo a LGPD e a regulamentação do Ministério da Saúde para sistemas de informação em saúde.

19.4. Unidades a serem atendidas

- I - Hospital Regional de Cacoal (HRC);
- II - Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal (HEURO);
- III - Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro (HBAP);
- IV - Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde (CREG);
- V - Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON);
- VI - Hospital e Pronto Socorro João Paulo/II (HEPSJP/II);
- VII - Hospital de Retaguarda de Rondônia (HRRO);
- VIII - Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD);
- IX - Policlínica Oswaldo Cruz (POC);
- X - Policlínica Cacoal;
- XI - Assistência Média Intensiva (AMI);
- XII - Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO);
- XIII - Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN);
- XIV - Laboratório Estadual de Patologia e Análises Clínicas (LEPAC);
- XV - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- XVI - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO);
- XVII - Centro de Hemodiálise;
- XVIII - Farmácia Central;
- XIX - Hospital Regional de Buritis (HRB);
- XX - Hospital Regional de Extrema (HRE);
- XXI - Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSF);
- XXII - Laboratório de Fronteira de Rondônia (LAFRON);



- XXIII - Serviço de Atendimento Domiciliar (SAMD);
- XXIV - Tratamento Fora Domicílio (TFD).

19.5. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

19.5.1. A contratação de uma empresa para a implantação e gestão de soluções tecnológicas na saúde pública pode trazer alguns impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos. Aqui estão alguns possíveis impactos:

19.5.1.1. Impactos Positivos:

- I - **Redução do Consumo de Papel:** A digitalização diminui a necessidade de documentos físicos, resultando em menos papel consumido, menos resíduos e uma menor demanda por recursos naturais.
- II - **Otimização do Uso de Energia:** Sistemas modernos de tecnologia podem incluir o uso de equipamentos mais eficientes energeticamente, reduzindo o consumo de energia elétrica nas unidades de saúde. Além disso, a gestão centralizada pode otimizar o uso de recursos energéticos por meio de sistemas de monitoramento.
- III - **Menor Geração de Resíduos:** A informatização de sistemas reduz a dependência de materiais físicos, o que contribui para a diminuição da geração de resíduos sólidos.

19.5.1.2. Impactos Negativos:

- I - **Geração de Resíduos Eletrônicos (E-Waste):** A modernização tecnológica pode gerar resíduos eletrônicos ao longo do tempo, como equipamentos antigos e componentes que precisam ser substituídos. A disposição inadequada desses resíduos pode causar poluição do solo e da água, além de riscos à saúde humana.
- II - **Consumo de Energia:** Embora equipamentos modernos tendam a ser mais eficientes, o aumento no número de dispositivos e sistemas eletrônicos pode resultar em um consumo energético maior nas unidades de saúde, especialmente se o uso de soluções de TI não for bem gerenciado.
- III - **Descarte de Materiais Perigosos:** Equipamentos eletrônicos podem conter substâncias tóxicas como chumbo, mercúrio e cádmio, que, se não forem descartados corretamente, podem contaminar o meio ambiente.

19.5.1.3. Medidas de Mitigação:

- I - Implementar políticas de descarte adequado de resíduos eletrônicos, promovendo o reaproveitamento e reciclagem desses materiais.
- II - Utilizar equipamentos e soluções que priorizem a eficiência energética.
- III - Adotar práticas de compensação ambiental.
- IV - Integrar práticas de sustentabilidade ao longo da gestão dos serviços de tecnologia, como a preferência por materiais recicláveis e o uso de energia limpa.

19.5.2. Esses impactos precisam ser considerados no planejamento da modernização, garantindo que o progresso tecnológico ocorra de maneira sustentável e com o menor impacto ambiental possível.

19.6. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 19.6.1. Modernizar os serviços de atenção à saúde pública.
- 19.6.2. Estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde.
- 19.6.3. Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população.
- 19.6.4. Atrair o maior número de licitantes para a disputa. Obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. DA CONTRATADA:

- 20.1.1. Além daquelas exigidas na Lei Federal 14.133/2021, e, Lei Estadual 28.874/2024, deverá:
- 20.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente;
- 20.1.3. Entregar o objeto da aquisição nas especificações contidas neste Termo de Referência;
- 20.1.4. Entregar o objeto na forma e prazo estipulados neste Termo de Referência;
- 20.1.5. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante;
- 20.1.6. Os materiais que não atenderem exigências deste edital não serão aceitos e recebidos, devendo ser substituídos imediatamente.
- 20.1.7. Não promover substituição do produto empenhado, sem anuência expressa da contratante;
- 20.1.8. Entregar os produtos em embalagem íntegra, sob pena de rescisão do ajuste, independentemente das combinações legais cabíveis;
- 20.1.9. No Pregão Eletrônico não há quantidade mínima a ser adquirida, tampouco obrigatoriedade de aquisição de todo o quantitativo licitado, e, em caso de eventuais contratos de fornecimento decorrentes da Aquisição, a Contratada se obriga a aceitar as supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites da Lei 14.133/21 e os parâmetros da Lei 28.874/2024, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) Contratada(s), diante de necessidade comprovada da Administração.
- 20.1.10. Responsabilizar-se pela substituição do produto entregue em desconformidade com este Termo de Referência, ou impossibilitados de uso devido, perda ou deterioração de suas características, devendo ser trocados no prazo máximo de 20 (vinte) dias uteis, contados a partir de comunicação formal do responsável. O ônus de todas as despesas decorrentes da efetivação da troca será da Contratada;
- 20.1.11. Manter durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 20.1.12. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;
- 20.1.13. Considerar em todas as etapas de vinculação e arcar efetivamente com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à Contratante, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;
- 20.1.14. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento objeto;
- 20.1.15. Ficarão a cargo da empresa vencedora os custos de frete, impostos, taxas e etc., que venham a incidir sobre a aquisição objeto deste Termo de Referência;
- 20.1.16. No momento da entrega a empresa deverá apresentar relação com o material entregue e nota fiscal, contendo marca, especificação e quantidade. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhista, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.
- 20.1.17. Garantir a qualidade dos produtos ofertados conforme este Termo de Referência e estipulado nas normas técnicas e regulamentações especializadas relacionadas ao objeto de fornecimento;
- 20.1.18. CUMPRIR E FAZER CUMPRIR, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência e seus ANEXOS.
- 20.1.19. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos, incorreções, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação do fato.
- 20.2. DA CONTRATANTE:
- 20.2.1. Além daquelas constantes no Termo de Referência e aquelas determinadas por leis, decretos, normas técnicas, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará:
- 20.2.2. Fiscalizar, acompanhar, conferir e avaliar o objeto deste Termo de Referência, através de representantes designados pela SESAU, conforme dispõe a Lei Nº 14.133/2021. Promover através da comissão nomeada, o acompanhamento e a fiscalização da entrega e recebimento dos produtos sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando as inconformidades ou falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- 20.2.3. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais ao bom desempenho do objeto desta contratação;
- 20.2.4. Aplicar as penalidades regulamentares cabíveis, quando for o caso;
- 20.2.5. Devolver o material caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, ou impossibilitados de uso devido por perda ou deterioração de suas características;
- 20.2.6. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

- 20.2.7. Durante o processo licitatório a Contratante deverá verificar a conformidade das propostas em relação aos requisitos estabelecidos neste termo de referência e no edital.
- 20.2.8. A quantidade mínima a ser solicitada de cada item será de 10% do valor previsto para cada item. Não há obrigatoriedade de aquisição de todo o quantitativo licitado.
- 20.2.9. Serão considerados pela Contratante para o presente processo licitatório somente os requisitos da contratação indispensáveis, necessários e suficientes à escolha da melhor solução para a Administração Pública, observadas as leis e regulamentações específicas aplicáveis, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.
21. DA GARANTIA CONTRATUAL
- 21.1. Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados as CONTRATADAS prestarão prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, referente ao Item em que se consagraram vencedoras, como previsto no art. 98 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.
- 21.2. A Contratada poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da a Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.
- 21.3. A Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual.
- 21.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100º da lei 14.133/21).
22. DA SUBCONTRATAÇÃO
- 22.1. Nos termos do Art. 122 da Lei nº 14.333/2021 § 2º e § 3º **NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA** dos compromissos assumidos no instrumento contratual ou equivalente, constantes deste termo de referência, edital e seus anexos.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.**

...

§ 2º Regulamento ou edital de licitação **poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.**

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
23. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO
- 23.1. A resolução N. 01/2024/SESAU-SC (0048586915) estabelece a necessidade de normatização da gestão e fiscalização dos contratos no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 23.2. Esta resolução impõe a obrigatoriedade de que a gestão e a fiscalização dos contratos sejam realizadas seguindo as diretrizes especificadas na própria resolução N. 01/2024/SESAU-SC.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (SEI nº 0047523841) elaborado pela comissão designada na Portaria 4150 (0041658066) de 11 de setembro de 2023.

Art. 2º – Instituir no Âmbito da Secretaria de Estado da Saúde a obrigatoriedade da utilização do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (0048122701) na Gestão e Fiscalização dos contratos.

Art. 3º – Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de forma cumulativa com os demais procedimentos previstos na legislação.

Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
- 23.3. Desta forma, a gestão e a fiscalização dos contratos serão realizados conforme o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (0053587475), Anexo I deste Termo de Referência.
24. PAGAMENTO
- 24.1. O pagamento será efetuado **MENSALMENTE**, conforme o serviço prestado/fornecido, mediante a apresentação de Nota Fiscal, emitidas pela Contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 140, Inciso I, alínea b da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.2. Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no Art. 188 do Decreto n.º 28.874/2024, ou seja:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:  
I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;  
II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;  
III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;  
IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;  
V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;  
VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;  
VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.  
§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.  
§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.  
§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.  
§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.  
§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.
- 24.3. Por conseguinte, a nota fiscal deverá ser emitida em favor do:

a) **Fundo Estadual de Saúde - RO.**

b) **CNPJ Nº: 00.733.062/0001-02.**

c) Endereço: Av. Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Machado (Entrada pela PIO XII) – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.
- 24.4. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

a) A descrição detalhada do item;

b) Valor unitário do objeto de acordo com a nota de empenho;

c) Identificação de Número do Processo e identificação da Nota de empenho;

d) Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.
- 24.5. O pagamento será efetuado conforme recebimento e atesto dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal devidamente devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no no art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021;

b) Comprovação da entrega do item com o termo de recebimento assinado pela comissão designada em portaria;
- 24.6. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto 28.874/2024.
- 24.7. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão, ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.
- 24.8. Na hipótese da contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.
- 24.9. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciária, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 24.10. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 24.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I=(TX/100)

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

24.12. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

24.13. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

24.14. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

24.15. Conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, e com a Instrução Normativa nº 34/2023/SEFIN-COTES, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre os valores pagos à CONTRATADA, nos casos legalmente previstos, incluindo rendimentos oriundos de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

25. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. Considerando as **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** devem ser atendidos e preceituado como parâmetros os Art. 155 ao Art. 163 da Lei 14.133/2021 e arts. 184, 185, 186 e 187 Decreto Estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte do contrato.

25.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

25.4. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

25.4.1. As sanções descritas no item 25.3, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

25.4.2. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

25.5. A multa descrita no quadro de infrações, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

25.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

25.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

25.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

25.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	06	4,0% sobre o valor mensal do contrato.
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso;	06	4,0% sobre o valor mensal do contrato
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
6.	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
7.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
8.	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
9.	Permitir a presença de funcionário sem uniforme e/ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá registrado.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
Para os itens a seguir, deixar de:			
10.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
11.	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
12.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO;	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
13.	Zelar pelas instalações do órgão e do ambiente de trabalho.	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
14.	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por unidade de tempo definida para determinar o atraso	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
15.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
16.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço.	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
17.	Disponibilizar equipamentos, insumos e papel necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	02	04% sobre o valor mensal do contrato
18.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, em Veículos, equipamentos etc	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
19.	Manter a documentação de habilitação atualizada;	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato

**Nota: Incidente sobre o valor da parcela do contrato.**

- 25.11. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 25.12. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- 25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a Contratada ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 25.14. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 25.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.16. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 25.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.18. Sem prejuízo das sanções cominadas no Decreto nº 28874, de 25 de janeiro de 2024, conforme se segue:

[...]

Art. 185. A apuração de infração administrativa que enseja a imposição de advertência ou multa, isoladas ou cumulativamente, se dará mediante rito simplificado, observadas as garantias do administrado.

Parágrafo único. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato.

[...]

26. DIREITOS AUTORAIS

- 26.1. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, modelos de dados e bases de dados, pertencerão exclusivamente à Administração. Contudo, fica expressamente acordado que o código-fonte das aplicações desenvolvidas no âmbito da contratação não será disponibilizado à Administração, exceto na forma de uma cópia dos dados gerados durante a execução do contrato.
- 26.2. A contratante poderá utilizar, armazenar e replicar os dados fornecidos, conforme necessário, mas que a propriedade e controle do código-fonte permanecem com a contratada, resguardando-se assim a confidencialidade e os direitos autorais sobre o código.

27. REQUISITOS PARA SERVIÇOS QUE ENVOLVAM SOLUÇÃO DE TIC

- 27.1. Glossário de termos específicos de TIC (SEI! ID 0054679497):

27.1.1. Thread: Unidade de execução de processos, importante para o desempenho em multitarefas.

27.1.2. Frequência de Clock Base: Velocidade base de processamento da CPU, que afeta o desempenho geral do sistema.

27.1.3. Unidade M.2 com Interface PCIe NVMe: Dispositivo de armazenamento de alta velocidade, comumente usado em soluções de alto desempenho.

27.1.4. Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO: Padrão de conectividade sem fio, garantindo acesso rápido e eficiente em redes Wi-Fi.

27.1.5. SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

27.1.6. CME: Central de Material e Esterilização.

27.1.7. APAC: Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade.

27.1.8. UPDATES & UPGRADES: Termos para atualizações e melhorias de software.

27.1.9. PDF do PEP Legado: Documento eletrônico em PDF do Prontuário Eletrônico do Paciente.

27.1.10. AIHs: Autorização de Internação Hospitalar.

27.1.11. Justificativa da Métrica Utilizada:

A Secretaria de Estado da Saúde estratificou e classificou as unidades de saúde em diferentes Portes e Itens. Esta classificação facilita o planejamento e adequação de recursos às necessidades específicas de cada unidade, de acordo com o tamanho e complexidade. As unidades foram distribuídas conforme:

I - Porte P - Policlínicas e hospitais de até 49 leitos;

II - Porte M - Hospitais com 50 a 150 leitos;

III - Porte G - Hospitais com 151 a 300 leitos;

IV - Porte GG - Hospitais com mais de 300 leitos.

27.1.12. Arquitetura Tecnológica:

Deverá adotar uma arquitetura robusta, escalável e com alta disponibilidade, atendendo às exigências de segurança, integridade e desempenho para soluções de saúde pública.

27.1.13. Nível Mínimo de Serviço - NMS:

O contrato exige a utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), descrito no Anexo I, ou um substituto equivalente, para medir a qualidade dos serviços prestados. Este modelo permite:

27.1.14. O IMR poderá ser usado juntamente com outros mecanismos para avaliação, assegurando a qualidade das operações.

27.1.15. Transferência de Conhecimento:

A gestão e administração da solução envolve:

27.1.16. Gestão e Administração: Responsável pela segurança dos dados, disponibilidade e desempenho do sistema, incluindo servidores, banco de dados e atualizações.

27.1.17. Multiplicadores: Treinamento e disseminação de conhecimento, capacitando novos colaboradores, homologando fluxos e ajustando processos conforme necessário.

27.1.18. Suporte N1 e Canal de Comunicação: Monitoramento de falhas, abertura e acompanhamento de tickets via plataforma Omnichannel.

27.1.19. Gestão da Aplicação: Controle de incidentes, segurança, atualizações e gestão do desempenho.

27.1.20. Documentação da Solução:

A solução deverá incluir uma plataforma EAD para capacitação contínua, possibilitando:

27.1.21. Inclusão de fluxos de treinamento e FAQ para dúvidas rápidas.

27.1.22. Trilhas de aprendizagem com avaliações e certificados.

27.1.23. Relatórios e estatísticas de desempenho e participação, individual e em trilhas de aprendizagem.

27.1.24. Medição de Demandas e Considerações sobre Contagem de Pontos de Função:

A contagem de pontos de função não será necessária, pois a solução será entregue de forma completa e qualquer atualização ou alteração de software estará incluída no valor global da contratação, sem custos adicionais para mudanças.

28. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI N 13.709/2018 - LGPD



- 28.1. Em observação às determinações constantes na lei 13.709/2018, o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); ou ainda em atividades à operadora da CONTRATADA;

c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta se dará para fins de cumprimento da execução do contratado. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, ressalvado o tratamento para operações da Contratada, e quando o compartilhamento for necessário à atividade da CONTRATADA para fins da prestação do serviço, será exigido do terceiro o compromisso com a proteção de dados e privacidade.

d. Todas as informações obtidas pela CONTRATADA durante a execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes, empregados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, apresentações, documentos, códigos, especificações técnicas e demais artefatos que tenham conhecimento ou que sejam desenvolvidos em razão dos serviços executados;

e. A CONTRATADA deverá estar ciênte e respeitar a Política de Privacidade (ID SEI nº 0019610148) e a Política de Segurança da Informação (ID SEI nº 0018466170 da SETIC, quando do acesso a processos administrativos, e/ou tratamento de quaisquer dados de responsabilidade da Administração;

f. É expressamente proibida a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens e gravações utilizadas durante a prestação dos serviços;

29. **DEMAIS CONDIÇÕES**

- 29.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.
- 29.2. O objeto da aquisição ofertado pela CONTRATADA deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABTN, INMETRO, etc; atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 29.3. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações.
- 29.4. Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;
- 29.5. Esta Secretaria de Estado da Saúde certifica que atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22
- 29.6. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto desse certame, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.
- 29.7. A administração utilizar-se à da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 407 e Lei n. 9.307 , de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.
- 29.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.
- 29.9. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, que será aceitos apenas os reajustamentos previstos nesse termo de refeno item 18.
- 29.10. Fica vedado a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, Parágrafo Único, da Lei 14133/2021.
- 29.11. Fica vedado a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, conforme art. 48, VI, da Lei 14133/21.
- 29.12. Certifica-se que esta Secretária de Estado da Saúde atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22.
- 29.13. Certifica-se para os fins previstos no inciso II, do Art. 16 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, que a despesa pública acima especificada tem adequação financeira com a lei orçamentária anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).
- 29.14. Certifica-se que esta Secretaria de Estado da Saúde fica comprometida a emitir a devida Nota de Empenho assim que liberado o crédito orçamentário pela Secretária de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão (SEPOG), no presente exercício e próximo de acordo com a LOA 2024 e 2025.
- 29.15. Certifica-se que está Secretaria de Estado da Saude cumpre o princípio compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias. Art. 40, V, “c”, da Lei 14.133/21.
- 29.16. Certifica-se que está Secretaria de Estado da Saude atesta o cumprimento das disposições contidas no Plano de Contratações Anual (Decreto nº 10947/22), no Plano Diretor de Logística Sustentável e demais instrumentos de planejamento estabelecidos pela Instrução Normativa nº 81/2022 (Art. 7º), garantindo assim a otimização dos processos e a observância dos princípios da administração pública.

30. **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

- 30.1. O objeto da presente licitação e sua forma de contratação não exigem a confecção de planilha de composição de custos e formação de preços, conforme Art. 42, inciso XXX, do Decreto Estadual No. 28.874/2024.

31. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

31.1. **JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO:**

- 31.1.1. Sabe-se que o registro de preço é uma das modalidades de escolha para as aquisições públicas pelas características que se impõem através do Art. 40 da Lei 14.133/21.

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...] II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;"

- 31.2. O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.
- 31.3. Além disso, o art. 84 da Lei 14.133/21 estabelece que "o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso." Isso permite que a Administração Pública tenha flexibilidade na contratação, ajustando as aquisições conforme as necessidades e o orçamento disponíveis, sem comprometer a eficiência do gasto público.
- 31.4. Ou seja, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 31.5. Visto que, no registro de preços não há quantidade mínima a ser adquirida, tampouco obrigatoriedade de aquisição de todo o quantitativo licitado. Os valores registrados não são exclusivos para determinadas secretarias ou entidades e podem ser compartilhados por toda a administração, dentro dos limites esculpidos pela legislação.
- 31.6. Com base nestes fundamentos, justifica-se a escolha pelo Sistema de Registro de Preços para a aquisição de servidores de hiperconvergência, serviços de instalação e assistência técnica, de forma a assegurar que a SESAU esteja equipada para responder às demandas operacionais de suas unidades de saúde, mantendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população.
- 31.6.1. A quantidade mínima a ser solicitada de cada item será de 10% do valor previsto para cada item.
- 31.6.2. No registro de preços não há obrigatoriedade de aquisição de todo o quantitativo licitado. Os valores registrados não são exclusivos para determinadas secretarias ou entidades e podem ser compartilhados por toda a administração, dentro dos limites esculpidos pela legislação.
- 31.6.3. Faz-se necessário o Registro de Preços, a fim de evitar a falta de estoque, proporcionando maior agilidade e qualidade nos serviços prestados a população.
- 31.6.4. Levando em conta as prerrogativas acima descritas JUSTIFICA-SE a necessidade do registro de preços para pretensa aquisição constante neste termo de referência conforme discriminação e quantitativos estabelecidos.
- 31.6.5. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço será a Coordenadoria do Sistema de Registro de Preço-CRP/SUPEL/RO.

31.7. **REGISTRO DE PREÇOS**

- 31.7.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 31.7.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 31.7.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21 demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

31.8. **GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

31.8.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme Art. 122 do Decreto Estadual nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, conforme versa abaixo:

- Art. 122.Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:
- II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;
- IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;
- V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
- VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
- VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;
- VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
- IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
- X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;
- XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;
- XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.
- § 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.
- § 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

31.9. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP

31.9.1. Não será adotada a etapa de Intenção de Registro de Preços (IRP) devido à natureza dos objetos se relacionarem exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame, conforme disposição do art. 117, § 2º, I, do Decreto nº 28.874/2024

31.9.2. A Secretaria de Estado da Saúde é o único contratante interessado, uma vez que as atribuições relacionadas ao objeto são exclusivas e indelegáveis pelo órgão em âmbito Estadual.

31.10. UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

- 31.10.1. De acordo com o Artigo 124 do Decreto Estadual nº 28.874/24, durante a sua vigência, a utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador. A autorização deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.
- 31.10.2. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 31.10.3. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.
- 31.10.4. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços dos órgãos e entidades da União, dos Estados- Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.
- 31.10.5. Caso haja adesão de itens individualizados, estes devem corresponder à proposta de menor valor, sob pena de inviabilidade da adesão
- 31.10.6. A utilização da ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita a prévia autorização do órgão gerenciador.
- 31.10.7. O limite global de adesão á Ata de Registro de Preço não poderá exceder a quantidade total de cada item registrado para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 31.10.8. A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.
- 31.10.9. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:
- 31.10.10. documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;
- 31.10.11. nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;
- 31.10.12. demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;
- 31.10.13. autorização expressa do órgão gerenciador;
- 31.10.14. autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.
- 31.10.15. A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.
- 31.10.16. A quantidade mínima a ser fornecida será o quantitativo total estabelecido como referência no item 3.2. deste Termo de Referência, conforme o art. 82, II e III da Lei nº 14.133/2021, atendendo ao princípio do art. 40, V, 'a' da padronização, considerando a compatibilidade das especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.
- 31.10.17. A quantidade mínima para cada ordem de fornecimento, será de 10% do quantitativo registrado, conforme art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/24.
- 31.10.18. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.
- 31.10.19. Em licitações com critério de julgamento por menor preço por grupo, caso haja adesão de itens individualizados, estes devem corresponder à proposta de menor valor, sob pena de inviabilidade da adesão.

31.11. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 31.11.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 84 da Lei 14.133/21.
- 31.11.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024. Além disso, os quantitativos registrados na ata poderão ser renovados, a renovação será tratada de forma a assegurar que a continuidade do fornecimento ou prestação de serviços esteja em conformidade com as reais necessidades da Administração, mantendo a economicidade e a eficiência do processo.
- 31.11.3. Portanto é fundamental para assegurar a continuidade e a eficiência na execução das contratações previstas, atendendo de forma adequada às demandas da Administração Pública e às necessidades operacionais do órgão contratante.
- 31.11.4. **Garantia de vantajosidade:** A renovação será acompanhada de uma análise detalhada, considerando que os preços registrados continuem a ser vantajosos e competitivos em relação ao mercado. Em caso de necessidade de atualização, serão realizados os ajustes necessários para que a renovação se mantenha dentro dos parâmetros de eficiência e economicidade, conforme os critérios estabelecidos na legislação vigente, incluindo a pesquisa de mercado e os parâmetros do art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

31.12. ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 31.12.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei 14.133/21.
- 31.12.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 31.12.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 31.12.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 31.12.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 31.12.6. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes.

- 31.12.7.

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 31.12.8.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 31.12.9.

Art. 132 do Decreto Estadual n. 28.874/2024 , as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 28.874 de 25/01/2024).
- 31.12.10.

Com relação às supressões, conforme previsto no § 1º, do Art. 124, da Lei Federal nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação poderá sofrer supressões.
- 31.13.

**DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**
- 31.13.1.

Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 31.13.2.

Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.
- 31.13.3.

A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.
- 31.13.4.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termo do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 31.13.5.

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 31.13.6.

Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 31.13.7.

Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 31.13.8.

O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 31.13.9.

A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 31.13.10.

O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.
- 31.13.11.

O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.
- 31.14.

**REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR**
- 31.14.1.

A possibilidade de registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação
- 31.14.2.

Para atender ao disposto no art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, fica estabelecida a possibilidade de registro de mais de um fornecedor na ata de registro de preços, conforme as seguintes condições:
- 31.14.3.

Diversidade de Fornecedores: O registro poderá contemplar diferentes fornecedores que apresentem propostas dentro das especificações técnicas e condições de preço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 31.14.4.

Critérios de Seleção: A seleção dos fornecedores será realizada com base em critérios de habilitação e classificação, levando em consideração a melhor proposta apresentada em termos de preço e qualidade.
- 31.14.5.

Acesso aos Fornecedores: Todos os fornecedores registrados poderão ser convocados para atender às demandas dos órgãos/entidades participantes, conforme a necessidade de aquisição e o cumprimento das condições da ata.
- 31.14.6.

Os detalhes sobre o número máximo de fornecedores a serem registrados e as condições para convocação serão especificados na fase de execução da ata.
- 31.15.

**Obrigações da Detentora da Ata**
- 31.15.1.

Em conformidade com o disposto no art. 42, §1º, VII, do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024, a detentora da ata de registro de preços deverá:

Art. 42.O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:

VII - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, incluindo as informações de prazo de início da prestação, local, regras para o recebimento provisório e definitivo, quando for o caso, incluindo regras para a inspeção, se aplicável, e demais condições necessárias para a execução dos serviços ou o fornecimento de bens;

31.15.2.

Cumprir os prazos de entrega dos itens contratados, conforme estabelecido na ata e no Termo de Referência.

31.15.3.

Manter a qualidade e as especificações dos produtos/serviços, conforme previamente acordado e detalhado no edital e na ata.

31.15.4.

Apresentar relatórios de fornecimento e desempenho sempre que solicitado pelos órgãos/entidades participantes.

31.15.5.

Notificar imediatamente os órgãos/entidades participantes sobre quaisquer dificuldades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

31.15.6.

Atender às demandas dos órgãos/entidades participantes, conforme a necessidade de aquisição, respeitando as condições e limites estabelecidos.

31.15.7.

O não cumprimento das obrigações aqui estabelecidas poderá acarretar penalidades, conforme a legislação vigente e as disposições do Termo de Referência.

31.15.8.

Órgão ou entidade participante participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

31.16.

**ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA;**

31.16.1.

Órgão gerenciador é o responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

31.16.2.

No presente certame o órgão gerenciador será a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

32.

**ANEXOS**

32.1.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I - Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (0053587475).**

**Anexo II - Modelo de Minuta de Contrato (0053587475).**

**Anexo III - Mapa de Risco 167 (0053732914).**

**Anexo IV - Adendo Matriz de Riscos (0051541820).**

Elaborado por:  
**ALLAN JUNIOR ALVES SIQUEIRA**  
Engenheiro Civil Voluntário GECOMP/SESAU

**LUCAS MATHEUS TELES**  
Responsável Núcleo de Serviços Continuados - GECOMP/SESAU

Revisado por:

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=63044727&infra\_sistema=100000100&infra\_unidade\_atual=110008688&infra\_hash=9849384e8e36eeb1fe616d9db26b5d57d648ab7e003531259e8f1f947d08a0fb

42/45

MARIA DO CARMO DO PRADO  
Gerente de Compras - GECOMP

Revisado por:  
Coordenadoria de Tecnologia da Informação- CTI.

Autorizo Na Forma da Lei, *Autorizo o presente Termo de Referência e SAMS*, declaro e dou fé destes.

(Assinado Eletronicamente)  
  
ELOIA DUARTE RODRIGUES  
Secretária Executiva de Estado da Saúde  
SESAU-RO

ANEXO I  
  
MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (0053587475)

ANEXO II  
  
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0001-00), com sede na Rua Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00).

**CONTRATADA:** (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE (DESCRIÇÃO DO SERVIÇO), o qual se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº (NÚMERO DO PROCESSO), e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
- 1.1. O objeto do presente instrumento é a (DESCRIÇÃO DO OBJETO), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.
- 1.2. Da Vinculação:
- 1.2.1. Integram este Contrato além do Termo de Referência, as normas do Edital de Licitação (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), e a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO
- 2.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO
- 3.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
- 4.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA
- 5.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
- 6.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 7.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 8.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO
- 9.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 10.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 11.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES
- 12.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO (SE HOVER)
- 13.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
- 14.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCOS
- 15.1 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo - Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a SESAU/RO sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,



e) Outras informações relevantes.

15.1.1 - Após a notificação, a SESAU/RO decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a SESAU/RO poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

15.1.2 - A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

15.1.3 - O reconhecimento pela SESAU/RO dos eventos descritos na Matriz de Riscos deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

15.2 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

15.2.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

15.2.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.2.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

15.2.3.1 - O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

15.2.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.3 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

19.1. Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Titular da Contratante

\_\_\_\_\_  
Titular da contratada

\_\_\_\_\_  
Procurador do Estado de Rondônia

Anexo III - Mapa de Risco 167 (0053732914)

Risco	Possíveis Causas	Fase	Nível	Ações Preventivas	Controle de Contingência	Responsável
Atraso na entrega do sistema	Falta de planejamento adequado, problemas técnicos, falhas na comunicação entre as partes	Execução	Alto	Definir cronograma detalhado, realizar reuniões semanais para acompanhar o progresso	Aplicação de penalidades contratuais e aumento de mão de obra técnica	Contratada e Fiscal de Contrato
Incompatibilidade dos sistemas implementados com os sistemas existentes	Falta de análise detalhada de compatibilidade técnica	Planejamento	Médio	Realizar análise técnica prévia, com participação de especialistas em integração de sistemas	Contratar consultoria externa para corrigir a incompatibilidade	Unidade Requisitante e Contratada
Interrupção dos serviços de saúde durante a implementação	Falha na transição entre sistemas antigos e novos	Execução	Alto	Elaborar plano de implementação em fases com janelas de manutenção programadas	Utilizar sistema em paralelo até a estabilização do novo	Contratada e Fiscal de Contrato
Custo adicional não previsto	Alterações no escopo, necessidade de customizações não planejadas	Execução	Alto	Definir claramente o escopo do contrato e formalizar alterações via aditivos contratuais	Renegociar valores ou buscar recursos adicionais no orçamento	Gerência de Contratos e Unidade Requisitante
Falha de segurança nos sistemas implementados	Vulnerabilidades no sistema, falta de implementação de mecanismos adequados de segurança	Execução	Alto	Realizar auditorias de segurança frequentes, usar ferramentas de criptografia e autenticação	Correção imediata das falhas e revisão do sistema de segurança	Contratada e Unidade Requisitante
Desempenho abaixo do esperado dos sistemas implementados	Problemas técnicos, infraestrutura inadequada	Execução	Médio	Testar os sistemas em ambiente controlado antes da implantação definitiva	Reforçar a infraestrutura ou ajustar os parâmetros técnicos dos sistemas	Contratada e Fiscal de Contrato
Resistência à adoção das novas tecnologias pelos usuários	Falta de aceitação das mudanças, cultura organizacional rígida	Execução	Baixo	Realizar campanhas internas de conscientização e comunicação sobre os benefícios do sistema	Monitorar e apoiar a adoção, com sessões de feedback e suporte	Unidade Requisitante e Contratada

Descontinuidade dos serviços de suporte técnico	Falta de pessoal qualificado ou problemas contratuais	Operação	Alto	Garantir cláusulas contratuais que contemplem suporte contínuo e rápido	Buscar alternativas de suporte emergencial com parceiros locais	Gerência de Contratos e Contratada
Desatualização tecnológica durante a vigência do contrato	Rápida evolução tecnológica, ausência de cláusulas para atualização	Operação	Médio	Inserir cláusulas contratuais que prevejam atualizações tecnológicas periódicas	Revisar o contrato e considerar a renegociação para inclusão de novas tecnologias	Gerência de Contratos e Unidade Requiritante

Anexo IV - Adendo Matriz de Risco (0053734711)

Risco	Descrição	Alocação de Risco		
		Contratante	Contratada	Compartilhada
Mudança legislativa ou regulatória	Alterações nas normas de saúde pública ou de tecnologia podem exigir ajustes contratuais.	X		
Atualização tecnológica não prevista	Avanços rápidos em tecnologia de gestão de saúde podem exigir adoção de novos equipamentos ou softwares.			X
Interrupção no fornecimento de equipamentos	Falhas nos fornecedores de tecnologia que causem atraso na entrega de hardware.		X	
Falha de infraestrutura de TI	Quedas ou falhas em servidores, data centers ou redes de comunicação que suportam os serviços prestados.		X	
Incompatibilidade de sistemas legados	Dificuldades na integração das novas soluções com os sistemas de TI antigos nas Unidades de Saúde.			X
Mudança no volume de atendimentos	Aumento inesperado na demanda das Unidades de Saúde, gerando necessidade de escalabilidade não prevista no contrato.	X		
Atrasos na implantação de soluções	Atraso na execução do cronograma de implantação das soluções de TI devido a problemas logísticos ou técnicos.		X	
Obsolescência de software	Necessidade de atualização ou substituição de softwares adquiridos devido à rápida obsolescência tecnológica.		X	
Ataques cibernéticos	Incidentes de segurança que comprometem os sistemas de TI implantados e demandam esforços extras para recuperação de dados e segurança.			X
Interrupções na conectividade de internet	Falhas nas redes de telecomunicações que impactem a conectividade e operação das soluções.	X		
Mudanças na política de privacidade de dados	Novas regulamentações ou exigências quanto ao tratamento de dados pessoais, especialmente os sensíveis relacionados à saúde pública.	X		
Desempenho insatisfatório de equipe técnica	Falhas ou baixa qualificação da equipe designada para o projeto que possam comprometer o cumprimento das obrigações.		X	
Pandemias ou crises de saúde pública	Aumento súbito na demanda por serviços de saúde, levando à sobrecarga do sistema e necessidade de ampliação das soluções tecnológicas.	X		
Aumento inesperado dos custos operacionais	Variação cambial ou elevação de custos de insumos tecnológicos, como equipamentos e licenças de software.			X
Falência ou incapacidade da empresa contratada	Eventual insolvência da empresa fornecedora dos serviços, causando interrupções no cumprimento do contrato.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Gerente**, em 09/06/2025, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Matheus Teles da Conceição, Chefe de Núcleo**, em 10/06/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Hebert da Silva, Coordenador(a)**, em 10/06/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELOIA DUARTE RODRIGUES, Secretário(a) Executivo(a)**, em 11/06/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060945904** e o código CRC **6D71C836**.

# Estudo Técnico Preliminar 232/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 0036.024208/2023-10

## 2. Comissão de Planejamento

A Comissão de Planejamento para atuar na elaboração e revisão do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, foi instituída através da Portaria nº 2550 de 16 de abril de 2024 (0052641493), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 70 em 17 de abril de 2024.

## 3. Descrição da necessidade

A justificativa da necessidade foi elaborada pela Coordenadoria de engenharia e arquitetura em saúde, através do Documento de Oficialização de Demanda nº 26/2024/CAIS-GERREG (0052773655), conforme exposto abaixo:

(...)

*A contratação em tela se faz necessária em razão de atender a Modernização da Gestão da Saúde que tem por atribuição essencial estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde, visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, assim como seu acesso aos serviços e ações em saúde, por meio do auxílio à prevenção, promoção, assistência e gestão da saúde, garantindo ao Gestor Estadual o controle da prestação e regulação dos serviços realizados pelos prestadores contratados e de sua Rede Própria de Atenção, além de ser uma importante ferramenta de gestão. Os investimentos em Tecnologia da Informação devem estar alinhados com a agenda estratégica da Secretaria de Estado da Saúde.*

*A Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde (CREG) é composta por 5 (cinco) centrais:*

**A Central de Regulação de Leitos (CEREL):** *é responsável por estruturar e dar apoio matricial aos Núcleos Interno de Regulação (NIR) existentes dentro das unidades hospitalares; e gerenciar os serviços por especialidade e unidade hospitalar, bem como os contratualizados na rede. Tendo núcleos específicos, dentro dos limites de suas competências, para gerir os leitos de: UTI ( Núcleo de Regulação de Leitos de UTI Adulta) responsável por mapear os leitos de UTI com suas especialidades e especificidades das macrorregiões de saúde 1 e 2; e de Internação ( Núcleo de Regulação de Leitos de Internação) responsável por fazer a regulação inter-hospitalar para transferência de paciente, adultos e pediátricos, com necessidade de mudança de especialidade entre leitos de enfermaria ou que necessite de procedimentos especializados de complexidade maior do que está em sua unidade de origem e o procedimento é em nível de enfermaria. Outro núcleo relevante é o de Cirurgias Eletivas (Núcleo de Regulação de Cirurgias Eletivas), que são procedimentos planejados e não emergenciais, realizados para tratar condições médicas que não representam risco imediato à vida do paciente. Dessa maneira, a atribuição do CEREL é fazer a regulação, autorização de internação e acompanhamento dos pacientes, adultos e pediátricos, que passaram por consulta ambulatorial e que necessitaram de abordagem cirúrgica de modo eletivo.*

**A Central de Regulação de Urgências (CRUE):** *tem como objetivo principal dar respostas às necessidades dos municípios sedes quanto aos casos de usuários que superaram a complexidade da saúde local, e precisam ingressar em esferas de atendimento de maior complexidade, com a finalidade de proporcionar uma maior resolutividade dos casos, e garantir a qualidade, dignidade, humanidade e otimização de recursos públicos. Sendo composta pelo: Núcleo de Regulação em Pediatria e Neonatologia da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por regular as crianças e recém-nascidos em situação de urgência e emergência. Núcleo de Regulação em Clínica Médica, Cirúrgica e Trauma da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por atender e regular as solicitações advindas dos médicos que necessitem referenciar os pacientes para outra unidade que consiga atender as necessidades, de urgência e emergência, dos pacientes. Núcleo de Regulação em Ginecologia e Obstetrícia da Central de Regulação de Urgência e Emergência: responsável por regular as urgências e emergências ginecológicas e obstétricas, conforme os critérios de urgência e emergência.*

**A Central de Regulação de Consultas e Exames (CERAE):** responsável por regular o acesso a todos os procedimentos ambulatoriais, incluindo as consultas e exames ofertados aos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado de Rondônia, através do SISREG - Sistema Nacional de Regulação, que consiste num sistema on-line, criado para o gerenciamento de todo Complexo Regulatório, da rede básica à internação hospitalar, visando à humanização dos serviços, maior controle do fluxo e otimização na utilização dos recursos. A estrutura da CERAE é composta por: a) Médico – Regulador: responsável pela avaliação crítica e técnica dos laudos de solicitação, promover o agendamento das consultas, baseado na classificação de risco de acordo com os protocolos de regulação pactuados; b) Operador: responsável técnico pelo monitoramento das vagas ofertadas e configuradas de Retorno; avaliação e contato com pacientes para saber se ainda há necessidade de permanecer aguardando atendimento para determinada especialidade, orientando-os quanto ao trâmite dentro do Sistema Regulatório; e cancelamento de consultas e procedimentos a pedido dos interessados. c) Atendente de Regulação/Videofonista: desempenha um papel de apoio e suporte em processos de regulação, é sua atribuição as funções de atendimento aos usuários do SUS dos 52 municípios do Estado de Rondônia, ou seja, para informações sobre o processo regulatório bem como prestar informações sobre data e hora de suas consultas e/ou exames; d) Enfermeira: responsável por orientar os operadores dos 52 municípios do Estado, acerca das demandas de Regulação de Consultas e Exames; Gestão das Agendas dos Ambulatórios de Especialidades e Exames; Organização do processo de trabalho dos técnicos e agente administrativos do setor ( Atendente de Regulação /Videofonista) e Auxiliar em atividades de auditoria ou Jurídicas, em situação de documentos oriundos de órgãos de controle, referentes à regulação ou à conduta dos profissionais que compõem a CERAE. e) Administradores do Sistema Nacional de Regulação (SISREG): responsável pela configuração das escalas das Unidades Executantes Estaduais para virtualização no Sistema Nacional de Regulação (SISREG)

**A Central de Apoio Aéreo (CAA):** criada, recentemente, através da Portaria nº 1526 de 10 de maio de 2021 (Anexo 1), com o propósito de apoiar o transporte inter-hospitalar para o acesso dos usuários do SUS, em situações de urgência /emergência, para os serviços de alta complexidade da rede estadual. O Aeromédico é uma modalidade de TRANSPORTE, realizada por equipe multiprofissional, utilizada, principalmente, para pacientes em estado crítico e, em muitas ocasiões, representa a única opção para que o indivíduo receba assistência em um serviço especializado para as suas afecções. Só ocorre esse deslocamento nos casos em que a via terrestre seja impossível ou apresentar riscos maiores em virtude de lapso de tempo, deve sempre observar uma distância mínima de 400 quilômetros da origem para o destino e o paciente deve estar estável, seu objetivo primordial não é ser socorrista e sim transporte de paciente estável. Quanto ao fluxo de trabalho para que ocorra o transporte aéreo: há uma solicitação da origem (que somente pode ocorrer após concluída a regulação com o destino do paciente), feita através de um link e verificada se está de acordo com as normas descritas no Protocolo de Regulação de Transporte Aeromédico pelo médico regulador. Ressaltase que toda solicitação deve ser respondida em até 02 horas após seu recebimento, ou seja, o médico regulador do aéreo deve estar consultando se há novas solicitações num prazo menor que 02 horas durante todo o seu plantão.

**A Central de Regulação de Alta Complexidade (CERAC):** responsável pelo recebimento de laudos com solicitação de procedimentos de alta complexidade, bem como a tramitação administrativa necessária de processos acerca da alta complexidade. Inserção dos laudos na plataforma CNrac, transcrição de resultados de exames, encaminhamento de retorno ao TFD, acompanhamento de emissão de passagens e orientações aos pacientes sobre agendamentos e trâmites do hospital consultor.

(...)

A contratação pleiteada se faz necessária em razão de atender a Modernização da Gestão da Saúde que tem por atribuição essencial estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde, visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, assim como seu acesso aos serviços e ações em saúde, por meio do auxílio à prevenção, promoção, assistência e gestão da saúde, garantindo ao Gestor Estadual o controle da prestação e regulação dos serviços realizados pelos prestadores contratados e de sua Rede Própria de Atenção, além de ser uma importante ferramenta de gestão.

Esta Secretaria Estadual de Saúde visa implantar um modelo de gestão na Saúde visando garantir a todos seus cidadãos o acesso universal e igualitário, com inovação e através de melhores práticas de mercado.

O projeto de Informatização da Saúde, visa a qualidade no fornecimento de serviços de atualizações e/ou análise de possíveis melhorias, associados à contratação de um sistema unificado visando informatizar todas as unidades de saúde da região, com abrangência de 12 meses.

A Secretaria de Estado da Saúde – SESAU entende que este sistema deve possuir um modelo de contratação mais elaborado, com níveis de serviço definidos e novas funcionalidades necessárias, tendo o cuidado em preservar os seus requisitos funcionais já consolidados e aprovados pelos diversos usuários do sistema.

Segundo o Ministério da Saúde (2006), a regulação assistencial é o conjunto de relações, saberes, tecnologias e ações que intermedeiam a demanda das pessoas usuárias por serviços de saúde e o acesso a eles segundo diferentes perfis de



*demanda e de oferta, e a regulação do acesso é o estabelecimento de meios e ações para a garantia do direito constitucional do acesso universal, integral e equânime, independente de pactuação prévia estabelecida na programação de ações e serviços de saúde e da disponibilidade de recursos financeiros.*

*A Regulação Assistencial é uma das macrofunções a serem desempenhadas pelo gestor estadual, sendo direcionada à promoção dos princípios da equidade e da integralidade do cuidado, através do controle do fluxo da demanda por assistência à saúde em todas as Unidades prestadoras de serviços, como também pelo redimensionamento da oferta, diminuição ou expansão, de acordo com as necessidades da população. Portanto, além de contribuir na otimização dos recursos de saúde existentes, a regulação do acesso busca a qualidade da ação por meio da resolubilidade, a resposta adequada aos problemas clínicos e a satisfação do usuário.*

*A regulação assistencial é prerrogativa do gestor e a regulação do acesso é delegada pelo gestor ao regulador. Ao regular o acesso, com base nos protocolos clínicos, linhas de cuidado e fluxos assistenciais definidos previamente, a regulação estará exercendo também a função de orientar os processos de programação da assistência, assim como o planejamento e a implementação das ações necessárias para melhorar o acesso (Conass, 2011).*

*A regulação das referências intermunicipais é responsabilidade do gestor estadual, expressa na coordenação do processo de construção da programação pactuada e integrada da atenção em saúde, do processo de regionalização e do desenho das redes (Brasil, 2006).*

*O gestor estadual tem como responsabilidades na regulação assistencial:*

*Apoiar a identificação dos usuários do SUS no âmbito estadual, com vistas à vinculação de clientela e à sistematização da oferta dos serviços;*

*Manter atualizado o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde, bem como coordenar e cooperar com os municípios nessa atividade;*

*Elaborar e pactuar protocolos clínicos e de regulação de acesso, no âmbito estadual em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, apoiando os municípios na implementação dos mesmos;*

*Controlar a referência a ser realizada em outros estados, de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde, procedendo à solicitação e/ou à autorização prévia, quando couber;*

*Operar a central de regulação estadual, para as referências interestaduais pactuadas, em articulação com as centrais de regulação municipais;*

*Coordenar e apoiar a implementação da regulação da atenção às urgências, de acordo com a regionalização e conforme normas vigentes e pactuações estabelecidas;*

*Estimular e apoiar a implantação dos complexos reguladores municipais;*

*Participar da gestão dos complexos reguladores municipais, no que se refere às referências intermunicipais;*

*Operar os complexos reguladores no que se refere à referência intermunicipal, conforme pactuação;*

*Monitorar a implementação e a operacionalização das centrais de regulação.*

*(Conass, 2011).*

*Dentre os instrumentos de regulação do acesso assistencial preconizados estão os protocolos clínicos e os operacionais. Os protocolos clínicos, são entendidos como a padronização do uso de recursos terapêuticos e propedêuticos estratégicos, seja pelo alto custo, disponibilidade inferior à demanda ou pela importância para a qualidade da assistência. Os protocolos operacionais pretendem ordenar o fluxo de pacientes entre os níveis de complexidade, definindo os limites resolutivos de cada um deles, possibilitando a pactuação entre gestores.*

*Posto isto, justifica-se a contratação aqui pleiteada.*

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde	

(CREG)

Kenia Ribeiro Marinho

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratação em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

- Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022 - Ministério da Economia;
- Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;
- Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Ademais, no que couber deverá ser observado o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (0053587475).

A empresa contratada deve garantir que todas as soluções estejam em conformidade com as normativas vigentes de saúde pública e proteção de dados, incluindo a LGPD e a regulamentação do Ministério da Saúde para sistemas de informação em saúde.

### Unidades a serem atendidas

- Hospital Regional de Cacoal (HRC);
- Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal (HEURO);
- Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro (HBAP);
- Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde (CREG);
- Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON);
- Hospital e Pronto Socorro João Paulo/II (HEPSJP/II);
- Hospital de Retaguarda de Rondônia (HRRO);
- Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD);
- Policlínica Oswaldo Cruz (POC);
- Policlínica Cacoal;
- Assistência Média Intensiva (AMI);
- Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO);
- Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN);
- Laboratório Estadual de Patologia e Análises Clínicas (LEPAC);
- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- Centro de Especialidades Odontológicas (CEO);
- Centro de Hemodiálise;
- Farmácia Central;
- Hospital Regional de Buritis (HRB);
- Hospital Regional de Extrema 9HRE);
- Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSF);
- Laboratório de Fronteira de Rondônia (LAFRON);
- Serviço de Atendimento Domiciliar (SAMD);
- Tratamento Fora Domicílio (TFD).

## 6. Vedação de Participação de Pessoa Física

Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para fornecer o item adquirido de forma adequada.

Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas. As Empresas especializadas geralmente possuem maior capacidade técnica e logística para prestar os serviços com padrões adequados de qualidade. A participação de pessoas jurídicas permite maior segurança na prestação dos serviços, algo que pode ser mais difícil de garantir no caso de pessoas físicas.

Assim, a vedação da participação de pessoas físicas em processos de contratação visa garantir segurança jurídica, confiabilidade no fornecimento, controle fiscal, e a capacidade técnica e financeira para cumprir as exigências contratuais. Essas exigências são mais facilmente atendidas por empresas, garantindo que o interesse público seja resguardado e que a administração pública possa operar de forma eficiente e econômica.

## 7. Levantamento de Mercado

Ao considerar a modernização dos serviços de saúde pública, a SESAU possui diversas opções de mercado e modelos de contratação para implementar as soluções tecnológicas necessárias. Abaixo, exploraremos duas das principais alternativas: parceria público-privada (PPP) contratação de empresa especializada.

### 1. Parceria Público-Privada (PPP)

É uma modalidade de contratação em que o poder público e a iniciativa privada se unem para prestar um serviço público ou realizar uma obra pública. A empresa privada assume a responsabilidade pela execução do projeto, enquanto o poder público arca com parte dos custos e realiza a fiscalização.

#### Vantagens:

- Investimento privado: A empresa privada aporta recursos financeiros e tecnológicos para a execução do projeto, aliviando a carga financeira do poder público.
- Eficiência e inovação: A iniciativa privada costuma ser mais ágil e inovadora na execução de projetos, o que pode resultar em soluções mais eficientes e modernas.
- Transferência de tecnologia: A parceria pode gerar transferência de conhecimento e tecnologia para o setor público.
- Gestão compartilhada: A gestão compartilhada entre o setor público e privado pode levar a uma melhor gestão dos recursos e à otimização dos serviços.

#### Desvantagens:

- Complexidade: A estruturação de uma PPP é um processo complexo e demorado, que exige a elaboração de um contrato detalhado e a negociação de diversas cláusulas.
- Riscos: A PPP envolve riscos para ambas as partes, como riscos financeiros, operacionais e regulatórios.
- Custos de transação: Os custos de estruturação e acompanhamento da PPP podem ser elevados.
- Dificuldade de adaptação: A mudança de modelo de gestão pode gerar resistências e dificuldades de adaptação para os servidores públicos.

### 2. Contratação de Empresa Especializada

É uma modalidade de contratação mais tradicional, em que o poder público contrata uma empresa especializada para prestar um serviço específico, como a implantação e manutenção de um sistema de informação em saúde.

#### Vantagens:

- Agilidade: O processo de contratação costuma ser mais ágil em comparação com a PPP.
- Foco na especialidade: A empresa contratada possui expertise específica na área, o que garante a qualidade da solução.
- Flexibilidade: A contratação pode ser mais flexível, permitindo ajustes ao longo do contrato.

#### Desvantagens:

- Custos: A contratação de uma empresa especializada pode ser mais cara a longo prazo, especialmente se não houver um acompanhamento adequado dos serviços prestados.
- Dependência do fornecedor: A SESAU fica dependente da empresa contratada para a manutenção e atualização do sistema.
- Dificuldade de integração: A integração do sistema com outros sistemas existentes pode ser mais complexa.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada é a opção mais segura, eficiente e econômica para garantir a Modernização da Gestão da Saúde que tem por atribuição essencial estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde.

Desta forma, com fim de dar maior subsídio à pretensa contratação, esta setorial procedeu com a análise da solução adotada para atender demanda da Área Requisitante e as soluções disponíveis no mercado, fruto dessa análise está elencada abaixo.

O Governo do Estado de Rondônia já utilizou a metodologia de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação, fornecimento, e gestão de soluções de tecnologia, conforme podem ser verificado no seguinte Pregão:

Nº Processo Administrativo	Nº Pregão Eletrônico	Local/Unidade	Objeto
0041.001800/2023-66	539/2023	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Rondônia - SEDEC/RO	Sistema de Registro de Preços (SRP) visando futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, fornecimento e gestão de soluções de tecnologia.
0030.223244/2019-20	022/2020	Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia - SEFIN/RO	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de tecnologia da Informação e assessoria técnica para adequação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Financeira – SIGEF a administração pública do Estado do Rondônia, mediante a realização de atividades de implantação, migração de dados, customizações, integrações, sustentação, evolução, treinamento e adaptações.

Insta ressaltar que, não foi localizado contratações anteriores que tratam do objeto do presente Estudo Técnico realizada pela Secretaria do Estado da Saúde.

Neste sentido, esta setorial procedeu com uma pesquisa de mercado para realizar um comparativo da metodologia atualmente utilizada, com aquelas que estão disponíveis e sendo executadas por outras Administrações Públicas e, se for o caso, também instituições privadas. Tal pesquisa se mostra de primordial importância para ratificar a metodologia utilizada, ou alterá-la caso haja soluções mais adequadas disponíveis, assim como efetuar algumas melhorias e atualizações na forma de prestação dos serviços.

Assim, na pesquisa realizada foi possível identificar os seguintes Pregões Eletrônicos (PE) que versam sobre o objeto do presente ETP:

Nº Processo Administrativo	Nº Pregão Eletrônico	Local/Unidade	Objeto
63742/2023	01/2024	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM	Contratação de sistema informatizado integrado à gestão da Assistência Médica do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, conforme especificado no Termo de Referência, com prestação de serviços de implantação, manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), treinamento de usuários e suporte técnico presencial e remoto de softwares, bem como o assessoramento para seu uso e consultoria a ser executado de forma continuada e disponível pela Web, necessária à automação e à gestão.
72031.005729/2023-11	01/2024	Ministério do Turismo	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de suporte técnico, upgrades e updates para licenças, com até 6Qlik Analytics Platform External Edition cores de processamento (CPU Core) e QlikSense 4 cores, com até 4 núcleos de processamento e mentoria e desenvolvimento na execução de projetos, gestão e administração do ambiente em licenças Qlik.
109-2023	63/2023	Prefeitura do Município de Jussara - PR	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de tecnologia da informação, através da implantação de solução de Gestão Pública Integrada, conversão de dados e manutenção de um sistema integrado, incluindo os serviços de atualização, suporte técnico e treinamento.

Em análise aos instrumentos acima elencados, foi possível verificar que a metodologia adotada por aquelas Administrações não se afastam muito da que é adotada nesta Gestão, apenas quesitos pontuais à realidade de cada uma.



Portanto, conclui-se que para a realidade da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), Contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano, é a solução mais viável.

8. Descrição da solução como um todo

Em análise, no levantamento de mercado, verificou-se que a solução mais adequada será a de Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, fornecimento, e gestão de soluções de tecnologia para modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e cinco) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.

A modernização tecnológica reduz a necessidade de processos manuais e o uso de papel, além de diminuir custos operacionais com retrabalhos e falhas no sistema. A implementação de soluções tecnológicas robustas garante maior segurança na proteção de dados sensíveis, como informações dos pacientes, com sistemas de criptografia e controle de acesso.

O uso de tecnologias modernas possibilita uma resposta mais rápida às necessidades dos pacientes, com melhor organização dos dados de saúde e maior eficiência na prestação dos serviços de atenção. A gestão centralizada e o uso de tecnologias de comunicação em rede podem interligar as unidades de saúde do estado de Rondônia, promovendo uma troca ágil de informações e um acompanhamento mais preciso das necessidades de cada unidade.

Assim, a modernização dos serviços permite que a Secretaria do Estado da Saúde (SESAU) esteja em conformidade com as exigências legais e regulamentações em saúde pública, além de facilitar o cumprimento de padrões de qualidade e segurança.

Independente do modelo a ser seguido, é importante que a decisão da Administração Pública seja pautada sob a ótica da eficácia, zelando pelos princípios que a regem. Assim, é necessário que a contratação atenda efetivamente à necessidade coletiva, ou seja, com a otimização de recursos, e à manutenção de um serviço adequado e de qualidade.

Do Detalhamento da Solução

A solução visa a gestão setorial pela Secretaria de Estado da Saúde, assim como permitirá que os gestores das unidades de saúde, tenham a visibilidade de painéis de indicadores para análise de desempenho assistencial e administrativo de toda a rede de saúde, uma rede totalmente informatizada, provendo as informações centralizadas, distribuídas e em maior ou menor detalhamento, todos através de painéis com atualização em tempo real.

A Contratada deverá ainda considerar a migração dos principais dados cadastrais de cada uma das soluções dos sistemas de gestão já instalados (legados) para as novas soluções, com a proposição de que o conhecimento e padronização já adotada da rede seja mantida, aperfeiçoada na revisão destes dados, com menor tempo possível de implantação. Os dados do Prontuário Eletrônico do Paciente já existentes deverão ser migrados para documentos no formato PDF, possibilitando a visualização de todo histórico clínico, a qualquer tempo, de forma centralizada em uma única plataforma.

A Contratada deverá prover toda infraestrutura necessária para que as soluções objeto seja operacional, tais como: banco de dados, computadores, monitores, totens, painéis de chamada, impressoras, nobreaks, tablets, servidores, infraestrutura de rede lógica, links de dados para conexão com datacenter dentre outros acessórios.

A Secretaria de Estado da Saúde, estratificou e classificou as unidades de saúde em diferentes PORTES e ITENS conforme tabela abaixo, de acordo com fluxos operacionais, complexidade e tamanho das unidades. Desta forma, considerou-se como unidades de Porte P as Policlínicas e Hospitais de até 49 leitos; unidade de Porte M, os hospitais entre 50 e 150 leitos; unidade de Porte G, os hospitais entre 151 e 300 leitos; e unidade de Porte GG, os hospitais acima de 300 leitos. As unidades de saúde, a serem consideradas neste projeto, encontram-se a seguir:

Item	Unidade de Saúde	QNT Leitos	Porte	Item
1	Hospital Regional de Cacoal - HRC	173	G	
2	Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal - HEURO	171	G	

				1
3	Hospital de Base Dr Ary Pinheiro - HBAP	532	GG	
4	Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde - CREG ( CERAÉ, CEREL, CAA, CERAC, CRUE)	0	-	
5	Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON	111	M	2
6	Hospital e Pronto Socorro João Paulo/II - HEPSJP/II	135	M	
7	Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO	113	M	
8	Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD	121	M	
9	Policlínica Oswaldo Cruz - POC	0	P	3
10	Policlínica Cacoal	0	P	
11	Assistência Média Intensiva - AMI	40	P	
12	Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO	0	P	
13	Centro de Diagnóstico de Imagem - CDI	0	P	
14	Laboratório Central - LACEN	0	P	
15	Laboratório - LEPAC	0	P	
16	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	0	P	
17	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	0	P	
18	Centro de Hemodiálise de Ariquemes - CDA	0	P	
19	Farmácia Central	0	P	

20	Hospital Regional de Buritis - HRB	32	P
21	Hospital Regional de Extrema - HRE	26	P
22	Hospital Regional de São Francisco do Guaporé - HRSFG	33	P
23	Laboratório de Fronteira - LAFRON	0	P
24	Serviço de Atendimento Domiciliar - SAMD	0	P
25	Tratamento Fora Domicílio - TFD	0	P
<b>TOTAL DE LEITOS</b>		<b>1487</b>	

#### - HARDWARE

A Contratada deverá realizar a Infraestrutura, ou seja, toda a rede lógica, seguindo as especificações mínimas CAT6, bem como, instalação de racks setoriais com ligação via fibra optica multimodo, contendo caixa de bloqueio, par de cordão optico de backup, switch , patch painel, nobreak.

#### - SERVIDOR BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO (UNIFICADO)

- Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.

- Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos mínimo: 8, nº de threads mínimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no mínimo: 3.30Ghz, memória cache no mínimo 18MB.

- Tipo : Rack

- Memória RAM: no mínimo DDR4 64 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior

- Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo *hot-swap*, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.

- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar.

- Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2

- Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no minimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no minimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).

#### - BANCO DE DADOS

O Sistema gerenciador de banco de dados deverá ser compatível com a solução que a contratada disponibilizar.

O SGBD deve ser capaz de atender às necessidades específicas do projeto, fornecendo recursos avançados de consulta, suporte para transações e controle de acesso, garantindo a integridade e a consistência dos dados.

A versão mínima do SGBD a ser utilizada deve ser a mais recente disponível no momento da implementação do projeto, sendo de extrema importância garantir que a versão escolhida seja estável e receba suporte ativo da comunidade ou fornecedor, para evitar vulnerabilidades de segurança e obter melhorias funcionais.

O SGBD escolhido deve ser compatível com o sistema operacional que será adotado pela contratada e utilizados na infraestrutura do projeto, isto é, deverá funcionar de forma estável e otimizada no S.O selecionado, além disso, é importante garantir que o sistema operacional esteja atualizado com as últimas correções de segurança para evitar vulnerabilidades conhecidas.

Caso o SGBD escolhido pela empresa necessite de licenciamento a contratada deverá pagar todas as custas e taxas referente ao licenciamento. Inclusive possíveis upgrades e expansão.

## **- COMPUTADORES**

### **PROCESSADOR PRINCIPAL**

Deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, tecnologia de fabricação de 14nm, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;

Frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0Ghz;

Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;

### **MEMÓRIA**

Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;

Com 16GB (dezesseis gigabytes) em um módulo (1x16GB);

### **ARMAZENAMENTO**

Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;

Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;

### **INTERFACES**

Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;

#### **Controladora de rede integrada**

Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;

Conector RJ-45 fêmea;

Leds indicadores de atividade de rede;

#### **CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA**

Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;

Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;

#### **CONTROLADORA DE VÍDEO**

Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;

Compatível com a tecnologia DirectX 12;

Possuir pelo menos 2 (duas) conexões de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;

### **GABINETE**



Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);

Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;

Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm<sup>3</sup>);

## **SOFTWARE**

Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado.

## **ENERGIA**

Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;

Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;

## **MONITOR - INCLUSO**

Tamanho no mínimo 21,5" LED (16:9), resolução mínima FullHD (1920x1080p) 60Hz; monitor deverá conter tratamento anti-reflexo, conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI e, 01 (uma) entrada DisplayPort. Regulagem de inclinação e altura.

## **NOBREAK - INCLUSO**

Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA, Tensão nominal de saída: 115V, Eficiência em carga total: 90.0%, Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz, Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada, Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136, Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz, Modo de seleção: Automatico, Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de recarga típico 12 hora(s), Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada, Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria, Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

## **- TOTEM (Computador Touch)**

Monitor Touch Screen no mínimo 23 polegadas capacitivo, Multitoque resolução mínima de 1920x1080 pixels. Deverão ser novos, sem uso e em perfeito funcionamento; Deverão ser de cor preta, tons de cinza ou a mistura dessas cores; Deverão ser fornecidos todos os cabos e componentes requeridos para o perfeito funcionamento dos monitores de vídeo; O número de série de cada monitor de vídeo deverá ser único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete; Os cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR 14136:2002; Deverão possuir encaixe tipo Universal Slot Security/Kensington Security Slot (USS); Deverão possuir tela em flat-panel em LED (16:9) de no mínimo 23" (vinte e três), ou superior, na diagonal de área visível com resolução Widescreen; Deverão possuir tempo de resposta de no máximo 14ms (quatorze milissegundos); Deverão possuir taxa de brilho de no mínimo 250cd/m<sup>2</sup> (duzentas e cinquenta); Deverá suportar no mínimo 16 Milhões de cores; Deverão possuir contraste mínimo de 5.000.000:1; A resolução nativa deverá ser de no mínimo 1.600 (hum mil e seiscentos) pontos na horizontal e 900 (novecentos) pontos na vertical ou superior; Os controles para regulagem das configurações de exibição, tais como cor, brilho, contraste, gama, posição da imagem, reset de fábrica, auto - ajuste, dentre outras, deverão estar acessíveis através de botões de função ou sensores posicionados fisicamente no monitor; Deverá possuir ângulo de visão de no mínimo 90° na horizontal e 65° na vertical; Deverá possuir base que permita realizar ajustes de altura e inclinação; A tela do monitor de vídeo deverá possuir revestimento Anti -Glare; Deve possuir no mínimo duas entradas de sinal, sendo uma no padrão HDMI a outra podendo ser VGA ou DisplayPort

## **COMPUTADOR - INCLUSO**

### **PROCESSADOR PRINCIPAL**

Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) núcleos físicos com 8 (oito) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;

Frequência de clock base de, no mínimo, 3.40 Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.50Ghz;

Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;

## **MEMÓRIA**

Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;

Com 4GB (quatro gigabytes) em um módulo (1x4GB);

## **ARMAZENAMENTO**

Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;

Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;

## **INTERFACES**

Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;

## **CONTROLADORA DE REDE INTEGRADA**

Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;

Conector RJ-45 fêmea;

Leds indicadores de atividade de rede;

## **CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA**

Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;

Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;

## **CONTROLADORA DE VÍDEO**

Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;

Compatível com a tecnologia DirectX 12;

Possuir pelo menos 1 (uma) conexão de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;

## **GABINETE**

Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);

Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;

Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm<sup>3</sup>);

## **SOFTWARE**

Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado

## **ENERGIA**

Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;

Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;

## **NOBREAK - INCLUSO**

Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA, Tensão nominal de saída: 115V, Eficiência em carga total: 90.0%, Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz, Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada, Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136, Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz, Modo de seleção: Automatico,, Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de recarga típico 12 hora(s), Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada, Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria, Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

#### **- PAINÉIS DE CHAMADA**

TELEVISOR – LED de no mínimo 55” (polegadas), Deverá possuir tecnologia de alta definição 4K, Deverá possuir WI-FI Integrado, Deverá possuir conversor digital integrado, Deverá possuir entrada de rede Ethernet de no mínimo 10/100, No mínimo 2 entradas HDMI e 2 entradas USB, Deverá possuir voltagem de 110 ~ 240v automático (bivolt), Deverá fornecer equipamentos em conformidade com a norma NBR14136:2002 e Lei no 11.337, de 26 de julho de 2006, Deverá possuir caixas de som embutidas estéreo, Deverá possuir controle remoto.

#### **COMPUTADOR - INCLUSO**

##### **PROCESSADOR PRINCIPAL**

Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) núcleos físicos com 8 (oito) Threads, compatível com arquitetura x86 e x64, além de memória de vídeo e memória cache L3 integradas;

Frequência de clock base de, no mínimo, 3.40 Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.50Ghz;

Memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;

##### **MEMÓRIA**

Memória primária do tipo DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade;

Com 4GB (quatro gigabytes) em um módulo (1x4GB);

##### **ARMAZENAMENTO**

Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;

Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;

##### **INTERFACES**

Possuir no mínimo 6 (seis) interfaces USB compatíveis com a tecnologia USB 3.1 Gen 1 ou superior;

##### **CONTROLADORA DE REDE INTEGRADA**

Velocidade Ethernet 10/100/1000 “autosensing”;

Conector RJ-45 fêmea;

Leds indicadores de atividade de rede;

##### **CONTROLADORA DE REDE WI-FI INTEGRADA**

Padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac MU-MIMO;

Trabalhar com as frequências de 2,4Ghz e 5Ghz;

##### **CONTROLADORA DE VÍDEO**

Interface da controladora de vídeo integrada ao processador que deverá possuir alocação dinâmica de memória gráfica de até 1.7 GB;

Compatível com a tecnologia DirectX 12;

Possuir pelo menos 1 (uma) conexão de vídeo Displayport e 01 (uma) conexão de vídeo HDMI;

#### **GABINETE**

Design do tipo compacto (ultra small form factor), ou SFF (Small Form Factor);

Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical, havendo proteção emborrachada, tipo pés de apoio, ou suporte, para pelo menos uma dessas posições;

Volume máximo admitido de 1,2 litros (1.200 cm<sup>3</sup>);

#### **SOFTWARE**

Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou superior, por unidade entregue, na versão OEM em português (Brasil) e devidamente licenciado

#### **ENERGIA**

Fonte de alimentação externa para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com ajuste automático;

Energia Possuir eficiência energética de, no mínimo, 87%, certificação 80 plus;

#### **NOBREAK - INCLUSO**

Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA, Tensão nominal de saída: 115V, Eficiência em carga total: 90.0%, Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz, Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada, Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136, Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz, Modo de seleção: Automático,, Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de recarga típico 12 hora(s), Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada, Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria, Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

#### **- IMPRESSORA LASER**

**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA - A4:** Deverá possuir tecnologia de impressão/Cópia /Digitalização laser monocromática; Interface USB 2.0, 1 USB Rost; Wireless; Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45; Compatível com Windows Server 2012 2012R2, Server 2008 2008R2, 2003 Windows 7/8/10, XP, Vista e Linux; PDLs e Emulação: JPEG, TIFF, OPENxps, XPS, PPF, PDF Direct Printing PS3, PRESCRIBE, PCL6; Deve vir acompanhada dos driver de instalação, em português; Resolução de impressão 1200 x 1200 dpi; Velocidade de impressão mínima de 30PPM; Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 6 segundos; Processador mínimo de 750; Memória RAM: instalada de 512mb; Ciclo de trabalho mensal mínimo de 15.000 páginas por mês; Processador de documentos frente e verso passagem; Capacidade de no mínimo entrada de papel: bandeja para 250 folhas; Capacidade de saída no mínimo: 150 folhas; Bandeja multiuso para no mínimo 100 folhas Tipos de papel que devem ser suportados: papel A4, carta, ofício, etiquetas, transparências, envelopes e Bond; Capacidade para digitalização de forma automática para no mínimo 50 páginas ADF; ADF e mesa de digitalização deve suportar até tamanho ofício Capacidade de retenção de impressão e armazenamento de trabalhos; Recursos: digitalização contínua aumento e diminuição do zoom; Alimentação: Tensão de alimentação de 127 Vac; Impressão em frente e verso integrado; Rede e protocolos suportados: TCP/IP IPVA4 e 6, WDS Print/Scan, DHCP, DNS, LDAP, SNMP, HTTP, SMTP; Conter níveis selecionáveis de tonalidade da impressão; Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star; Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras; Manuais de instalação e operação; Cabo USB; Transformador compatível em potência com o modelo de impressora ofertado, que deverá ser informado na proposta.

**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA - A4:** Deverá possuir tecnologia de impressão/Cópia /Digitalização laser policromática; Deve permitir a substituição de toner e cilindro separadamente; Frente e verso; Deverá possuir tecnologia de Impressora multifuncional digitalização: Laser Color ; Rede Ethernet: Gigabit Ethernet (10/100/1000), Wirelles Integral, Porta USB 2.0; Linguagens da Impressora: Emulação PCL 5e, Emulação PCL 6; Resolução de impressão: 1.200 x 1.200 dpi; Velocidade de Impressão mono/color de no mínimo 27 ppm; Impressão em frente e verso Duplex Integrado; Processador de no mínimo de 8000 Mhz; Memória de no mínimo 512MB com possibilidade de expansão; Ciclo mínimo de Trabalho mensal: 15.000 Páginas; Bandeja de entrada de no mínimo 250 páginas; Capacidade de Saída de Papel de no mínimo até 150 páginas;



Bandeja mpt 50 folhas Resolução da Digitalização 300x600dpi, 300pdi, 600dpi; Formatos de arquivos digitalizados Enviar como: TIFF, PDF, JPEG, Destinos da digitalização e-mail, Unidade USB ou pasta de rede; ADF Alimentador automático de documentos de 50 folhas; Gramatura de papel padrão 50-155 g/m² e mpt 60-200 g/m²; Tipos de Mídias Suportados: Etiquetas, Envelopes, Tamanho papel suportado: A4 até ofício, A5; Rede e protocolos: TCP/IP, IPv4 e 6, FTP, LPR,IPP, WSD Print Scan, DHCP, DNS, HTTP,SMTP, POP3, PDF; Sistemas operacionais suportados: Windows XP/VISTA/7/8/8.1/10/ SERVER 2003 2008 20012 E LINUX; Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Certificações: Energy Star; Outros: CD Instalação; Cabo de alimentação; Cabo USB; Tensão / Voltagem: monovolt 127Vac; Transformador compatível em potência com o modelo de impressora ofertado, que deverá ser informado na proposta.

#### - IMPRESSORA TÉRMICA

Resolução mínima de 203dpi, no mínimo uma Interface USB e uma placa de rede(ethernet); tecnologia térmica para impressão de código de barra e texto; largura máxima de impressão 104 mm; velocidade de impressão no mínimo 4 ips; suportar no mínimo os seguintes códigos de barra: Código 39; Código 128; Código 93; Codabar, UPC-A ; UPC-E; EAN 13; EAN 8; EAN 13 e QR Code; possibilidade de impressão por transferência térmica e térmica direta, memória Flash de 512KB ou superior; memória SRAM 256 KB ou superior. Botões: Liga/Desliga e Avanço de papel.

Bobina (mídia) de formulário contínuo e etiquetas com papel térmico; A impressora térmica de código de barra e texto deverá suportar a instalação de bobina (ribbon) comprimento de 244 polegadas (74 metros) ou superior.

O equipamento deverá ser compatível com os seguintes sistemas operacionais: plataformas: Windows® e Linux®; Tensão de alimentação da impressora 110/220 VOLTS (BIVOLT);

#### - REDE LÓGICA

A Contratada deverá realizar a Infraestrutura, ou seja, toda a rede lógica, com cabo utp padrão CAT6 ou superior, bem como, instalação de racks setoriais com ligação via fibra optica multimodo, contendo caixa de bloqueio, par de cordão optico de backup, switch 24P Giga+4P GBRIC gerenciável ou switch 48P Giga+4P GBRIC gerenciável dependendo da quantidade de equipamentos conectados conforme o tamanho da solução P, M, G e GG, patch painel 24 portas giganan.

Deverá fornecer os cabos de rede e mão de obra especializada para instalação e interligação de todos os servidores de banco de dados, servidores aplicação, interligação dos racks ligação e todos os equipamentos que estão englobados na solução conforme tamanho da unidade.

#### - SWITCH DE ACESSO 48 OU 24 PORTAS BASE T DE ACORDO COM A NECESSIDADE.

ESPECIFICAÇÕES: Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI; Deve ser fornecido com **48 (quarenta e oito) portas 10/ 100/1000Base-T** para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve suportar Auto-MDIX e negociação automática de speed e duplex; Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 1GbE e 10GbE. Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas 1000Base-T e não serão aceitas interfaces do tipo combo; Deve possuir 52 (cinquenta e duas) portas ethernet ativas simultaneamente, não incluindo interfaces de empilhamento caso suportado pelo equipamento; Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP); Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ-45 ou USB; Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 75 (setenta e cinco) Mpps; Deve possuir tabela para, no mínimo, 16.000 (dezesesseis mil) endereços MAC; O equipamento deve permitir sua configuração automática com base em outro equipamento da rede, sem intervenção humana, permitindo a sua rápida substituição. Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuração em outro equipamento da rede, utilizando-se para isso parâmetros fornecidos pelo DHCP; Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz; Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (port mirroring); Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais, permitindo a criação de no mínimo 250 VLANs; Deve implementar roteamento IP (Layer 3) com pelo menos 4 interfaces roteáveis, permitindo a criação de pequenos backbones; Deve implementar o protocolo RIP em IPv4 e IPv6; Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes; Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de multicast; Deve implementar MLD v1 e v2; Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 32 instâncias de Spanning Tree; Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 4 (quatro) filas de prioridade por porta; Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário; Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo ToS e dia e hora; Deve implementar criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes a senha; Deve possuir o protocolo “Network Time Protocol” (NTP), autenticado, para a sincronização do relógio com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na

troca de mensagens com os servidores de tempo; Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente; Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3; Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch. Deve permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS e TACACS; Deve implementar o mecanismo mudança de autorização dinâmica para 802.1x, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization); Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento; Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches marca Cisco já existentes neste órgão; Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; Gabinete padrão para montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento; GARANTIA Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis; Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, de que trata o inciso I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

**ESPECIFICAÇÕES:** Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI; Deve ser fornecido com **24 (vinte e quatro) portas 10/ 100/1000Base-T** para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve suportar Auto-MDIX e negociação automática de speed e duplex; Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 1GbE e 10GbE. Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas 1000Base-T e não serão aceitas interfaces do tipo combo; Deve possuir 28 (vinte e oito) portas ethernet ativas simultaneamente, não incluindo interfaces de empilhamento caso suportado pelo equipamento; Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP); Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ-45 ou USB; Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 40 (quarenta) Mpps; Deve possuir tabela para, no mínimo, 16.000 (dezesesseis mil) endereços MAC; O equipamento deve permitir sua configuração automática com base em outro equipamento da rede, sem intervenção humana, permitindo a sua rápida substituição. Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuração em outro equipamento da rede, utilizando-se para isso parâmetros fornecidos pelo DHCP; Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz; Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (port mirroring); Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais, permitindo a criação de no mínimo 250 VLANs; Deve implementar roteamento IP (Layer 3) com pelo menos 4 interfaces roteáveis, permitindo a criação de pequenos backbones; Deve implementar o protocolo RIP em IPv4 e IPv6; Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes; Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de multicast; Deve implementar MLD v1 e v2; Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 32 instâncias de Spanning Tree; Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 4 (quatro) filas de prioridade por porta; Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário; Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo ToS e dia e hora; Deve implementar criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes a senha; Deve possuir o protocolo "Network Time Protocol" (NTP), autenticado, para a sincronização do relógio com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na troca de mensagens com os servidores de tempo; Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente; Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3; Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch. Deve permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS e TACACS; Deve implementar o mecanismo mudança de autorização dinâmica para 802.1x, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization); Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento; Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches marca Cisco já existentes neste órgão; Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; Gabinete padrão para montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento; GARANTIA Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis; Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, de que trata o inciso I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **NOBREAK - INCLUSO**

Capacidade de Potência de Saída: 600 Watts/1.200 VA, Tensão nominal de saída: 115V, Eficiência em carga total: 90.0%, Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz, Tipo de Forma de Onda: PWM Senoidal aproximada, Conexões de Saída: possuir no mínimo 06 (seis) padrão NBR 14136, Entrada Tensão nominal de entrada (BIVOLT): 115V e 220V, Frequência de entrada: 60 Hz +/- 5 Hz, Modo de seleção: Automatico, Cabo de força com no mínimo 1,30m com plugue padrão NBR14136, Bateria: Possuir no mínimo 02 (duas) bateria interna, Bateria tipo Chumbo-Acido selada por válvula, Tempo de

recarga típico 12 hora(s), Comunicação e Gerenciamento: Pannel de controle Indicação do Status do LED com On-Line: Bateria Ligada, Alarme sonoro soar alarme quando na bateria: Alarme distinto de pouca bateria, Características Gerais: Proteção contra sobrecarga, Economizador de Bateria Partida a frio Auto-teste automático, Alarmes sonoros, Gerenciamento inteligente de bateria.

#### **LINK DE INTERNET**

Link de Internet com velocidade de no mínimo 50MBs de download e upload do tipo dedicada, ou superior quando disponível por qualquer operadora, em cada uma das unidades.

A empresa contratada deverá fornecer os equipamentos necessários para a ligação com a internet como roteadores, modem optico, passagem da fibra até o rack.

Os roteadores, de propriedade do FORNECEDOR REGISTRADO, deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pelo mesmo e deverá ser garantido o desempenho e os níveis de serviços;

Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA**;

Topologia do tipo fibra óptica.

Deverão ser fornecidos acessos IP permanentes que possibilitem a interligação (IPv4 e IPv6) das unidades da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, Internet.

Caso seja identificado, durante a execução dos serviços, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a **CLIENTE**;

Possuir no mínimo 01 (uma) Wan Gigabit (SFP ou RJ45), e no mínimo mais 02 interfaces Lan Gigabit para interconexão com ambiente de rede local de instalação;

Disponibilizar serviço de DNS da CONTRATADA, capaz de resolver direta e reversa endereços IPv4 e IPv6 de internet.

Não será permitido o uso de tecnologias DSL, 3G e 4G.

Todos os equipamentos e links devem suportar tanto IPv4 quanto IPv6.

Deverão suportar o respectivo tráfego da banda completamente ocupada sem degradação do desempenho, atendendo aos níveis de serviço pretendidos. Para isso deverão apresentar configuração de memória, de CPU e capacidade de vazão compatíveis (de forma qualitativa e quantitativa) com as características e componentes desta especificação.

Deverão possuir fonte de alimentação com chaveamento automático de tensão de entrada 110/220 VAC a 60 Hz.

Os serviços de acesso à Internet deverão possuir obrigatoriamente garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da velocidade de banda estipulada neste instrumento, para download e upload;

A latência deverá ser de no máximo de 150ms;

Taxa de erros máxima admitida de 10<sup>-6</sup>;

Licença para prover Serviço de Comunicação Multimídia (SMC) emitido pela ANATEL, devidamente publicada no Diário Oficial da União, em conformidade com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73 de 25 de novembro de 1998; do anexo à Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e demais normas aplicáveis;

#### **- TABLETS**

Processador de 8 núcleos 2.2ghz ou superior.

Memória RAM de 6 GB ou superior.

Armazenamento interno de 64 GB ou superior (não pode contar com Cartão SD).

Tela FullHD ou superior de 10”.

Porta USB-C para carregamento, Carregador e cabo USB-C incluso.

WIFI 802.11 ac/b/g/n com frequência de 2.4 e 5GHz e bluetooth 5.1 ou superior.

Bateria interna com autonomia no mínimo 8 horas

Câmera Frontal no minimo 5.0 MP e no minimo Traseira 8.0 MP.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi realizada pela área requisitante, através do Documento de Oficialização de Demanda nº 26/2024 /CAIS-GERREG (0052773655), conforme exposto abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS. TIPO G e GG	Serviço	01
2	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS. TIPO M	Serviço	01
3	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS TIPO P	Serviço	01

Memória de Cálculo

A justificativa quanto a estimativa solicitada foi realizada pela Coordenadoria solicitante através do Documento de Oficialização de Demanda nº 26/2024/CAIS-GERREG (0052773655), conforme exposto abaixo:

A solução de hardware deverá ser composta de um servidor principal e tantos outros quantos forem necessários para implantar a solução e garantir todos os itens de funcionalidades e desempenho a seguir:

PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
P	DESCRIÇÃO	<p>-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.</p> <p>-Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade minima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos minimo: 8, nº de threads minimo: 16, frequência baseada em processador minima 2.10ghz, frequência turbo no minimo: 3.30Ghz, memória cache no minimo 18MB.</p> <p>-Tipo : Rack</p> <p>-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior</p> <p>-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo <i>hot-swap</i>, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.</p> <p>- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .</p>	<p>O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de</p>	<p>O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.</p> <p>Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0 Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</p> <p>Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GB</p> <p>Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volale Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;</p> <p>Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</p> <p>.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.</p>



		<p>-Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220 /110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).</p>	<p>backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento. <b>(conforme item 4.1.2.3)</b></p>	<p>Acesso à Internet.</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).</p>
	QUANTIDADE	1	1	1
PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
		<p>-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.</p> <p>-Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade mínima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos mínimo: 8, nº de threads mínimo: 16, frequência baseada em processador</p>		<p>O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.</p> <p>Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU</p>

M	DESCRIÇÃO	<p>minima 2.10ghz, frequência turbo no mínimo: 3.30Ghz, memória cache no mínimo 18MB.</p> <p>-Tipo : Rack</p> <p>-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior</p> <p>-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo <i>hot-swap</i>, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.</p> <p>- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .</p> <p>-Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220 /110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão</p>	<p>O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento.</p> <p><b>(conforme item 4.1.2.3)</b></p>	<p>Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0 Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</p> <p>Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GB</p> <p>Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;</p> <p>Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</p> <p>.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.</p> <p>Acesso à Internet.</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7.</p>
---	-----------	---	---	--

		na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).		variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	1
<b>PORTE</b>	<b>DETALHES</b>	<b>SERVIDOR BANCO DE DADOS</b>	<b>BANCO DE DADOS</b>	<b>SERVIDOR APLICAÇÕES</b>
G	DESCRIÇÃO	<p>-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.</p> <p>-Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade mínima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos mínimo: 8, nº de threads mínimo: 16, frequência baseada em processador mínima 2.10ghz, frequência turbo no mínimo: 3.30Ghz, memória cache no mínimo 18MB.</p> <p>-Tipo : Rack</p> <p>-Memória RAM: no mínimo DDR4 32 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior</p> <p>-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo <i>hot-swap</i>, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.</p> <p>- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .</p>	<p>O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o</p>	<p>O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.</p> <p>Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0 Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</p> <p>Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GB</p> <p>Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;</p> <p>Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</p> <p>.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.</p>

		<p>-Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220 /110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).</p>	<p>banco de dados em produção quanto por agendamento. (conforme item 4.1.2.3)</p>	<p>Acesso à Internet.</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).</p>
	QUANTIDADE	1	1	1
PORTE	DETALHES	SERVIDOR BANCO DE DADOS	BANCO DE DADOS	SERVIDOR APLICAÇÕES
		<p>-Servidor Hiperconvergente centralizado para acesso remoto de todas as unidades hospitalares.</p> <p>-Processadores : 2 processadores da classe servidor, com capacidade mínima de pontos no benchmarks 15056, número de núcleos mínimo: 8, nº de threads mínimo: 16, frequência baseada em processador</p>		<p>O servidor de aplicações deverá ser apartado do servidor de banco de dados. Neste servidor deverá constar todas as integrações a serem utilizadas no sistema.</p> <p>Processador: Índice de desempenho de 13300 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU</p>

GG	DESCRIÇÃO	<p>minima 2.10ghz, frequência turbo no mínimo: 3.30Ghz, memória cache no mínimo 18MB.</p> <p>-Tipo : Rack</p> <p>-Memória RAM: no mínimo DDR4 64 GB por unidade hospitalar com suporte a tecnologia ECC (error correction code) ou superior</p> <p>-Fonte de alimentação no mínimo 2 (duas) fontes de alimentação redundantes do tipo <i>hot-swap</i>, sendo que, na ocorrência de falha de uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade, Certificação 80 Plus de eficiência ou similar.</p> <p>- Unidade de armazenamento: no mínimo 2 (dois) discos SSD de 1.92 TB hot-swap, velocidade de leitura no mínimo 3000MB/s e gravação 2000MB/s por unidade hospitalar .</p> <p>-Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220 /110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia, display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão</p>	<p>O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser robusto, tendo procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora, o banco de dados deve possuir funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento.</p> <p><b>(conforme item 4.1.2.3)</b></p>	<p>Mark, deverá possuir, no mínimo, 06 (seis) núcleos físicos com 12 (doze) Threads, frequência de clock base de, no mínimo, 2.4Ghz, com turbo expansível para, no mínimo, 4.0 Ghz;memória cache L3 de, no mínimo, 12 MB;</p> <p>Memória RAM: DDR4 de, no mínimo, 2.666Mhz de velocidade; de no mínimo 16GB</p> <p>Conectividade: no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T, LAN1 e LAN2</p> <p>Armazenamento: no mínimo Unidade M.2 com interface PCIe NVMe (Non-Volatile Memory Express) e capacidade mínima de 256 GB (duzentos e cinquenta seis gigabytes) em estado sólido (SSD), do tipo MCL ou TLC;</p> <p>Desempenho mínimo: velocidade de leitura sequencial de 2800MB/s e velocidade de gravação sequencial de 800MB/s;</p> <p>.NET Framework 4.7 ou superior. Instalação do IIS 10.</p> <p>Acesso à Internet.</p> <p>-Nobreak 1,5 KVA - Especificações Mínimas: - Forma de onda: senoidal pura, formato rack, transformador isolador, autodiagnóstico de bateria, microprocessador dsp (processador digital de sinais), entrada bivolt, no mínimo potência 1,5 kva / 1,5 kw, tensão saída 110/220/110+110v~ (ffnt), no mínimo conexão de saída bornes + 8 tomadas nbr 14136 (20a), função economia de energia,display lcd com diversas sinalizações relevantes que auxiliam o usuário na tomada de decisão adequada. exemplo: tensão de entrada, tensão de saída, nível de potência consumida, nível de carga da bateria, tempo de autonomia, proteções para a carga: 1. queda de rede (blackout); 2. ruído de rede elétrica; 3. sobretensão de rede elétrica; 4. subtensão de rede elétrica; 5. surtos de tensão na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7.</p>
----	-----------	---	---	--



		na rede; 6. correção linear de variação da rede elétrica; 7. variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).		variação de frequência da rede elétrica; 8. distorção harmônica da rede elétrica; 9. afundamento de tensão (SAG).
	QUANTIDADE	1	1	2

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 86.398.800,00

A estimativa do valor da contratação foi realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços pertencente a essa Secretaria do Estado da Saúde, através do Relatório de Pesquisa de Preços (0052325792), onde concluiu que o valor total estimado é de R\$ 86.398.800,00 (oitenta e seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e oitocentos reais).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

No entanto, a contratação de um único fornecedor pode gerar economia de escala, resultando em uma negociação mais favorável de preços, uma vez que a empresa estará fornecendo um pacote completo de serviços e soluções. A não fragmentação da solução garante que todas as unidades de saúde receberão os mesmos padrões de qualidade e funcionalidades tecnológicas, promovendo uniformidade no atendimento e nas operações.

Com uma empresa responsável por toda a solução tecnológica, a resolução de problemas será mais rápida e eficiente, já que não haverá necessidade de determinar qual fornecedor é responsável por uma falha. O fornecedor único terá plena visão do sistema, facilitando a identificação e correção de problemas.

A contratação de forma global para a modernização dos serviços de atenção à saúde pública é justificada pela integração completa dos sistemas, simplificação da gestão, responsabilização clara, e eficiência operacional e financeira.

Portanto, na presente demanda, orienta-se a promover a contratação de forma GLOBAL, permitindo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foi localizado por essa setorial contratações correlatas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em observância ao disposto no art. 30, II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o qual estabelece que uma das etapas da fase preparatória consiste na declaração de que o objeto a ser licitado consta do Plano de Contratações Anual - PCA e que, em caso de ausência, deverá ser elaborada justificativa, esclarece-se que o PCA da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU para o exercício de 2024 publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 154 em 19 de agosto de 2024 (0051910837), salientamos que o PCA foi embasado na Programação Anual de Saúde de 2024 - PAS que já se encontra aprovada, especificamente para a presente aquisição encontra-se contemplados na PAS 2024 (0053575742), conforme exposto abaixo:

- Diretriz: 2 - Fortalecimento dos serviços de saúde nos três níveis de atenção
- Objetivo: 2.2 - Fortalecer a regulação, controle, avaliação e auditoria

- Meta: 2.2.1 - Implantar 100% o Sistema de Regulação Estadual com módulo de transparência.
- Ação Anual: 2.2.1.3 - Proporcionar software específico para as regulações realizadas para os 52 municípios
- Programa: 1015
- Ação LOA: 2064

Apesar disso, em atenção ao art. 18, caput c/c art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/21, verifica-se que inexistente óbice para o prosseguimento processual, uma vez que a fase preparatória deverá ser compatível com o PCA sempre que este for elaborado, o que não é o caso dos presentes autos, inexistindo, portanto, afronta aos ditames da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24.

Nos presentes autos há a Informação de Dotação Orçamentária, solicitada pelo Despacho SESAU-GEComp (0038764540), e indicada através da Informação nº 2186/2023/SESAU-NPPS (0038766897), emitido pelo Núcleo de Planejamento e Programação e Saúde, informação essa que informa que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro constante naquela informação, a qual replicamos abaixo:

DESCRIÇÃO DA DESPESA			
Contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 25 (vinte e cinco) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 12 (doze) meses..			
Resposta ao:		Despacho 0038764540.	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.126.1015.2064 - PROMOVER A GESTÃO DE T.I	SESAU	1.500.0.00001 - Recursos não vinculados de impostos	33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
17.012.10.122.1015.2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE		1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde	33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Ressalta-se ainda que a aludida informação é exclusivamente para indicação da programação, cabendo a anuência de execução da despesa ao ordenador, desde que tenha, no momento dessa execução, recursos orçamentários e financeiros suficientes para o atendimento.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Modernizar os serviços de atenção à saúde pública.

Estruturar e reorganizar os sistemas de atenção, gestão e regulação dos serviços de saúde.

Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Atrair o maior número de licitantes para a disputa.

Obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 15. Providências a serem Adotadas

Proporcionar todos os meios, respeitados os limites legais e aqueles contidos neste documento, para que a(s) empresa(s) vencedora(s) do futuro certame possa fornecer os itens em sua plenitude.

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto desse Estudo Técnico

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de uma empresa para a implantação e gestão de soluções tecnológicas na saúde pública pode trazer alguns impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos. Aqui estão alguns possíveis impactos:

### Impactos Positivos:

1. **Redução do Consumo de Papel:** A digitalização diminui a necessidade de documentos físicos, resultando em menos papel consumido, menos resíduos e uma menor demanda por recursos naturais.
2. **Otimização do Uso de Energia:** Sistemas modernos de tecnologia podem incluir o uso de equipamentos mais eficientes energeticamente, reduzindo o consumo de energia elétrica nas unidades de saúde. Além disso, a gestão centralizada pode otimizar o uso de recursos energéticos por meio de sistemas de monitoramento.
3. **Menor Geração de Resíduos:** A informatização de sistemas reduz a dependência de materiais físicos, o que contribui para a diminuição da geração de resíduos sólidos.

### Impactos Negativos:

1. **Geração de Resíduos Eletrônicos (E-Waste):** A modernização tecnológica pode gerar resíduos eletrônicos ao longo do tempo, como equipamentos antigos e componentes que precisam ser substituídos. A disposição inadequada desses resíduos pode causar poluição do solo e da água, além de riscos à saúde humana.
2. **Consumo de Energia:** Embora equipamentos modernos tendam a ser mais eficientes, o aumento no número de dispositivos e sistemas eletrônicos pode resultar em um consumo energético maior nas unidades de saúde, especialmente se o uso de soluções de TI não for bem gerenciado.
3. **Descarte de Materiais Perigosos:** Equipamentos eletrônicos podem conter substâncias tóxicas como chumbo, mercúrio e cádmio, que, se não forem descartados corretamente, podem contaminar o meio ambiente.

### Medidas de Mitigação:

- Implementar políticas de descarte adequado de resíduos eletrônicos, promovendo o reaproveitamento e reciclagem desses materiais.
- Utilizar equipamentos e soluções que priorizem a eficiência energética.
- Adotar práticas de compensação ambiental.
- Integrar práticas de sustentabilidade ao longo da gestão dos serviços de tecnologia, como a preferência por materiais recicláveis e o uso de energia limpa.

Esses impactos precisam ser considerados no planejamento da modernização, garantindo que o progresso tecnológico ocorra de maneira sustentável e com o menor impacto ambiental possível.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no presente Estudo Técnico a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação, fornecimento, e gestão de soluções de tecnologia para modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia,

pelo período de 1 (um) ano é viável, considerando a importância da modernização tecnológica para a melhoria contínua dos serviços de saúde pública, resultando em um atendimento mais ágil, eficiente e seguro para a população de Rondônia.

Assim, recomenda-se a contratação através de licitação por pregão eletrônico, considerando ser uma ferramenta eficaz e estratégica.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TALITA SANTANA AZEVEDO**

Técnico Administrativo Operacional da Saúde



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

ADENDO

MATRIZ DE RISCO

Segue abaixo cada evento superveniente que está associado a uma responsabilidade, seja da Contratante (SESAU), da Contratada (empresa), ou compartilhada entre ambas:

Risco	Descrição	Alocação de Risco		
		Contratante	Contratada	Compartilhada
Mudança legislativa ou regulatória	Alterações nas normas de saúde pública ou de tecnologia podem exigir ajustes contratuais.	X		
Atualização tecnológica não prevista	Avanços rápidos em tecnologia de gestão de saúde podem exigir adoção de novos equipamentos ou softwares.			X
Interrupção no fornecimento de equipamentos	Falhas nos fornecedores de tecnologia que causem atraso na entrega de hardware.		X	
Falha de infraestrutura de TI	Quedas ou falhas em servidores, data centers ou redes de comunicação que suportam os serviços prestados.		X	
Incompatibilidade de sistemas legados	Dificuldades na integração das novas soluções com os sistemas de TI antigos nas Unidades de Saúde.			X
Mudança no volume de atendimentos	Aumento inesperado na demanda das Unidades de Saúde, gerando necessidade de escalabilidade não prevista no contrato.	X		
Atrasos na implantação de soluções	Atraso na execução do cronograma de implantação das soluções de TI devido a problemas logísticos ou técnicos.		X	
Obsolescência de software	Necessidade de atualização ou substituição de softwares adquiridos devido à rápida obsolescência tecnológica.		X	
Ataques cibernéticos	Incidentes de segurança que comprometem os sistemas de TI implantados e demandam esforços extras para recuperação de dados e segurança.			X
Interrupções na conectividade de internet	Falhas nas redes de telecomunicações que impactem a conectividade e operação das soluções.	X		
Mudanças na política de privacidade de dados	Novas regulamentações ou exigências quanto ao tratamento de dados pessoais, especialmente os sensíveis relacionados à saúde pública.	X		
Desempenho insatisfatório de equipe técnica	Falhas ou baixa qualificação da equipe designada para o projeto que possam comprometer o cumprimento das obrigações.		X	
Pandemias ou crises de saúde pública	Aumento súbito na demanda por serviços de saúde, levando à sobrecarga do sistema e necessidade de ampliação das soluções tecnológicas.	X		
Aumento inesperado dos custos operacionais	Variação cambial ou elevação de custos de insumos tecnológicos, como equipamentos e licenças de software.			X
Falência ou incapacidade da empresa contratada	Eventual insolvência da empresa fornecedora dos serviços, causando interrupções no cumprimento do contrato.		X	

Essas alocações de responsabilidade visam garantir que ambos os lados estejam cientes dos riscos e preparados para mitigá-los, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e o sucesso na execução dos serviços.

Porto Velho, 11 de outubro de 2024.

TALITA BRILHANTE SANTANA AZEVEDO  
Técnico Administrativo Operacional da Saúde  
GECOMP/SESAU

MARCOS ALESSANDRO FERNANDES SALES  
Gerente de Compras em Substituição  
Portaria 6534 (SEI n.º 0053177545)



Documento assinado eletronicamente por Marcos Alessandro Fernandes Sales, Subgerente, em 11/10/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por TALITA BRILHANTE SANTANA AZEVEDO, Técnico, em 14/10/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0053734711** e o código CRC **AA0F62A4**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0036.024208/2023-10

SEI nº 0053734711





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

SAMS

Órgão Requisitante:		Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO				Nº. Processo:		0036.024208/2023-10			
Fonte de Recurso:		1.500.0.00001 - Recursos não vinculados de impostos 1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde		Programa Atividade:		17.012.10.126.1015.2064 - PROMOVER A GESTÃO DE T.I  17.012.10.122.1015.2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE		Elemento Despesa:		33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ  33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
Exposição de Motivo:		Contratação de empresa de serviços de soluções e tecnologia, visando modernização dos serviços de atenção à saúde pública, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, contemplando 24 (vinte e quatro) Unidades do estado de Rondônia, pelo período de 1 (um) ano.						Referente ao Despacho		Despacho 0038764540	
GRUPO ÚNICO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO				Und	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
01	01	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO A				Serviço	01				
	02	(ID-137167) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO B				Serviço	01				
	03	(ID-137168) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos, OPME do SUS, usabilidade online e offline de ficha eletrônica Anestesiologia, sistema de visualização integrada de registros eletrônicos, regulação de leitos, regulação de exames, SAMU, CME, APAC (regulação e autorização de procedimentos de alta complexidade), Regulação de Internações, Regulação Urgência e Emergência e a informatização de fluxo de Supply Chain da rede de unidades, a nível macro e individual, logísticas associadas a: requisições e solicitações da rede à central de compras, cotações, mapas, compras, ordens de compra, armazenamento, distribuição, entrada de produtos por nota, empréstimo, doação, unitarização e etiquetamento, alocação, consumo, devoluções e avaliação de fornecedores; Prontuário Eletrônico do Paciente deverão ter integração com os atuais sistemas de RIS/PACS e LIS, conforme projeto básico. TIPO C				Serviço	01				
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:		Local:		Responsável pela cotação da Empresa:			USO EXCLUSIVO DA SESAU		Valor da Proposta: R\$		
		Data:		Fone:					Validade Proposta: 60 (sessenta) dias		
		Banco:		Assinatura:					Prazo de Entrega:		
		Agência:									
		C/C:									

A empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO/TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS E TRIBUTOS MUNICIPAIS.

Porto Velho -RO, 18 de novembro de 2024.

ELABORADO POR:  
ALLAN JUNIOR ALVES SIQUEIRA  
Engenheiro Civil Voluntário - GECOMP/SESAU

Revisado por:  
ANA RAFAELA SOUSA DOS SANTOS  
Gerente de Compras GECOMP/SESAU

Revisado por:  
LUCAS MATHEUS TELES DA CONCEIÇÃO  
Responsável Núcleo de Serviços Continuados - GECOMP/SESAU/RO

Revisado por:  
Coordenadoria de Tecnologia da Informação- CTI

Autorizo Na Forma da Lei, Autorizo o presente Termo de Referência e SAMS, declaro e dou fé destes.

MICHELLE DAHIANE DUTRA  
Secretária Executiva de Estado da Saúde

SESAU  
Secretaria de Estado  
da Saúde

RONDÔNIA  
Governo do Estado





Documento assinado eletronicamente por Lucas Matheus Teles da Conceição, Chefe de Núcleo, em 19/11/2024, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Ana Rafaela Sousa dos Santos, Gerente, em 19/11/2024, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Patrick Hebert da Silva, Coordenador(a), em 19/11/2024, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por MICHELLE DAHIANE DUTRA, Secretário(a) Executivo(a), em 19/11/2024, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0054904239 e o código CRC 568B504B.

GRUPO UNICO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL MENSAL	SUBTOTAL GERAL ANUAL
LOTE 1																
1	1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos	Serviço	1	R\$ 3.465.125,63	R\$ 3.240.000,00	R\$ 3.417.876,90	R\$ 3.644.235,00	R\$ 3.240.000,00	R\$ 3.441.809,38	R\$ 3.441.501,27	166.152,11	4,83%	MÉDIO	R\$ 3.441.809,38	R\$ 41.301.712,56
	2	(ID-137167) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos	Serviço	1	R\$ 1.287.831,00	R\$ 1.431.330,00	R\$ 1.413.697,30	R\$ 1.300.360,00	R\$ 1.287.831,00	R\$ 1.358.304,58	R\$ 1.357.028,65	74.666,29	5,50%	MÉDIO	R\$ 1.358.304,58	R\$ 16.299.654,96
	3	(ID-137168) SERVIÇO DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO, Contratação de empresa especializada na realização de serviços em Regulação de Gestão Ambulatorial, Autorizações ambulatoriais, Gerenciamento de tabelas de procedimentos, medicamentos	Serviço	1	R\$ 2.483.175,63	R\$ 2.096.844,30	R\$ 2.047.032,90	R\$ 2.255.305,00	R\$ 2.047.032,90	R\$ 2.220.589,46	R\$ 2.176.074,65	196.291,80	8,84%	MÉDIO	R\$ 2.220.589,46	R\$ 26.647.073,52
VALOR DO LOTE 1															R\$ 7.020.703,42	R\$ 84.248.441,04

**LEGENDA:**

NC = Não encontrado  
\* = Valores excluídos por elevar a taxa de desvio padrão acima de 25%, conforme estipulado na Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP.

**NOTA EXPLICATIVA:**  
**IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES**

<b>EMP1</b>	BANCO DE PREÇOS
<b>EMP2</b>	BANCO DE PREÇOS
<b>EMP3</b>	BANCO DE PREÇOS
<b>EMP4</b>	PROPOSTA EMPRESA SALUX TECHNOLOGY-05.113.942/0001-08

VALOR MENSAL DO LOTE 1	R\$ 7.020.703,42
VALOR ANUAL DO LOTE 1	R\$ 84.248.441,04

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº xxx/202x		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	xxxx.xxxxxx/xxxx-xx
Órgão Participante:	xxxxxxxxxxxx		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual (descrição do objeto), visando atender as necessidades do (órgão participante).

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

## 6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.



6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

## **7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

## **9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

## **10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

## **11. CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**RAFAEL DE MOURA BARROS**

Coordenador do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**FABÍOLA MENEGASSO DIAS**

Diretora Executiva/SUPEL

**ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:

\_\_\_\_\_

**Referência:** Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.002145/2023-43

SEI nº 0046883726



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

**OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº **[Nº DA ATA]** do(a) **[ÓRGÃO GESTOR DA ATA]**

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14133/21

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE

**Referência:** Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.000139/2023-51

SEI nº 0038006733

# MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS



**Edição 2024**  
Porto Velho,  
Rondônia, 2024.

# **MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

1ª Edição

Porto Velho/RO

Secretaria de Estado de Saúde 2024

Governador do Estado de Rondônia  
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde  
JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA

Secretário Executivo de Estado da Saúde  
ADRIANO FLORES MESSIAS DA SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde  
ELCIO BARONY DE OLIVEIRA

Texto de  
Tamara Cunha de Oliveira  
Regiane da Silva Gomes  
Luciano Petisco  
Ida Maria Dalboni Gonzaga

Revisão  
Ernani Marques de Almeida  
Maiara Marcelia Lima Santos  
Fernando Velasques Gonçalves

**Secretaria de Estado da Saúde – SESAU**

CNPJ/MF nº 04.287.520/0001-88, com sede na Avenida Farquar, 2.986 – Complexo do Palácio Rio Madeiras (Prédio Rio Machado), Bairro Pedrinhas - Porto Velho/RO

## MENSAGEM AO SERVIDOR

Prezados Servidores,

Este Manual Normativo de Acompanhamento dos Contratos Administrativos é um documento do tipo “Manual Normativo”, com o qual se pretende elevar a maturidade administrativa da SESAU, com vistas à harmonização, por meio de diretrizes, procedimentos e normas específicas que deverão ser seguidos, para a consecução de processos adequadamente instruídos.

As diretrizes, procedimentos e normas específicas estabelecidas neste “Manual Normativo”, orientam a gestão e fiscalização de contratos eficaz e eficiente no âmbito da SESAU. Os procedimentos adotados visam fornecer uma estrutura clara e consistente para o acompanhamento, execução e fiscalização de contratos administrativos, promovendo transparência, otimização dos recursos e garantindo a conformidade com as cláusulas contratuais, regulamentações e normas pertinentes.

A legislação e as melhores experiências administrativas evoluem com o tempo, e o presente documento sempre será uma peça em aperfeiçoamento, na sua proposta de orientação aos seus usuários. Desta forma, abre-se um espaço para eventuais atualizações e a discricionariedade pessoal de cada profissional que exerça as atividades aqui descritas.

O aprimoramento contínuo dos processos de trabalho envolvidos nas atividades de contratações públicas realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde também é um destaque e o acompanhamento de contratos administrativos, possui conexão transversal com todas as áreas da SESAU e, portanto, trará grandes benefícios para todos.

Enfim, não podemos nos esquecer de que o propósito aqui é atingir as melhores práticas nas questões de controle, integridade, de transparência, de compliance e na prestação de contas à sociedade. E, automaticamente, resguardando a instituição e seus gestores, nas suas diversas atribuições nas contratações públicas.

Face ao exposto, este Manual Normativo tem como objetivo central estabelecer diretrizes, procedimentos e normas específicas, sob a premissa de orientar os responsáveis pela fiscalização dos contratos no âmbito administrativo.

Secretário de Estado da Saúde  
JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA

Secretário Executivo de Estado da Saúde  
ADRIANO FLORES MESSIAS DA SILVA



## SUMÁRIO

<b>1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....</b>	<b>7</b>
1.2. Termos e definições.....	9
<b>2. MACROPROCESSO.....</b>	<b>15</b>
2.1. Planejamento.....	15
2.2. Seleção e Contratação.....	15
2.3. Gerenciamento e Fiscalização do Contrato.....	16
2.4. Gerenciamento de Riscos do Processo de Contratações Públicas.....	16
<b>3.GESTÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>16</b>
3.1. Gestor do Contrato.....	17
3.2. Das Garantias.....	20
3.3. Alterações nos Contratos.....	22
3.4. Paralisação e Reinício para Contratos de Obras.....	24
3.5. Reajuste.....	24
3.6. Revisão - Reequilíbrio Econômico-Financeiro.....	25
3.7. Repactuação.....	26
3.8. Acréscimo/Supressão Contratual.....	26
<b>4. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>27</b>
4.1. Fiscalização Técnica.....	28
4.1.1. Fiscalização Técnica de Obras e Serviços de Engenharia.....	30
4.2. Fiscalização Administrativa.....	30
4.2.1. Critérios para Elaboração dos Relatórios Administrativos.....	32
4.2.2. Critérios para Elaboração dos Relatórios com Dedicção Exclusiva.....	32
4.2.3. Descumprimento das Obrigações Trabalhistas.....	33
4.3. Fiscalização Setorial.....	34
4.4. Fiscalização pelo Público Usuário.....	35
4.5.1. Designação da Comissão de Fiscalização.....	36
4.5.2. Conhecimento Técnico.....	37
4.5.3. Acúmulo de Funções.....	37
4.5.4. Preposto da Empresa.....	38
4.5.5. Inicialização da Fiscalização.....	38
4.5.6. Fiscalização Contratual Técnica Periódica.....	40
4.5.7. Fiscalização Contratual Administrativa Mensal.....	42
4.5.8. Verificação Quanto ao Cumprimento Contratual.....	42
4.5.9. Verificação de Regularidades Fiscais, Sociais e Trabalhistas.....	44
4.5.10. Pesquisa de Situação dos Sócios e da Empresa.....	45
4.5.11. Das Penalidades.....	47
4.5.12. Verificação da Necessidade de Análise de Riscos.....	48
4.5.13. Preparação e Instrução do Processo para fins de Pagamento ao Fornecedor.	49
<b>5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ESPECÍFICOS DE SAÚDE.....</b>	<b>52</b>

5.1. Do Monitoramento e Avaliação dos Serviços.....	52
5.2. Do Reajustamento ao Contrato de Saúde.....	52
5.3. Pagamento - Contrato de Saúde.....	53
<b>6. DA COMPETÊNCIA DOS SETORES E PRAZOS.....</b>	<b>54</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>55</b>
<b>8. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## APRESENTAÇÃO

A contratação pública, procedimento para o Estado suprir as suas necessidades de recursos para atender ao interesse público, com a sua complexidade e importância, é processo fundamental para o atendimento da finalidade pública, que consiste em trabalhar para se atender ao interesse público, agindo conforme os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

A eficiência de um processo licitatório e do contrato depende do atendimento concreto e efetivo do interesse público, e esta depende da execução do contrato, momento em que é possível mensurar se o interesse público realmente foi atendido. Assim, é de extrema importância a etapa de execução e fiscalização de contratos administrativos é dever da administração, conforme caput do art. 115 e 117 da lei 14.133/21 c/c art. 104 inciso III.

O processo de fiscalização de contratos aborda três etapas distintas: (I) Designação da Comissão de Fiscalização do contrato aos servidores; (II) Inicialização da fiscalização do contrato; (III) Acompanhamento das fiscalizações dos contratos, denominada “Fiscalização Técnica Periódica”; e “Fiscalização Administrativa”, incluindo a gestão de riscos do processo.

Neste contexto, apresenta-se este **Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos** da Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia (SESAU/RO), doravante denominado Manual, contendo as orientações e os procedimentos para a gestão e fiscalização de contratos, com o propósito de consolidar um conjunto de procedimentos, rotinas, orientações e modelos que facilitem a gestão e fiscalização dos contratos.

Estará a cargo da Secretaria de Estado de Saúde - Coordenação Administrativa (Gerência de Contratos), a manutenção da atualização deste Manual.

Espera-se obter com a implementação bem-sucedida do Manual:

- Assegurar os servidores designados como gestores e fiscais (e substitutos) quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais, especificações técnicas e a conformidade legal regulamentar;
- Padronizar os procedimentos de fiscalização de contratos e obter indicadores qualitativos da gestão e fiscalização de contratos na SESAU/RO;
- Aumentar a eficiência e o controle sobre os contratos sob responsabilidade das unidades executoras;
- Aumentar a eficiência na execução dos contratos: obter plena realização de seus objetivos; Maior adequação à legislação;
- Disseminar com maior eficácia as recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo.

Na elaboração deste Manual foram considerados a legislação vigente, além dos impactos de novos fatores no processo de contratações públicas em Rondônia, dos quais se destacam:

- Para nortear os processos de contratação há um grande número de normativos, que se encontram estabelecidos em normativos diversos. Entendemos que a centralização dos normativos e procedimentos relativos às contratações em um manual otimiza tempo e recursos para a realização dos procedimentos relacionados ao processo de contratação;
- A publicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida atualmente como a “Nova Lei de Licitações e Contratos”, editada para substituir a Lei Federal nº 8.666/93, em fase de implementação no Governo de Rondônia, com as mudanças nas contratações, como, por exemplo, a nova modalidade de contratação, os novos critérios de julgamento, e de outras mudanças em andamento, como adequações em sistemas.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Inicialmente, cumpre-se destacar que Manual, está em consonância com as referências legais descritas abaixo:

- Lei Federal nº 4.320, de 17 março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, criada para regular a realização de licitações e o fechamento de contratos da Administração Pública, que estabelece no art. 2º que “As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”;
- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, alterando a Lei nº 8.666/93 e a Lei Federal nº 10.520/02, e o seu art. 194, que prevê que “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”, e no art. 193, inciso II que “a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos a publicação oficial desta Lei.”;
- Lei nº 3.830, de 27 de junho de 2016, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia” – Alterada pela Lei nº 5.509, de 21 de dezembro de 2022 (§ 4º do artigo 40 da Lei nº 3.830);
- Decreto nº 16.089, de 28 de julho de 2011 que dispõe sobre o Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEFOR, previsto no artigo 34 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e regulamenta a Lei nº 2.414, de 18 de fevereiro de

2011, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP.

- Decreto nº 26.182, de 24 de junho de 2021, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 12.205, de 30 de maio de 2006.
- Decreto nº 21.794, de 5 de abril de 2017, que dispõe sobre o uso do Sistema Eletrônico de Informações para realização do processo administrativo no âmbito do Poder Executivo incluindo os Órgãos e as Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências.
- Decreto nº 26.051, de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Estadual, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses.
- Decreto nº 26.238, de 19 de julho de 2021, que Institui o Programa de Integridade na Administração direta e indireta vinculadas ao Poder Executivo Estadual e dá outras providências.
- Decreto nº 27.382, de 3 de agosto de 2022, que altera, acresce e revoga dispositivos do Decreto nº 16.901, de 9 de julho de 2012 (“Dispõe sobre os critérios para pagamento em ordem cronológica das obrigações decorrentes de contratos regidos pelas Leis Federais nº 14.133/21, nº 8.666/93 e nº 4.320/64, no âmbito da Administração Pública Estadual”);
- Resolução nº 01/2020/CGE-GAB, que dispõe sobre orientações para procedimentos de consultoria em gestão de riscos nas contratações emergenciais do COVID-19 - quando demandado pela alta administração de cada unidade, conforme o art. 3º da Portaria n. 63, de 20 de março 2020;
- Instrução Normativa nº 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (Órgão Federal), de 11 de setembro de 2014, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa nº 05 da Controladoria Geral da União (CGU), de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

- Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP, que estabelece normas acerca das atribuições de gestores e fiscais de contratos de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 025/TCE-R0-2009, que disciplina a disponibilização por meio eletrônico de editais de licitação, para fins da análise prévia de que trata o artigo 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

## 1.2. Termos e definições

A seguir será explicitado os principais termos e suas definições, utilizados em aquisições públicas, extraídos de normativos legais e manuais utilizados na Administração Pública:

**Adimplemento Contratual** - É o cumprimento de todas as obrigações ajustadas pelas partes, conforme a previsão contratual.

**Aditamento Contratual** - São alterações do contrato administrativos para melhor adequar às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado quer seja por vontade da administração ou por acordo entre as partes.

**Apostilamento** - É a anotação ou registro administrativo de modificações contratuais que não alteram a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais. Segundo a Lei nº 14.133/21, artigo 136, a apostila pode ser utilizada nos seguintes casos: Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato; Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato; Alterações na razão ou na denominação social do contratado; Empenho de dotações orçamentárias.

**Área gestora dos contratos** - Unidade responsável que realiza todas as atividades administrativas necessárias para a formalização, aditamentos, atualizações, apenações e encerramento contratual. De acordo com a estrutura do órgão ou da unidade contratante, uma ou mais unidades administrativas poderão exercer as atribuições para a gestão dos contratos.

**Área requisitante** - Trata-se da unidade, que solicita os bens e serviços a serem contratados, e as que irão utilizar após a contratação.

**Termo circunstanciado para serviços e obras** - Aceitação formal de entrega de bens e/ou serviços realizada pela comissão de recebimento, afirmando estar em conformidade, de acordo com especificação no Termo de Referência e contrato.



**Compra** - Aquisição de bens e/ou serviços, de forma remunerada, podendo ser entregue de imediato ou parceladamente, prevista no Inciso III, art. 6º, Lei Federal nº 8.666/93, e art. 6º, inciso X da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Compra direta** - Aquisição de bens e/ou serviços, realizada pelas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme previsão nos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e art. 72 a 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Contrato Administrativo** - São ajustes firmados entre a Administração Pública e o fornecedor, que independe da sua denominação, havendo um acordo de vontades formando-se um vínculo, e são estipuladas nele obrigações recíprocas. Podem ser realizados por meio de instrumentos como termo de contrato, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. Previsto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Declaração de adequação financeira (DAF)** - Documento que atesta a existência de recurso orçamentário e financeiro previsto para cobertura da despesa, e especifica a origem deste recurso.

**Estudo Técnico Preliminar** - Documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação que servirá de base para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

**Fiscalização do contrato** - É o acompanhamento da execução do contrato, e tem por finalidade, verificar o cumprimento das disposições contratuais técnicas, operacionais, administrativas, legais e tributárias, com a verificação e implementação de controles. Bem como, aborda o gerenciamento de riscos. Que por sua vez, será conduzida e realizada pelo contratante (Administração Pública) e seus representantes, por meio de um acompanhamento minucioso e desvelado, nas etapas/fases da execução contratual. Assegurando que a contratada estará respeitando a legislação vigente e cumprindo as suas obrigações contratuais.

**Gestão de Contrato** - Atividade administrativa que consiste em condutas e procedimentos minuciosos e zelosos a serem aplicados pelo agente público para acompanhamento, controle dos contratos e condução da gestão de riscos. Abrange desde o planejamento da contratação, os demais procedimentos necessários para a sua formalização, como as alterações e a aplicação de penalidades, até o seu encerramento.

**Gestão de Riscos** - Processo lógico e sistemático que pode ser utilizado para estabelecer base confiável para a tomada de decisões a fim de melhorar a eficácia e a eficiência do desempenho. A gestão de riscos constitui mais que uma estratégia da

organização, mas a política responsável pela definição das diretrizes norteadoras do gerenciamento do risco, entre as quais se insere a definição do apetite ao risco, ou seja, o risco que a organização se dispõe a aceitar para alcançar seus objetivos e metas estratégicas.

**Glosa** - Trata-se do procedimento destinado a restringir parte do valor indicado em uma fatura, reduzindo-se o preço a ser pago. O valor glosado poderá ser liberado posteriormente, se a retenção teve por objetivo apenas obrigar o contratado a corrigir uma irregularidade, ou não ser mais pago, quando, por exemplo, o serviço não tiver sido realizado integralmente. No primeiro caso, tem-se a glosa com finalidade cautelar, no segundo, definitiva.

**Licitação** - É um procedimento administrativo isonômico, realizado pela Administração Pública para selecionar melhor proposta, dentro dos preceitos de qualidade, é aquela que for mais vantajosa, e menos onerosa, para a contratação de um serviço, mão de obra, alienação, locação ou aquisição de um produto, devendo ser feito de forma obrigatória para as contratações de bens ou serviços de terceiros. Quanto às hipóteses de dispensa e inexigibilidade da licitação, encontram-se previstas nos parágrafos 2º e 4º do art. 17 e art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, art. 75, 74 e parágrafos 3º e 6º do art. 76, da Lei nº 14.133/2021.

**Licitante** - Trata-se de pessoa física ou jurídica, ou para os casos de consórcio de pessoas jurídicas, que manifesta a intenção de participar do processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins das leis acima referenciadas, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

**Empenho** - Ato emanado de autoridade competente (Secretário Executivo) que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Documento extraído a cada empenho (corresponde à sua materialização) que indica o nome do credor, a representação e a importância da despesa, e a dedução do saldo da dotação própria. É a comprovação do registro do empenho. Nota de Empenho pode substituir o termo de contrato, conforme previsto no art. 62, § 4.º da Lei nº 8.666/93 e art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**Liquidação** - Consiste no segundo estágio da despesa, efetuado também pela unidade contratante, em que se verifica o direito adquirido pelo credor que envolve todos os atos de verificação e conferência, desde a entrada do material ou da prestação do serviço, até o reconhecimento da despesa, baseado em títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, inclusive a verificação da regularidade fiscal do fornecedor. A finalidade é a verificação de apurar o quê, quanto e a quem pagar, e terá como base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho, e os comprovantes de entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

**Pagamento** - É o último estágio da despesa pública. Ocorre com a entrega do numerário ao fornecedor/credor, e é efetuado após a regular liquidação da despesa, por meio de despacho exarado pela autoridade competente, determinando sua execução.

**Oficialização da Demanda** - É o documento que contém o detalhamento da necessidade da área requisitante de contratação, assinado por ela.

**Ordenador de Despesas** - Autoridade administrativa (Secretário, Secretário Adjunto e Secretário Executivo) detentora de competência para ordenar a execução de despesas orçamentárias como a emissão de notas de empenho e a autorização para liquidação de despesas.

**Parecer Jurídico** - É a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio da qual expressa opinião sobre o pedido do autor, com base no que a lei dispõe sobre aquele assunto. Objetiva trazer clareza sobre um determinado assunto ou processo, e pode expressar opinião favorável ou contrária à proposição à qual se refere. Seu escopo de ação é abrangente, e pode ter relação com a documentação do processo que antecede à contratação, alterações ou encerramentos contratuais

**Planejamento da Contratação** - É a fase que recebe como insumo uma necessidade de negócio e gera como saída um edital completo, incluindo-se o termo de referência (TR) ou projeto básico (PB) para a contratação. Aplica-se nas contratações diretas e adesões a atas de registro de preços, nos quais são precedidas de um planejamento adequado, formalizado no processo de contratação, incluindo a elaboração da matriz de riscos, incorporado no Termo de Referência ou no Projeto Básico, quando for o caso.

**Reajuste** - Forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (Lei 14.133/2021).

**Recebimento Provisório** - O recebimento provisório, consiste na certificação formal de que os serviços foram prestados ou de que os bens foram recebidos para posterior análise de conformidade e qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos no instrumento convocatório. A emissão do Termo de Recebimento Provisório não acarreta, em princípio, a aceitação total do objeto para fins de liquidação e pagamento.

**Recebimento Definitivo** - O recebimento definitivo é a aceitação do bem ou serviço por parte da Administração, por estar em conformidade com as especificações descritas na Nota de Empenho ou Termo de Referência do processo de aquisição. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela

perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**Equilíbrio Econômico-Financeiro** - É a igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, do outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá. Os procedimentos e/ou instrumentos utilizados para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos são o reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro.

**Registro de Ocorrências** - É um documento, podendo ser livro, arquivo eletrônico, caderno ou folhas, onde o fiscal do contrato anota todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual.

**Seleção do Fornecedor** - É a fase que recebe como insumo o edital completo, e gera como saída o contrato assinado e tornado público, por meio da publicação do extrato do contrato.

**Serviço Executado de Forma Contínua** - São os serviços auxiliares, necessários para a Administração para o desempenho de suas atribuições, e que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade das suas atividades finalísticas, e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. Exemplos: limpeza e conservação, manutenção predial, vigilância etc.

**Termo de Contrato** - É instrumento de ajuste que a Administração celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público. É obrigatório nas contratações por tomada de preços, concorrência e toda contratação (dispensa e inexigibilidade) cujo valor seja acima do estabelecido para a tomada de preços (art. 62, Lei nº 8.666/93 e art. 95 da Lei nº 14.133/21). Exceção: aquisição de bens com entrega única que não demande obrigações futuras (ex: assistência técnica), (§4º, art. 62, Lei nº 8.666/93 e art. 95, inciso II da Lei nº 14.133/21).

**Termo de Referência ou Projeto Básico** - É instrumento elaborado a partir dos estudos técnicos e preliminares, obrigatório para toda contratação, que reúne os elementos necessários e suficientes e nível de precisão adequado para caracterizar o objeto da licitação. Contém minimamente a descrição técnica, detalhamento do objeto a ser contratado, justificativa (motivação) da contratação, as condições de fornecimento ou prestação do serviço (prazo e local de entrega, validade dos produtos, garantia dos serviços, forma de acondicionamento etc.), obrigação das partes envolvidas (contratada e contratante), sendo vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem a competição ou direcionem a aquisição.

**Vigência do Contrato** - Consiste no período durante o qual o contrato administrativo se apresenta como obrigatório para as partes, sendo submetidas aos direitos e

obrigações dele decorrentes, com início na data de sua assinatura ou outra posterior devidamente determinada. Compreende a etapa de execução do objeto, e o seu recebimento.

**Assessoria Jurídica** - Examinar as hipóteses de exceção das regras de exigibilidade de licitação (dispensa ou inexigibilidade), a emissão de pareceres jurídicos pontuais acerca da licitação, examinar e aprovar as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes.

**Coordenação Administrativa** - Unidade administrativa da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU/RO) que tem como competência, dentre outras, garantir a eficácia e a eficiência do gerenciamento administrativo, com atribuições de planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de gestão de aquisições e contratações públicas, além de implementar ações que promovam a qualidade do gasto público no âmbito da SESAU/RO”.

**Unidade Demandante** - Solicitar a demanda de contratação, justificar, fundamentadamente, a sua necessidade, indicar a finalidade e o interesse público a ser atendido, bem como descrever o contexto da demanda nas unidades organizacionais interessadas, incluindo os riscos possíveis decorrentes da não realização da contratação solicitada.

**Setor de Contratos** - Realiza a gestão dos contratos tanto da área administrativa quanto dos serviços de saúde. Coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como os atos preparatórios para formalização dos procedimentos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

**Fiscal do Contrato** - Ao fiscal de contrato, compete realizar acompanhamento do contrato, tendo como objeto, avaliar sua execução, seguindo os ritos previsto para contratação e, se for o caso, analisar/julgar se a quantidade qualidade, tempo, e o modo da prestação ou execução do objeto estão em consonância s com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração;

**Unidade Gestora** - É a unidade, responsável por realizar os procedimentos relativos ao ordenamento das despesas, em todas as fases, tais como empenho, liquidação e ordem de pagamento, executados pelo Fundo Estadual de Saúde.

## 2. MACROPROCESSO



**Figura 01 - Macroprocesso**

O macroprocesso foi concebido no entendimento de três grandes fases, sendo elas: o planejamento, seleção, contratação ,gerenciamento e fiscalização do contrato.

No que concerne à gestão , esta por sua vez, permeia-se em todas as fases. Possibilitando aos atores envolvidos, uma melhor compreensão de cada fase, e a importância do gerenciamento de riscos, dentro do processo licitatório de forma contínua.

### 2.1. Planejamento

Fase em que se inicia a concepção do processo licitatório, conduzida pelo agente de contratação, os membros da comissão de contratação, equipe de apoio e da equipe de planejamento, tendo como principais atividades a elaboração dos seguintes estudos: mapa de riscos, projetos e anteprojetos, termos de referência, pesquisas de preço, Estudos de viabilidade, Estudo técnico preliminar, minutas de editais.

### 2.2. Seleção e Contratação

Fase na qual ocorre todo o processo relativo à seleção do fornecedor (ou aprovação nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação) até a publicação do



contrato, e tem como principais atividades a Seleção do fornecedor, publicação do instrumento contratual e a Nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato.

### **2.3. Gerenciamento e Fiscalização do Contrato**

O Gerenciamento e Fiscalização do contrato têm um papel muito importante no que se refere a aplicação de controles, monitoramento, aferição dos resultados acordados, verificação das regularidades obrigatórias, sejam elas fiscais, previdenciárias, trabalhistas, sociais, dentre outras, observando a análise de riscos em todas as fases do macroprocesso de contratações públicas.

### **2.4. Gerenciamento de Riscos do Processo de Contratações Públicas**

A implementação da gestão de riscos e controles internos dos processos licitatórios e dos respectivos contratos está prevista na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), no parágrafo único do art. 11, e art. 169, que tratam das diretrizes para a implementação de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo, de responsabilidade da alta administração e integrantes das três linhas de defesa do órgão.

## **3.GESTÃO CONTRATUAL**

Gestão de contrato é o gerenciamento das atividades relacionadas à execução, sob a forma: fiscalização técnica do contrato, administrativa, setorial e pelo público usuário. Bem como dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico financeiro, da alteração, do acréscimo, da supressão, do pagamento, da aplicação de sanções, da extinção dos contratos, entre outros.

A gestão e fiscalização dos contratos, envolve servidores públicos, que representam a Secretaria de Estado da Saúde - SESAÚ, designado para a atribuição por meio de portaria emitida pela autoridade máxima (Secretário Executivo) do órgão ou entidade, sendo vedada a designação para a atribuição de servidor que integre ou esteja vinculado à unidade ou setor responsável pela elaboração de estimativa do valor da contratação ou pela realização do certame licitatório.

Quando a contratação tiver por escopo obra ou serviço de engenharia, a gestão e fiscalização do contrato será realizada por, no mínimo, um servidor público com formação nas áreas de engenharia ou arquitetura, designado por portaria da autoridade máxima do órgão, observada a vedação prevista no parágrafo anterior.

Para o exercício da função, o gestor e os fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação, ao acompanhamento e ao pagamento do objeto contratual adimplido.

Quanto aos servidores públicos, designados para integrar a comissão de fiscalização do contrato administrativo, estes por sua vez, deverão possuir qualificação técnica adequada para desenvolvimento da atribuição, de acordo com os atos normativos editados pelos respectivos conselhos profissionais.

As eventuais necessidades de desenvolvimento de competências de agentes para fins de fiscalização e gestão contratual deverão ser evidenciadas no Estudo Técnico Preliminar, e deverão ser sanadas, se for o caso, previamente à celebração do contrato, conforme dispõe o inciso X do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Quando da designação do gestor e do fiscal de contrato, a autoridade máxima do órgão deverá manter de maneira equânime o número de contratos que serão submetidos à fiscalização de um mesmo servidor.

### **3.1. Gestor do Contrato**

O gestor de contratos e seu substituto deverão ser, preferencialmente, servidores ou empregados públicos efetivos pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante, e previamente designados pela autoridade administrativa signatária do contrato mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar no processo referente à contratação a ciência expressa acerca da designação.

Cabendo ao gestor do contrato, ser responsável por coordenar, comandar e acompanhar a execução do contrato. Devendo agir de forma proativa e preventiva, observar o cumprimento das regras previstas no instrumento contratual e buscar os resultados esperados pela Administração, baseando-se em indicadores objetivamente definidos, sempre que aplicável

É vedado à autoridade máxima do órgão ou entidade o exercício da função de gestor de contrato, salvo nos casos de desligamento extemporâneo e definitivo do gestor e de seus substitutos e não poderá perdurar por mais de 60 (sessenta) dias, sob pena de responsabilização funcional.

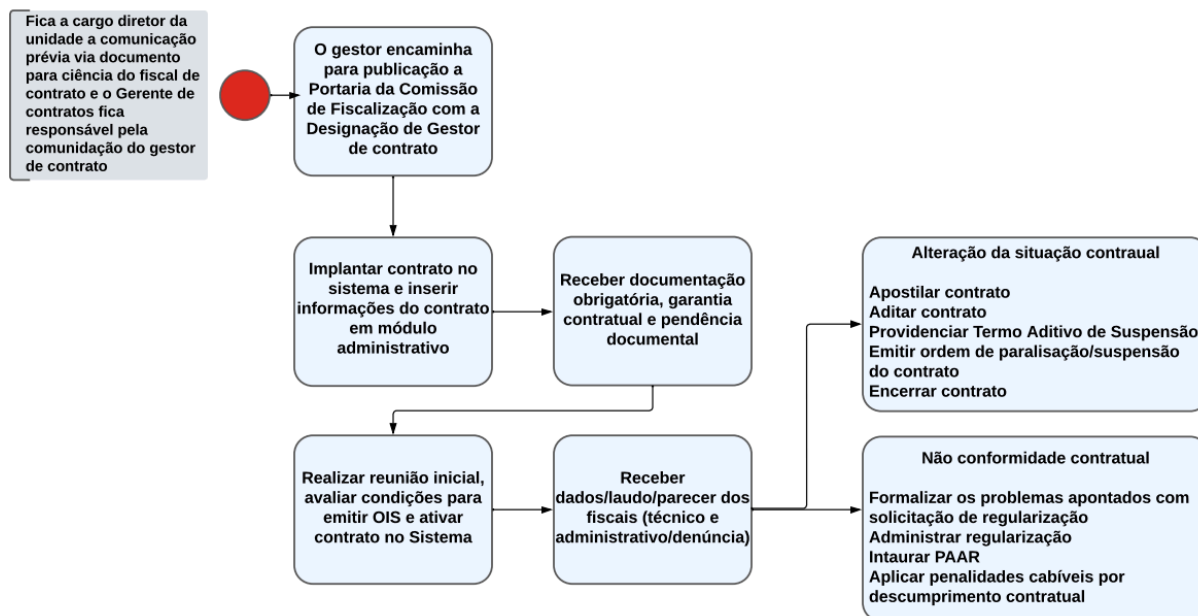
Considerando que o gestor do contrato nem sempre participa das fases de Planejamento e Licitação, é importante que leia atentamente o Memorial Descritivo, o Projeto Executivo (quando for o caso) e o contrato, prestando especial atenção às cláusulas que descrevem as especificações do objeto, as condições de execução, os procedimentos de fiscalização e as penalidades aplicáveis à Contratada. Cabe ao Gestor, principalmente, as seguintes atribuições:

- instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;
- encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;
- controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária;
- prover o fiscal do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;
- comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;
- adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da contratada para a apresentação de defesa e a decisão final;

- promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;
- propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;
- receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
- manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;
- documentar nos autos todos os fatos dignos de interesse administrativo;
- registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, inclusive inserindo os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, e mantê- los atualizados;
- diligenciar para o acompanhamento de situações que possam impactar nos preços contratados, como a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais que repercutam no contrato, na forma do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de contratos, devendo emitir parecer quanto ao cabimento.
- convocar e coordenar a reunião inicial, registrada em ata que posteriormente é incorporada ao Processo de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato. A reunião contará preferencialmente com a equipe técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, além dos Fiscais e do Preposto;

- emitir ordem inicial de serviço e autorizar implantação do contrato no sistema de controle de contratos, ou planilha de controle;

Quando a Contratada manifestar interesse na alteração de alguma cláusula contratual, como exemplo a prorrogação do prazo, o Gestor deve solicitar apresentação de justificativas e comprovações necessárias à Fiscalização, que deve analisar a legalidade e conveniência da alteração contratual, observando o disposto no art. 124 da Lei de Licitações (14.133/2021). Em havendo grande complexidade técnica do objeto, o Gestor deverá solicitar pareceres ou relatórios elaborados por servidores da área ou por profissionais contratados para auxiliá-lo.



**Figura 02 - Responsabilidades do Gestor do Contrato, disponível também em PDF, no processo SEI nº 0036.041279/2023-79 (ID: 0047309666).**

O Gestor deverá solicitar que as empresas contratadas apresentem periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, Termo de Quitação Geral Anual, nos termos do Art. 507-B da CLT.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência/atribuição do gestor deverão ser encaminhadas aos seus superiores (Gerente de contratos) em tempo hábil, para a adoção das medidas devidas.

### 3.2. Das Garantias

As garantias visam dar margem razoável de segurança ao fiel cumprimento das obrigações assumidas por parte da contratada, conforme prevê o Art. 96, da Lei

14.133/93, portanto, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- seguro-garantia;
- fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

No que concerne à gestão de seguros e garantias do contrato, esta por sua vez, é de atribuição do Gestor de Contratos, incluindo a sua contratação e reclamação. E diante da contratação do seguro, deve-se analisar as cláusulas da apólice e compará-las com os requisitos definidos no edital. Caso as cláusulas não estejam compatíveis, deve-se notificar a contratada para retificar a apólice junto à seguradora.

Além disso, é responsável por notificar a contratada e a seguradora de qualquer expectativa de sinistro e reclamar o seguro, caso tal expectativa se concretize (§8º, Art. 5º, da IN 06/2019).

A Unidade Gestora deve verificar as situações abaixo relacionadas antes de notificar a seguradora da expectativa de sinistro ou reclamar o seguro:

- O envio à contratada da notificação solicitando o cumprimento da obrigação num prazo determinado, com cópia à seguradora, comunicando através desta a expectativa de sinistro, com documentação dos itens não cumpridos do contrato;
- O aviso à seguradora de qualquer mudança pela contratada no escopo e/ou prazo de execução do contrato (termos aditivos de qualquer natureza);
- A apresentação, pela contratada, de endosso da apólice referente aos termos aditivos;
- O aviso à seguradora da abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR;

- A comprovação de inadimplência da contratada que possa gerar prejuízo a SESAU;
- O envio de documentos necessários à realização de expectativa/reclamação do sinistro de acordo com o especificado na apólice e;
- Verificar se a garantia está dentro do prazo prescricional (1 ano a partir da ciência do fato gerador da pretensão, art. 206 do Código Civil).



**Figura 03 - Responsabilidades dos agentes em relação ao Seguro-Garantia**

### 3.3. Alterações nos Contratos

As alterações contratuais, conforme os ditames no art. 124 da Lei nº 14.133/21, devem ser realizadas durante o período de vigência do contrato, conforme o art. 106 da Lei nº 14.133/21, devendo ser formalizadas por meio da celebração do Termo Aditivo do contrato, nos casos de prorrogação de prazo, acréscimos e supressões.

Quanto a outras modificações que possam ser caracterizadas como alterações do contrato, também são admitidas em lei, tais como: alteração do nome



ou denominação empresarial da contratada; alteração do endereço da contratada; retificação de cláusula contratual e retificação de dados (CNPJ) da empresa contratada.

Oportuno esclarecer que nem toda alteração contratual deverá ocorrer mediante a formulação de Termo Aditivo, podendo ser formalizados por Apostila. São os casos enumerados pela a Lei nº 14.133/21 em seu art. 136:

- variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- Alterações na razão ou na denominação social do contrato ou do contratado;
- empenho de dotações orçamentárias.

Em suma, o Termo de Apostilamento pode ser definido como um registro, que pode ser realizado no próprio contrato ou em outro documento oficial, enquanto o Termo Aditivo é um instrumento realizado separadamente que segue toda formalidade inerente ao contrato, devendo, inclusive, obediência à obrigatoriedade de publicação na Imprensa Oficial. Portanto, cabe ao Gestor e ao Fiscal do contrato observarem quando caberá a formulação desses instrumentos durante a vigência contratual.

Todas as tratativas realizadas junto à Contratada durante o processo de aditamento contratual deverão ser formalizadas e registradas.

No caso de contratação integrada, o Art. 9º, § 4º da Lei nº 12.462 de agosto de 2011, delibera que seja vedada a celebração de termos aditivos, exceto nos seguintes casos:

- Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei no 8.666/93.

No caso de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços no RDC não poderão sofrer acréscimo de quantitativos, conforme Decreto nº 7.581/11.

### **3.4. Paralisação e Reinício para Contratos de Obras**

No caso de paralisação do contrato, caberá ao Gestor e Fiscais observar que a suspensão do prazo de execução contratual terá como marco inicial a data de expedição da ordem de paralisação da execução do contrato.

As paralisações podem ser parciais ou totais, sendo que a total suspende as medições, devendo ser alterada a situação cadastral no sistema de controle de contratos; enquanto a paralisação parcial pode ocorrer em trechos específicos de uma obra, por exemplo, não havendo paralisação do prazo de execução, nem necessitando de alteração no sistema de controle de contratos.

#### **ATENÇÃO**

***Prazo de vigência é diferente de prazo de execução.***

***Prazo de vigência é o prazo do contrato, enquanto o prazo de execução é o tempo fixado para a execução do objeto.***

***Prorrogação do prazo de vigência é ato de competência exclusiva do gestor.***

Após expedida a Ordem de paralisação, ela já se encontra apta a produzir seus efeitos próprios, dentre os quais o de obrigar o contratado a paralisar a obra ou o serviço. Mesmo que o contrato esteja paralisado, a vigência contratual continua a mesma. O que sofre a remissão de data é o período de execução. O registro da efetiva paralisação da obra ou do serviço será feito por apostilamento.

Quando identificada a necessidade de paralisação do contrato, os fiscais devem comunicar ao Gestor, apresentando as justificativas pertinentes em até 48 horas a partir da emissão da Ordem de Paralisação.

A suspensão deve-se dar por ordem escrita da Administração, que deverá ser fundamentada e a decisão formalmente comunicada à contratada. Recomenda-se que a Contratada seja consultada e se manifeste dando anuência para suspensão contratual, observando o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

### **3.5. Reajuste**

O reajuste tem por finalidade a recomposição do equilíbrio financeiro do contrato em razão da variação normal do custo de produção decorrente da inflação. Para tanto, pode-se utilizar índices específicos ou setoriais, desde que oficiais. Os

dispositivos legais que tratam do reajuste contratual são: art. 40, inciso XI, art. 55, inciso III, ambos da Lei nº 8.666/93, e art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Este procedimento é realizado em periodicidade igual ou superior a um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, segundo a Lei nº 10.192/01.

O critério de reajuste é item obrigatório na composição do edital da licitação, bem como do contrato administrativo, devendo conter ainda a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços (vide art. 1º e 2º da Lei 10.192/01).

Este instrumento é regulado por vários dispositivos legais, pela Lei nº 10.192/01, que dispõe em seu art. 3º temos que:

“Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta (...) serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei nº 8.666/93. § 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste art. será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir”.

Para realizar o cálculo do reajuste, a Fiscalização deve observar os índices descritos na contratação, e caso tenham sido extintos, levar à diretoria setorial responsável pela deliberação.

### **3.6. Revisão - Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

O Reequilíbrio Econômico-Financeiro desvincula-se de quaisquer índices de variação inflacionária, pois tem por objetivo a correção das distorções geradas por ocorrências extraordinárias e imprevisíveis ou previsíveis.

A revisão contratual deve ser fundamentada, ou seja, deve haver a motivação do ato por pelo menos uma das partes contratantes. A motivação deverá demonstrar de forma clara a incidência de onerosidade excessiva ocasionada por acontecimentos supervenientes, sendo indispensável que tais fatos sejam exhaustivamente comprovados no processo administrativo regular.

Considerando tratar-se de situação de caráter excepcional, em que o grande desequilíbrio e a imprevisibilidade estão relacionados à teoria da imprevisão, esta revisão poderá ocorrer antes do período mínimo de um ano da vigência contratual, desde que verificadas as exigências enumeradas na alínea “d” do inc. II do art. 124, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 3.7. Repactuação

É dever do contratado provocar a Administração para exercer seu direito à repactuação contratual. Este pedido deve ocorrer a partir da data da homologação da convenção ou acordo coletivo, que venha fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo, devendo ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente.

Caso o contratado não manifeste seu pedido de forma tempestiva, e a prorrogação do contrato ocorrer sem sua respectiva repactuação, haverá a preclusão do seu direito a repactuar, este direito também preclui se houver expiração do prazo de vigência do contrato.

A repactuação tem por finalidade promover o reajuste dos contratos de serviços de prestação continuada.

### 3.8. Acréscimo/Supressão Contratual

A Administração poderá alterar o contrato realizando acréscimos ou supressões, respeitados os limites dispostos na legislação, e apresentados na tabela a seguir:

Reforma de edifício ou equipamento				Demais casos	
	Tipo de Alteração	Unilateral	Consensual	Unilateral	Consensual
Acréscimo	qualitativa	50%	*	25%	*
	quantitativa	50%	50%	25%	25%

<b>Supressões</b>	qualitativa	50%	não há limite	25%	não há limite
	quantitativa	50%	não há limite	25%	não há limite

Tabela - Limites para acréscimo e supressão

#### 4. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A fiscalização contratual é o conjunto de atividades exercidas pela Administração para controle, tendo o papel de acompanhar, avaliar e conferir a execução do objeto nos moldes contratados nos aspectos técnicos, administrativo e operacional para efeito de pagamento. Em que configura-se como o monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

Portanto, é de dever realizar o registrar sempre uma ocorrência no caso de detecção de algum incidente, e por auxiliar o gestor do contrato, aplicando os controles e revisando os riscos pertinentes à execução.

As funções da fiscalização do contrato compreendem diversos procedimentos de verificação de natureza técnica e administrativa, estabelecidos neste Manual e na etapa do Planejamento da Fiscalização do contrato, observados os normativos legais, a natureza e complexidade do objeto contratado, as boas práticas e a gestão de risco.

As atividades de fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, preferencialmente por servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade signatária do contrato.

A fiscalização deverá ser realizada in loco, com o propósito de avaliar a execução do objeto contratado e aferir a qualidade, quantidade, tempo e modo da prestação do serviço/fornecimento.

Conforme o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, é permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais do contrato com informações pertinentes a tais atribuições.

##### 4.1. Fiscalização Técnica

A fiscalização técnica consiste no acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, visando aferir a qualidade, quantidade, tempo e

modo de execução, bem como assegurar a qualidade da prestação dos serviços, e se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório.

A função de fiscal técnico de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos do contrato.

Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;

b) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

c) conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;

d) verificar se, na entrega de material, na execução de obra ou na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

d) Verificar e confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

e) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

f) anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. A fim de produzir um histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

g) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

h) monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

i) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

j) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

l) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

m) registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato, comunicando ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

n) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

o) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

p) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

q) verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

r) verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

s) recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

t) averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

u) dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não haver a conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas pertinentes;

v) comunicar ao gestor de contratos, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;

x) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

z) emitir relatórios circunstanciados e conclusivos quanto à adequação dos serviços prestados de forma a demonstrar a vantajosidade técnica da manutenção da avença, documento condicionante à prorrogação do contrato.

#### **4.1.1. Fiscalização Técnica de Obras e Serviços de Engenharia**

No caso de obras e serviços de engenharia, a fiscalização será exercida por um servidor com formação nas áreas de engenharia ou arquitetura, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP podendo ser mais de um engenheiro



a critério do gestor, cumpre ainda aos fiscais de obras e prestação de serviços de engenharia:

- 1) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;
- 2) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;
- 3) atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento
- 4) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;
- 5) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e
- 6) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme disposto em contrato.

**ATENÇÃO:**

**É admitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização pelos agentes estaduais, quando as peculiaridades técnicas do objeto assim justificarem, sendo vedado, em qualquer hipótese, terceiro exercer função própria e exclusiva do fiscal de contrato, nos termos do parágrafo 4º, inc. I, art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**

**A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

#### **4.2. Fiscalização Administrativa**

Consiste no acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais. É o acompanhamento quanto as obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, sendo necessária nos contratos de prestação de serviços de regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;
- h) receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;
- i) nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;
- j) receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal;
- k) para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação ao setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- l) verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;

- m) certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto aos setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 26 deste Decreto.

#### **4.2.1. Critérios para Elaboração dos Relatórios Administrativos**

Quanto aos relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar os seguintes pontos:

- a) cumprimento do cronograma e das diretrizes fixadas no termo de referência ou no projeto básico;
- b) observância do cronograma físico-financeiro da obra ou do serviço, nos casos de contratação com escopo definido;
- c) atingimento das metas e dos índices de qualidade fixados no termo de referência, projeto básico e contrato;
- d) atendimento dos critérios de habilitação durante o curso da execução por meio da apresentação de certidões atualizadas;
- e) cumprimento das obrigações trabalhistas, inclusive, FGTS, no caso de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- f) avaliação do desempenho contratual do fornecedor.

#### **ATENÇÃO**

**A fiscalização dos contratos deverá ser realizada por meio de vistorias, observando-se a periodicidade e as diretrizes fixadas no contrato, devendo ser realizada, no mínimo, uma vistoria a cada mês de execução.**

**Todos os atos emitidos pela fiscalização do contrato deverão ser anexados ao processo administrativo respectivo.**

#### **4.2.2. Critérios para Elaboração dos Relatórios com Dedicação Exclusiva**

No caso de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, além da apresentação de certidão atualizada de regularidade trabalhista, será realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- b) cópia dos contracheques dos empregados, relativos ao mês da prestação dos serviços;

c) recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos empregados vinculados ao contrato no mês da prestação do serviço;

d) guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF, onde conste a Relação de Trabalhadores vinculados ao contrato no mês da prestação dos serviços;

e) guias de recolhimento de FGTS dos empregados vinculados ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;

f) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços;

g) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

h) avisos e recibos de férias, recibos de 13º salário, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ficha de registro de empregado, autorização para descontos salariais; e

i) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais, extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

#### **4.2.3. Descumprimento das Obrigações Trabalhistas**

Caso inobservado ou descontinuado o cumprimento das obrigações trabalhistas, a fiscalização do contrato deverá aplicar sanção de advertência ao contratado fixando prazo máximo para restabelecimento da regularidade.

Persistindo a irregularidade, pagamentos pendentes deverão ser retidos até a efetiva regularização, observadas as seguintes diretrizes:

1. a retenção integral do pagamento em aberto é temporária, devendo ser adstrita, assim que possível, ao valor devido pelo contratado acrescida das multas trabalhistas e contratuais;
2. caso o contratado não providencie a regularização com a apresentação dos comprovantes e certidões respectivas até o último dia da competência seguinte à data de entrada da solicitação relativa ao pagamento pendente, a Administração contratante realizará o depósito em conta vinculada aberta para tal finalidade específica, em nome do Estado, devendo centralizar todos os depósitos realizados independentemente do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser resguardada a impenhorabilidade dos recursos.

3. Caso o órgão ou entidade responsável entenda conveniente e razoável, a providência poderá ser substituída pelo pagamento direto aos empregados do contratado.
4. A realização de depósitos na conta vinculada deverá ser comunicada ao Ministério Público do Trabalho e à entidade sindical representante dos empregados.
5. Os valores depositados somente serão liberados após a comprovação da regularidade pelo contratado ou em caso de determinação judicial.
6. na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva ou predominante, a fiscalização do contrato deverá realizar entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.
7. A constatação de irregularidade quanto ao pagamento de contribuições previdenciárias no caso de contratos administrativos que tenham por objeto a realização de obras ensejará a retenção de eventuais pagamentos pendentes até que seja sanada a irregularidade;

Acompanhamento das obrigações trabalhistas e sociais em contratos de terceirização de mão de obra. No primeiro mês da prestação dos serviços, Fiscal Administrativo deverá solicitar em meio eletrônico à contratada a relação dos empregados terceirizados de todo contrato administrativo, com nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos (quantidade e valor: vale-transporte, auxílio-alimentação, dentre outros) e horário do posto de trabalho.

Deverá ser realizada fiscalização periódica e constante da execução dos contratos, principalmente no que se refere ao cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas, em especial: pagamento do FGTS, da GPS, dos salários até o 5º dia útil do mês seguinte; notificações à empresa terceirizada por descumprimento de cláusulas contratuais; sanções aplicadas à empresa que descumpra suas obrigações contratuais, entre outros.

As ocorrências observadas na execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços.

#### **4.3. Fiscalização Setorial**

A fiscalização setorial tem por objetivo ser um braço do órgão em todas as suas unidades, especialmente as desconcentradas. Pode abranger tanto os aspectos técnicos quanto os administrativos, garantindo uma maior eficiência nos contratos em que há descentralização de sua execução em diferentes unidades.

#### 4.4. Fiscalização pelo Público Usuário

A fiscalização pelo público usuário realizada por quem de fato faz uso ou é beneficiário dos serviços, a exemplo dos servidores, de modo que é recomendável que a sua efetivação se realize por intermédio de avaliações qualitativas relativas aos serviços e materiais disponibilizados pela contratada, bem como pela manutenção de canais de comunicação para recebimento de reclamações.

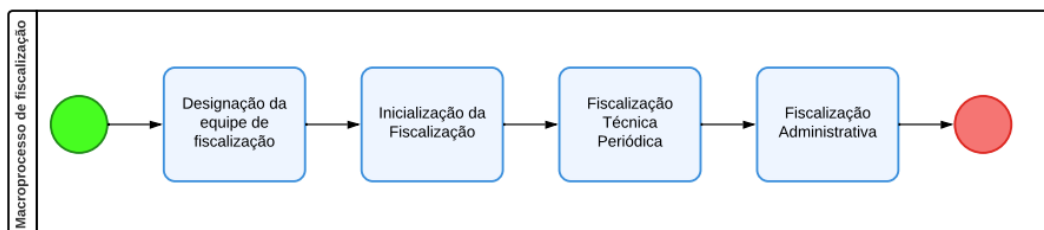
**Nota: O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, conforme art. 20. inciso XVI, e art. 23. inciso X, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, RO.**

#### 4.5. Das Fases do Processo de Fiscalização

O macroprocesso de fiscalização é contemplado por quatro processos interligados, e de muita importância para se assegurar as melhores práticas e aplicações de controles, a fim de mitigar os riscos, minimizando as possíveis consequências durante a fase de execução contratual.

Dentro dos processos apresentados na Figura 04, a seguir, são apresentados os subprocessos, iniciando pela “Designação da Comissão de Fiscalização”, por ato do titular da unidade administrativa (ou o representante da Administração pública responsável pela contratação), que posteriormente irá conduzir o segundo subprocesso, de “Inicialização da Fiscalização”. Em seguida, se torna possível o efetivo monitoramento do contrato, de forma periódica, conduzida pelo fiscal técnico de forma contínua, dentro de uma periodicidade previamente determinada no planejamento denominada “Fiscalização Técnica Periódica”. Finalmente, tem-se a “Fiscalização Administrativa”, com foco nos documentos administrativos relativos às obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e contratuais, para fins de pagamento ao fornecedor e revisão da análise de riscos.

A Administração deve manter permanentemente, de forma eletrônica ou física, registro apropriado para anotações relacionadas com a execução e fiscalização do contrato.

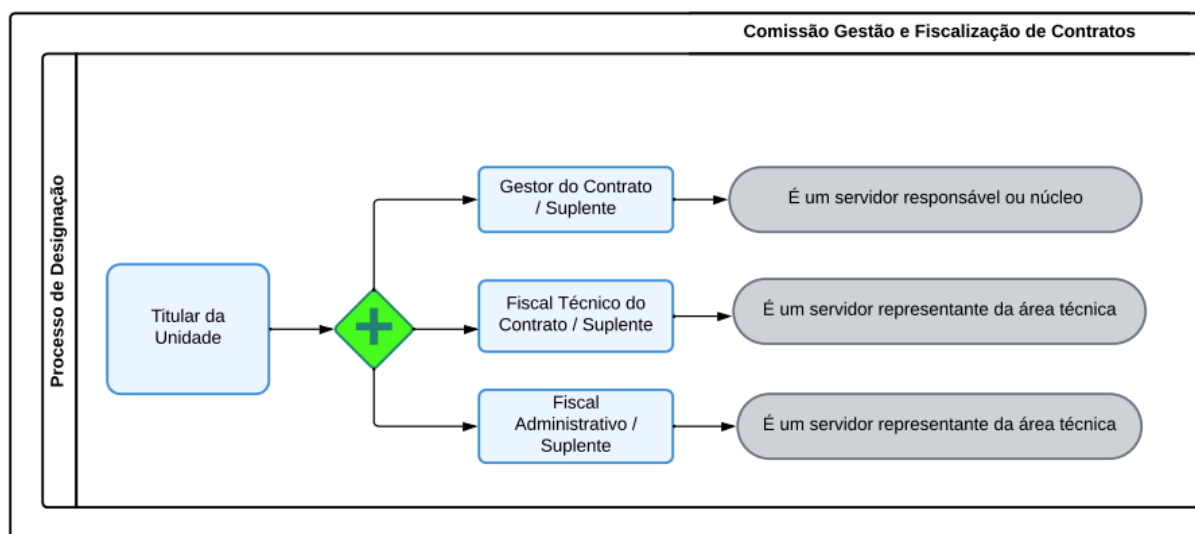


**Figura 04 - Macroprocesso da fiscalização**

#### 4.5.1. Designação da Comissão de Fiscalização

A designação da Comissão de Fiscalização ocorrerá por nomeação de servidores, no caso do fiscal pelos diretores/coordenadores das unidades administrativas, e o gestor será designado pelo gerente de contratos, conforme Figura 05, mediante Portaria, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos no âmbito de sua abrangência, de forma diligente, zelosa e minuciosa.

A Portaria será expedida até a data da publicação do contrato e divulgada oficialmente.



**Figura 05 - Designação da Comissão de Fiscalização**

A Comissão de Fiscalização composta pelo gestor, fiscais e seus suplentes deverá ser cientificada, expressamente, da indicação e respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação.

Na indicação do servidor devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das suas atividades.

Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento, extemporâneo e definitivo, do gestor ou fiscais e seus suplentes, até que seja providenciada a indicação, o exercício de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação.

Os servidores designados como fiscais e seus suplentes deverão manter vigilância constante acerca de cláusulas contratuais que julguem merecer maior atenção e, com o cuidado de sempre, fiscalizar a qualidade dos produtos fornecidos, e se as entregas estão ocorrendo de forma oportuna. Deverão verificar se o quantitativo dos recursos utilizados é o adequado, evitando acréscimos desnecessários; zelar pela qualidade do serviço, e acompanhar o tempestivo atendimento das ocorrências apresentadas à contratada.



#### **4.5.2. Conhecimento Técnico**

A fiscalização da execução do contrato deve ser realizada por servidores com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, os quais serão escolhidos com fundamento na sua qualificação, conhecimento e capacidade técnica para acompanhar a prestação de serviços.

#### **4.5.3. Acúmulo de Funções**

A segregação de funções é o princípio do controle administrativo que confere maior transparência, eficiência, eficácia, imparcialidade e racionalidade em todas as etapas dos processos de execução das despesas públicas.

As funções de fiscal administrativo e fiscal técnico poderão ser acumuladas pelo mesmo servidor, no mesmo contrato, desde que não haja prejuízo ao acompanhamento da execução contratual. Como exemplo, são os casos de contratos de bens comuns, de objetos de menor porte, de menor valor. Não se recomenda, no entanto, o acúmulo de funções no caso de contratações cujo objeto seja mais complexo e de maior valor.

O acúmulo de funções no mesmo contrato é permitido entre quaisquer dos fiscais e gestores. Entretanto, esta é uma exceção à regra, em que é necessário observar a segregação de funções relativas a atores nas etapas do processo de contratações, não podendo ser acumuladas, especialmente aquelas que envolvam a prática de atos e, posteriormente, a revisão desses mesmos atos. A questão é o eventual comprometimento da imparcialidade e, por conseguinte, a execução do contrato, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021. Exemplos: exercer função de fiscal e membro da comissão de licitação; fiscal e gestor do contrato; fiscal e integrante da equipe de planejamento, dentre outros.

Caso ocorra a referida acumulação de funções, o gestor do contrato registrará no Plano de Fiscalização.

O suplente do fiscal do contrato terá as mesmas atribuições do fiscal respectivo, na sua substituição, com o acúmulo ou não das funções, conforme previsto, ou poderá acumular também as funções de mais de um fiscal, registrando a opção pelo acúmulo de funções no Plano de Fiscalização.

Recomenda-se que, em novas contratações com objetos de natureza similar, os fiscais sejam mantidos e indicados já na fase inicial de planejamento da contratação, de modo que as informações acerca da execução contratual vigente sejam utilizadas nas definições das quantidades e dos requisitos do processo em fase de elaboração. Caso não sejam mantidos, é importante que eles repassem informações de modo a subsidiar o aprimoramento para as próximas contratações.

#### **4.5.4. Preposto da Empresa**

O preposto da empresa será formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, devendo constar expressamente no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo gestor de contratos, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro representante para o exercício da atividade.

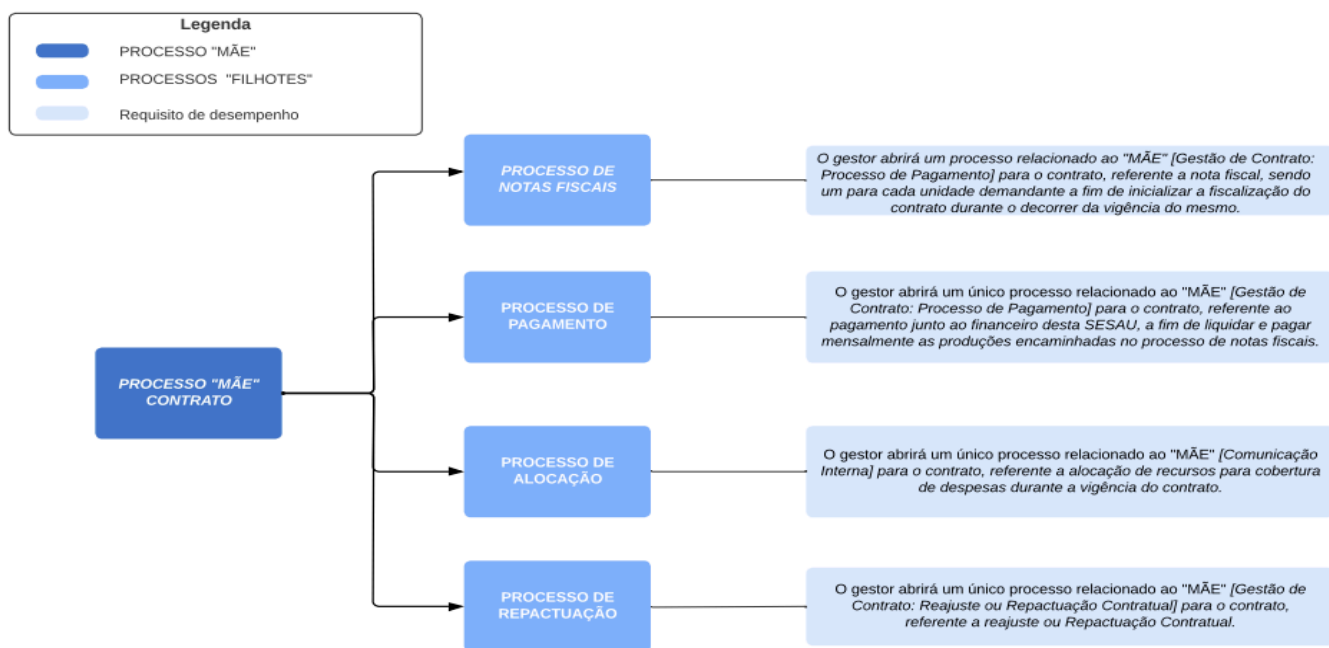
As comunicações entre a SESAU e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que for exigida tal formalidade, podendo ser utilizadas mensagens eletrônicas para esse fim, preferencialmente pelo sistema SEI.

#### **4.5.5. Inicialização da Fiscalização**

Após a designação da Comissão de Fiscalização pelo titular da unidade administrativa, ocorrerá a inicialização da fiscalização, na qual o gestor do contrato manterá registros por meio de Processos SEI relacionados ao Processo Originário "MÃE" :

1. [Gestão de Contrato: Processo de Pagamento] para o contrato, referente a nota fiscal, sendo um para cada unidade demandante a fim de inicializar a fiscalização do contrato durante o decorrer da vigência do mesmo.
2. Em seguida o gestor abrirá um único processo relacionado ao "MÃE" [Gestão de Contrato: Processo de Pagamento] para o contrato, referente ao pagamento junto ao financeiro desta SESAU, a fim de liquidar e pagar mensalmente as produções encaminhadas no processo de notas fiscais.
3. O gestor abrirá um único processo relacionado ao "MÃE" [Comunicação Interna] para o contrato, referente a alocação de recursos para cobertura de despesas durante a vigência do contrato.
4. O gestor abrirá um único processo relacionado ao "MÃE" [Gestão de Contrato: Reajuste ou Repactuação Contratual] para o contrato, referente a reajuste ou Repactuação Contratual.

Para isso, será utilizada a função de relacionamento de processos (SEI), que é utilizada para agrupar processos que possuam alguma ligação entre si, porém, autônomos, conforme fluxograma a seguir:



**Fluxograma: Organização dos Processos Administrativos, disponível também em PDF, no processo SEI nº 0036.041279/2023-79 (ID: 0041976378).**

Dessa forma, os documentos do processo licitatório (nato-digitais ou digitalizados) estarão relacionados e disponíveis para acesso no próprio processo de gestão contratual "processo mãe". Logo, será necessário acessar o processo licitatório SEI que lhe deu origem, e realizar os procedimentos para agrupamento de processos, definidos no SEI.

O subprocesso de fiscalização técnica periódica será conduzido pelo fiscal técnico e pode-se iniciar da seguinte forma:

1. Pelo acompanhamento periódico do fiscal técnico, em que verifica se há alguma ocorrência durante a execução do contrato.
2. Durante a fiscalização técnica periódica, caso seja verificada alguma ocorrência, ela deve:
3. Constar em formulário **"Relatório de fiscalização"**<sup>1</sup>, modelo Anexo, e comunicar à contratante (preposto) e ao gestor do contrato, onde aquela (a contratante) tem um prazo (conforme acordado no planejamento de fiscalização) para realizar a correção da ocorrência informada;

<sup>1</sup> O Relatório de fiscalização é um importante documento à disposição do Fiscal, onde ficará consignada cada etapa do trabalho de Fiscalização e onde será anotado quando forem realizadas visitas, vistorias, encaminhamento de providências, resultados de diligências, incidentes etc. É uma ferramenta com valor de documento formal, e por isso deve ser preenchido com atenção.

4. Toda vez que detectar alguma ocorrência o fiscal técnico encaminhará um ofício à empresa prestadora dos serviços.
5. Em resposta ao ofício da ocorrência pelo fiscal, se a ocorrência for solucionada pela contratada dentro do prazo, ela enviará a comunicação para o fiscal com o comprovante de correção, e este registrará a solução da ocorrência, que será comunicada também ao gestor do contrato;
6. Após o vencimento do prazo, caso a comunicação não seja enviada pela contratada, faz-se o registro da ocorrência no relatório de fiscalização e comunica-se a irregularidade por meio de despacho, ao gestor do contrato, solicitando notificação;
7. Caso envie a comunicação dentro do prazo e a ocorrência não seja solucionada, faz-se o registro e comunica-se ao gestor do contrato por meio de Despacho, via SEI, ao gestor do contrato, solicitando notificação;
8. O gestor do contrato, ao receber o despacho da irregularidade, verificará se a ocorrência foi solucionada. Caso positivo, dará ciência ao fiscal do contrato, que recebe ciência de acompanhamento.
9. Caso a ocorrência não tenha sido solucionada, o gestor avaliará o procedimento a ser tomado, seja pela necessidade de concessão de novo prazo para a contratada, seja pela necessidade de aplicação de sanções, e dará ciência ao fiscal do contrato;
10. Caso seja concedido novo prazo, ele é acordado de forma a não se incorrer em prejuízo para a administração pública, sendo registrado e comunicado ao contratado, que, após realizar as correções da ocorrência, comunicará ao gestor do contrato a solução com os devidos comprovantes;
11. Caso haja a necessidade de aplicação de sanções, elas serão encaminhadas por meio de despacho para o NAPCP, apurar e aplicar conforme a previsão no contrato.

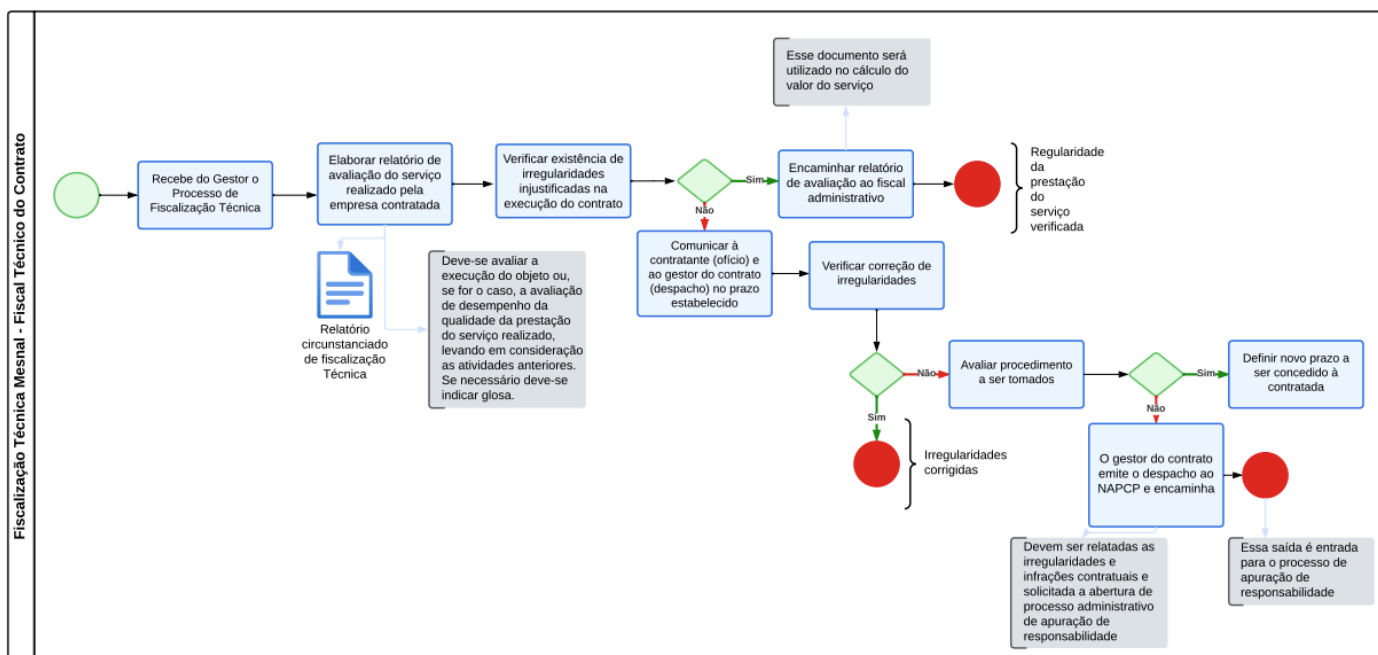
#### **4.5.6. Fiscalização Contratual Técnica Periódica**

O subprocesso de fiscalização técnica periódica será conduzido pelo fiscal técnico, tendo a sua periodicidade definida no Plano de Fiscalização, e pode-se iniciar de duas formas:

- I. Pelo acompanhamento periódico do fiscal técnico, em conformidade à frequência já previamente determinada no plano de fiscalização, em que verifica se há alguma ocorrência durante a execução do contrato.
- II. Durante a fiscalização técnica periódica, caso seja verificada alguma ocorrência, ela deve:
- III. Constar em formulário “Relatório de fiscalização” , modelo Anexo, e comunicada à contratante (preposto) e ao gestor do contrato, onde aquela (a contratante) tem um prazo (conforme acordado no planejamento de fiscalização) para realizar a correção da ocorrência informada;

- IV. Quando não for encontrado qualquer tipo de ocorrência, faz-se o registro no relatório de fiscalização. Caso a ocorrência seja encontrada pelo fiscal requisitante, esse comunicará ao fiscal técnico, que avaliará se há necessidade de atuar junto à contratada. Caso positivo, comunicará a ocorrência à contratada e realizará o registro da ocorrência. Caso contrário, apenas realizará o registro da avaliação da ocorrência;
- V. Toda vez que detectar alguma ocorrência na execução do contrato, o fiscal do contrato irá verificar se esta medida estava prevista nos riscos indicados no Plano de Gerenciamento de Riscos. Em caso afirmativo, ele fará uma reavaliação das medidas de tratamento adotadas, identificando o motivo de ter ocorrido, e realimentar o Plano de Gerenciamento de Riscos, inserindo as novas medidas a serem adotadas;
- VI. Caso a ocorrência não tenha sido prevista no Plano, esse será realimentado, mencionando a ocorrência como um novo risco, avaliando e registrando o seu impacto e probabilidade, e as medidas de tratamento adotadas para fins de se evitá-lo ou mitigá-lo. E sempre que ocorrer alguma alteração na análise de riscos, o fiscal comunicará ao gestor do contrato, e registrar a ciência sobre essa atualização ao fiscal do contrato;
- VII. Em resposta à comunicação da ocorrência pelo fiscal, se a ocorrência for solucionada pela contratada dentro do prazo, ela enviará a comunicação para o fiscal com o comprovante de correção, e este registrará a solução da ocorrência, que será comunicada também ao gestor do contrato;
- VIII. Após o vencimento do prazo, caso a comunicação não seja enviada pela contratada, faz-se o registro da ocorrência e comunica-se a irregularidade por meio de despacho, ao gestor do contrato, solicitando notificação;
- IX. Caso envie a comunicação dentro do prazo e a ocorrência não seja solucionada, faz-se o registro e comunica-se ao gestor do contrato por meio de Despacho, via SEI, ao gestor do contrato, solicitando notificação;
- X. O gestor do contrato, ao receber o despacho da irregularidade, verificará se a ocorrência foi solucionada. Caso positivo, dará ciência ao fiscal do contrato, que recebe ciência de acompanhamento e a registrou no relatório de fiscalização;
- XI. Caso a ocorrência não tenha sido solucionada, o gestor avaliará o procedimento a ser tomado, seja pela necessidade de concessão de novo prazo para a contratada, seja pela necessidade de aplicação de sanções, e dará ciência ao fiscal do contrato;
- XII. Caso seja concedido novo prazo, ele é acordado de forma a não se incorrer em prejuízo para a administração pública, sendo registrado e comunicado ao contratado, que, após realizar as correções da ocorrência, comunicará ao gestor do contrato a solução com os devidos comprovantes; – Caso haja a necessidade de aplicação de sanções, elas serão aplicadas conforme a previsão no contrato e registradas em relatório de fiscalização, com a notificação da contratada.

A figura abaixo ilustra o processo de fiscalização técnica mensal, disponível também em PDF, no processo SEI nº 0036.041279/2023-79, (ID: 0041976401).



**Figura 06 - Fiscalização Técnica Mensal**

#### 4.5.7. Fiscalização Contratual Administrativa Mensal

O fiscal administrativo ficará responsável de realizar as tratativas previstas no manual para garantir cumprimento contratual, de regularidades fiscais, de FGTS, sociais e trabalhistas; da situação dos sócios e da empresa, das penalidades e da necessidade de análise de risco.

#### 4.5.8. Verificação Quanto ao Cumprimento Contratual

Consiste na checagem do cumprimento das cláusulas previstas no contrato, principalmente quanto às obrigações da contratada, nas atribuições acessórias relacionadas ao objeto principal contratado. Como exemplo, cumprimento de prazos, entrega de relatórios, oferecer meios de aferição do serviço quando for necessário, verificação de regularidade da documentação, além de:

- I. Caso a contratação seja por Registro de Preços, deverá o fiscal administrativo fiscalizar inclusive a Ata de Registro de Preço.
- II. Ao detectar irregularidades, fará o registro em Relatório Administrativo de acompanhamento mensal, comunicando a ocorrência ao gestor do contrato e

à contratada, para responder dentro do prazo previsto no Plano de Fiscalização.

- III. Em resposta da contratada à comunicação da ocorrência pelo fiscal, se a ocorrência for solucionada dentro do prazo, ela enviará a comunicação para o fiscal com o comprovante de correção, e o fiscal registrará a solução da ocorrência, comunicando também ao gestor do contrato.
- IV. Após o vencimento do prazo, caso a comunicação não seja enviada pela contratada, faz-se o registro no relatório e comunica-se a irregularidade por meio de despacho ao gestor do contrato, solicitando notificação.
- V. Caso envie a comunicação dentro do prazo e a ocorrência não seja solucionada, faz-se o registro no relatório e comunica-se ao gestor do contrato por meio de despacho (conforme modelo) ao gestor do contrato, solicitando notificação.
- VI. O gestor do contrato, ao receber o despacho da irregularidade, verificará se a ocorrência foi solucionada. Caso positivo, registra-se no relatório, e comunica ao fiscal do contrato, que confirmará o cumprimento deste passo, para autorização do pagamento.
- VII. Caso a ocorrência não tenha sido solucionada o gestor avaliará o procedimento a ser tomado, sendo a necessidade de conceder um novo prazo para a contratada, ou a necessidade de aplicação de sanções, e dará ciência ao fiscal do contrato.
- VIII. Caso seja concedido um novo prazo, ele é acordado de forma a não se incorrer em prejuízo para a administração pública, sendo registrado no relatório, e comunicado ao contratado, que, após realizar as correções da ocorrência, e comunicar ao fiscal do contrato a solução com os devidos comprovantes, e este confirmará o cumprimento deste passo para a autorização do pagamento.
- IX. Caso haja a necessidade de aplicação de sanções, elas serão aplicadas conforme a previsão no contrato e registradas no relatório, e notificadas à contratada.
- X. Caso não seja detectada irregularidade pelo fiscal administrativo do contrato, realiza-se o registro no relatório, conforme a periodicidade prevista no Plano de Fiscalização, e comunica ao Gestor do contrato, que confirmará o cumprimento deste passo para a autorização do pagamento.
- XI. Toda vez que detectar alguma ocorrência na execução do contrato, o fiscal do contrato também irá verificar se esta medida estava prevista nos riscos indicados no Plano de Gerenciamento de Riscos. Em caso afirmativo, ele fará uma reavaliação das medidas de tratamento adotadas, identificando o motivo de ter ocorrido, e realimentará o Plano de Gerenciamento de Riscos, inserindo as novas medidas a serem adotadas.
- XII. Caso a ocorrência não tenha sido prevista no Plano, este será realimentado, mencionando a ocorrência como um novo risco, avaliando e registrando o seu impacto e probabilidade, e as medidas de tratamento adotadas para fins de se evitá-lo ou mitigá-lo.



- XIII. E sempre que ocorrer alguma alteração na análise de riscos, o fiscal comunicará ao gestor do contrato, e registrará a ciência sobre esta atualização ao fiscal do contrato.

#### **4.5.9. Verificação de Regularidades Fiscais, Sociais e Trabalhistas**

Essa verificação consiste em avaliar o cumprimento das obrigações fiscais da contratada perante as esferas federal, estadual e municipal, a regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, e a regularidade relativa aos encargos sociais e trabalhistas

A regularidade será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

01. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, quanto à regularidade fiscal no âmbito federal;
02. Certidões Negativas de Débitos emitidas pela Secretaria de Fazenda do Estado de Rondônia e a Secretaria de Fazenda do estado onde ela se encontra situada;
03. Certidão negativa de débitos municipais referente ao município sede da empresa, e ao município onde ela presta o serviço;
04. Certidão negativa do INSS quanto à verificação da existência de débitos previdenciários, referentes aos encargos sociais, e outros documentos que forem pertinentes;
05. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, quanto à regularidade perante o FGTS;
06. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, referente à regularidade perante o Ministério do Trabalho.

Neste sentido o TCU, nos Acórdãos nº 897/2011-Plenário e 7049/2012 – 2ª Câmara, recomenda a verificação da regularidade fiscal do fornecedor em cada pagamento nos contratos de execução parcelada ou continuada. Eis os textos dos Acórdãos:

Acórdão nº 879/2011 – Plenário

#### **[ACÓRDÃO]**

9.2. alertar à Secretaria Municipal de Saúde de Caxias do Sul/RS que:

9.2.2. a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, deve ser exigida do contratado a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal e aos arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993; (Grifamos.)

Acórdão nº 7049/2010 – 2ª Câmara

#### **[ACÓRDÃO]**

9.2. determinar à Eletrobrás que:

[...]

9.2.8. exija das empresas no ato da assinatura dos contratos, e a cada pagamento, no caso de contratos de execução continuada ou parcelada, a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS e SRF), com o FGTS (CEF) e com a Fazenda Federal (SRF e PGFN), em observância à Constituição Federal (art. 195, § 3º), Lei nº 8.666/1993 (arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII), Lei nº 8.036/1990 (art. 27, 'a') c/c a de nº 9.012/1995 (art. 2º), Lei nº 8.212/1991 (art. 47) c/c o Decreto nº 3048/1999 (art. 195 e parágrafo único, art. 257, inciso I, alínea 'a' e § 10, alíneas 'a' e 'b'), ao Decreto-Lei nº 147/1967 (art. 62) e ao Acórdão nº 1.922/2003-Primeira Câmara; (Grifamos.)

#### **4.5.10. Pesquisa de Situação dos Sócios e da Empresa**

Além das verificações relativas à execução e ao cumprimento do contrato, e das verificações fiscais, existem elementos que podem ocasionar situações de risco que podem comprometer a execução do contrato e a imagem da SESAU-RO.

Essas situações podem ser detectadas por meio de verificações a serem adotadas pelo fiscal do contrato, sempre que julgar necessário e durante toda a vigência do contrato, para avaliar a situação dos sócios, pelas seguintes pesquisas:

- I. mudanças expressivas do capital social do fornecedor;
- II. mudança no objeto social do fornecedor, em data próxima ao certame;
- III. identificação de doações políticas que possam indicar a existência de conflito de interesses dos fornecedores, sócios e representantes;
- IV. sócios falecidos ou outra inconsistência que sinalize indícios de fraude, como CPF suspenso, por exemplo;
- V. identificação de indícios de alterações em documentos (rasuras, adulterações, falsificações);
- VI. realização de pesquisas na internet no processo de contratação e respectivas prorrogações contratuais, para verificação da sua existência ou permanência física no endereço cadastrado;
- VII. outras que entenderem necessárias.
- VIII. De mesmo modo, avaliar a situação da empresa por meio das seguintes pesquisas:
  - IX. existência de denúncias e/ou representações relativas à contratação, se:
  - X. noticiam indicativos de fraude, conluio, direcionamento ou superfaturamento;
  - XI. noticiam condutas impróprias de agentes da Administração ou a participação societária, ainda que indireta, de servidor/dirigente do órgão/entidade contratante;

- XII. noticiam que o fornecedor contratado pelo órgão/entidade subcontrata outra empresa (que participou ou não da cotação de preços);
- XIII. se foram divulgadas na mídia notícias de práticas antiéticas, de fraude ou de corrupção referentes ao fornecedor contratado;
- XIV. se foram reportadas notícias de ocorrência de situações de conflitos de interesses envolvendo servidores, dirigentes e o fornecedor contratado;
- XV. se as denúncias e/ou representações noticiam que agentes da administração possam ter obtido algum tipo de vantagem financeira com a contratação;
- XVI. se as denúncias e/ou representações noticiam que a empresa/fornecedor não têm empregados registrados ou não possui patrimônio condizente com a contratação;
- XVII. se as denúncias e/ou representações noticiam a participação de agente público, mesmo que informalmente, como representante ou intermediário dos interesses de fornecedor licitante no órgão/entidade contratante;
- XVIII. outras que entenderem necessárias.
- XIX. No Anexo constam de forma exemplificativa fontes de busca/consulta em que podem ser realizadas essas pesquisas. Ressalta-se que a não detecção da situação avaliada, por meio dessas pesquisas, não garante que o fato não tenha ocorrido. Essas fontes podem ser alteradas com o decurso do tempo.
- XX. A periodicidade da realização dessas pesquisas, a seleção de quais pesquisas serão realizadas constarão no planejamento de fiscalização da contratação, podendo-se, a qualquer momento durante a execução do contrato, serem inseridas novas pesquisas.
- XXI. Ao detectar alguma dessas situações ou divergências, o fiscal faz:
- XXII. o registro da constatação ou divergência e a evidenciação em documento próprio - Anexo;
- XXIII. uma avaliação do risco ao contrato e o registro da recomendação de tratamento do risco no Modelo de Análise de Riscos; e
- XXIV. prepara um despacho a ser encaminhado para o Gestor do Contrato, com a constatação ou divergência, e a avaliação do risco junto com a sugestão de tratamento (no caso dos riscos mitigáveis e evitáveis).

Caso o risco da constatação não seja aceitável, deverá ser mitigado ou evitado, sendo necessário, que o fiscal administrativo elabore um despacho a ser encaminhado para o gestor do contrato, com a avaliação do risco, que deverá conter a constatação ou divergência e a avaliação do risco, já com a sugestão de tratamento, e registrou também a recomendação do tratamento do risco no Modelo de Análise de Riscos.

Cabe ressaltar que mesmo que não for detectada a constatação ou divergência pelo fiscal administrativo do contrato, de qualquer forma, o registro no relatório será realizado. Ao gestor do Contrato, ao receber o despacho, o mesmo irá avaliar a constatação ou divergência e o seu risco, e:

- a) Caso avaliar o risco da constatação como aceitável, ele registra a aceitação do risco no Modelo de Análise de Riscos, e comunicará a aceitação do risco para o fiscal administrativo.
- b) Caso o risco seja mitigável, o gestor do contrato avalia a recomendação de tratamento registrada pelo fiscal no Modelo de Análise de Risco.
- c) Caso seja aprovado o tratamento, registra a aprovação no Modelo de Análise de Risco, e aplicará o tratamento ao risco e comunicará ao fiscal.
- d) Caso o tratamento não seja aprovado, é realizada nova avaliação do risco, no qual será estabelecido um novo tratamento, que será aplicado, e registrado no Modelo de Análise Riscos, e comunica-se ao fiscal.
- e) Caso o risco for evitável, o gestor do contrato notifica a contratada.

#### **4.5.11. Das Penalidades**

No caso de ocorrências de fatos decorrentes do contrato que ensejem penalidades cabíveis à contratada, conforme informações prestadas pelo fiscal de contrato, o gestor deve analisá-los e realizar entendimentos devidamente fundamentados que possam subsidiar a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades à contratada, sem prejuízo das demais ações cabíveis no âmbito das competências dos fiscais e gestores de contrato.

Conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, em relação aos contratos com a administração pública, existe a necessidade do gestor autuar processos administrativos contra as empresas que praticarem atos ilegais tipificados neste artigo, como: (i) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, (ii) deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, (iii) ensejar o retardamento da execução de seu objeto, (iv) não manter a proposta, (v) falhar ou fraudar a execução do contrato, (vi) comportar-se de modo inidôneo ou (vii) cometer fraude fiscal.

A não autuação sem justificativa dos referidos processos poderá ensejar a aplicação de sanções a seus gestores, conforme previsão do art. 82 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como representação por parte do Tribunal de Contas do Estado.

Da mesma forma, constitui motivo para rescisão do contrato o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores, bem como razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (Lei Federal nº 8.666/93, art. 78, VII e XII).

Deve-se observar a aplicação das sanções legais previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 81 a 88 e 109, conforme o caso concreto.

#### **4.5.12. Verificação da Necessidade de Análise de Riscos**

Quanto à gestão de riscos, refere-se ao processo contínuo que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar riscos positivos ou negativos capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho do Tribunal nos níveis estratégico, tático e operacional.

Cabendo ao gestor manter atualizado o mapa de riscos elaborado na fase de planejamento da contratação, procedendo à sua reavaliação anualmente, nas prorrogações de vigência ou após a ocorrência de eventos relevantes, visando à boa e regular execução do contrato.

A implementação da gestão de riscos e controles internos dos processos licitatórios e os respectivos contratos está prevista na recente Lei das Licitações (Lei nº 14.133/2021), no parágrafo único do art. 11, e art. 169, que tratam de diretrizes para a implementação de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo, de responsabilidade da alta administração e integrantes das três linhas de defesa do órgão.

Eis o texto da Lei:

“Art. 11 - Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.”

Da mesma forma que é feita pela fiscalização periódica, toda vez que se detectar a ocorrência na execução do contrato, o fiscal administrativo do contrato:

- I. Verificará se essa medida estava prevista no Plano de Gerenciamento de Riscos. Em caso afirmativo, ele fará uma reavaliação das medidas de tratamento propostas, identificando o motivo de ter ocorrido, e realimentará o plano de risco inserindo as novas medidas a serem adotadas.
- II. Caso a ocorrência não tenha sido prevista no Plano, este será realimentado, mencionando a ocorrência como um novo risco, avaliando e registrando o seu impacto e probabilidade, e as medidas de tratamento adotadas para fins de mitigá-lo ou evitá-lo.
- III. Sempre que ocorrer alguma alteração na análise de riscos, o fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato, e retornará ao fiscal administrativo do contrato a ciência sobre esta atualização.

Alguns exemplos de considerações de riscos e controles que uma organização do setor público pode ter na fase de gerenciamento e fiscalização do processo de contratação estão descritos em anexo.

#### **4.5.13. Preparação e Instrução do Processo para fins de Pagamento ao Fornecedor**

A despesa será liquidada e paga mediante exame prévio de sua legalidade, com base nos documentos comprobatórios exigidos em legislação específica.

O processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de compras, de prestação de serviços, inclusive de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ou de execução de obras será formalizado pela unidade orçamentária/executora contratante, em expediente devidamente autuado no SEI, com a junção dos seguintes documentos necessários, conforme o caso:

- Cópia do ato que designou a comissão de Fiscalização do contrato;
- Cópia do contrato ou instrumento hábil equivalente e seus termos aditivos (vincular o processo de contratação SEI correspondente);
- Cópia da nota de empenho, devidamente assinada por meio de certificação digital;
- Primeira via da nota fiscal ou nota fiscal / fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;
- Cópia da requisição de fornecimento de materiais, de prestação de serviços ou execução de obras;
- Medições detalhadas que atestem a execução de obras ou serviços executados no período a que se refere o pagamento;
- Cópia do Certificado de Regularidade Cadastral do fornecedor (caso esteja irregular, entrar em contato com a empresa e solicitar a regularização);
- Demonstrativo de retenção dos impostos devidos e outros descontos referentes ao pagamento da despesa;
- Certificado de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros – INSS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Outras certidões de regularidade fiscal julgadas necessárias previstas no contrato;
- Outros documentos definidos em contrato.

Para pagamento de serviços contínuos com dedicação de mão de obra, incluir nos autos os seguintes documentos:

- Relatórios com os resultados dos exames admissionais, periódicos, demissionais, por mudança de função e por retorno ao trabalho, assinado pelo

médico do trabalho coordenador, conforme NR7 que compõe a Portaria n.º 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978, e suas alterações;

- Convenção Coletiva a qual há empresa é vinculada.
- Cópia da carteira de trabalho e a conferência se o salário registrado está de acordo com a convenção coletiva. (as cópias deverão ficar na unidade).
- Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;
- Escala dos funcionários referente ao período de execução do serviço (deverá ser entregue ao fiscal administrativo 24 horas antes do início do mês e informá-lo quanto a qualquer alteração de funcionário).
- Folha de frequência ou registros correspondentes dos empregados vinculados à execução do contrato (Todos os funcionários deverão ter).
- Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato (correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida), caso seja o primeiro pagamento não é necessário a apresentação do mesmo.
- Contracheques e Comprovantes de pagamento salário (correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida), caso seja o primeiro pagamento não é necessário a apresentação do mesmo.
- Comprovante de Pagamento de Vale Transporte (correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida), caso seja o primeiro pagamento não é necessário a apresentação do mesmo.
- Comprovante de Pagamento de Vale alimentação (correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida), caso seja o primeiro pagamento não é necessário a apresentação do mesmo.
- Comprovantes de pagamento de seguro contra acidentes de trabalho
- Cópia do Protocolo de envio de arquivo emitido pela conectividade Social (GFIP/SEFIP);
- Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês da última fatura vencida;
- Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior ao pedido de pagamento;
- Cópia da guia quitada do FGTS correspondente ao mês anterior ao pedido de pagamento.

### **Gestor do contrato**

Ao receber toda a documentação supra relacionada, o Gestor do contrato providenciará:

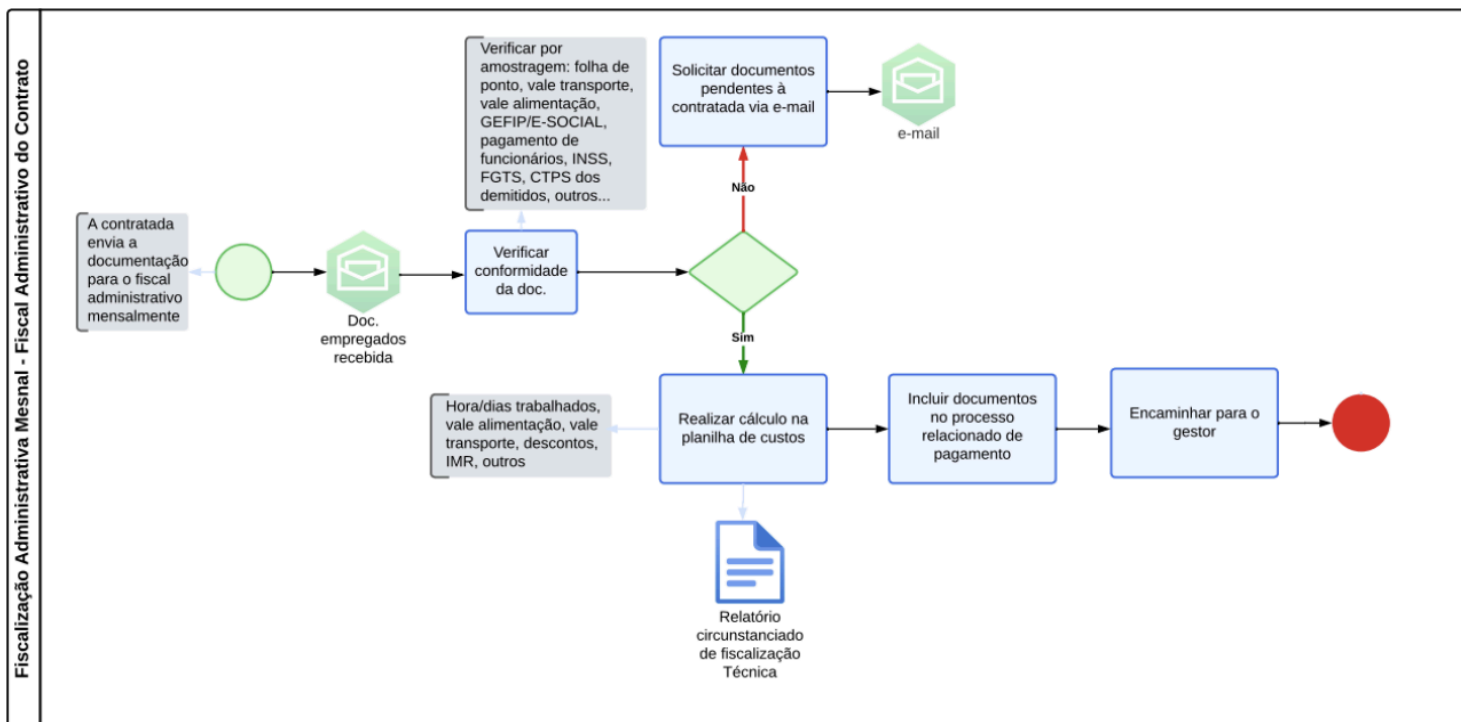
- Ciência, em campo próprio do Termo de recebimento definitivo, dos relatos informados, verificações realizadas e atestes dos fiscais responsáveis pelo recebimento do material, bens ou serviços, com declaração de que foram recebidos ou efetuados em condições satisfatórias para a Administração Estadual.
- Estando de acordo, o Termo Recebimento Definitivo do bem e/ou serviço contratado (caso contrário, devolverá a documentação para os fiscais



designados para tomar as providências necessárias, até que sejam sanados os apontamentos).

- Ateste para liberação da Nota Fiscal / Fatura para o Setor Financeiro para os procedimentos regulares de liquidação e ordem de pagamento ao fornecedor.
- Despacho dos autos para o Ordenador de despesas, conforme fluxograma de pagamento abaixo.

A figura abaixo ilustra o processo de fiscalização Administrativa mensal, disponível também em PDF, no processo SEI nº 0036.041279/2023-79, (ID: 041976413).



**Figura 07 - Fiscalização Administrativa mensal**

### Setor Financeiro da Unidade Executora

Por fim, o Ordenador de despesas verificará se a documentação recebida atende às condições para o prosseguimento do processo de pagamento da despesa, nos termos da Lei Federal n.º 4.320/64.

Caso não atender às condições contratadas, o Ordenador das despesas devolverá a documentação para o Gestor do contrato, para tomar as providências necessárias, e quando sanados os apontamentos, retornará para o ordenador de despesas.

## **5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ESPECÍFICOS DE SAÚDE**

As empresas que prestam serviços de saúde deverão apresentar à Administração Pública relatórios mensais para fins de comprovação do adimplemento do objeto do contrato qualitativa e quantitativamente, para avaliação da Coordenadoria de Regulação e Controle dos Serviços de Saúde (SESAU-CRECSS), que procederá com as análises necessárias para fins de comprovação dos serviços prestados.

### **5.1. Do Monitoramento e Avaliação dos Serviços**

A contratante/credenciante, por meio da Coordenadoria de Regulação e Controle dos Serviços de Saúde – CRECSS e equipe da comissão de fiscalização das Regionais de Saúde acompanharão a avaliação da qualidade do atendimento, controle e monitoramento dos serviços realizados, de acordo com a legislação vigente.

As empresas contratadas/credenciadas se obrigam a permitir que a equipe de controle, avaliação e auditoria e comissão de fiscalização de contrato da Secretaria de Saúde e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto do instrumento contratual.

A avaliação será considerada pela contratante para avaliar a necessidade de solicitar à contratada/credenciada que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou rescindir o contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado declarações sobre o desempenho e conformidade dos serviços prestados.

### **5.2. Do Reajustamento ao Contrato de Saúde**

Os preços contratados serão alterados de acordo com os reajustes efetuados pelo Ministério da Saúde no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), e/ou ainda de acordo com as tabelas complementares de financiamento definidas por meio de pactuações na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), as quais serão incorporadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia por meio de Portaria específica.

### **5.3. Pagamento - Contrato de Saúde**

O pagamento ocorrerá mensalmente a partir do segundo mês de execução, exclusivamente sobre os serviços efetivamente executados, consoante aos parâmetros de valoração estabelecidos na contratação, devendo ser apresentadas para a SESAU/RO, as Notas Fiscais/Faturas emitidas em 02 (duas) vias, juntamente com a produção referente ao período requerido, contendo documentos probantes (relação de pacientes atendidos, com endereço, documentos pessoais, telefone e outros que a CONTRATANTE achar pertinente) e devidamente atestadas pela Administração, devendo constar no corpo da mesma: a descrição do objeto, o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa contratada/credenciada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado, em ordem cronológica, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos.

E será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestada pela Administração.

A figura a seguir ilustra quanto ao fluxo de pagamento para os serviços de saúde com a finalidade de cumprir o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, disponível também em PDF, no processo SEI nº 0036.041279/2023-79 (ID: 041976429).



	<p>todas as ocorrências e quando necessário notifica a empresa e comunica o gestor.</p> <p>Ao final do mês o fiscal assina o documento e encaminha o processo para o fiscal administrativo.</p>
Relatório Administrativo	<p>Após o fechamento do mês, com o prazo de 10 (dez) dias, o Fiscal Administrativo emite o relatório com toda a verificação da documentação trabalhista e pagamentos da empresa.</p>
Termo de Recebimento Definitivo	<p>Com prazo de até 10 dias após o recebimento da nota fiscal, caso seja ultrapassado o prazo é necessário inserir a justificativa da morosidade na emissão do documento.</p>

## 7. ANEXOS

Buscando atender as ações e tratativas, atinentes a gestão de contratos, disponibilizamos no quadro 4, a relação dos documentos (Modelo), que por sua vez, configuram-se como sugestão, o qual não restringe, readaptar, reestruturar, pela unidade recebedora dos serviços julgar necessários, desde que estejam em consonância com os ditames, previstos no o Art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que trata do recebimento em termo detalhado dos serviços.

<b>Quadro 4- Exemplos de documentos, disponibilizados no processo SEI nº 0036.041279/2023-79, com a disponibilização de documentos a serem utilizados como modelo.</b>	
<b>Documentos - Processo SEI nº 0036.041279/2023-79.</b>	<b>Documento Modelo</b>
<b>Minuta de Portaria designação da Comissão de Fiscalização</b>	<b>(0041384119)</b>
<b>Fluxograma Organização dos processos "filhotes"</b>	<b>(0041976378)</b>
<b>Fluxograma Fiscalização Mensal Administrativa</b>	<b>(0041976413)</b>

<b>Fluxograma Pagamento Saúde</b>	<b>(0046352436)</b>
<b>Análise 1 Considerações de risco na fiscalização</b>	<b>(0041546889)</b>
<b>Adendo Ex. de fontes de consulta de situação da empresa</b>	<b>(0041546986)</b>
<b>Termo de Recebimento Provisório Geral todos os objetos</b>	<b>(0041541099)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo Geral todos os objetos</b>	<b>(0041384717)</b>
<b>Planilha Mão de obra</b>	<b>(0041549508)</b>
<b>Relatório Administrativo DEMO TODOS OS OBJETOS</b>	<b>(0041549547)</b>
<b>Relatório de Fiscalização LAVANDERIA</b>	<b>(0041489140)</b>
<b>Relatório de Fiscalização VIGILÂNCIA</b>	<b>(0041554333)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 2 Aluguel</b>	<b>(0041682401)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Aluguel</b>	<b>(0041688415)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 4 Monitoramento de Água</b>	<b>(0041699949)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Monitoramento de Água</b>	<b>(0041815812)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Serviço Autônomo de Água</b>	<b>(0041726325)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Ar e Gases Medicinais</b>	<b>(0041702595)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Locação de Compressor</b>	<b>(0041800790)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Cirurgia Neurologia e Pediátrica</b>	<b>(0041704540)</b>

<b>Termo de Recebimento Definitivo 8 Cirurgia Neurologia e Pediátrica</b>	<b>(0041806171)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Coleta de Lixo</b>	<b>(0041727712)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 5 Tratamento de Esgoto</b>	<b>(0041740995)</b>
<b>Relatório de Fiscalização SERVIÇO DE UROLOGIA Litotripsia Extracorpórea</b>	<b>(0041749351)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Limpeza Administrativa/Hospitalar</b>	<b>(0041782247)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Técnica de Engenharia Clínica</b>	<b>(0041799235)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 7 Serviços de acolhimento voluntário</b>	<b>(0041803736)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Tratamento de Esgoto</b>	<b>(0041804691)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Técnica de UTI - NEO/PED/ADULTO</b>	<b>(0041806237)</b>
<b>Termo de Recebimento Provisório Serviços de impressão</b>	<b>(0041808404)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 9 Serviços de impressão</b>	<b>(0041807756)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Serviços de impressão</b>	<b>(0041809151)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Manutenção de Climatização - Ar Condicionado</b>	<b>(0041808997)</b>
<b>Relatório de Fiscalização técnica de TRS</b>	<b>(0041810573)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Container</b>	<b>(0041811072)</b>

<b>Termo de Recebimento Definitivo 11 Container</b>	<b>(0041813885)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 10 Locação e Manutenção de Grupo Gerador</b>	<b>(0041811815)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 10 Locação e Manutenção de Grupo Gerador</b>	<b>(0041811815)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 12 Mandados Judiciais</b>	<b>(0041815581)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Mandados Judiciais</b>	<b>(0041820025)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 16 Leitos Clínicos</b>	<b>(0041824934)</b>
<b>Relatório de Fiscalização SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE</b>	<b>(0041816069)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Limpeza de Fossas</b>	<b>(0041823396)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 17 Análises clínicas</b>	<b>(0041825441)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Serviços Funerários</b>	<b>(0041828216)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 19 - Plantões Médicos</b>	<b>(0041829046)</b>
<b>Relatório de Fiscalização serviços postais</b>	<b>(0041831901)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 20 AMBULÂNCIA</b>	<b>(0041834560)</b>
<b>Relatório de Fiscalização AMBULÂNCIA</b>	<b>(0042195879)</b>
<b>Relatório de Fiscalização CIRURGIA PEDIÁTRICA</b>	<b>(0041860012)</b>
<b>Termo de Recebimento Provisório Alimentação</b>	<b>(0041670156)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Alimentação</b>	<b>(0041667856)</b>



<b>Adendo Relatório de Fiscalização Alimentação</b>	<b>(0041882443)</b>
<b>Relatório Administrativo Alimentação</b>	<b>(0041667803)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 1 Alimentação</b>	<b>(0041670194)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Agenciamento de Passagem Terrestre</b>	<b>(0042270791)</b>
<b>Termo de Recebimento Provisório Agenciamento de Passagem Terrestre</b>	<b>(0042334405)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 25 Agenciamento de Passagem Terrestre</b>	<b>(0042334430)</b>
<b>Relatório de Fiscalização serviço de Dosimetria</b>	<b>(0042334005)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 24 serviço de Dosimetria</b>	<b>(0042334112)</b>
<b>Relatório de Fiscalização RECEPÇÃO</b>	<b>(0042334668)</b>
<b>Termo de Recebimento Provisório RECEPÇÃO</b>	<b>(0042334685)</b>
<b>Termo de Recebimento Definitivo 26 RECEPÇÃO</b>	<b>(0042334696)</b>
<b>Relatório de Fiscalização Agenciamento de Passagem aérea</b>	<b>(0042458627)</b>

## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022. Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/Decreto/D11246.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11246.htm). Acesso em: 01 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320). Acesso em: 01 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 1 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Acesso em: 01 mar. 2024.

MINAS GERAIS. Manual de Fiscalização de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: [https://www.fazenda.mg.gov.br/transparencia/compras-e-contratos/Manual\\_de\\_Gestao\\_e\\_Fiscalizacao\\_SEF\\_2022.pdf](https://www.fazenda.mg.gov.br/transparencia/compras-e-contratos/Manual_de_Gestao_e_Fiscalizacao_SEF_2022.pdf). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASÍLIA. Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos. Ministério da Cultura. Brasília, 2013. Disponível em: [contratos.cultura.gov.br/Manual/Manual\\_gestao\\_fiscalizacao\\_de\\_contratos\\_Minc.PDF](http://contratos.cultura.gov.br/Manual/Manual_gestao_fiscalizacao_de_contratos_Minc.PDF). Acesso em: 01 mar. 2024.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

MAPA DE RISCO

Risco	Possíveis Causas	Fase	Nível	Ações Preventivas	Controle de Contingência	Responsável
Atraso na entrega do sistema	Falta de planejamento adequado, problemas técnicos, falhas na comunicação entre as partes	Execução	Alto	Definir cronograma detalhado, realizar reuniões semanais para acompanhar o progresso	Aplicação de penalidades contratuais e aumento de mão de obra técnica	Contratada e Fiscal de Contrato
Incompatibilidade dos sistemas implementados com os sistemas existentes	Falta de análise detalhada de compatibilidade técnica	Planejamento	Médio	Realizar análise técnica prévia, com participação de especialistas em integração de sistemas	Contratar consultoria externa para corrigir a incompatibilidade	Unidade Requisitante e Contratada
Interrupção dos serviços de saúde durante a implementação	Falha na transição entre sistemas antigos e novos	Execução	Alto	Elaborar plano de implementação em fases com janelas de manutenção programadas	Utilizar sistema em paralelo até a estabilização do novo	Contratada e Fiscal de Contrato
Custo adicional não previsto	Alterações no escopo, necessidade de customizações não planejadas	Execução	Alto	Definir claramente o escopo do contrato e formalizar alterações via aditivos contratuais	Renegociar valores ou buscar recursos adicionais no orçamento	Gerência de Contratos e Unidade Requisitante
Falha de segurança nos sistemas implementados	Vulnerabilidades no sistema, falta de implementação de mecanismos adequados de segurança	Execução	Alto	Realizar auditorias de segurança frequentes, usar ferramentas de criptografia e autenticação	Correção imediata das falhas e revisão do sistema de segurança	Contratada e Unidade Requisitante
Desempenho abaixo do esperado dos sistemas implementados	Problemas técnicos, infraestrutura inadequada	Execução	Médio	Testar os sistemas em ambiente controlado antes da implantação definitiva	Reforçar a infraestrutura ou ajustar os parâmetros técnicos dos sistemas	Contratada e Fiscal de Contrato
Resistência à adoção das novas tecnologias pelos usuários	Falta de aceitação das mudanças, cultura organizacional rígida	Execução	Baixo	Realizar campanhas internas de conscientização e comunicação sobre os benefícios do sistema	Monitorar e apoiar a adoção, com sessões de feedback e suporte	Unidade Requisitante e Contratada
Descontinuidade dos serviços de suporte técnico	Falta de pessoal qualificado ou problemas contratuais	Operação	Alto	Garantir cláusulas contratuais que contemplem suporte contínuo e rápido	Buscar alternativas de suporte emergencial com parceiros locais	Gerência de Contratos e Contratada
Desatualização tecnológica durante a vigência do contrato	Rápida evolução tecnológica, ausência de cláusulas para atualização	Operação	Médio	Inserir cláusulas contratuais que prevejam atualizações tecnológicas periódicas	Revisar o contrato e considerar a renegociação para inclusão de novas tecnologias	Gerência de Contratos e Unidade Requisitante

Porto Velho, 11 de outubro de 2024.

TALITA BRILHANTE SANTANA AZEVEDO  
Técnico Administrativo Operacional da Saúde  
GECOMP/SESAU

MARCOS ALESSANDRO FERNANDES SALES  
Gerente de Compras em Substituição  
Portaria 6534 (SEI n.º 0053177545)



Documento assinado eletronicamente por Marcos Alessandro Fernandes Sales, Subgerente, em 11/10/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por TALITA BRILHANTE SANTANA AZEVEDO, Técnico, em 14/10/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0053732914 e o código CRC DA3B6431.

**Referência:** Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0036.024208/2023-10

SEI nº 0053732914

0036.005756/2024-13



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

ADENDO

MATRIZ DE RISCOS

Risco	Descrição	Alocação de Risco		
		Contratante	Contratada	Compartilhada
Aumento de Custos	Monitorar os preços de matéria-prima e comunicar prontamente à SESAU sobre qualquer aumento significativo, enquanto a SESAU deve revisar a possibilidade de ajustar os preços.			X
Alterações nos requisitos de qualidade ou quantidade	A SESAU deve comunicar claramente quaisquer alterações nos requisitos técnicos ou quantidade, enquanto a contratada deve estar preparado para atender a demanda conforme a necessidade.			X
Desatualização Tecnológica Rápida	Risco de que os equipamentos adquiridos se tornem obsoletos rapidamente, exigindo novos investimentos.	X		
Cumprir as regulamentações governamentais	Garantir a conformidade com as normas e regulamentos vigentes, a fim de evitar penalidades ou necessidades de ajustes.		X	
Atrasos na Entrega	A contratada deverá cumprir os prazos de entrega acordados, garantindo que os produtos sejam fornecidos de forma oportuna e conforme a demanda, considerando que o atraso impactará o cronograma de implementação.		X	
Descarte Inadequado de Resíduos Eletrônicos	A SESAU deve realizar a implementação de programa de gestão de resíduos, evitando o impacto negativo devido ao descarte incorreto de resíduos eletrônicos.	X		
Regulamentações ambientais	Mudanças nas leis ambientais que exigem práticas de produção mais sustentáveis ou investimentos em tratamento de resíduos podem impactar os custos de conformidade.		X	
Dificuldades na Integração com Sistemas Existentes	Dificuldades na integração dos novos equipamentos com os sistemas de TI já em uso.			X
Interrupção dos Serviços	Risco de interrupção dos serviços de rede devido à implementação dos novos servidores.	X		
Alterações da necessidade de equipamentos	Flutuações imprevistas na quantidade necessária para atender a demanda pode afetar a previsão do quantitativo a ser adquirido e, consequentemente, aumento nos custos associados alteração do estoque.	X		
Defeitos de Fabricação	Impedimento do uso dos equipamentos fornecidos devido defeitos de fabricação, necessitando de substituições ou reparações, ocasionando interrupção dos serviços.		X	
Divergência de configuração	A contratada deve entregar do equipamento com configuração de Hardware e ou Software conforme as exigidas.		X	
Contrariedade nos serviços de suporte e atualização	A contratada deve garantir o serviço de suporte e atualização dos equipamentos previstos em contrato.		X	
Impedimento de Suporte Técnico	Dificuldade para cumprir o fornecimento dos serviços de suporte técnico durante o período de garantia, previsto em contrato.		X	

DANIELLY FARIAS DA SILVA  
Assessora - GECOMP/SESAU

ANA RAFAELA SOUSA DOS SANTOS  
Gerente de Compras - GECOMP/SESAU



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Sousa dos Santos, Gerente**, em 06/08/2024, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Farias da Silva, Assessor(a)**, em 06/08/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

